

J. CAPISTRANO DE ABREU

ENSAIOS E ESTUDOS

(CRÍTICA E HISTÓRIA)

2.ª SÉRIE

EDIÇÃO
DA
SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU

1932

le ne fay rien
sans
Gayeté

(Montaigne, Des livres)

Ex Libris
José Mindlin

PUBLICAÇÕES
DA
SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU

01744



Livraria Brasiliense
Tel. 36-0871
R. Barão de Itapetininga, 99 - S. Paulo

ML-471

1744

RIO II FIC 3

ENSAIOS E ESTUDOS

(CRITICA E HISTORIA)

3.ª SÉRIE



PUBLICAÇÕES DA
SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU

Capitulos de Historia Colonial (1500-1800) — Typ. Leuzinger — 1928.

O Descobrimto do Brasil — Typ. do Anuario do Brasil — 1929.

Caminhos antigos e Povoamento do Brasil — Liv. Briguiet — 1930.

Ensaio e Estudos (Critica e Historia) — Liv. Briguiet — 1931.

1.ª Série

Ensaio e Estudos (Critica e Historia) — Liv. Briguiet — 1932.

2.ª Série

J. CAPISTRANO DE ABREU

ENSAIOS E ESTUDOS

(CRÍTICA E HISTÓRIA)

2.ª SÉRIE

EDIÇÃO

DA

SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU

LIVRARIA BRIGUIET

1932

Edição de dois mil cento e cinquenta exemplares em papel commum, e de cento e cinquenta em papel de luxo autenticados pela Secretaria e destinados á Sociedade Capistrano de Abreu.

INDICE

	PAGS.
O Duque de Caxias	9
A Geographia do Brasil	37
Antonio José, o Judeu	47
28 de Janeiro	71
Sob o Primeiro Imperio	101
Paulistica — A pretexto de uma moeda de ouro — ..	129
Um livro sobre a Marquiza de Santos	153
Prefacio á “ <i>Historia do Brasil</i> ” de Frei Vicente do Salvador	173
Francisco Ramos Paz	201
“ <i>Do Rio de Janeiro a Cuyabá</i> ” (Prefacio)	217
Prefacio á “ <i>Historia da Missão dos Padres Capuchinhos de Claude d’Abbeville</i> ”	229
Um visitador do Santo Officio (Confissões da Bahia) ..	241
Introdução ao “ <i>Tratado da Terra do Brasil</i> ” e á “ <i>His- toria da Provincia Santa Cruz, de Pero de Magalhães Gandavo</i> ”	297
Primeira Visitação do Santo Officio ás Partes do Brasil (Denúncias da Bahia)	305
Fernão Cardim	323
A obra de Anchieta no Brasil	341
Prefacio ao “ <i>Diario de Pero Lopes</i> ”	351

O DUQUE DE CAXIAS

O DUQUE DE CAXIAS

1.

Publicado na *Gazeta de Noticias* de 4 de agosto de 1903 e reproduzido na *Rev. do Inst. Hist. e Geographico Brasileiro*. (Tomo LXIX, parte II).

O DUQUE DE CAXIAS

Ha um seculo, em Magé, na baixada do Rio de Janeiro, nasceu Luiz Alves de Lima, a 25 de agosto, dia de S. Luiz, rei de França, de quem tomou o nome. Descendia de notavel familia em que cruzavam o elemento francez, o elemento portuguez e o elemento nacional; pelo lado paterno como pelo lado materno della sahiram onze generaes, no decurso de tres gerações.

A 22 de novembro de 1808 sentou praça de cadete no regimento de seu avô José Joaquim de Lima e Silva; aos quinze annos foi promovido a alferes; terminados vantajosamente os estudos na Real Academia Militar, passou a tenente, ainda em tempo de D. João VI.

A retirada do velho rei para a Europa foi o despertar de um sonho agradavel que durara treze annos. Metropole e reino, o Brasil voltava a colonia. E as côrtes portuguezas, com uma coerencia democratica, honrada mas imprudente, começaram a obra de regeneração pelo throno e pelas cumiadas. No Brasil foram logo feridos em seus interesses os altos dignatarios que circumdavam o joven principe regente, e em contacto continuo com este podiam incitar e incitaram seu temperamento impetuoso e impulsivo. Após breve hesitação, o representante de el-rei trabalhou contra o proprio pai; quem devia garantir obediencia e fidelidade á metropole, encabeçou o levante contra ella; a autoridade foi derrocada pelos órgãos da autoridade. Não seria a ultima vez na historia da dynastia.

Desde que tinha a dirigi-la o principe regente, afastados os elementos que podiam affronta-la, a idéa

de independenciã lavrou subitanea no Brasil inteiro. Na Bahia, as tropas da metropole resistiram com vantagem por algum tempo aos filhos da terra, reduzidas a seus unicos recursos. Soccorros mandados do Rio realentaram os espiritos dos patriotas; a esquadra comecou o bloqueio do porto da capital; a 2 de julho de 23, desanimados e derrotados, partiram para além-mar os ultimos defensores do poderio lusitano. A resistencia na Bahia teve ainda o resultado do beneficio de levar a esquadra ás alongadas regiões do NE, evitando assim que, em nossa historia, houvesse separação, como succedeu geralmente na America espanhola, ou que ficasse ainda na grande colonia livre alguma pequena dependencia da metropole, como succedeu á solitaria Cuba até nossos dias.

Na Bahia, Luiz Alves avistou-se com guerra pela primeira vez. Seus assentamentos mencionaram feitos de 28 de março, 3 de maio e 3 de junho de 23. Ali conquistou um dos titulos que mais prezava, o de veterano da independencia. A 22 de janeiro do anno seguinte teve a patente de capitão.

Ao movimento de independencia contra Portugal adheriram tambem as terras da banda oriental do Prata, incorporada ao Brasil pela força das armas, pelo cansaço dos motins e guerrilhas, pelas combinações diplomaticas e pelas affinidades geographicas. Em comeco de 25 parecia resolvido de vez o litigio secular, levantado pela fundação da colonia do Sacramento, e sempre pendente e irritante, apesar de tantas campanhas e tantos tratados; quem só attendesse ás manifes-

tações officiaes juraria a indissolubilidade da união entre brasileiros e orientaes.

Como illudiam taes apparencias verificou-se desde abril do mesmo anno. Trinta e tres patriotas, entre estes João Antonio de Lavalleja, desembarcaram no porto das Vaccas, junto á Colonia, internaram-se, angariaram adeptos, e já em setembro e outubro ganhavam as batalhas do Rincon de las Gallinas e Sarandi sobre as tropas imperiaes. Ao apoio quasi unanime da população aggregaram-se auxilios e soccorros vindos do outro lado do rio, primeiro clandestina, mais tarde publicamente, depois do imperio declarar guerra ás provincias platinas. O bloqueio de Buenos Aires, fruto desta declaração, teve em resposta a criação de uma esquadra de pequenos vasos, que zombou da nossa alterosa Armada, e dezenas de corsarios que feriam a golpes redobrados e terriveis nosso commercio maritimo, desrespeitando nossos mares.

O theatro da guerra passou do Uruguai para o Rio Grande do Sul, e as operações bellicas poderiam protraír-se indefinidamente, si a intervenção ingleza, em 1828, não trouxesse com a paz a criação da Republica Oriental, independente ao mesmo tempo do Brasil e da Confederação Argentina.

Luiz Alves tomou parte nesta campanha do sul, ao qual devia depois tornar mais de uma vez, sempre com mais glorioso renome e prestando novos serviços á patria. De lá voltou major

Como major, chegado a esta capital, commandou o batalhão do imperador, e assistiu bem de perto aos successos da abdicação de D. Pedro I. Embora seu

pai fosse um dos chefes mais infensos ao fundador do imperio, elle conservou-se ao lado do soberano até o ultimo momento. Compreendeu quanto havia de artificial na agitação, e suggeriu meios de jugula-la; mas D. Pedro sentia-se contrafeito entre seus subditos, que lhe não perdoavam o peccado original de estrangeiro, nem acreditavam mais na sinceridade do seu constitucionalismo; via-se alheio, segregado do povo, tão outro das multidões enthusiasticas do 22. Ao mesmo tempo occorriam em Europa successos que lhe promettiam nova e mais brilhante carreira no velho mundo. Preferiu partir quando lhe seria facil ficar, e talvez fosse melhor, tanto para elle como para o paiz.

Com a partida de D. Pedro, desencadearam-se as forças revolucionarias desde o Amazonas ao Prata. Um dos logares mais flagellados, sinão pela amplitude, certamente pela frequencia das convulsões, foi esta muito heroica e leal cidade. E ninguem mais fez para arranca-la ao caos elementar do que Luiz Alves de Lima, commandante da policia militar durante longos annos.

Esta commissão espinhosa, desempenhada brilhantemente, deixou vestigios bem profundos em seu espirito. Ahi aprendeu como é difficil governar, como qualquer pronunciamto, que se parece resolver uma difficuldade momentanea, na realidade accrescenta aos antigos novos problemas mais arduos. Sobretudo aprendeu a identificar-se com seus subordinados, a não querer para si glorias e triumphos de que a parte maior não lhes coubesse.

Teve de abandonar algum tempo este posto para, já tenente-coronel, acompanhar em 39 o ministro da guerra ao Rio Grande do Sul.

Rebentara um movimento revolucionario em Porto Alegre a 20 de setembro de 35. O presidente, homem de incontestavel coragem, não achou quem o ajudasse a resistir nem ali, nem na cidade do Rio Grande, onde, reconhecendo isto, embarcou sem demora para a côrte.

Os revoltosos tomaram conta da capital; a força publica passou para seu lado; os recursos do Governo cahiram em suas mãos; a maior parte da provincia tacita ou explicitamente adheriu. Um novo presidente, mandado logo, chamou a si parte dos levantados, reoccupou a cidade de Porto Alegre que nunca mais sahiu da legalidade, e o combate de Fanfa (4 de outubro de 36) pareceu terminar a revolta, pois nelle foram vencidos e presos alguns dos cabecilhas mais influentes.

Desde o principio os legalistas da provincia disseram que os sediciosos tinham em vista separar-se da communhão brasileira e proclamar a republica. Negou-o Bento Gonçalves uma e muitas vezes por documentos solennes em que acclamou a constituição e o joven imperador. E parece que era realmente sincero, pois só depois d'elle preso em Fanfa, seus amigos e companheiros proclamaram a republica em Paratini a 6 de novembro.

E' duvidoso si isto lhes deu novos elementos de vitalidade e resistencia. Mas Bento Manoel, o vencedor de Fanfa, não achando a seu gosto o novo presidente mandado para substituir seu parente José de Araujo Ribeiro, mais tarde visconde do Rio Grande,

prende o presidente; Caçapava, evacuada pelas forças legaes, foi tomada com os abundantes materiaes bellicos que possuia, cahiu em poder da Republica a cidade do Rio Pardo, chave da campanha, e a nova forma de governo, ou governixo, como então se dizia, consolidou-se por muito tempo.

Bento Gonçalves, na ausencia eleito presidente da republica, fugiu das prisões da Bahia e novamente poz-se á frente de seus partidarios. Em manifesto de 25 de setembro de 35 declarara por unico objecto “sustentar o throno do joven monarcha e a integridade do imperio” Agora, a 29 de agosto de 38, exprimia-se de outro modo: “Desligado o povo rio-grandense da communhão brasileira, reassume todos os direitos de primitiva liberdade, usa desses direitos imprescindiveis, constituindo-se republica independente, toma na extensa escala dos Estados soberanos o logar que lhe compete pela sufficiencia de seus recursos, civilização e naturaes riquezas, que lhe asseguram o exercicio pleno e inteiro de sua independencia, eminente soberania e dominio, sem sujeição ou sacrificio da mais pequena parte dessa mesma independencia ou soberania a outra nação, governo, ou potencia estranha qualquer Igual aos Estados soberanos seus irmãos, o povo rio-grandense não reconhece outro juiz sobre a terra, além do auctor da natureza, nem outras leis, além daquellas que constituem o codigo das nações”

O ministro da guerra, a quem Luiz Alves acompanhou, parece não ter achado particularmente grave a situação, pois, chegando na provincia em fins de março, já em fins de maio se retirava para esta capital. E' de

suppor que esta visão rápida não fosse perdida para o joven sisudo tenente-coronel e desde já pensasse nos meios de desatar ou cortar o nó, si algum dia lhe coubesse tal incumbencia. Hypothese aliás pouco provavel então, pois ninguem pensava que o governixo durasse ainda muito tempo.

Neste mesmo anno elevado a coronel, Luiz Alves foi encarregado de pacificar a provincia do Maranhão, no caracter de presidente e commandante das armas.

A 13 de dezembro de 38, na villa da Manga de Igará, o vaqueiro Raymundo Gomes, vulgo *Cara preta*, “figura insignificante, quasi negro, a que chamamos fula, baixo, grosso, pernas arqueadas, testa larga e achatada, olhar timido, humilde” que tinha a habilitade de fazer polvora, arrombou a cadeia da villa e soltou os presos. A 2 de janeiro de 39, no Brejo, Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, vulgo *Balaio*, colloca-se á frente de rebellados e começa a semear destruições e mortes. Um preto Cosme, que se assigna “D. Cosme, tutor e imperador das liberdades bemtevis”, chega a alliciar tres mil escravos. Taes os cabeças mais salientes desta conclusão conhecida por *Balaiada*, de nome de um dos seus chefes.

D. Cosme, intitulado-se “tutor e imperador das liberdades bemtevis”, como negro pernóstico fugido das cadeias da capital, insinuava-se representante do partido que tinha por orgão na imprensa o periodico *Bemtevi*. Mas a desordem só teve alguma coisa de politica no Piauí, onde encarnou serios esforços para sacudir o jugo de ferro do barão da Parnahiba. No Maranhão foi obra social ou, si a palavra parecer muito

ambiciosa, ethnographica. Era um protesto contra o recrutamento barbaro, começado desde a guerra da Cisplatina em 25, contra as prisões arbitrarías, contra os ricos prepotentes, contra todas as violencias que cahiam sobre os pobres desamparados negros, indios, brancos miseraveis. Duas filhas de *Balaio* tinham sido defloradas por um official da força publica, e dahi sua avidez de vingança, a sanha de desaggravo. O *Cara preta* levantou-se para libertar um irmão preso.

Gente desta não se inspira em politica, porque sua acção é contra a politica. Podem os Balaios pedir que se acabe com as prefeituras, que se respeite a Constituição, que se expulsem portuguezes, tudo isto não passa de oitivas mal decoradas. Sua verdadeira inspiração é matar, destruir, queimar e deixar-se matar como tinha sido na Cabanagem do Pará e entre os Cabanos de Pernambuco, como ia succedendo com os Quebra-kilos da Parahiba e ainda não ha muito se verificou nos santos de Canudos.

Entretanto, essa massa caotica por duas vezes tomou Caxias, cidade opulenta e populosa situada a meio caminho dos que viajam do Maranhão a Bahia, e eram muitos naquella época, pois a navegação de vela não offerencia segurança na costa de N. E., graças ao regime dominante de ventos; esta massa caotica invadiu duas provincias, intimidou a tal ponto a cidade de S. Luiz que o presidente mandou encravar as peças de artilharia para não cahirem em seu poder

“Meu illustre antecessor, escreveu mais tarde Luiz Alves de Lima, entregando-me a presidencia desta provincia, assegurou-me que seis mil rebeldes naquella épo-

ca a devastavam, numero sempre crescente, e nunca maior antes daquella data, porque si alguns se entregavam ou eram capturados, outros em maior copia se levantavam e os substituiam; e isto mesmo se deduz de sua correspondencia official, que na secretaria deste governo se acha. Mostrou-me depois a minha propria experiencia que bem longe estava de ver exaggerado este computo, como a principio julguei, a ponto de acreditar que só existiam tres a quatro mil. Si calcularmos em mil seus mortos pela guerra, fome e peste, sendo o numero dos capturados e aprisionados, durante o meu governo, passante de quatro mil e para mais de tres mil os que reduzidos á fome e cercados foram obrigados a depor as armas depois da publicação de decreto de amnistia, temos pelo menos oito mil rebeldes; si a estes adicionarmos tres mil negros aquilombados sob a direcção do infame Cosme, os quaes só de rapina viviam, assolando e despovoando as fazendas, temos onze mil bandidos, que com as nossas tropas luctaram e dos quaes houvemos completa victoria. Este calculo é para menos e não para mais: toda esta provincia o sabe.”

Partindo do Rio a 22 de dezembro de 39, só a 5 de fevereiro do anno seguinte poudo Luiz Alves chegar a seu destino, por causa de contratempos de diversa ordem, que o detiveram. A 7 tomou posse e começou logo a reparar os numerosos abusos que encontrou, dispoz as forças em tres columnas principaes, de que deviam separar-se columnas volantes para atacar os diversos pontos onde os Balaios apparecessem. A 7 de março sahiu pela primeira vez da capital, indo por Icatú até Vargem Grande. Mais outras viagens fez

sempre que lhe pareceu necessario, ora a um, ora a outro ponto, como em Itapicurúmirim onde reprimiu, severamente, parte da força publica levantada, por atrazo em pagamento de soldadas.

A mais longa de suas excursões foi a Caxias, a antiga princeza do Itapicurú, duas vezes violada, que o recebeu como um salvador

Graças á mobilidade das forças avulsas, á habilitade com que harmonizou seus movimentos, á providencia com que impediu a passagem dos Balaíos para o Pará e Goiaz, foi por toda a parte victorioso e em pouco tempo foram apparecendo os lineamentos da nova ordem. A deserção, o desanimo se estabeleceu entre os combatentes do desespero; a amnistia facilitou o desfecho. A 29 de janeiro de 41, Luiz Alves proclamou a provincia pacificada.

No meio destas labutações não se esqueceu que além de chefe militar era tambem chefe civil. Reuniu a Assembléa e com ella collaborou, começou edificios, mandou explorar rios.

A 13 de maio entregou o poder ao seu successor, com um relatorio em que se lê:

“Poŝto seja a guerra uma calamidade publica, e ainda mais a guerra civil, tambem é ás vezes um meio de civilização para o futuro, e a par de seus males presentes alguns germens de beneficio deixa. Pela rapidez dos movimentos e continuas marchas communicam-se os homens, estreitam-se as relações e os animos inertes se vigoram. Algumas pontes se levantaram no theatro das operações militares; citarei por exemplo a de Paulica, de mais de cem pés de comprimento, feita

toda pelos soldados da 2.^a columna, sem nada despender a fazenda publica. As villas se entrincheiraram e a faxina limpou as mattas de vegetação ociosa que as invadia e sobre ella accumulava os vapores contrarios á saude; activaram-se os correios, augmentou-se a necessidade de correspondencia, e esta repartição rende hoje mais que em outros tempos.”

Diz ainda melancolicamente: “Não me ufano de haver mudado os corações e suffocado antigos odios de partido, ou antes de familias, que por algum tempo se acalmam e como a peste se desenvolvem por motivos que não prevemos ou que não nos é dado dissipar”

Entretanto, occorreu nesta capital um successo das mais graves consequencias. O regente, eleito por um quatriennio, devia governar até 42; o herdeiro da corôa, pela Constituição, só podia subir ao throno aos dezoito annos, isto é, em 43. Isto pareceu muito tempo ao partido inimigo do regente e começou a agitar a idéa de reconhecer-se a maioridade do imperador antes do prazo legal. Neste sentido foi apresentado um projecto ao parlamento, que o rejeitou; mas os maioristas souberam captar o assentimento do joven monarca, e adiadadas as Camaras, quando o lance parecia irremediavelmente perdido, de chofre, como por magica, tudo sahiu á medida dos desejos dos conspiradores. A 23 de julho de 40 D. Pedro II começou a reinar

O ministerio organizado, como é natural, de maioristas, entre os quaes avultavam os dois irmãos Andradas, figuras lendarias da independencia e do primeiro imperio, tinha a esperanza e julgava-se capaz de

serenar os ânimos, sempre agitados no Rio Grande do Sul.

Enganara-se o ministro da guerra em 39, si pensou com sua aparição fugaz ter modificado vantajosamente a situação.

Em julho, com a tomada de Laguna, a republica rio-grandense conquistava afinal um porto de mar, que até então não conseguira, graças á esquadra legal; proclamada a republica catharinense, encontrava outro socio de aventuras: uma marinha aparelhada ás presas por José Garibaldi, desfraldou seu pavilhão no oceano. No interior, Porto Alegre continuava cercada. Em diversos recontros, como em Forquilha e Taquari, os legalistas levaram a melhor; nem por isso a posição do governixo se tornara precaria, e o facto de tanto tempo haver resistido ao imperio, dava-lhe força, e uma confiança extraordinaria no futuro. Só em Santa Catharina a legalidade se restabeleceu facilmente de uma só vez; a republica extinguiu-se mais depressa ainda do que nascera.

O ministerio maiorista mandou ao Rio Grande do Sul um emissario, o benemerito paulista Francisco Alvares Machado, incumbido de encarecer a maioridade, os novos homens que se achavam á frente da governança e prégar a bôa nova da conciliação e da paz. Pondo-se em correspondencia e depois em contacto directo com os inimigos do imperio, Alvares Machado convenceu-se de que passara a éra da intransigencia, e voltou com um ramo de oliveira. Para levar a termo sua missão pacificadora, foi nomeado presidente da provincia, ao mesmo tempo que o general João Pauio

dos Santos Barreto seguia para commandar em chefe o exercito legal.

Tomaram ambos posse em novembro de 40. Logo as felicidades começaram a sumir-se, os equivocos se desfizeram, as promessas ficaram burladas.

Bento Gonçalves desejou sinceramente voltar á communhão, mas, como tantas vezes se observa, o chefe só era obedecido porque obedecia ás vontades dos que se diziam seus subordinados. Por detrás do velho militar agitava-se um elemento novo e insoffrido, que queria a republica ainda antes de Fanfa, e este elemento triumphou. Já a 7 de dezembro Alvares Machado declarava rotas as negociações e preparavã-se para lutar. João Paulo pisou o territorio occupado pelos rebeldes, mostrando que podia faze-lo sem ser aniquilado immediatamente como elles blasonavam.

A esta primeira decepção do ministerio maiorista juntou-se logo outra ainda mais mortificante, a de ser despedido depois de apenas oito mezes de exercicio e ver chamado ao poder o partido contra o qual montara o golpe de Estado. Foi este o verdadeiro motivo das sedições que no anno seguinte rebentaram em S. Paulo e Minas Geraes e foram encommendadas para Pernambuco e Ceará.

De esmaga-la em S. Paulo foi incumbido o barão de Caxias que, desembarcando em Santos, transpoz a serra de Cubatão, dirigiu-se a Sorocaba e ahi de um só golpe restabeleceu a ordem. Mais devagar andou em Minas Geraes, onde o incendio tivera tempo para se propagar; mas ahi a batalha de Santa Luzia mostrou breve que passara o tempo das revoluções faceis e que,

si a regencia fôra a tempestade, o imperio podia e queria ser a bonança.

Estas duas campanhas tão rapidamente ganhas legitimaram a promoção do barão de Caxias a marechal de campo, e indicaram seu nome como o do homem capaz de chamar novamente os rio-grandenses ao seio da patria grande pela qual tantas vezes derramaram seu sangue desde a época colonial.

A situação era em summa a mesma que deixara Alvares Machado. As tropas mandadas pelo interior sob o commando do encaiporado Labatut, general de Napoleão, não deram o que se esperava. Os combates tanto tinham de numerosos como de pouco decisivos. Si a gente da legalidade não desanimava, os defensores do governixo não se sentiam exhaustos; aquelles não podiam ser desapossados do litoral, estes continuavam a dominar na campanha.

Caxias tomou posse da presidencia e do commando do exercito a 9 de novembro de 42. A 11 de janeiro do anno seguinte, atravessa o rio S. Gonçalo sob os olhos de Netto, que não o pôde impedir Bento Manoel, o vencedor de Fanfa, volta ao serviço e em Ponche Verde mostra que a victoria continuava sua fiel companheira. A discordia se introduz entre os fundadores da republica. A fronteira occupada tira ao inimigo os recursos de que se alimentava; encerrado dentro do proprio territorio é por fim obrigado a bater-se. O combate de Porongo, em novembro de 44, produz o desejado effeito sedativo. Começam a serio as negociações. A 1 de março de 45 Caxias proclamava pacificada a provincia do Rio Grande do Sul.

Abrindo a assembléa provincial, assim apreciava o que tinha feito :

“Em 9 de novembro de 1842 tomei posse da presidencia desta provincia e do commando em chefe do exercito em operações, para que tinha sido nomeado por carta imperial de 28 de setembro daquelle anno. A revolução que nesta provincia fizera sua explosão em 20 de setembro de 1825, por motivos que a historia um dia relatará, adquirira na sua já tão longa duração novos incrementos, redobrava suas expectativas e refazia suas forças, sem que nada annunciasse o fim de sua torrente, apesar do muito que para isso se fazia.

“Assim achei a provincia como bem o sabeis.

“No campo era o pleito, e o exercito imperial me chamava á sua frente para abrirmos a campanha.

“Depois de dar todas as providencias para que minha ausencia da capital da provincia não transtornasse a marcha dos publicos negocios, sahi no dia 25 de janeiro de 1843 para o exercito, e desde logo encetei as operações, não como o unico meio de chamar os dissidentes á ordem, mas como um meio auxiliar da politica de conciliação que empregava e que sempre empreguei em iguaes casos para poupar sangue de irmãos; porquanto repetidos exemplos nos têm mostrado que nascendo a divergencia e a desordem das idéas e das paixões do tempo, o tempo as gasta, e a palavra e a persuasão que as propagam tambem por sua vez as destróem, e por fim reúnem-se os homens em uma mesma crença, abjurando seus passados preconceitos, filhos do tempo e da falta de experiencia, e muito mais ainda quando os ligam os santos laços da confraternidade.

“Com este pensamento fiz a guerra, que durou ainda dous annos da minha presidencia; e com este pensamento desenvolvido e posto em acção sem jámais ser desmentido, está em paz esta parte do imperio; e em tão boa e consolidada paz, que após nove annos e meio de uma guerra que apenas terminou em 28 de fevereiro de 1845, francamente se póde atravessar toda esta vasta campanha, sem se encontrar um só homem armado que ainda dispute sobre exaggeradas idéas, que já o tempo consumiu.

“Todas as autoridades civis estão restabelecidas no exercicio de suas funcções constitucionaes; a paz reanima todos os ramos da publica felicidade; e o espirito novo, nascido do seio da desordem, enriquecido com a dolorosa experiencia do passado, apregoa as vantagens da monarchia constitucional representativa.

“Esta tão extraordinaria metamorphose é devida em parte ao character franco e leal da maioria do povo rio-grandense, character que sempre conservaram os legalistas e os dissidentes. No campo os conheci; gente brava, digna de fazer parte da união brasileira! Além de que são todos os brasileiros humanos, sinceros, entusiastas e aferrados ao seu paiz, faceis em perdoar, em esquecer e em conformar-se com as occurrencias do tempo.”

Os serviços feitos na pacificação do Rio Grande tiveram como galardão ser elevado a conde de Caxias e promovido a marechal de campo effectivo. A provincia elegeu-o na lista triplíce para senador, e desde 46 até a morte representou-a no Senado.

Em junho de 51 o conde de Caxias foi nomeado novamente presidente e commandante do exercito do Rio Grande do Sul. Não se tratava agora de lucta civil, mas de garantir a independencia do Uruguai, ameaçada por Manoel Oribe, instrumento de Rosas, o dictador e tyranno argentino. Tomando posse de seus cargos em Porto Alegre a 30 do mesmo mez, começou os preparativos para invadir a fronteira. Poude transpô-la a 4 de setembro. No quartel general de Cunha-peru assim definiu a seus soldados a missão que iam cumprir:

“Não tendes no Estado Oriental outros inimigos senão os soldados do general D. Manoel Oribe, e esses mesmos emquanto illudidos empunharem armas contra os interesses de sua patria; desarmados ou vencidos, são americanos, são nossos irmãos e como taes os deveis tratar. A verdadeira bravura do soldado é nobre, generosa e respeitadora dos principios de humanidade. A propriedade de quem quer que seja, nacional, estrangeiro, amigo ou inimigo, é inviolavel e sagrada; e deve ser tão religiosamente respeitada pelo soldado do exercito imperial como a sua propria honra. O que por desgraça a violar, será considerado indigno de pertencer ás fileiras do exercito, assassino da honra e reputação nacional e como tal severa e inexoravelmente punido.”

Continuou a marcha para Montevideo; não foi, porém, preciso que entrasse em acção, porque as forças

de Oribe foram se rendendo a Justo Urquiza, governador de Entre Rios, creatura de Rosas, agora revoltada contra o creador

A esta rapida campanha na banda oriental do Prata, seguiu-se a guerra contra Rosas, que, desde annos, cobria de sangue e ruinas as terras argentinas, de que se constituira tyranno, defendendo-as contra os "immundos e asquerosos unitarios" Justo Urquiza, declarado "louco, traidor e selvagem unitario", em lei promulgada pela "Honrada Sala de Representantes", conhecia bem a fragilidade do colosso, nas apparencias inabalavel, e mais prestigioso e forte ainda depois de ter burlado a intervenção armada de França e de Inglaterra.

Bastaram a passagem de Toneleros, realizada por nossa esquadra, e a batalha de Montes-Caseros (3 de fevereiro de 52), onde combateu uma divisão brasileira mandada por Marques de Souza, futuro conde de Porto Alegre, para apear-lo. Rosas fugiu para bordo do vapor inglez *Centaur*, acolheu-se á hospitaleira Inglaterra e ahi, annos mais tarde, terminou placidamente sua negregada existencia. Hoje procuram reabilita-lo.

Tão rapidas andaram as duas campanhas libertadoras que já a 4 de junho de 52 o conde de Caxias entregava em Jaguarão o commando interino do exercito ao barão de Porto Alegre. Neste mesmo anno foi elevado a marquez de Caxias e a tenente general.

A nova situação resultante da derrota de Oribe e Rosas liquidou-se sem difficuldades particulares na Confederação Argentina; o mesmo se não deu no Uru-

guai, terreno apropriado á caudilhagem e guerrilhas por sua situação entre dois paizes, donde lhe vêm incitamentos incessantes para novas perturbações, para onde se recolhem os guerrilheiros quando se vêm mal amparados em sua desditosa patria.

O combate de Quinteros (28 de janeiro de 58) assegurou por algum tempo o predominio dos Blancos, pois todos os chefes colorados feitos prisioneiros foram summariamente degollados; mas o general Flores, que emigrara para a Argentina e lá parecia esquecido de suas antigas ambições, renovou a façanha dos Trinta e tres, desembarcando com poucos partidarios no Rincón de las Gallinas a 14 de abril de 63.

A revolução rebentou violenta. O governo oriental denunciou ao do Brasil a parte ostensiva tomada por brasileiros na empreza de Flores. Novas queixas, recriminações de parte a parte, o avivamento de antigas feridas levaram a uma situação tensa que terminou pelo *ultimatum* Saraiva, a alliança do Brasil com Flores, o bombardeamento de Paisandú, a queima acintosa em Montevidéo de todos os tratados e convenções assignados entre o Brasil e a Banda Oriental, a victoria de Flores e a entrega de Montevidéo.

Foi o prologo do drama sanguinolento que ia começar Francisco Solano Lopez, dictador do Paraguai, interveiu a favor da Republica Oriental, e vendo despresada sua intervenção, apossou-se do vapor *Marquez de Olinda* que ia para Cuiabá, invadiu o sul de Mato Grosso, penetrou pelo territorio argentino de Entre Rios e Corrientes e, atravessando o Uruguai, apossou-se de parte do Rio Grande do Sul.

Foi declarada a guerra, em que o Brasil, a Argentina e o Uruguai entraram aliados. A batalha naval do Riachuelo, o combate de Yatahi e a tomada de Uruguaiana prenunciaram campanha rapida, cheia de encontros decisivos. Puro engano: o tratado da triplice alliança é de 1 de maio de 65; a morte de Lopez e o fim da guerra só ocorreram em março de 70.

Desde o começo foi lembrado o nome do marquez de Caxias para o commando em chefe das forças brasileiras. Considerações politicas da parte dos governantes, melindres pessoas da parte do velho general arredaram esta solução. Foi preciso o desastre de Curupaiti para impo-la.

O marquez se apresentou em Tuiuti em novembro de 1866, e desde logo foi fazendo o que lhe permittiam sua situação de subordinado ao commando em chefe do general Mitre (fruto do tratado da triplice alliança), o cholera que devastava o exercito, a natureza traiçoeira do terreno inhospito, o mais fiel e seguro alliado do dictador sanhudo. Quando o general Mitre, chamado á patria pela morte do vice-presidente, o deixou commandante geral do exercito alliado, poude continuar a obra com maior vigor. De seu commando dos Permanentes na mocidade ficara-lhe a convicção de que mais vale organizar victorias do que ganha-las, e é preferivel ser Carnot a ser Bonaparte. Mas sabia tambem ganha-las: Itororó, Lomas Valentinas bastariam para prova-lo, si restasse alguma duvida possivel.

A 24 de dezembro de 68 os commandantes do exercito alliado escreviam a Lopez: "O sangue derramado na ponte de Itororó e no arroio Avahi devia ter

persuadido V. Ex. a poupar as vidas dos seus soldados no dia 21 do corrente, não os forçando a uma resistencia inutil. Sobre a cabeça de V. Ex. deve cahir todo esse sangue, assim como o que tiver de correr ainda, si V. Ex. julgar que o seu capricho deve ser superior á salvação do que resta do povo da Republica do Paraguai. Si a obstinação cega e inexplicavel for considerada por V. Ex. preferivel a milhares de vidas que ainda se podem poupar, os abaixo assignados responsabilizam a pessoa de V. Ex. perante a Republica do Paraguai e o mundo civilizado pelo sangue que vai correr a jorro e pelas desgraças que vão augmentar as que já pesam sobre este paiz”

E o dictador respondia-lhes: “VV. EEx. julgam dever recordar-me que o sangue derramado em Itororó e Avahi deveria ter-me determinado a evitar o que correu no dia 21 do corrente. VV. EEx. esqueceram sem duvida que estes mesmos actos podiam de ante-mão provar quão certo é o que acabo de ponderar sobre a abnegação de meus compatriotas, e que cada gota de sangue que cae em terra é uma nova obrigação contrahida pelos que vivem. VV. EEx. não têm o direito de accusar-me perante a republica do Paraguai, porque a defendi, a defendo e continuarei a defende-la. Ella me impõe este dever e eu me orgulho de leva-lo até á ultima extremidade, e de mais, legando á historia meus actos, só a meu Deus devo contas”

Depois desta tentativa frustrada, rendida Angostura, occupada a capital do Paraguai, o marquez de Caxias deu sua missão por terminada. Continuar a guerra era collaborar com Lopez para o aniquilamento

da nação. Prende-lo, era tarefa somenos, de capitão de mato, para quem tinha atrás de si o seu passado alativo. A rato velho gato novo, diz a sabedoria popular e que seria difficil achar um, e de facto se achou.

A 14 de janeiro de 69 Caxias mandou seguir uma expedição para Mato Grosso; a 19 tomou o vapor; a 24 chegou a Montevidéo. No dia 9 de fevereiro escreveu a ordem do dia de despedida, a 15 chegou a esta capital. Foi nomeado duque de Caxias pelos relevantes serviços prestados na guerra do Paraguai. Já era marchal do exercito effectivo.

Eleito e escolhido senador pelo Rio Grande do Sul, Caxias alistou-se no partido de Vasconcellos, Paraná e Eusebio. Convidado para entrar em mais de um gabinete, recusou sempre, até Paraná conseguir faze-lo ministro da guerra a 6 de junho de 55.

Foi um decennio memoravel o de 50. O imperador contava vinte e cinco annos e a nação sentia-se igualmente moça. Terminara o periodo revolucionario, guerras estrangeiras felizes varreram a atmospher, a extincção do trafico tolhia novos insultos da soberania nacional, encurtava a distancia do velho mundo com a navegação a vapor do Atlantico. Mauá canalizava milhões esterlinos, silvavam as primeiras locomotivas; as letras rasgavam os classicos andrajos coloniaes; falava-se em opera nacional, em theatro nacional. João Caetano figurava de novo Moisés; tres poemas

epicos andavam em elaboração, havia quem escrevesse tragedias; na commissão scientifica do Norte não se admittiu um só estrangeiro, porque brasileiros bastavam e haviam de fazer melhor obra que os pobres Martius e Saint-Hilaire; o Instituto Historico fitava sem acanhamento o Instituto de França; afinal delia-se a macula original da nossa gente, a “apagada e vil tristeza”, de que já se queixava o epico lusitano, e Paraná, o politico realista e pratico, se empenhava em conciliar os partidos politicos.

Paraná pensava em conciliação de partidos e parecia deseja-la realmente. Caxias ajudou-o por sua parte, fazendo na pasta da guerra todo o bem que pode a seus camaradas, reformando as partes carunchosas do exercito, procurando torna-lo realmente efficaz. Depois da morte do poderoso marquez, assumiu a presidencia do conselho e presidiu ás novas eleições, em que pela primeira vez foi executada a lei dos circulos, essa lei de que esperava maravilhas a ingenuidade nunca escarmentada de nossos estadistas de boa fé.

Pela segunda vez organizou gabinete com Paranhos em março de 61 e esteve á frente dos negocios até abrirem-se as Camaras, em maio do anno seguinte. Na realidade era tão pouco politico que, ao começar a guerra, interrogado por um ministro liberal se queria partir para o Rio Grande do Sul, declarou estar prompto a seguir sem demora, si fosse nomeado ao mesmo tempo presidente da provincia, porque só com este titulo teria competencia para mover a guarda nacional, sem a qual nada poderia.

Encarregado do commando do exercito, esqueceu-se inteiramente da politica, mas seu exemplo não foi seguido, nem por amigos, nem por inimigos. Principalmente a partir de 68, quando com a quédá inesperada do partido liberal rebentou uma intemperança de linguagem, um fogo de paixão que se propagou até a Siberia senatorial, não lhe pouparam golpes; contrista ler o discurso em que se defende das miserias que lhe assacaram.

Antes annos de dura guerra do que mezes de gabinete, — dizia amargamente, resumindo experiencias dolorosas. Nem mesmo a vaidade poderia leva-lo a voltar de novo a governar, pois a nada mais poderia aspirar depois da morte da duqueza, D. Anna Luiza Carneiro Vianna. “Perdi o maior bem que neste mundo gozava, a minha virtuosa companheira de 41 annos, no dia 23 de março de 1874”

Entretanto, em 1875, depois da quédá do gabinete que com o voto de Caxias libertou o ventre escravo, teve de organizar ministerio por instancia do Imperador, ancioso para ver e ser visto nos Estados-Unidos, e que dizia não faze-lo com segurança si não deixasse o Estado nas mãos firmes do pacificador de quatro provincias, do lidador da libertação de tres nações vizinhas. Emquanto o Imperador andou por fóra, montava guarda ao Throno. A’ sua chegada, pediu para ser rendido, pois suas enfermidades não lhe permittiam mais taes serviços.

O modo por que o soberano exigiu a retirada “do resto do ministerio” foi a affronta final. Desde então, não fez mais que vegetar Mas na agonia lenta, que

terminou na fazenda de Santa Monica a 7 de maio de 1880, elle que assegurara ou verberara ser mais militar que politico, quiz provar que ao menos uma vez podia ser mais politico do que militar: rejeitou todas as honras e pompas officiaes, quiz ser enterrado como obscuro paisano.



A GEOGRAPHIA DO BRASIL

A GEOGRAPHIA DO BRASIL

As duas primeiras décadas do século XVI deixaram bem conhecido o litoral do Brasil em suas linhas fundamentaes: um trecho pequeno entre Alagôas e Rio Grande do Norte, onde o continente mais se alonga pelo mar e menos se afasta do velho mundo; outro, desde a ponta do Calcanhar até o Amazonas, arrumado de S. E. - N. W.; outro, mais longo, onde demoram os melhores portos e é mais pitoresca a linha costeira, arrumada em média de N. E. - S. W

Os conhecimentos adquiridos neste periodo foram representados em cartas. Os documentos originaes perderam-se, mas não fazem grande falta, porque o costume permittia e autorizava as copias servis, de modo que um mapa datado, digamos, de 1530 pôde representar méramente outro de 1502. Além disso, as escalas pequenas não permittiam a inscripção de minucias. Si por feliz casualidade surgissem á luz cartas de Vespucci, Gonçalo Coelho, João de Lisboa ou Christovam Jaques, só lucraria com isso a Historia, que poderia então decifrar dizeres corruptos e, por isso, agora impossiveis de interpretar-se.

Temos noticias vagas de roteiros desde os primeiros tempos redigidos. Nem um escapou á destruição do tempo. O mais antigo, attribuido a Gabriel Soares de Sousa, impresso mais de 200 annos depois de terminado, era provavelmente o mais completo, e a isto deve talvez sua conservação. Emquanto esteve manuscripto foi largamente aproveitado. Contem noti-

cias abundantes: descripção mais ou menos completa do litoral, as conhecenças, as sondagens, informações sobre plantas e animaes, sobre os Indios. A proposito da bahia de Todos-os-Santos e seu reconcavo é sobretudo inestimavel.

Da zona, que sempre inquietos e inquietados occuparam quasi 30 annos, os Hollandezes procuraram tornar-se conhecedores. Mapas vulgarizados desde logo pela imprensa, outros que existem inéditos, itinerarios, estudos botanicos e zoologicos, collecções ou observações ethnologicas, dão a medida da sua actividade. Muitos pontos dos rios de S. Francisco e do Maranhão foram mais exactamente representados na primeira metade do seculo XVII do que na metade correspondente do seculo XIX, quem sabe mesmo si na segunda.

Depois da expulsão dos Hollandezes estagnou o progresso da Geographia. Em geral os livros impressos não adiantam ao que deixou escripto Gabriel Soares. Viagens pelo interior não faltaram; mas, ou os bandeirantes eram incapazes de se interessar por questões geographicas, ou incapazes de solve-las, ou um ou outro escrito, acaso redigido, a censura da metropole impedia que viesse á luz. Um destes, perdido talvez definitivamente, seria documento de valor excepcional. Por ordem de Gomes Freire de Andrada, o governador do Maranhão João Velho do Valle abriu um caminho entre aquella capitania e a da Bahia. O fato em si é um dos mais importantes da Historia do Brasil: significa a victoria sobre os ventos aliseos, duran-

te metade do anno soprando numa só direção, por conseguinte, estorvando a constancia de communicações maritimas reciprocas. Como seria agradavel conhecer a narrativa de tal empresa feita por quem a realizou, principalmente si, como assegura um chronista, João Velho do Valle observou posições astronomicas, descreveu os Indios por cujo territorio passou, e deu noticia das terras atravessadas!

Nas correspondencias officiaes encontramos noticia de cartas desenhadas no fim do seculo XVII por Jesuitas. Si não se extraviaram, devem existir em Lisbôa.

Descobertas as minas, espalhada a população por vastas extensões do interior, mesmo o governo portuguez sentiu necessidade de representações graphicas da região povoada para della poder formar idéa. A isto se deve a vinda de alguns astronomicos. Dentre elles cumpre particularizar o nome do padre Diogo Soares, jesuita curioso a quem devemos alguns mapas, e sobretudo uma collecção, em grande parte inédita, de noticias sobre os primeiros tempos da mineração.⁽¹⁾ Terá escripto alguma coisa? Seus escriptos seriam dos mais instructivos. Feliz quem os encontrar. Maior numero de astronomicos, geographos e naturalistas para cá trouxeram os tratados de limites de 1750 e 1777. Eram homens competentes e trabalhadores; por desgraça seus escritos ficaram vedados ao publico, e apenas algumas cartas foram communicadas a geographos es-

(1) As *Noticias Praticas*, dirigidas ao padre Diogo Soares, foram publicadas, depois de escripto este artigo, na *Revista do Instituto Historico*, tomo LXIX, parte 1.ª, ps. 217/309.

trangeiros. Duma grande zona da nossa terra ainda a representação deriva de Ricardo Franco, Lobo de Almada, Lacerda, Paes Leme e outros commissarios de limites.

O que Brasileiros e Portuguezes tinham feito até o principio do seculo XIX apurou-se no bello livro de Manuel Aires do Casal, a *Corographia Brasilica* impressa em 1817. Da vida deste benemerito nada ou quasi nada sabemos. Era natural da freguezia de São Pedrogão o Grande, estava no Rio de Janeiro em 1796, deve ter viajado diversos pontos do nosso territorio, pois muitas de suas informações estão indicando a observação directa; sabe-se que tornou para a metropole, em companhia de D. João VI; devia ter consultado os documentos da Bibliotheca Nacional e do Archivo Militar. Tudo mais se ignora. Não ha duvida, porém, que tinha a intuição de geographo, sabia que os terrenos têm uma physionomia, lia a acção da natureza em phenomenos da natureza descurados por outros, como, por exemplo, a persistencia de certos ventos na inclinação das arvores do sertão da Parahiba. Ainda hoje em nossa lingua não sahiu obra original que se lhe avantajasse.

Quando Aires do Casal entregava seu livro á publicidade, estavam em nossa terra sabios estrangeiros empregados em conhece-la. Delles devem ser singularizados, talvez tres. O barão de Eschwege lançou sobre a estructura de nosso paiz olhares penetrantes e chegou a conclusões tão importantes e originaes, que os contemporaneos, não só aqui, tambem na Europa,

não estavam á altura de compreende-las: só depois de Agassiz, Hartt e Derby se foi reconhecendo o lugar eminente que deve occupar Martius apreendeu a divisão geographica natural fundada sobre a Flora, a Fauna, o Homem, e tem paginas de que só podemos medir todo o alcance depois que Ratzel, ha uns vinte annos, lançou as bases da anthropogeographia. Plano inferior a estas summidades, occupa A. de Saint-Hilaire, a quem entretanto a Corographia do Sul deve bons serviços. A tarefa de fundir os elementos geographicos condensados por Aires do Casal e os colhidos pelos viajantes das primeiras decadas do seculo XIX coube a Guts-Muts, cujo livro infelizmente nunca foi traduzido no Brasil, não poude pois influir sobre os geographos indigenas e tambem não influiu muito sobre os de lá de fóra.

Da independencia até a éra de 60 não faltaram viajantes; o governo mandou fazer explorações de rios, das quaes a mais completa e conscienciosa foi a do rio de S. Francisco realizada por Halfeld. Houve tambem o episodio serio-comico de uma commissão scientifica, exclusivamente composta de Brasileiros, para explorar provincias do Norte; mas a Geographia de Pompeu, unica publicada neste tempo, não se compara á de Aires do Casal ou á de Guts-Muts. O Instituto Historico deu tambem á luz textos importantes, que a muitos respeitos vieram completar noções lacunosas.

Na éra de 60, veio dos Estados Unidos uma commissão scientifica dirigida por Agassiz. O illustre chefe, colhido logo pela morte, não poude fazer muito;

mas seus discipulos americanos levaram por diante sua obra. Dentre todos avulta por seu espirito genial Carlos Hartt, a quem se deve a primeira Geographia physica do Brasil, a inauguração da Archeologia brasileira, estudos das linguas indigenas. Colhido prematuramente pela morte, deixou-nos o melhor de seus discipulos em Orville A. Derby, geologo de profissão, mas que não separa a Geologia da Geographia e a quem, além de monographias preciosas sobre diversas regiões do paiz, se deve um quadro geral da estructura do Brasil, fiel transumpto do que a sciencia sabia ao tempo em que foi traçado, e em que a sua quota pessoal não foi das menores.

Em 1871 foi publicada a Geographia de Wappäus, incontestavelmente o melhor, mais completo e mais consciencioso livro sobre o assumpto, estampado até então. Só em 1884 foi traduzido em parte, trazendo o estudo de Derby já referido. Si não sazonou frutos abundantes, em todo caso sua influencia foi incontestavel: pelo menos a alguns espiritos mostrou que a Geographia não era simples estudo de memoria, simples enfiada de nomes, sem ligação, podendo ser recitados em qualquer ordem, comtanto que fossem numerosos.

De 1884 para cá tem-se trabalhado regularmente; foram explorados rios, de algumas partes do litoral ha trechos mais exactos, certos pontos do interior estão agora conhecidos; a Geologia, a Geographia botanica e a zoologica, a distribuição das tribus indigenas são mais bem conhecidas.

O de que se está agora precisando é de um trabalho, não synthetico, pelo menos synoptico.

O ideal seria uma só pessoa se encarregar de tudo, de modo a apresentar uma Geographia una, em que o aspecto do céu, a circulação atmospherica, a exstructura do subsólo e do sólo, a vegetação que o veste como a animalidade que o cobre, e o homem que domina sobre a criação, apparecessem, todos, nas correlações que os prendem e penetram.

Como isto seria impossivel hoje, resta o recurso da collaboração de muitos, embora o defeito insanavel de distribuir por capitulos isolados como especimes mortos de museus, o litoral, o relêvo, o clima, a vegetação, a vida economica. etc.



ANTONIO JOSE', O JUDEU

ANTONIO JOSE', O JUDEU

Singular historia a dos Judeus, depois de vencidos pelos Romanos e expulsos da Palestina. Sua religião negava todos os cultos do imperio, sua theocracia anathematizava o cesarismo, o sangue semitico a circular-lhes nas veias insurgia-se contra toda affinidade iñdo-européa; para elles não havia nem podia haver logar na sociedade constituida como estava.

Com o christianismo triumphante a situação podia melhorar. Seus livros santos veneravam igualmente os Christãos; entre as paizagens da Galiléa crescêra o fundador da nova crença toda impregnada da inspiração dos prophetas; no deicidio macularam-se tanto como seus vencedores, e só para o deicidio occorrêra a incarnação, só o deicidio podia remir o peccado original; a commum criterio obedeciam Christãos e Judeus, condemnando as obras e pompas pagãs em todas as suas manifestações.

Si qualquer esperança de melhor sorte alimentavam os filhos de Israel, seu desengano foi completo. Os annaes da Europa inscrevem os fastos de seu martyrologio millenar. Ainda hoje, secularizada já a sociedade, despidas as considerações religiosas de sua antiga preponderancia, assanham-se e alastram-se os rancores anti-semiticos, sem podermos prever com segurança si se trata de tendencia destinada a desaparecer

como tantas outras, ou si o mundo assistirá ainda a outra inquisição, desta vez ateadá por agnósticos e atheus.

A tudo os Judeus têm opposto a vida interior, a crença inabalável de ser sempre o povo de Deus, a certeza da victoria final. Na vida exterior sabem descobrir compensações, inaccessíveis aos desalentos, refractarios ao pessimismo, affirmando com valentia incomparável que a vida é um bem e vale a pena ser vivida.

Em Portugal sua existencia correu por longo tempo folgada e farta. Repugnancia por elles havia naturalmente, mas na grande massa a gente da nação vivia enriquecendo, animando o commercio, praticando a medicina, cultivando artes e sciencias; em muitos reinados occuparam posição elevada e exerceram cargos de confiança. Só depois de D. Manuel, o Venturoso, mandar violentamente baptisar todos os circumcisos em que pôde pôr a mão, contra os recémconvertos acirrou-se o odio popular

Explica-se este odio: “com o atroz e inepto proceder de D. Manuel, escreve Costa Lobo na sua *História da Sociedade em Portugal no Seculo XV*, que os forçou á conversão, o sentimento nacional experimentou uma revolução profunda. Houve depois a carnificina de Lisboa, e é indubitável que contra elles se afistulou o odio geral. Mas eram os *christãos novos* em quem D. Manuel transmudara os Judeus que excitavam estes rancores — uma parte integrante da nação portugueza, iguais em direitos e faculdades aos christãos, frequentando as igrejas e os sacramentos, candidatos ao sacerdocio e aos cargos publicos, capazes de

se alliaem por matrimonio ás familias do povo e ainda da nobreza; e que toda a gente sabia abrigarem sob essa mascara de hypocrisia a aversão contra os dogmas christãos e o escarneo das praticas a que os haviam constrangido. Antes do feito monstruoso daquelle Rei, dotado de character pusillanime e egoista, que tem passado despercebido no brilho das venturas de que a sorte zombeteira illuminou seu reinado, antes da conversão dos Judeus em christãos novos, nem os factos, nem os documentos, nem a literatura, fornecem uma prova do odio entranhado contra os Judeus”

Este primeiro crime devia ser a causa de outro, a introdução da Inquisição conseguida da Curia romana pelas instancias de D. João III, que só veio a acabar em 1820, reinando D. João VI, quando afinal chegaram tambem á península iberica os ventos de liberdade desencadeados nos dois mundos.

Entre as victimas da Inquisição uma das mais desgraçadas foi o pobre poeta Antonio José da Silva, cujo segundo centenario natalicio passa hoje.

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 8 de Maio de 1705. Foram seus pais João Mendes da Silva, advogado, e D. Lourença Coutinho, christã nova. De pequena idade emigrou com a familia para Portugal, onde se preparou para a universidade. Estava matriculado no curso de direito canonico em Coimbra, e passava as férias em Lisboa, quando a 7 de Agosto de 1726 lavraram contra elle mandado de prisão os inqui-

sidores apostolicos contra a heretica pravidade e apostasia. Logo no dia seguinte foi entregue preso pelo Conde de Villamayor; por ser menor de vinte e cinco annos nomearam-lhe curador

A primeira sessão do tribunal, chamada de *genealogia*, realizou-se no mesmo dia. Antonio José declarou que fôra educado na religião christã, e crente perseverou até os dezeseis a dezeseite annos. Nessa idade, querendo seduzir uma criada de sua tia, esta mostráralhe as vantagens da lei judaica, benevola para as exuberancias da puberdade, e deixára-se convencer, praticando diversos ritos; dois mezes antes, porém, em Junho, “pelo que ouviu a um prégador em S. Domingos, que prégara de Nossa Senhora, allumiado pelo Espirito Santo e incitado do remorso de sua consciencia, se resolveu a deixar a lei e tornar a abraçar a de Christo”.

A segunda sessão, chamada de *genese* pelo regimento do Santo Officio, começou a 13 e proseguiu a 16; mandado pôr de joelhos e, depois de se persignar e benzer, disse a doutrina christã, a saber: o Padre Nosso, a Ave-Maria, a Salve Rainha, o Credo, os Mandamentos da Lei de Deus e os da Santa Madre Igreja, que tudo soube sufficientemente, excepto na Salve Rainha e no Credo, em que errou alguns pontos.

A 23 foi a terceira sessão, *in specie* Nella, manda o regimento, “serão perguntados em particular pelos ditos das testemunhas que contra elles houver, na mesma fôrma em que depuzeram; e havendo nelles alguma circumstancia particular pela qual se possa vir em conhecimento da testemunha, nesse caso se calará”

O libello foi apresentado a 23 de Agosto. Novas confissões fez o réo a 3, 4, 7, 9, 12; a 23 foi sujeito a tormento no potro.

“O potro, — escreve Hyppolito da Costa, victima tambem da Inquisição, mas que conseguiu escapar-lhe das garras e refugiar-se na Inglaterra, onde fundou o *Correio Brasiliense*, — o potro é uma grade de madeira, em figura de leito do comprimento de um homem, e de obra de dois pés de largo, alta do chão pouco mais de pé e meio; pela longitudude da grade ha muitos páos atravessados á maneira de degráos de escada, mas estes degráos são de figura de prismas triangulares com um dos angulos para cima; aqui sobre estas quinas se deita uma pessoa que tem de ser atormentada com as costas sobre estas quinas agudas e o pescoço preso com um argolão de ferro, que está fixo em uma das extremidades da grade; o padecente é depois apertado com muitas cordas delgadas pelos braços, pernas e mais partes do corpo, de maneira que, ao mesmo tempo que as voltas das cordas apertam os differentes membros, comprimem todo o corpo violentissimamente contra as quinas dos degráos da grade, sobre que o padecente está amarrado.”

O notario Thomaz Feio Barbuda protestou-lhe em nome dos Inquisidores, que “si naquelle tormento morresse, quebrasse algum membro, perdesse algum sentido, a culpa seria sua, não dos Senhores Inquisidores”. “E, — prosegue o notario —, sendo atado em oito partes, e levando meia volta em todas as ditas oito partes que correspondem a um trato corrido, a que tinha sido julgado, foi mandado desatar e levar a seu carcere, e

duraria o dito tormento um quarto de hora, com o qual gritou muito, e só chamava por Deus, e não por Jesus ou Santo algum”

Depois sahiu a sentença relativamente branda: ir ao auto de fé na fórma costumada, nelle ouvir sua sentença, abjurar seus hereticos erros em fórma, ter carcere e habito penitencial perpetuo, ser instruido nos mysterios da fé necessarios para a salvação de sua alma, cumprir as mais penas e penitencias espirituaes que lhe foram impostas.

Os autos da fé celebravam-se sempre aos domingos com a maior solennidade. Rompia a marcha o estandarte do Santo Officio, mostrando de um lado a cruz, a oliveira e a espada, servindo-lhes de peanha as quinas portuguezas, a tiara, as chaves pontificaes e a cruz floretada de S. Domingos; de outro, a imagem de S. Pedro de Verona, martyr. Seguiam os frades de S. Domingos, a irmandade e a cruz de S. Jorge, o alcaide dos carceres, a ala dos condemnados não relaxados, primeiro os que não abjuravam nem levavam habitos, depois os que abjuravam de leve, os que abjuravam veemente, os que abjuravam em fórma por judaismo, que levavam sambenito; após os homens seguiam as mulheres. No fim de todos vinha o grupo dos condemnados á morte, — os relaxados, segundo a technica legal.

No Rocio armava-se um tablado onde depois de lidas as sentenças os condemnados faziam a abjuração. Deu-se isto a 13 de Outubro, estando presentes El-Rei Nosso Senhor, Dom João o Quinto, os Senhores In-

fantas D. Francisco e D. Antonio, os Senhores Inquisidores e mais Ministros da mesa, muita nobreza e povo.

Por causa do tormento Antonio José não pode assignar a abjuração. A 14 jurou aos Santos Evangelhos ter muito segredo em tudo o que viu e ouviu no carcere, e nem por palavras, nem por escripto, nem por outra qualquer via, fazer qualquer revelação, sob pena de ser gravemente castigado. A 23 de Outubro foi solto.

Até 1737. correm os annos menos tormentosos do Judeu. Concluiu os estudos, estabeleceu-se advogado, escreveu, casou-se, teve uma filha e outra lhe nasceu no carcere. Escreveu para o publico, para o theatro, e isto bastou para arrancar seu nome do anonymato em que sossobraram outros não menos desgraçados. Que pretendia, que pensava poder conseguir digam as seguintes decimas com que precedeu as obras dadas á impressão:

>migo leitor, prudente,
 Zão critico rigoroso,
 -e desejo, mas piedoso
 Os meus defeitos consente
 Zome não busco excellente
 -nsigne entre os escriptores,
 Os applausos inferiores,
 -ulgo a meu plectro bastantes,
 Os encomios relevantes
 são para engenhos maiores.

Esta comica harmonia
 Passa-tempo é doce e grave,
 Honesta, alegre, suave,

Divertida a melodia:
 >pollo que illustra o dia,
 Soberano me reparte
 Idéas, facundia e arte,
 Teitor, para divertir-te,
 <ontade para servir-te
 >ffecto para agradar-te.

Teria reincidido nos erros por que penara no potro? Elle nega-o com todas as forças. “Todas as acções que obrou desde o dito tempo até agora sempre foram de fiel e verdadeiro christão, arrependido verdadeiramente de todos os seus erros, e como tal frequentava as igrejas, ouvindo nellas muitas missas nos dias de preceito, e as ouvira em outros dias de semana si a occupação da advocacia que pedia continua residencia no seu escriptorio, lhe permitisse a liberdade de sahir facilmente, e se confessava e commungava não só pela desobrigação da quaresma, como tambem por outras muitas occasiões de jubileus geraes e particulares e assim cumpria tambem e pontualmente os preceitos divinos e da igreja e fazia muitos exercicios de piedade christã, como eram os de rezar varias orações á Virgem Senhora, dar muitas esmolos como permitiam os seus cabedaes, não só aos pobres mas tambem aos Santos, venerava o Santissimo Sacramento e o acompanhava quando era levado por viatico aos enfermos, si estava desimpedido de seu escriptorio, adorava as imagens de Christo, Senhor nosso, da Virgem Senhora e dos Santos com a reverencia e culto devidos”

Todo este castello, tão laboriosamente architectado, ruiu ante a denuncia da negra Leonor Gomes, natural de Cabo Verde. Apesar de escrava, não tendo nunca passado pelo Santo Officio, considerava-se superior aos donos, chamava-lhes cachorros, canalhas, judeus, falava em deitar fogo á casa e ameaçava denuncia-los á Inquisição.

Cumpriu a ameaça em começo de Outubro de 1737. A 3 foi lavrada ordem de prisão e a 5 o Monteiro-Mór apresentou preso Antonio José.

Preso com os senhores, recolhida ao carcere da penitencia, Leonor Gomes nada soube dizer quando pela primeira vez interrogada na manhã de 10. A' tarde, porém, pediu audiencia, explicou sua mudez matutina pelo "medo que se lhe tinha metido em casa de sua senhora de que nesta mesa (do Tribunal) se mandava enforcar toda a pessoa que vinha a esta mesa dizer mal de outrem", começou as declarações.

Oito dias antes Lourenço Coutinho e Isabel Cardoso, sua irmã, tinham-se lavado na quinta-feira; Antonio José e Leonor Maria tinham-se lavado na sexta-feira e não tinham comido na sexta, dizendo esta ao Sol posto, perto das Ave-Marias, que estava doente, doia-lhe o corpo e pondo-se a chorar; mudara a roupa de cama, e tudo fizeram para se não descobrir que jejuavam judaicamente; muitas vezes toda a familia deixava de ir á missa; passavam bem a semana inteira, mas no sabbado queixavam-se da saude, para não trabalhar e domingo não ir á igreja; na quinta-feira maior, sexta-feira da paixão e sabbado da alleluia deixaram-se ficar em casa: em summa, das pessoas da casa só Balthazar

Rodrigues e sua mulher Antonia Theodora vivem catholicamente, os mais vivem como hereges, apartados da fé e sem emenda.

Pois que Leonor Gomes abona a orthodoxia de Anna Theodora, vejamos como esta explica os moveis que levaram a adusta filha de Cabo Verde a denunciar os senhores.

A 19 de Fevereiro de 1739, Antonia Maria Theodora, christã velha de 31 annos de idade, disse, “que entre o réo Antonio José da Silva e uma preta escrava da mãe do mesmo, chamada Leonor, e uma ama de leite que o dito réo tinha em casa, chamada Maria não sabe de que, havia duvidas e differenças grandes em casa do mesmo réo, porque tanto a dita ama de leite como a escrava eram pessoas de máo procedimento e ruins costumes, vivendo com alguma soltura e deshonestidade, sendo uma capa da outra. Por cuja causa, querendo o réo atalhar essas desordens, castigando a preta e querendo deitar a ama fóra, disto nasceu conjurarem-se ambas, aconselhando a ama de leite á dita escrava que levantassem falsos testemunhos ao réo e a toda a gente da casa, porque assim se veria fórra para casar com um preto com quem tinha trato, dizendo a preta também muitas vezes quando a castigavam, que havia de ir ao Santo Officio e levantar a si mesma um testemunho falso de ser feiticeira, só afim de se ver livre do captiveiro e daquela casa”

Depois de 10 de Outubro não se fala mais de Leonor Gomes; assegura Theophilo Braga que sua estu-

pidez ficou de tal modo aterrada com a escuridão da masmorra e lembrança da fogueira, que morreu transida a 11 de Maio de 1738.

Não faltaram continuadores de sua obra. A 8 de Abril o alcaide do carcere deu denuncia que, como lhe communicaram os guardas, Antonio José jejuara judaicamente.

O testemunho de Hyppolito ajudará a compreensão do que se segue. O carcere em que o puzeram “era um pequeno quarto de doze pés por oito, com uma porta para o corredor, e nesta porta duas grades de ferro distantes uma da outra a grossura da parede, que é de quatro palmos, e por fóra destas grades ha outra porta de taboa; no cimo desta porta de taboa fica uma bandeira ou fresta, por onde entra no quarto a claridade reflexa que lhe póde vir da luz do corredor, a qual o corredor de fóra recebe das janellas que tem para os xagões.”

“Nesse pequeno quarto havia um estrado de taboa com um enxergão que me servia de cama, uma bilha com agua e um vaso para as necessidades da natureza, que se despejava de oito em oito dias, emquanto eu ia á missa. Este carcere é de abobada por cima e por baixo e o pavimento de tijolos, e como as paredes são de pedra e mui grossas, é o aposento no inverno, sobre muito frio, tão humido que as paredes e grades via muitas vezes cobertas de gottas de agua como de grosso orvalho: a minha roupa durante o inverno estava continuamente molhada. A ração ordinaria consta de meio arratel de carne cosida que, na verdade vem sem osso, como se costuma dizer, mas como o osso que

lhe tiram entra no peso do meio arratel, vem alguns dias a porção a ser limitadissima; mais algumas colheires de arroz, uma tijela de caldo.

A 12 houve a audição de testemunhas; seguiram-se outras de modo a ficarem provados cinco jejuns jûdaicos por parte do preso. De todos esses testemunhos tomaremos apenas o que diz respeito ao habito exterior do Judeu. Era magro, alvo, de mediana estatura, cabelo curto, castanho escuro, véstia parda, roupão azulado e forrado de encarnado, passeava sempre com as mãos mettidas nas mangas, acordava cedo, não se benzia ao saltar da cama, ás ave-Marias, ao anoitecer, punha-se de joelhos e rezava, affirmou a primeira turma de guardas. Era de feições e cara miuda, com pouca barba—affirma outra turma—não usava de contas para rezar nem de umas Horas que tinha sobre a canastra, levava o dia passeando ou deitado na cama. A terceira turma jura que, depois de muito passear, chegou á grade e pela fresta do carcere olhou para o céo, em que se demorou algum espaço de tempo, posto de joelhos, com alguma devoção para o ar; á noite parou na porta do carcere, fazendo diligencia para ver a estrella.

Houve cinco turmas de juramentados que foram dezesete: affirmaram todos que Antonio José deitava a carne no vaso immundo, servia-se de agua só para lavar as mãos, sem comer ou beber nos dias em que foi vigiado senão depois de anoitecer; e tudo isto notaram de uma vigia occulta por onde se podia ver o que se passava dentro no carcere.

Accusações mais graves levantaram dois companheiros de cubiculo. A 10 de Junho jurou José Luis de Azevedo, christão novo, ferreiro, que praticara alguns jejuns judaicos por incitação do réo, e pede por amor de Deus que o tirem de semelhante companhia, porque antes quer estar mettido só em um carcere do que poder ter occasião de tornar a cahir nas culpas que tem confessado. A 30 de Dezembro e a 19 de Janeiro do anno seguinte de 1739 jurou Bento Pereira que o réo tentara converte-lo, ria ouvindo pronunciar o nome de Jesus; “disse mais que depois que entrou o novo anno só duas vezes tem jejuado o dito seu companheiro, e estas foram no primeiro dia do anno, que cahiu em uma quinta-feira e na seguinte, que foram oito deste presente mez e em ambos estes dias jejuou na sobredita fórma, isto é, estando todo o dia sem comer nem beber até noite em que ceiou pelas 6 horas, pão, queijo e manteiga, e parece-lhe que tambem comeu uns camoezes que tinha no carcere, e em todos os mais dias deste mez tem deixado de jejuar, ainda que nunca coma carne, a qual guarda sempre na canastra e depois a lança no vaso immundo, e janta então pão, queijo e manteiga e algumas cousas mais que tem no carcere”

Sobre estas duas testemunhas decisivas apurou Theophilo Braga preciosas informações. Não existe o processo de José Luis de Azevedo e póde suppôr-se que era falso preso, destacado para delator; Bento Pereira, soldado de cavallaria dos Dragões de Beja então aquartellados em Santarem, foi solto no proprio dia da execução de Antonio José.

Vejamos agora o processo deste.

A 22 de Outubro de 1737 fez-se o inventario de seus bens, a 15 de Novembro a sessão de *genealogia*, a 26 foi interrogado *in genese*, novo exame soffreu a 3 de Junho de 38; a 19 de Setembro foi interrogado *in specie*. Sua resposta foi sempre a mesma: renunciara sinceramente ao judaismo desde a sua abjuração solenne, e desde então fôra sempre verdadeiro e sincero catholico praticante. A 24 foi-lhe entregue o libello, a que respondeu por negação no dia seguinte, ajudado por seu procurador o Dr. José da Mata Freire. Indicou certas testemunhas que, interrogadas depois, effectivamente lhe foram muito favoraveis.

A 13 de Novembro foi-lhe entregue a prova da justiça, ou o que por prova a entendia o Santo Officio.

O *Regimento do Santo Officio da Inquisição* é a esse respeito de clareza que nada deixa a desejar. Dispõe o livro 1.º, titulo 6.º, § 22:

“Depois dos réos serem accusados, requererá o Promotor que se lhe faça publicação da prova de justiça, se os processos estiverem em termos para isso; e quando os réos pedirem que se lhes declare o logar do delicto e os inquisidores por seu despacho o mandarem declarar, o Promotor fará a tal declaração, calando a parte individual em que o delicto foi commettido, como será quando o crime se commetteu na Igreja de S. Domingos de Lisboa, declarando que o logar é Lisboa, calando a Igreja que é a parte, e assim nos mais casos semelhantes.

“E quando o logar em que os réos commetteram o delicto fôr tão pequeno ou tiver taes circumstancias que se fôr declarado ao réo, virá elle em conhecimento

de quem foram as testemunhas, o Promotor, considerando a distancia que vai deste logar á cidade, villa ou logar mais notavel, dirá que o réo commetteu a culpa em tal distancia da dita cidade, villa ou logar; convem a saber, quando o réo commetteu o crime em uma quinta uma legoa de Lisboa, dirá que o réo commetteu o crime uma legoa ao redor de Lisboa.

“E se as culpas forem commettidas no carcere, sendo o réo morador na cidade em que assiste o Santo Officio, ou havendo noticia que veio a ella no tempo que a publicação da prova de justiça lhe dá a culpa, declarará o Promotor que o réo o commetteu na tal cidade; mas não sendo nella morador, nem havendo noticia certa que veio a ella no tal tempo, dirá que a culpa se commetteu no Arcebispado ou Bispado em que reside o Santo Officio”

Diante de disposições tão claras, eram impertinentes e ridiculas as perguntas apresentadas pelo réo e advogado, como por exemplo: Em que parte e logar dizem as testemunhas que o réo com ellas se juntara? E si foi na rua ou em casa? Como se chamava á rua e de quem era a casa? Que fundamento tiveram para entenderem e affirmarem que a abstinencia do réo fôra jejum judaico? como se resolveram a conjecturar que a tal abstinencia no caso supposto fôra em observancia da lei de Moysés e não por fastio que tivesse, ou indisposição do estomago, ou a alguma pena que lhe tirasse a vontade de comer no decurso do dia, e que á noite não fosse especial appetite o comer que não fosse carne? Que razão tiveram para entenderem que o ves-

tir roupa lavada, no caso em que procedeu fôra por observancia judaica, e não por asseio proprio, ou por ter de ir fôra naquelle dia e querer sahir com limpeza?

A unica resposta foi a repergunta das testemunhas na fórmula primitiva: todas confirmaram seus dizeres, cada uma mereceu credito do Tribunal, “pela razão que dá”; duas já eram mortas, entre ellas a terrivel Leonor Gomes. A repergunta fez-se a 20 de Setembro, 22, 24 e 26 de Novembro de 38, e 4 de Fevereiro de 39.

No dia seguinte foi o réo citado para receber a prova de justiça, accrescida de novos *itens* á vista das reperguntas. Entregue a prova, o réo, por seu advogado, pediu que fossem ouvidas certas testemunhas de defesa, o que se fez a 19.

Conclusos os autos, a 11 de Março sentenciaram os Inquisidores que “o réo como herege apostata da nossa santa fé catholica, convicto, negativo, pertinaz e relapso, fosse relaxado e entregue á justiça secular, *servantis servandis*, e que incorreu em sentença de excommunhão maior e confiscação de todos os seus bens para o fisco e camara real, e nas mais penas de direito e outras semelhantes estabelecidas, e que deve ser havido por hereje do mez de Abril de 1738 em diante” Em outros termos: só começou a commetter o crime porque ia padecer seis mezes depois de por elle estar recluso. O conselho geral, em presença do Inquisidormór, confirmou a sentença a 13 de Março.

E nada mais tinha, portanto, a Inquisição com o preso.

Agora chegava a vez da justiça secular a quem estava relaxado ou devolvido. O conhecimento do crime de heresia pertence principalmente aos juizes ecclesiasticos, preceituam as *Ordenações*, livro 5.º, titulo 1.º “E porque elles não podem fazer as execuções dos condemnados dos ditos crimes por serem de sangue, quando condemnarem alguns herejes, os devem remetter a nós com as sentenças que contra elles derem, para os nossos Dezembargadores as verem, aos quaes mandamos que as cumpram, punindo os herejes condemnados como por direito e dever”

A 16 de Outubro de 39, de mãos amarradas, tendo ao lado o padre Francisco Lopes, da Companhia de Jesus, que devia prepara-lo para a terrivel jornada, foi-lhe feita a notificação de que, “por não ter a Igreja mais que fazer com elle por se haver feito indigno da misericordia que no primeiro lapso lhe foi concedida, tendo a Deus sómente diante dos olhos, a verdade infallivel de nossa Santa Fé e a extirpação das heresias, com o mais que dos autos resulta a disposição do direito em taes casos, *Christi nomine invocato*, declaram o réo Antonio José da Silva, por convicto, negativo, pertinaz e relapso no crime de heresia e apostasia, e que foi hereje apostata de Nossa Santa Fé Catholica convicto, negativo, pertinaz e relapso, o condemnam e relaxam á justiça secular, a quem pedem com muita instancia se haja com elle benigna e piedosamente e não proceda a pena de morte nem effusão de sangue.”

Um estrangeiro que estava em Portugal, approximadamente por este tempo, descreve nos seguintes termos um Auto da Fé a que assistiu:

“Tive licença de entrar no Palacio do Santo Officio. O Rei alli foi ter antes que a procissão interior dos criminosos principiasse. Admirei a bondade deste Principe que pessoalmente quiz falar aos mais criminosos e exhorta-los ao arrependimento. Entre estes desgraçados havia um padre brasileiro, christão velho que tinha abraçado o judaismo, e se havia feito circumcidado, contra as leis do Estado. Sua magestade apressou-se a converte-lo, pedindo-lhe que reconhecesse seu Salvador e se subtrahisse ao supplicio que ia padecer, perecendo nas chammas como um reprobado, um rebelde a seu Rei e ás leis do Estado. Empregou as expressões mais commoventes para vencer a obstinação deste indigno sacerdote, assegurando-o de sua protecção e prometendo-lhe uma pensão para a sua decente subsistencia. Todos os assistentes ficaram enternecidos da bondade do Rei para com este miseravel, que preferiu ser queimado a renunciar ao Judaismo. O Rei falou da mesma fórma a varios outros, alguns dos quaes reconheceram seus crimes e imploraram a clemencia do Rei que lhes perdoou.

“Depois desta cerimonia, a procissão que tinha percorrido o interior do Palacio do Santo Officio sahiu e se encaminhou para a Igreja de S. Domingos, onde leram os processos do criminoso, e fizeram as ceremonias usadas em casos identicos. Depois a procissão sahiu da igreja e percorreu as ruas da cidade, onde as tropas tinham formado alas. Nestas occasiões mandam vir alguns regimentos para segurança publica e para prevenir as desordens que os Judeus escondidos poderiam causar na cidade. O Rei não apparece publica-

mente na praça da execução; assiste comtudo embuçado no seu capote com os Principes seus irmãos.

“Sua Magestade ordenou que embora as sentenças da Inquisição fossem olhadas como soberanas, deviam comtudo ser revistas pelo seu Tribunal. Permittiu aos criminosos que tomassem advogados para sua defesa, o que faz que embora a procissão comece de manhã muito cedo, seja noite quando se faz a execução.”

Depois de longamente defender a inquisição, continúa o mesmo autor:

“Devo comtudo advertir aos estrangeiros que forem a Portugal e quizerem assistir a esta cerimonia, que devem andar com a maior prudencia no dia do Auto da Fé, de modo que nada façam ou digam que possa escandalisar a superstição dos Portuguezes. Devem estar bem seguros a respeito das pessoas com as quaes vão ver passar a procissão: pois os Portuguezes não estão menos animados naquelle dia a favor da Gloria da Inquisição do que o estavam antigamente as bacchantes em honra do deus da parreira. E' difficil que o estrangeiro passe por entre as chusmas de que as ruas estão apinhadas sem que as pessoas do povo baixo deixem de resmungar por entre os dentes injurias que significam em geral: “*Que bem que ficava uma carocha a este herege!*” Proferem ordinariamente mil maldições contra os desgraçados que vão queimar e, se vêem algum espectador tristonho, não deixam de lhe dizer que está triste por levarem seus irmãos a queimar na fogueira. Vemo-los por toda a parte dominados pelo zelo, exclamarem: “*Que grande clemencia! Bemdito seja o Santo Officio!*”

“Para não andarem expostos aos insultos do povo é melhor ver de uma janella, e não falar com ninguem, e ter nas mãos a lista impressa, a qual contem os nomes dos desgraçados que vão executar, seus crimes, sentenças e supplicios que vão padecer. Deste modo, entretidos a ler, não incorrem no risco de faltarem áquella discrição que é preciso ter

“O padre do Brasil, que antes quiz deixar-se queimar vivo do que renunciar ao judaismo, tinha pelo menos sessenta annos de idade. Não deu prova de fraqueza alguma, e nem sequer se dignou responder uma só palavra aos jesuitas e aos frades que lhe diziam ao ouvido que se convertesse e que lhe não poupavam injurias. Os outros, que só deviam ser queimados depois de estrangulados, repetiam em voz alta as orações e a ladainha, que os padres que iam ao lado delles recitavam. Tinham amarrado com tanta força as mãos do padre e com uma corda tão fina que ella quasi que serrava os pulsos: uma tal pressão devia ser para elle um grande tormento e supportou-o desde as cinco horas da manhã até bem pela noite dentro. Antes de o queimarem, esfolaram-lhe as extremidades dos dedos que tinham podido tocar na hostia Santa.

Soffreu o fogo sem dizer mais que estas palavras: “E’ uma grande infamia e uma grande vergonha tratarem assim um homem que morre por affirmar que não ha mais do que um Deus, que vos ha de punir, desgraçados, de o offenderdes desta forma”

“Afastou alguma coisa o fogo com o seu lenço, e tendo pegado fogo neste lenço, rendeu o espirito este padre e foi reduzido a cinzas. Sua constancia neste cruel supplicio foi um grande triumpho para os christãos novos ou judeus disfarçados e uma mortificação sensível para o clero.

“E’ nestes tristes momentos, e emquanto conduzem os judeus ao supplicio, que é facil reconhecer no

seu rosto si elles são da raça de Israel. Alguns desses miseraveis levam a obstinação ao ultimo extremo e não querem confessar suas faltas senão quando vêm na Igreja de S. Domingos suas mulheres ou alguns de seus parentes em o numero daquelles que confessam haverem judaizado. Como assistiram com elles ás ceremonias illicitas da sua religião, conhecem bem que ha provas sufficientes contra elles, e então pedem publicamente perdão á Inquisição.

Os judeus escondidos em Portugal são mui avaros e interesseiros, mas não se póde negar que tenham muita constancia e firmeza e, em geral, são muito para lamentar. Cedo ou tarde a maior parte delles padece a punição que mereceram por terem infringido a lei fundamental do Estado, que prohibe todo o exercicio da religião judaica. Sua sorte é pouco mais ou menos a dos salteadores, que depois de terem muitas vezes fugido ao perigo, caem, com o andar do tempo e por casos imprevistos, nas mãos da justiça.”



28 DE JANEIRO

Publicado no *Jornal do Commercio* de 28 de Janeiro de 1908, em commemoração do 1.º Centenario da Abertura dos Portos, sem assignatura, e identificado no archivo do professor Eugenio Raja Gabaglia, amigo de Capistrano de Abreu.

28 DE JANEIRO

Os Estados geraes reunidos em Versailles nos primeiros dias de Maio de 1789, depois de uma interrupção de quasi dois seculos, defrontavam problemas arduos e inadiaveis. Tratava-se aparentemente de remediar a situação financeira da França, produzida por longas éras de imprevidencia e desbarato; mas remedios efficazes só podiam proceder de reformas que attingiam os fundamentos da monarchia, desde o solio absoluto e as classes privilegiadas até o povo faminto e embrutecido.

A obra gigantesca pedia tempo e calma. Por felicidade afigurava-se propicia a constellação internacional. Na Espanha e, em grande parte na Italia, reinavam Bourbons, presos á França por laços e pactos de familia. A triplice alliança do Norte inspirava-se em sentimentos pacificos. A Inglaterra, dirigida por Pitt, empenhava-se em reduzir suas dividas e expandir seu commercio, e orientava-se para as idéas fecundas que Adam Smith acabara de revelar ao mundo surpreendido. Austria e Russia embebiam-se nos negocios do Oriente, onde Polonia e Turquia desafiavam os appetites. Ainda por cima, a Austria achava-se a braços com graves difficuldades internas, suscitadas pela politica aventureira de José II. Podia, pois, o povo francez metter confiado hombros á empreza.

O mez de Maio e Junho quasi inteiro, passaram os representantes dos tres Estados em questões preliminares que um governo menos imprevidente poderia

ter prevenido. Tratava-se em summa de tres camaras, cada qual deliberando e votando em separado, ou deviam fundir-se em uma só, passando os projectos por maioria de votos? Esta solução exigia o terceiro Estado, com seus deputados tão numerosos como os dos outros reunidos, falando em nome da quasi totalidade da nação e não faltava entre a nobreza e o clero, sobretudo entre os curas irmanados com os camponeses pela pobreza e pelas humilhações, quem adherisse ao mesmo parecer. Depois de tergiversar num e noutro sentido, Luiz XVI aceitou a fusão. A 27 de Junho constituiu-se regularmente a Assembléa Nacional.

No decurso destes debates irritantes deram-se movimentos de tropas, correram boatos ominosos sobre planos reactivos da Côrte: verdadeiros ou falsos, disseminaram germes de desconfiança e discordia que nunca mais se extinguiram. Respondeu-lhes o povo de Paris, com a tomada da Bastilha, a 14 de Julho, inicio de um periodo revolucionario, pela desorganização, logo observada, da força publica, em quem a realeza não pôde mais se estear, e pela entrada desordenada do poviléo, traduzida em lynchamentos clamorosos. O movimento propagou-se por todo o paiz: depois de um grande pavor a que succumbiu quasi, a gente do povo atirou-se contra os castellos, e o incendio e a devastaçãõ campearam por todos os lados.

Symptoma pouco tranquillizador manifestou-se no exodo da nobreza para o estrangeiro. Capitaneou a retirada o Conde de Artois, irmão do Rei, joven tão leviano como pusillanime, que depois da vida mais ac-

cidentada, devia quasi meio seculo mais tarde occupar o throno, de onde suas imprudencias senis despenharam a familia, e desta vez para sempre em 1830. Imitaram-no principes de sangue, fidalgos de alta linhagem, deixando sem chefe os que podiam oppor-se á onda avassalladora. Do exercito, cujos altos cargos monopolizavam, desertaram mais de dois terços dos officiaes. Estes emigrados passearam pelas côrtes europeas, missionarios do descredito nacional, mendigos de alto cothurno, inuteis e insaciaveis. Sommando alguns milhares congregaram-se nas fronteiras, prégando uma cruzada feroz contra a nova ordem de coisas e preparando e protegendo a invasão da patria.

A 4 de Agosto, em uma só noite, debaixo do mais nobre enthusiasmo, a Assembléa Nacional aboliu os direitos feudaes, premios exorbitantes, mas até certo ponto merecidos, de serviços prestados em outros tempos, sobrevivencias injustas e absurdas depois que á vida da côrte e á ociosidade aristocratica se reduzira toda actividade social dos privilegiados. Esta supressão heroica despertou protestos indignados na Alemanha, entre principes eleitores e cavalleiros afazendados na Alsacia, lesados em suas prerogativas e proventos garantidos por convenções solennes, e foi uma das causas immediatas da guerra. A 27 de Agosto approvou-se a declaração dos direitos do homem, enunciação generosa dos principios de hoje aceitos por todos os povos livres, incorporados implicita ou explicitamente em todas as constituições modernas, precursores ao mesmo tempo de tendencias cosmopoliticas que

o decorrer dos acontecimentos avigorou ao ponto de enfeixá-las em certo messianismo, ou antes islamismo, pois á força armada coube o principal papel em sua propagação.

Proseguia entretanto a confecção das leis constitucionaes, discutia-se a dualidade do poder legislativo e as limitações do véto quando, a noticia de um banquete offerecido pelos guardas de corpo ao regimento de Flandres, deu azo a graves perturbações. A agape fraternal foi convertida em conjuração sanguinaria; as manifestações de lealdade á familia real ecoaram em Paris como ameaças liberticidas; as tentativas de reacção desfeitas pela tomada da Bastilha, pareceram resurgir com maior violencia. Desde logo milhares de mulheres encaminharam-se para Versailles, a pretexto de protestar contra a carestia, homens resolutos engrossavam a mó, fechava o prestito a guarda nacional recentemente creada e, por isso mesmo, irrequieta e impetuosa. O paço foi investido, a rainha correu perigo de vida, cahiram mortos alguns dos defensores, cujas cabeças decepadas serviram de trophéo aos triumphadores. Para amainar a tempestade o rei teve de sancionar a declaração de direitos e transferir a 6 de Outubro a sua residencia para Paris. Acompanhou-o a Assembléa Nacional; monarca e legisladores ficaram desde então sujeitos aos remoinhos da demagogia parisiense.

Na celebre noite de Agosto tinham sido abolidos os dizimos ecclesiasticos. A 2 de Novembro os bens da igreja foram postos á disposição da Nação. A aboli-

ção dos dizimos attendera ás queixas dos camponezes. A desapropriação dos bens ecclesiasticos, deixando de parte a questão de principios, só interessava aos magnatas, méros usufrutuarios. Tomando a si as despesas do culto, o Estado, até certo ponto, attenuava a espoliação.

O espirito conciliador revelado pela igreja em se tratando de questões de fazenda, desapareceu apenas sua disciplina interna foi atacada, como era de esperar, dos voltaireanos, jansenistas, deistas e ateus influentes da Assembléa Nacional. A 12 de Junho de 1790 a Constituição civil equiparou o numero dos bispados ao dos departamentos, considerou elegiveis e méros funcionarios publicos os curas e prelados, para estes substituiu as bullas de confirmação pontificia por méras epistolas de communhão. A 27 de Novembro decretou-se que o clero prestasse juramento ás leis, sob pena de serem considerados demissionarios os que se recusassem e perseguidos como perturbadores da ordem os que teimassem em exercer suas funcções. Outros actos distinguindo os ecclesiasticos em constitucionaes e refractarios, supprimindo as ordens religiosas, aggravando a situação dos que se conservaram fieis á tradição, foram promulgados nos seguintes annos. Tudo se fez para incompatibilizar a igreja e a sociedade moderna. Sob fórmãs attenuadas ainda hoje o combate continúa renhido.

O Rei sancionou a Constituição civil do clero em 24 de Agosto. Cento e trinta bispos, quarenta e seis mil sacerdotes recusaram o juramento, prestado ape-

nas por quatro bispos e dois coadjutores. Em 10 de Março de 1791, Pio VI reprovou a Constituição civil e proibiu o juramento. Os clérigos constitucionaes ficaram sendo schismaticos.

Fiel catholico, o Rei debatia-se numa situação dolorosa para sua consciencia. Não podia recorrer aos sacerdotes constitucionaes condemnados pela Santa Sé. Tão pouco lhe permittiam servir-se dos refractarios, desobedientes á lei. Foi este um dos motivos que o levaram, em companhia de sua familia, a sahir de Paris, em 20 de Junho, com destino a Metz, de onde seria facil passar para o estrangeiro si faltassem os batalhões com que contava. Reconhecido em Varennes teve de voltar para Paris. Tão forte e unanimes se manifestaram, porém, os sentimentos monarchicos das provincias por onde passava o prisioneiro, que os constituintes apenas se atreveram a suspende-lo. Com o juramento da constituição a 14 de Setembro lhe foi restituída a plenitude do poder

A 1 de Outubro de 1791 a Constituinte foi rendida pela Assembléa Legislativa. Na massa amorpha da nova corporação dominavam a paixão anticlerical, o odio aos emigrados, velleidades bellicosas: tendencias republicanas não appareciam nitidamente. Um politico intelligente poderia deparar elemento de governo e governar: o Rei limitou-se a exercer a prerogativa do véto e aguardar socorros do exterior

A guerra fôra evitada até ali graças á prudencia do Imperador da Alemanha, irmão da Rainha, Maria Antonietta; á esquivança da Inglaterra, pouco dispos-

ta a immiscuir-se em complicações internacionaes, cujo desfecho ninguem podia prevêr, e finalmente ao receio dos exaltados de que a corôa sahisse fortalecida de uma campanha feliz. Agora o exercito estava minado pelo espirito revolucionario e representava a melhor arma de combate contra a realeza. O novo Imperador não possuia a prudencia de seu pai, o sagaz Leopoldo II.

Reclamações sobre os direitos feudaes abolidos na Alsacia precipitaram a crise. A 20 de Abril de 1792 o Rei foi á Assembléa declarar guerra á Austria. Nella, desde o principio tomou parte a Prussia como alliada da Aústria.

As tropas da França contaram as derrotas pelos rencontros; varias cidades fronteiriças foram tomadas sem resistencia, o territorio foi invadido. A declaração da patria em perigo electrizou a população, mas seus effeitos não se fizeram logo sentir

Entretanto, apregoava-se em Paris, o inimigo não acampa só nas fronteiras; dentro dellas conspiram os peiores elementos e cumpre elimina-los para assegurar a victoria. A 20 de Junho foi invadido desrespeitosamente o Paço, e só a sua coragem deveu Luiz XVI não ter sido assassinado. A 10 de Agosto houve combate á roda das Tulherias, seguido de morticinio frio dos defensores; o Rei, para evitar maiores desgraças, refugiou-se na Assembléa que o depôz e convocou uma convenção nacional. De 2 a 6 de Setembro foram exterminados methodicamente os presos politicos detidos nas prisões de Paris, padres refractarios, mulheres nobres, parentes de emigrados, simples suspeitos.

A Convenção Nacional reuniu-se a 21 de Setembro, proclamou a Republica e tratou de processar o Rei. Condemnado á morte, foi executado em 21 de Janeiro de 1793.

Já neste tempo a situação do governo mudára. Os Prussianos, batidos em Valmy a 20 de Setembro, começaram o movimento de retirada. A 23 de Outubro a fronteira se achava desaffrontada. A batalha de Jemmappes a 6 de Novembro, a occupação de Bruxellas a 14, libertaram os Paizes-Baixos do jugo secular dos Austriacos. A navegação do Scheldt foi declarada livre, apesar dos muitos tratados que dispuham o contrario. A 19 de Novembro, a Convenção, enveredando pela estrada da propaganda armada, prometteu auxiliar todos os povos dispostos a sacudir a oppressão.

A Inglaterra, que se mantivera em absoluta neutralidade, chamou seu embaixador em Paris logo depois dos successos de 10 de Agosto, deixando ahi um simples encarregado de negocios. A proclamação da Republica não a aterrou e pôde-se até esperar que a reconheceria, como reconhecera a constituição de 1791. Contra a abertura do Escalda reclamou, por lesiva a seus interesses e offensiva de factos internacionaes em que entrara como fiadora. Indignou-a o decreto de 19 de Novembro, facho incendiario, destinado a conflamar todo continente. Entretanto, proseguiram as negociações; só depois da execução do Rei, foi mandado sahir do reino o encarregado de negocios na França. Respondeu-lhe a Convenção Nacional declarando-lhe guerra a 1 de Fevereiro.

Desde os primórdios a revolução melindrara o entusiasmo religioso, a fé monarchica e o genio ardente do povo espanhol. Num conflicto com a Inglaterra a proposito da ilha de Vancouver, os constituintes impediram a remessa de auxilios garantidos pelo pacto de familia e tanto mais se acirrou a hostilidade. O Conde de Floridablanca, primeiro ministro, forneceu subsidios quantiosos aos principes emigrados, protegeu conspirações realistas, perseguiu e expulsou todos os Francezes suspeitos e até os que razoavelmente não se podia considerar como taes, desconsiderou os diplomatas mandados de Paris e agitou-se no empenho de organizar uma coalisão contra a França. A 29 de Fevereiro de 1792 substituiu-o o Conde de Aranda que seguiu rumo contrario, todo complacencias e fraquezas. Destes dois famosos ministros de Carlos IV fez um o que deveria fazer o outro, pondera um historiadore; a politica de paz e neutralidade de Aranda seria tão opportuna no tempo do ministerio de Floridablanca, como a politica bellicosa deste, contemporanea da guerra contra a Austria e Prussia, corresponderia ás exigencias da situação sob o ministerio de Aranda.

A 15 de Novembro Aranda teve de ceder o logar a Manuel Godoy, joven fidalgo extremenho, de vinte e cinco annos, que possuia por titulo unico, a tamanhas responsabilidades, ser amante da impudica rainha. Carlos IV, Maria Luiza e Godoy reportam o espirito a Roma imperial, lembram Claudio, Messalina e Narciso. E, caso singular, si a rainha realizava impossiveis para satisfazer as velleidades do amante, o rei vo-

tava tal affecto a seu querido Manuel que só a morte poudo separa-los.

Godoy procurou salvar Luiz XVI, e suas propostas cada vez mais urgentes á Convenção acompanharam-no até o ultimo momento. A morte do Rei causou em todo paiz uma impressão extraordinaria: um povo inteiro levantou-se, bradando por vingança, offerecendo todos seus haveres para as despezas, prestes a marchar contra o inimigo, desde os duques e prelados maiores até os mendigos e contrabandistas. A 19 de Fevereiro foram entregues os passaportes ao ministro de França. A 7 de Março a convenção nacional declarou guerra á Espanha.

Durante parte destes annos agitados reinava em Portugal D. Maria I.

A 1 de Fevereiro de 1792 acommetteu-a um accesso de loucura; a 10 de Fevereiro assumiu a regencia seu filho D. João.

Nem um interesse lesára, nem uma offensa ou humilhação atirara a França ao velho reino, cujo interesse, quando toda Europa entrava em luta, consistia claramente em manter-se na mais completa neutralidade. A convenção facilitou-lhe esta attitude, mandando em Março de 1793 Antonio Darbault, como secretario da Legação, reatar as relações suspensas pela retirada do Conde de Chalons. Lord Saint Helens, incumbido de pactuar alliança com o Governo espanhol, seguiu para Madrid sem desembarcar em Lisboa. Na sua cegueira o Ministerio recusou-se a reconhecer o

caracter official do emmissario francez e fe-lo retirar com a maior brevidade. Quando soube do pacto firmado em Arrajuez, em 25 de Março, não descansou emquanto não logrou fazer igual, pois uma triplice alliança era desde muito sua monomania. Não o conseguiu inteiramente, mas, separadamente: a Espanha satisfez-lhe os desejos em 15 de Julho, e a Inglaterra, de cujo abandono e menospreço se queixara, em 26 de Setembro.

Uma esquadilha portugueza transportou logo cinco mil e quatrocentos homens e vinte e duas bocas de fogo a reunir-se com os Espanhóes que combatiam nos Pyreneus orientaes. Na primeira campanha os dois exercitos alliados colheram mais de um triumpho, chegaram perto de Perpignan, e com um pouco mais de iniciativa e resolução poderiam alcançar Tolosa, pois, nas regiões atravessadas, dominava o partido monarchico, e os proprios girondinos, em luta contra a Montanha, os acolheriam como libertadores.

A tibieza dos generaes estragou situação tão vantajosa e quando, retomado Toulon, os Francezes puderam prestar attenção á fronteira espanhola, tudo levaram diante de si.

A frota portugueza reuniu-se á ingleza e ajudou-a a vigiar a costa do Atlantico. Mais tarde operou no Mediterraneo, bloqueou durante algum tempo a ilha de Malta e collaborou na destruição da esquadra napolitana. Foi sempre systema dos Inglezes nesta guerra — e os successos o mostraram quanto era acertado — destruir ou sequestrar as esquadras com que não podia contar. Os Portuguezes não tomaram parte em um

só dos grandes combates que tornaram memoravel aquella época nos fastos maritimos; em 1800 recolheram-se ao Reino.

Os revezes soffridos de um e outro lado dos Pyreneus, a invasão já iniciada pelos heroicos soldados da revolução, que por onde passavam iam semeando idéas de liberdade, abateram a furia bellicosa e mostraram a Godoy e á Rainha a urgencia de conseguir a paz com o inimigo victorioso. Convenções com a Inglaterra e Portugal dispunham que a paz só podia ser feita conjunctamente pelas tres potencias alliadas, mas que importava isto ao guapo aventureiro? Entretanto, tentou-o por linhas tortuosas e subterraneas, simultaneamente na Espanha e Suissa. Era talvez o caminho mais apropriado. Os dois belligerantes nutriam pretensões igualmente dezarrazoadas que o tempo se encarregou de ir arredando. Como a França precisava das tropas empregadas na Espanha para reforçar as da Italia, mostrou-se cada vez mais conciliadora, a ponto de contentar-se com parte da ilha de S. Domingos. A 22 de Junho de 1795 assignou-se a paz de Basel, que, com outras ultimadas antes ou logo em seguida, rompeu a primeira coalisção da Europa contra a França. Godoy, que não aceitou a cessão de Portugal, foi agraciado pelo sempre bondoso Carlos IV com o titulo de principe da Paz. Neste tratado a França acceitou a mediação da Espanha quando se tratasse de estabelecer relações pacificas com Portugal.

Tambem por Basel andou Antonio de Araujo de Azevedo a ver se conseguia fazer as pazes do Reino

com a Republica Franceza. Exigiram-lhe o fornecimento de animaes, trigo, etc., e a restituição das capitancias do Pará e Pernambuco, primitivamente fundadas por Francezes, allegaram estes. Depois abriram mãos destes territorios, mas as negociações não proseguiram, porque era perder tempo entreter-se com propostas tão pouco firmes. Annos depois, graças á venalidade do Directorio, o diplomata portuguez fôï mais feliz, assignando em Paris em 10 de Agosto de 1797, um tratado pelo qual o Governo portuguez se obrigava a fazer indemnização de dez milhões de libras tournezas e alterava os limites com a Guyana franceza. Um artigo estipulava que, em caso de guerra com a França, Portugal não auxiliaria a Grã-Bretanha com tropas, dinheiro ou mantimentos: outro, marcava o maximo de seis para os navios de cada belligerante que podiam estar nas costas portuguezas. Estes artigos repugnaram em Lisboa, onde deixaram passar o prazo para a ratificação, e ainda mais um mez; então o Directorio annullou o tratado de 26 de Outubro, mandou recolher Antonio de Araujo preso no Templo e depois expulsou-o. Os successos posteriores mostraram como fôra previdente e quantos males se poderia ter evitado approvando a obra.

Logo em seguida á paz de Basel, a Espanha entrou em alliança com a França, e comquanto não movesse hostilidades contra o visinho, Portugal começou a sentir os effeitos de seu afobamento guerreiro. A guerra maritima tornou-se agora cada vez mais funesta para Portugal, escreve Schaefer, “pois que os por-

tos de Espanha e de suas colonias estavam abertos aos navios de guerra e aos corsarios francezes, e todas as costas de Portugal e das suas possessões nos restantes continentes, o seu commercio e a sua navegação quedaron expostos aos seus assaltos. As naus, com as opulentas cargas do Brasil, cahiram em mãos de Francezes. Não se passava um dia sem a noticia de uma nova presa que estes haviam feito; os negociantes, mórmente de Lisboa e Porto, soffreram grandes prejuizos e as fallencias augmentaram em todas as praças commerciaes maritimas portuguezas. Desde 1794, isto é, desde quando se deram as primeiras hostilidades, até a paz de Madrid no anno de 1801, as perdas soffridas pelos Portuguezes são avaliadas em duzentos milhões de francos. De modo que, estas grandes perdas que vinham juntas com a diminuição das lavras das minas brasileiras, dos direitos das mercancias commerciaes e das fazendas inglezas pescadas em grande porção por contrabando, ajuntando-se-lhes os gastos dos equipamentos militares ultimamente feitos, vieram a produzir um tão grande descalabro no erario publico que houve de se proceder a medidas extraordinarias para cobrir a escassez e para provêr as mais urgentes necessidades do Estado” Uma destas medidas foi o recurso ao papel-moeda. Fez-se a primeira emissão em 1797, seguida de quatro outras em 1798, 1799, 1805 e 1807. Ainda carregamos com esta herança.

Entretanto, o Directorio fôra deposto na França e Napoleão Bonaparte eleito primeiro Consul. Aos olhos

do genio da guerra só um inimigo apparecia ameaçando seus planos grandiosos: a Inglaterra que ella expellira de Toulon; que graças á situação insular zombara das tentativas de invasão; que fôra combater no Egypto e encontrara embargando-lhe os passos na Syria, dominadora dos mares por sua esquadra victoriosa, rival terrivel no continente pelo ouro inestancavel com que trazia a soldo os exercitos das outras nações. Um meio de ferir o colosso era abater Portugal.

Cumpria obter o auxilio da Espanha, cujo Rei se mostrava até então avesso a tomar armas contra o Principe, seu genro, esposo de Carlota Joaquina, a filha predilecta e digna filha da Rainha. Emissarios do primeiro Consul mandados á península voltaram convencidos de que nada era impossivel conseguir do Principe da Paz, e por conseguinte da Rainha, e portanto de Carlos IV. De facto, a 29 de Janeiro de 1801 Cevallos e Luciano Bonaparte assignaram um tratado pelo qual os Espanhóes invadiriam Portugal, occupariam juntamente com as tropas francezas, que já estavam em marcha, a quarta parte do paiz e obrigariam a fechar os portos aos navios britannicos.

As hostilidades começaram em Maio e terminaram em Junho. Os invasores não encontraram por assim dizer resistencia e marcharam de victoria em victoria. Só na America os acontecimentos tiveram desenlace differente; tropas irregulares atacaram os sete povos das missões, conquistaram-nas em poucas semanas e fixaram os limites pelo rio Ibicuhí. Luciano assignou a toda pressa o tratado de Badajós com

grande indignação do irmão, porém com grandes proventos. O tratado de Madrid agravou certas clausulas, mas o plano primitivo ficou burlado. E a paz de Amiens, assignada entre a França e a Inglaterra a 25 de Março de 1802, reconciliou os dois inimigos irreductiveis.

A paz de Amiens, tão saudada por todos, não devia durar muito, — por culpa da Inglaterra que não podia tolerar uma França tão grande e tão forte, escrevem os historiadores francezes, — por Napoleão ser incapaz de acatar os tratados mais explicitos e solennes, — respondem com vantagem do outro lado da Mancha. A Grã Bretanha foi a primeira a declarar a guerra e nova coalisção poz em armas todo continente.

Desta vez, Portugal absteve-se de correr em busca de aventuras; a poder de milhões comprou á França o direito de se manter neutro e sujeitou-se á tutoria dos dois Generaes Lanés et Junot, dois embaixadores encarregados de trazer sempre inquieta a côrte. Em 1805 o Principe Regente foi accommettido de convulsões, andou algum tempo segregado, talvez para disfarçar os infortunios domesticos, e circulou o boato de que estava soffrendo da enfermidade materna. Quem seria então regente? Carlota Joaquina?

A 16 de Janeiro de 1806, o Principe da Paz escrevia a Eugenio Izquierdo, seu agente confidencial em Paris, que o Principe de Portugal estava louco; as duas princezas que disputavam a regencia eram inimigas da Espanha, e si o Imperador quizesse, elle, principe da Paz, assumiria a regencia. Por Lacépède fez Napo-

leão saber a Izquierdo que apoiaria com sua influencia e até pelas armas todos os planos do principe da Paz relativos a Portugal; queria, porém, conhece-los com precisão. Depois de consultar os soberanos, expoz Godoy a 1 de Abril que seu plano era libertar de uma vez para sempre os interesses francezes e espanhóes do despotismo inglez em Portugal; precisava do auxilio da França para se apoderar de Portugal; poderia então ser-lhe confiada a regencia. Poder-se-ia tambem dividir o paiz em duas metades: uma do Norte, para o infante D. Francisco, terceiro filho de Carlos IV; e outra, para aquelle “cuja gratidão corresponderá sempre á bondade de Sua Magestade Imperial” Podia-se tambem, tirando uma parte da Galiza, dividir a região em quatro partes: uma para o infante D. Carlos, outra para o infante D. Francisco, a terceira para o actual Principe Regente de Portugal, e a quarta para “aquelle que pela benevolencia de Sua Magestade Imperial e de Suas Magestades Catholicas fosse elevado a essa altura” A negociação continuou e Talleyrand chegou a apresentar a Izquierdo um projecto de discussão em 15 de Junho. Outros successos mais importantes levaram estas combinações para o segundo plano.

Entretanto, Napoleão batia-se contra a segunda coalisção, vencia um a um todos os inimigos e do ultimo e mais terrivel, a Russia, fazia alliado intimo. Achar-se na mesma situação favoravel de 1801, antes de ser estrangulado Paulo I. Era chegada a vez da Grã Bretanha. Depois da batalha de Trafalgar não podia mais pensar em enfrenta-la no Oceano, e a tomada da

frota dinamarqueza era, como segunda derrota, igualmente decisiva. Em terra não podia feri-la, porque mais ouro que sangue inglez corria nos campos. Restava separar a ilha do continente, instituir o bloqueio continental, concepção gigantesca que só não foi realizada pontualmente por imprudencia do autor da execução. Si em 1808 não tivesse imprudentemente alienado a Espanha, si em 1810 não permittisse que as terras do Baltico abastecessem a Inglaterra de cereaes abundantes, certo de que o ouro drenado enfraqueceria o inimigo, como poderiam os Inglezes continuar a luta ?

Toda Europa curvou-se submissa e obediente aos pés do autocrata. De Portugal não exigiu só o fechamento dos portos, que seria logo concedido: exigiu tambem o confisco dos bens e a prisão de todos os subditos Inglezes.

Escreveu a seguinte carta ao Principe Regente :

“Senhor meu irmão e primo.

“Considerarei a paz do continente, pela qual recebo com prazer as felicitações de Vossa Alteza Real, como caminho para a paz maritima. Todas as medidas que tomei tendem a restabelece-la; são adoptadas pelas potencias que têm, como Portugal, interesse directo em fazer respeitar pela Inglaterra a sua independencia e os seus direitos. Meias medidas não teriam nem o mesmo bom exito nem o mesmo character de adhesão á causa commum, e Vossa Alteza Real pela força dos acontecimentos tem de escolher entre o continente e os insulares. Ligue-se intimamente ao interesse geral e garanto-lho na sua pessoa, na sua familia, a conservação do seu poder. Mas si contra as minhas esperanças Vossa Alteza Real puzesse a sua confiança nos

meus inimigos, só me restaria lamentar uma determinação que o afastasse de mim, e entregasse ao acaso dos acontecimentos a decisão de seus mais importantes interesses.

“Aproveito a occasião de renovar a Vossa Alteza Real a certeza da minha alta estima e da minha sincera affeição, e rogo a Deus, senhor meu irmão e primo, que vos tenha na sua santa e digna guarda.

“Vosso bom irmão e primo. — *Napoleão* — Palácio de Bambouillet, 8 de Setembro de 1807 ”

Respondeu-lhe D. João:

“Senhor meu irmão e primo. Acabo de receber a carta de V Magestade Imperial e Real de 8 do corrente, que o seu Encarregado de Negocios na minha Côrte me apresentou. Não vacillei um só instante em abraçar a causa do continente para condescender com Vossa Magestade Imperial e Real e para contribuir da minha parte para a aceleração da paz marítima. Nestas circumstancias criticas para a conservação dos meus estados americanos, que poderiam por-se independentes sob a protecção da Inglaterra, tomo a resolução de enviar para ali o meu filho primogenito o principe da Beira, para lá se demorar até á paz e assegurar a affeição de meus subditos no Brasil. Estou certo que esse passo ha de merecer a approvação de Vossa Magestade Imperial e Real, porque liga os interesses desta monarchia ao da Europa. Logo que meu filho tiver partido e entrar a minha esquadra que está no Mediterraneo (podendo ambas as cousas realizar-se dentro de poucos dias) publicarei a minha resolução contra a Inglaterra, segundo os intuitos de Vossa Magestade Imperial e Real, que póde contar com a minha fidelidade na execução.

“Sinto summamente que tenha havido nessa resolução um artigo que julguei contrario á minha consciencia, e a respeito do qual eu não possa condescender com os desejos de Vossa Magestade Imperial e Real; além de o haver crido contrario á minha consciencia, receei que os Inglezes tentassem immediatamente forçar o porto de Lisboa, para apresarem as propriedades e as pessoas, destruirerem ao mesmo tempo os navios dos meus subditos e apoderarem-se da minha real marinha, que estava desarmada.

“Aproveito esta occasião para reiterar a Vossa Magestade Imperial e Real a segurança da minha alta estima e inviolavel amizade.

“Além disto, senhor meu irmão e primo, peço a Deus que vos tenha na sua santa e digna guarda.

“Vosso bom irmão e primo, *João*.

“Mafra, 26 de Setembro de 1807 ”

A idéa de mandar o principe da Beira para o Brasil irritou sobremodo o Imperador. Em uma das scenas terriveis em que era mestre quando as julgava necessarias, deixou quasi aniquilado o ministro de Portugal. O pobre D. Lourenço de Lima ficou por tal modo confuso que pediu licença para ir a Portugal tentar um recurso extremo, e só em Angoulème poude recapitular a “scena extraordinaria e nunca jámais ouvida que o Imperador teve commigo em audiencia publica. Disse que tinha resolvido a perda absoluta da monarchia portugueza e da Real casa de Bragança si o Principe Nosso Senhor não adherisse immediatamente a tudo quanto exigira já. Nem uma impressão lhe causou a resolução heroica que nosso Augusto Amou tomou de mandar seu Augusto Filho para o Brasil,

que me atreveria a dizer inutil si não nocivo este magnanimo sacrificio, porque o Imperador entende que é ajuste entre nós e a Inglaterra e faz a Sua Alteza Real a injustiça de o suppor de má fé. E' impossivel que eu possa referir tudo o que se passou naquella memoravel scena do dia 14, que quando imagino nella me parece fabulosa ainda que se passou comigo”

A seguinte carta é a ultima que D. João escreveu a Napoleão:

“Senhor meu irmão e primo. — Depois da carta que escrevi em 26 do mês passado a Vossa Magestade Imperial e Real, considere si poderia enviar-lhe alguma nova communicação mais conforme ao seu desejo. Reflectindo que a incerteza da época do meu rompimento com a Inglaterra talvez prejudicasse algum plano de Vossa Magestade Imperial e Real, que desejaria ter antecipadamente noticia de todos os portos da Europa que estavam fechados á Inglaterra, decidi-me a participar a Vossa Magestade Imperial e Real o momento fixo em que hei de publicar minha accessão ao systema continental. Dentro em oito ou dez dias estará tudo prompto para a partida de meu filho; dar-lhe-hei seis dias para se affastar do perigo dos cruzeiros, de modo que não havendo tempo contrario para a sahida publicar-se-ha a 20 deste mez a minha declaração, chamar-se-ha o meu Ministro em Londres, e convidar-se-ha o de Inglaterra, na minha Côrte, a retirar-se.

“Em compensação das enormes perdas que Portugal vai experimentar no seu commercio e talvez em algumas de suas colonias, tenho direito de esperar a condescendencia de Vossa Magestade Imperial e Real a respeito das pessoas e mercadorias inglezas, ás quaes permittirei que saiam livremente.

“Estou persuadido que a generosa alma de Vossa Magestade Imperial e Real folgará com esta reciprocidade para commigo.

“Além das razões que alleguei á Vossa Magestade Imperial e Reäl, causar-me-hia desgosto constituir-me aggressor em tal objecto. Os inglezes estão sobressaltados e retiram daqui as suas fazendas, por precaução insinuada pelo seu Governo, depois da retenção dos navios portuguezes em França; a maior parte dos artigos são productos deste paiz e principalmente vinhos. Os capitaes que os negociantes portuguezes têm na Inglaterra valem muito mais que os dos Inglezes em Portugal. Depois da minha declaração farei ter a mais severa vigilancia na introducção de toda a qualidade de manufacturas inglezas e tomar-se-hão todas as providencias para pôr o Tejo e as costas maritimas em estado de vigorosa defesa, para o que tenho meios sufficientes.

“Lisonjeio-me de que nestas medidas e em tudo o mais que de futuro eu mandar prover nesse sentido, Vossa Magestade Imperial e Real reconhecerá a minha firme adhesão á causa continental. Espero tambem que á vista da minha declaração Vossa Magestade Imperial e Real não encontrará motivo algum para fazer marchar o seu exercito reunido em Bayonna, aliás Portugal teria a desgraça de achar-se envolvido numa dupla guerra.

“Agradeço os soccorros que pelo seu Encarregado de Negocios Vossa Magestade Imperial e Real houve por bem mandar offerecer-me; e si vier a precisar delles em alguma occasião recorrerei á sua generosidade.

“Aproveito esta occasião para repetir á Vossa Magestade Imperial e Real a certeza da minha elevada estima e inviolavel amizade.

“Além disto, Senhor meu irmão e primo, peço a Deus que vos tenha na sua santa e digna guarda.

“Vosso bom irmão e primo. — *João*.

“Palacio da Ajuda, 3 de Outubro de 1807 ”

A dupla guerra prevista pelo Principe Regente esteve prestes a realizar-se. A 8 de Novembro, vencendo os ultimos escrupulos, mandou elle deter alguns subditos britannicos, e confiscou uma consideravel porção da propriedade britannica existente em Lisboa. Lord Strangford immediatamente fez tirar de sua residencia as armas de Inglaterra, pediu os passaportes, apresentou um protesto final contra procedimento tão injustificavel e a 17 juntou-se a armada ingleza, que chegou sob o commando de Sir Sidney Smith, o defensor victorioso de S. João d’Acre contra Napoleão. Começou logo o bloqueio do Tejo.

Entretanto, desde 1803 tantas vezes a Inglaterra lembrara a partida da Côte para o Brasil — ainda poucos dias antes assignada uma convenção prevendo esta hypothese — que Lord Strangford fez uma ultima tentativa. Requereu a D. João uma audiencia e um salvo-conducto e a 27 partiu no *Confiance* para Lisboa sob a bandeira parlamentar. Ficou-se então sabendo a invasão de Portugal pelas tropas de Junot, o tratado de Fontainebleau, a degradação da casa de Bragança, a inutilidade, em summa, de todos os esforços para satisfazer o insaciavel Imperador

Só assim se convenceu D. João, que partiu a 29, acompanhado até certa distancia por toda a esquadra ingleza, de que foram destacados quatro vasos para

acompanha-lo ao Brasil. Calcula-se que vinham a bordo da armada trinta mil pessoas, e póde-se bem imaginar a confusão com que tudo se fez.

Na altura da Madeira uma tempestade dispersou os navios, do que uns foram dar ao Rio de Janeiro, destino de todos, os outros á Parahiba e mais portos. Achando-se na altura da Bahia, D. João mandou aproar para terra e a 22 fundeava na antiga capital da America Portugueza.

Na cidade de Thomé de Sousa, seis dias depois de sua chegada, promulgou a famosa carta régia, de que hoje commemoramos o anniversario:

“Conde da Ponte, do meu Conselho, Governador e Capitão-General da Capitania da Bahia, amigo. Eu o Principe Regente vos envio muito saudar como aquelle que amo.

“Attendendo á representação que fizestes subir á minha Real presença, sobre se achar interrompido e suspenso o commercio desta capitania, com grave prejuizo dos meus vassallos e da minha Real Fazenda, em razão das criticas e publicas circumstancias da Europa; e querendo dar sobre este importante objecto alguma providencia prompta e capaz de melhorar o progresso de taes damnos: Sou servido ordenar interina e provisoriamente, emquanto não consolido um systema geral, que effectivamente regule semelhantes materias, o seguinte: *Primo*: Que sejam admissiveis nas alfandegas do Brasil todos e quaesquer generos, fazendas e mercadorias, transportadas ou em navios estrangeiros das Potencias que se conservam em paz e harmonia com a minha Real Corôa, ou em navios dos meus vassallos, pagando de entrada 24 por cento; a saber, 20 de direi-

tos grossos, e 4 do donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes direitos pelas pautas ou aforamentos, por que até o presente se regulam cada huma das ditas alfandegas, ficando os vinhos, aguas ardentes e azeites doces, que se denominam molhados, pagando o dobro dos direitos que até agora nellas satisfaziam. *Secundo*: Que não só os meus vassallos, mas tambem os sobreditos estrangeiros, possam exportar para os portos que bem lhes parecer a beneficio do commercio e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaesquer generos e productos coloniaes, a excepção do pau brasil, ou outros notoriamente estancados, pagando por sahida os mesmos direitos já estabelecidos nas respectivas capitancias, ficando entretanto como em suspenso e sem vigor todas as leis, cartas régias ou outras ordens, que até aqui prohibiam nesse Estado do Brasil o reciproco commercio e navegação entre os meus vassallos e estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com zelo e actividade que de vós espero.

“Escripta na Bahia, aos 28 de Janeiro de 1808.
— Para o Conde da Ponte. — *Principe*.”

Os antecedentes deste acto quasi totalmente são desconhecidos.

Na convenção secreta, relativa á transmigração da familia real, assignada em Londres a 22 de Outubro de 1807, pactuava-se que no caso de se fecharem os portos de Portugal á bandeira ingleza, seria estabelecido um porto na ilha de Santa Catharina ou em outro lugar da costa do Brasil, por onde as mercadorias portuguezas e britannicas poderiam ser importadas em navios inglezes, pagando os mesmos direitos que pagavam actualmente em Portugal e durando este accôrdo até novo ajuste.

Tal o primeiro germe que se tem podido descobrir, até hoje, do grande pensamento realizado ha um seculo.

Tradições que indirectamente remontam a Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal, referem que na noite de 28 de Novembro Lord Strangford foi a bordo da nau *Medusa*, onde estava o Ministro Antonio de Araujo, e entrou a propor-lhe condições interesseiras e insupportaveis, debaixo das quaes Sydney e Smith, commandante do bloqueio, consentiria na sahida da Côrte portugueza para o Brasil. Uma destas era a abertura dos portos do Brasil, a concorrência livre e reservada á Inglaterra, marcando-lhe desde então uma tarifa de direitos insignificantes, e até que um dos portos do Brasil fosse entregue logo á Inglaterra. Antonio de Araujo, em vista de semelhante imposição perdeu a paciencia, e lembrou a Lord Strangford a carta de Sua Magestade Britannica, os officios de seu Ministro sobre esta viagem. si eram aquellas as instrucções dos Ministros de Jorge III, elle aborrecia taes Ministros. Lord Strangford, depois de trocar outras palavras igualmente calorosas, concluiu dizendo com serenidade: “como a viagem é para o Brasil estamos todos conformes”

Emfim, por letra de Thomaz Antonio lê-se em um manuscrito guardado na Bibliotheca Nacional:

“Neste anno chegou Sua Magestade á Bahia a 22 de Janeiro, esteve servindo de Ministro de Estado D. Fernando José de Portugal, porque este e o Marquez de Bellas, José de Vasconcellos e Sousa e o Mar-

quez de Anjeja D. José de Noronha, que tinham impugnado a jornada, é que foram com Sua Magestade na náó *Príncipe Real*; e os dois Ministros que havia, Antonio de Araujo e Visconde de Anadia João Rodrigues de Sá, aquelle foi na náó *Medusa* e este na fragata. e os mais Conselheiros de Estado, Marquez de Pombal, D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o Mordomo-mór o Duque de Cadaval foram nas mais, e como se dispersou a esquadra com a tormenta, na altura da Madeira, foram a diversos portos.

Neste intervallo, até que Sua Magestade chegasse ao Rio de Janeiro, a 7 de Março, D. Fernando foi capacitado por José da Silva Lisboa, a quem o Marquez fez nomear lente de economia politica, e por Antonio da Silva Lisboa que ahi estava administrando o contracto de João Ferreira, o Solla, para fazer assignar por El-Rei o decreto para abrir todos os portos do Brasil ás nações estrangeiras.

Antonio de Araujo tinha falado com o ministro inglez, Lord Strangford, que se havia de abrir algum porto; mas, em consequencia disto, não houve occasião nem de negociar, nem de compensação ingleza e ficou aberta a porta. Parece que o Marquez de Bellas se capacitou tambem e conveio; porque elle é que tinha sido incumbido de redigir o decreto e instrucções que El-Rei deixou em Lisboa para os governadores do Reino.”

O futuro póde esclarecer os incidentes. Mas não precisamos de novas investigações para saudar o dia 28 de Janeiro como um dos maiores da nossa historia.



SOB O PRIMEIRO IMPERIO

Artigos publicados no *Jornal do Commercio* de 16 e 26 de julho de 1908.

SOB O PRIMEIRO IMPERIO

I

Eduardo Theodor Boesche, autor de um dicionario portuguez-alemão e alemão-portuguez que presta bons serviços aos estudiosos das duas linguas, e não ha muito sahiu em sexta edição consideravelmente accrescida, esteve parte de sua mocidade no Brasil. Suas impressões constam de um livrinho, hoje bastante raro, editado em 1835 pela casa Hoffmann e Campe, de Hamburgo: *Wechselbilder*, etc.

O longo titulo significa em vernaculo: Quadros varios de viagens terrestres e maritimas, aventuras, successos, acontecimentos publicos, descripções de povos e costumes, durante uma navegação ao Brasil e assistencia decennial ali, nos annos de 1825 a 1834.

Contava o autor dezoito annos, quando resolveu atravessar o Atlantico. A fama das riquezas naturaes do nosso paiz retumbava na Alemanha. Unica monarchia do novo mundo sorria aos espiritos ainda doloridos com as tragedias da Revolução franceza. A distancia avultava as dimensões do joven Imperador que conservara unido o patrimonio hereditario. Além disto, Boesche, estudioso por indole e disposto a consagrarse á carreira das letras, não via possibilidade de na patria realizar seus desejos, com os minguados recursos de que dispunha. Assim decidiu-se a romper

com o velho mundo e demandar novos ares e novos povos.

Possuia já instrucção bastante extensa. Conhecia, além da propria, as linguas franceza e ingleza. Era lido em literatura e tinha suas veleidades literarias: no livro insere algumas poesias, e um drama de somenos importancia, diga-se de passagem. A bordo, muito contra sua vontade, incumbiram-no de escrever as prédicas dominicaes para a tripulação. No Brasil occupou-se ás vezes de trabalhos de engenharia.

Em Dezembro de 1824, partiu com um conterraneo de Hannover para Hamburgo, onde o Major Schaeffer angariava emigrantes para o Brasil. Neumann, secretario deste, obteve-lhe uma entrevista com o famoso Major

“Quando entramos no quarto, o messias da terra promettida estava sentado num canapé e na mesa fronteira perfilavam-se varias garrafas de vinho. Era de manhãzinha, mas o valente cavalheiro já se aconselhara com algumas dellas; esta occupação parecia absorve-lo de todo, pois era um encher e esvaziar sem descanso. Não era o physico do homem o mais proprio para atrahir emigrantes. As feições torvas e rabujentas diziam bem com o olhar sorrateiro e picante dos olhos pardos, e a cabeça calva emprestava ao conjunto um que de antipathico e repellente. Depois de por algum tempo nos haver mirado com particular benevolencia, pois eramos ambos muitos altos para a nossa idade e promettiamos dois latagões sacudidos, despenhou torrencialmente uma serenata entretecida de flores de

rhetorica, abrindo as perspectivas mais pittorescas do futuro mais risonho sob o pavilhão do marte-brasilico. Era impossivel não encontrarmos nossa felicidade; riquezas, honrarias, altos empregos, terras proprias, alardeava prodigamente. O soldo do exercito brasileiro era o duplo do inglez. Muitos moços que, como nós, se tinham atirado ao mundo grande, tornaram á patria com a gloria de altas proezas. Quem sabe si o seio do futuro não nos guardaria sorte igual? Quando Schaeffer perdia o folego, Neumann embocava a trombeta e soprava com vigor novo.”

Deviam embarcar no transporte *Wilhelmine*. E ao ir para bordo sentiu Boesche a primeira hesitação: “Nosso transporte recebeu uma centena de pessoas. Tremi ao avistar aquella gentalha rôta, de que muitos mal logravam encobrir a nudez, e cuja attitude trazia o cunho da rudeza e da bestialidade animaes. Estava bebuda a maior parte destes maltrapilhos e vagabundos. Comtudo estes homens pertenciam ainda á melhor classe de passageiros, pois muitos delles traziam o coração incorrupto e bem formado de natureza, cujos melhores impulsos só o desespero de sua situação os levava a adormecerem por meio de excessos de toda ordem. Estava-me reservado fazer o conhecimento de sucia muito peor, composta de criminosos de Macklemburgo, que Schaeffer elegera para concidadãos de sua nova patria, assassinos e ladrões levados presos e algemados para bordo”

Só em Fevereiro de 1825 o *Wilhelmine* levantou ferro, trazendo cerca de 900 pessoas, officiaes do exercito, soldados, familias de colonos, etc. A viagem cor-

reu sem accidentes ; reinou sempre saude a bordo, poucos morreram, nasceram dois ; pequenos desaguizados foram resolvidos pacificamente . A 14 de Abril appareceu a costa americana, a 22 pela madrugada entrava-se pela bahia do Rio .

Apenas fundearam, apresentou-se Monsenhor Machado de Miranda, inspector geral da colonização, que annunciou a visita de Suas Magestades .

“D. Pedro e sua esposa não se fizeram muito esperar, e vieram acompanhados de generaes e camaristas . O Imperador, comquanto não fosse bonito, tinha aspecto agradável, e estatura harmonica . Sombreavam-lhe a fronte bastos cabellos negros e annelados, os olhos escuros e brilhantes saltitavam de um para outro objecto, o nariz era um pouco curvado, a boca regular ornava-se de dentes alvos . As marcas de bexiga eram cobertas pela barba abundante . O póрте nobre revelava o homem acostumado ao mando . Um chapéo branco e redondo, um lenço de seda de côr passado negligentemente pelo pescoço a moda de marinheiro e preso ao peito, um casaco escuro de panno leve, calças brancas, botas com espóras de prata, completavam o traje do senhor de um dos maiores imperios da terra .

“Em sua esposa reconhecia-se logo á primeira vista o rebentão de Habsburgo . A cabelleira e os olhos azues revelavam a procedencia germanica . O vestuario exquisito, antes de homem que de mulher, chapéo redondo para homem, calças masculinas, uma tunica, por cima uma saia e botas de montar com espessas e massiças espóras de prata, davam-lhe um aspecto varonil e tiravam-lhe a graça . Sua tez muito vermelha at-

tribuiam uns ao clima, outros a um liquido que não era só agua da fonte.”

O estado da gente, fartamente alimentada durante a travessia, impressionou fortemente o Imperador “Considerava com visivel benevolencia os recém-chegados, principalmente os de maior altura e para avalia-la servia-se de sua imperial pessoa como medida, costas com costas, á maneira do prisco Jano. Se queria trocar palavra com alguém, chamava a esposa, dizendo: *Senhora, faz o favor*, e esta servia-lhe de interprete”

Depois do desembarque os colonos seguiram para a Armação, de onde sem grande demora foram mandados para S. Leopoldo. Os militares recolheram-se ao mosteiro de S. Bento: os officiaes nas cellas, os soldados nos pateos e corredores. O autor descreve a desordem reinante: jogo, bebedeira, sarilhos, desrespeito aos officiaes, roubos, etc. O barulho nascia á noite como lenitivo contra as pulgas, mósquitos e outros perseguidores.

“O epilogo do drama grosseiro consistia na zombaria do culto catholico. Supprimindo todo sentimento moral, calcando aos pés as coisas veneraveis, organizava-se uma procissão. Sob gargalhadas alvares, prendia-se uma colcha a quatro varas, o que representava um palio, punha-se por cima um cachorro, substituia-se pelos attributos mais ignominiosos os sagrados symbolos do sacerdote que carregava o Santissimo; um dos furiosos fazia de sacerdote. Começava então a marcha. A canalha desenfreada, composta de algumas centenas de pessoas, empunhando cada uma sua vela de sêbo e uma garrafa de aguardente, seguia praticando os maio-

res excessos. Cantava-se uma poesia immunda, acompanhada de musica sacra, e entremeiada de *Ora pro nobis*. Um dos beneditinos, illudido pela musica sacra, quiz assistir aos actos de devoção. Reconhecendo horrorizado seu engano, tentou retirar-se, mas a quadrilha já o cercara e. ”

Si algum official mais consciencioso ousava apresentar-se á noite a esta gente, um ih! repetido por milhares de gargantas acolhia-o; e si não se dava por entendido, apagavam-se as luzes, choviam as caçarolas e malas sobre o imprudente. O mau procedimento dos soldados explicava-se pela falta da selecção; mas não concorriam menos a má alimentação, composta de caldo de feijão pela manhã, sopa de arroz e carne dura ao jantar; as sujas esteiras, que serviam de leito; os mosquitos, que impossibilitavam o somno seguido; os exercicios excessivos; o uso frequente da chibata, a que os officiaes recorriam para extorquir o respeito que não sabiam inspirar quando não obedeciam a moveis de ordem ainda mais deprimente e deshonorosa.

Boesche fôra contratado como cadete de cavallaria, mas não havia tal arma. A gente de *Wilhelmine*, a de *Kranich*, *Triton* e *Caroline* foram distribuidas pelo 27.º de caçadores e pelo 3.º de granadeiros; pertencer a um ou a outro dependia não da preferencia propria, mas da altura. Incorporado ao terceiro batalhão de granadeiros, teve o autor por quartel a Praia Vermelha.

Para hospedar os soldados havia apenas barracas que não defendiam da chuva. Os exercicios eram continuados, os castigos corporaes sem conta. Ewald, commandante do batalhão, tão servil para os superiores

como cruel com os subordinados, era a pessoa menos propria para o cargo. Deserções, suicídios, aleijões, bebedeiras em que se procurava apagar o desespero, amiudaram-se. Apaixonando-se por uma mulher de má vida, custeada por varios commerciantes, o commandante fazia todos os domingos, á tarde, desfilar a tropa em ordem de marcha em frente ao jardim de sua dulcinéa, na praia de Botafogo. Chegou a ponto de levar para uma parada no Campo de Sant'Anna, atada á bandeira do corpo, uma liga azul de Gertrudes. Por ordem do general teve de tira-la com a propria mão á vista de todos.

“Durante o tempo que nosso batalhão fazia exercicios na Praia Vermelha, Suas Magestades davam-nos a honra frequente de sua visita. Ao romper do dia chegavam a cavallo á porta da fortaleza D. Pedro e sua consorte, acompanhados de camaristas e generaes. Não ha talvez no mundo soldado tão entendido como o Imperador no manejo pratico e no exercicio da espingarda. O cerra-filas nunca o satisfazia, e em geral sua imperial pessoa assumia o papel de balisa (que representava magistralmente), a ponto de soldados que serviram sob dez potentados terem de confessar que nunca viram cerra-filas tão habilidoso. De resto, seus modos são grosseiros, falta-lhe o sentimento das conveniencias, pois, vi-o uma vez trepar ao muro da fortaleza para satisfazer a uma necessidade natural, e nesta attitude altamente indecorosa assistir ao desfilar de um batalhão em continencia. Tal espectaculo deixou naturalmente attonitos a todos os soldados alemães, mas o imperial actor conservou inalteravel a calma.”

Pelos fins de 1825 o batalhão foi mudado para a Guarda Velha. “Este edificio defronta o convento de Santo Antonio, e seu aspecto spectral não dá desejos de habita-lo. Quantas vezes foram objectos de inveja dos soldados os bojudos frades do opulento claustro, que diariamente matavam bois e porcos e, para passar o tempo, caçavam ratos no espaçoso jardim. No quartel não havia sequer tarimbas e tinha-se de dormir no chão, em esteiras, mas tanta repugnancia havia pela vida de fortaleza que se considerava uma felicidade ter largado a inhospita Praia Vermelha. Logo depois passei a furriel, e como tal me deram um quarto separado. Tambem os soldados desfructavam melhores dias, porque quasi todos sabendo um officio, puderam arranjar algum dinheiro por fóra. O serviço da guarnição era muito pesado, pois, de tres em tres dias, o batalhão dava guarda e patrulha nos outros”

A desordem continuava a mesma, o commandante cada vez mais embellezado por D. Gertrudes, de cuja casa não sahia, os officiaes entregues ás orgias e bebedeiras, os soldados sujeitos á pancadaria, á mortalidade crescente.

Um domingo correu o boato que dois Alemães tinham sido mortos por soldados do 13.º batalhão brasileiro. De facto, appareceram os dois cadaveres junto ao largo da Carioca, e, immediatamente, lavrou a indignação e jurou-se vingança na Guarda Velha. O official de dia, Tenente Prah, bebedo, mandou tocar rebate, poz-se á frente dos indisciplinados, atacou a guarda do largo, doze soldados e um subalterno, de que um só não escapou ás bayonetas. A intervenção de pessoas

mais calmas evitou maiores excessos planejados. No mesmo dia o Tenente Prah! seguiu preso para a ilha das Cobras. Reunido o batalhão no Campo de Sant'Anna, D. Pedro mandou que dêsse um passo á frente quem tivesse entrado no incidente. Todos os que se apresentaram foram punidos com cem chibatadas, desferidas pelos cornetas do 13.º batalhão. “O commandante, Major Ewald, intercedeu por um dos culpados, mas o Imperador repelliu-o arrebatadamente. Como, apesar disso, o major insistisse, dignou-se Sua Magestade, com sua mão serenissima, chegar-lhe o azorrague ao lombo uma meia duzia de vezes”

O autor conta outro destes gestos a Pedro Cru, passado mais tarde, mas que póde entrar logo aqui.

“Quando o 27.º de caçadores alemães ia embarcar para o theatro da guerra do Sul, mandou D. Pedro que o pagador do Thesouro, Coronel R., pagasse os soldos atrazados do batalhão. Indo o quartel-mestre á repartição no outro dia receber o dinheiro, disseram-lhe que não tinham tempo. Debalde representou que o navio podia partir a cada instante; e como o batalhão já estava a bordo, resolveu ir a S. Christovão, entender-se directamente com D. Pedro. Ao chegar á Quinta Imperial, o Imperador, que estava á sacada, perguntou-lhe o que queria. O quartel-mestre expoz o caso, e teve ordem de ir esperar no Thesouro. Não havia cinco minutos que tinha chegado, quando appareceu o Imperador, a cavallo, munido de um rebenque; apeou-se, ordenou-lhe que o acompanhasse e entrou pelo salão em que estavam em conferencia o pagador geral e collegas. D. Pedro postou o quartel-mestre á porta, mandando

que não deixasse ninguém sahir, e, voltando-se para os funcionarios attonitos, bradou: “Como vocês, seus. (aqui uma palavrada muito suja que o Imperador trazia sempre á boca, e empregava até com pessoas da propria familia), — como vocês não têm tempo para dar cumprimentos ás minhas ordens, é justo que venha ajuda-los. E, pegando-os um a um pelo topete, passou todos a chicote.”

Boesche nunca soffreu castigo physico. “Muitas noites vaguei pela praça da fortaleza, atormentado pelo frio e pelo desespero. Numa destas noites horriveis fiz o juramento solenne de antes morrer do que sujeitar-me a uma punição corporal deshonrosa, e sendo possivel expedir em minha companhia quem a provocasse. Durante todo o meu tempo de serviço, andava sempre com duas pistolas carregadas. Graças a Deus, nunca tive occasião de emprega-las”

Desde a Praia Vermelha vexava-se de, sendo protestante, ver-se obrigado a assistir ás ceremonias catholicas. Na Guarda Velha manifestou-se este sentimento de modo a ser preso.

“Até aqui tinha sabido escapar ás violações da consciencia e ás farças condemnadas pela sã razão e pelas luzes do seculo XIX. Mas no anno de 1827 eu commandava a guarda da Carioca e quiz o destino que exactamente naquelle dia passasse por ali uma das tão frequentes procissões. Comquanto nada menos que orthodoxo, estava firmemente decidido a não me prestar ás ceremonias servis e deshonrosas do carnaval padresco. Chamei a guarda ás armas, e fi-la occupar

uma posição tal que não pudesse de surpresa ser atacada pelo poviléu; não nos puzemos, porém, de joelhos. De balde o sacerdote que levava o Santissimo fez soar as campainhas: meus doze granadeiros quedaram-se erectos como cirios, de arma ao hombro; brilhavam-lhes nos olhos triumphantes o supremo desprezo pelas monstruosidades dos sacerdotes de Baal, e a resolução de responderem com bayoneta a qualquer manifestação hostil. Debalde o major da ronda ordenou-me que observasse o ceremonial usado no Exercito brasileiro; respondi-lhe que não só a religião em que fui educado, como meus principios, não me permittiam obedecer á sua ordem e que em caso algum a ella me sujeitaria. A consequencia foi ser na mesma hora substituido no commando da guarda e recolhido á prisão para receber a pena de tal crime de lesa-majestade, pelo qual muitos já foram assados em fogueira”

Passaram dois mezes sem que adiantasse o processo. Então o autor endereçou um memorial ao Imperador, lembrando que a Constituição garantia a liberdade de consciencia, que não foram cumpridas as clausulas do contracto sob que se engajara na Alemanha, e que seria muito difficil julgar o seu caso. “O supplicante seguiu apenas os dictames de sua consciencia, e por tal motivo foi atirado em uma prisão que tem semelhança com a inquisição, onde está vegetando ha quasi dois mezes, sem ao menos uma vez ter sido interrogado. E quem julgará o supplicante? Officiaes catholicos? Condemna-lo-ão. Officiaes protestantes? Absolve-lo-ão”

O Imperador mandou solta-lo.

Neste tempo o terceiro batalhão de granadeiros melhorou de sorte. O servil e inepto Ewald foi substituído pelo coronel Cotter, que vivera muitos annos em Portugal, e, graças a seu criterio, espirito de justiça, e disciplina inflexivel, não tardou a eleva-lo á primeira plana. A Cotter succedeu Antonio de Moura Brito, Portuguez, bom mestre de exercicios. “Suas outras capacidades não eram para louvar Além de outras fraquezas, prestava-se a instrumento de grosseiras intrigas que alguns officiaes teciam no batalhão. Entretanto, mesmo sob o commando deste major, as coisas corriam melhor que com o primeiro commandante”

Um caso passado com este official apresenta-o de modo pouco favoravel.

“O Major tinha tomado a mulher de um soldado alemão para ama dos meninos e outros serviços caseiros. Um dia, dando pela falta de cem thalers em papel, suspeitou della, que sustentou firme sua innocencia. Apesar disto prenderam-na, applicaram-lhe cem golpes *au juste milieu*, para extorquir-lhe a confissão, e o mesmo castigo foi repetido nos dias seguintes, até a pobre mulher reconhecer-se culpada. Depois disto obrigaram-na a declarar onde escondera o dinheiro, o que, innocente, naturalmente não podia fazer Novas sovas mais barbaras; afinal a coitada cahiu em delirio, atacou-a febre violenta, que a levou quasi ás portas da sepultura. Passou-se então ao marido, sujeito a pauladas sem conta, submettido a anjinhos e outros tratos, e ao *bóde espanhol*, em que as mãos são presas aos joelhos, e passa-se um pau entre as articulações dos braços e pernas. Levado á solitaria, cahiu sem sentidos, mas

tomaram tudo por fingimento, e só quando os labios e o rosto incharam e ficaram azues e a espuma juntou-se na boca, tiraram o martyr da situação horrivel, deixando-o incapaz de serviço por muito tempo e aleijado o resto da vida.

“Mais tarde o dinheiro appareceu, e comquanto ficasse claro como o sol a innocencia do casal, nenhuma satisfação obtiveram pelas barbarias padecidas. O soldado recorreu ao Imperador, que incumbiu do inquerito a um Coronel, mas a coisa deu em nada, como é costume na justiça do Brasil, para quem não tem dinheiro.

“Devo confessar que foram principalmente alemães os instrumentos destas barbaridades. Não se pôde fazer idéa da malvadez e perversidade da maior parte dos Europeus nos continentes estrangeiros; todo o sentimento de direito e equidade se some, em se tratando de proveito. Paixões selvagens envenenam o sangue, e pessoas que conheci na Europa moralizadas e de bom coração, revelaram uma crueldade e baixeza de character de espantar selvagens. Perdem sua força sacrosanta os laços de sangue e de amizade; é varrido tudo quanto é sentimento moral, degenera em simples phantasia a nobreza da alma e do coração. Verifiquei isto a proposito destas mesmas barbarias.

“Tinha consentido que um subalerno educado e de boa familia morasse no meu quarto. Até então só o conhecia pelos lados mais recommendaveis; mas quando o pobre soldado foi sujeito aos maus tratos, em vez de sentir compaixão e indignar-se contra o algoz, foi quem teve a idéa do *bode espanhol* e ajudou a realiza-la.

Enfurecido com o procedimento indigno do miseravel, dei ordem para tirarem de meu quarto as coisas que lhe pertenciam. Quando isto estava se fazendo appareceu, e a um pedido de explicações, declarei que nada queria ter de commum com um laçao de carrasco e se retirasse si não quizesse ser expulso. Respondeu-me com insultos; esqueceu-se a ponto de puxar pela espada. Desembainhei tambem a minha e atirei-lhe á cara uma cutilada que os cirurgiões indigenas levaram cinco mezes para sarar. Apanhei um ferimento insignificante, e fiquei preso durante quatro semanas. Maior favor não me podiam fazer, pois andava então occupado em uma traducção de inglez para portuguez, e vinha a calhar este descanso ininterrompido.”

II

Como vimos, o Coronel Cotter deixou o commando do terceiro batalhão de granadeiros, em que Edward Theodor Boesche estava servindo. O Governo mandou-o á Europa, incumbido de arranjar soldados e imigrantes na Irlanda.

Os Irlandezes angariados pelo Coronel compunham-se dos peiores elementos: mulheres de má vida, homens nús, criminosos despejados da cadeia, que logo mostraram suas habilidades. Os Cariocas receberam-nos de modo pouco sympathico e sua antipathia cabalmente justificou-se.

“Dois mil Irlandezes, alistados como soldados, sem falar nas familias dos colonos, tinham pouco a pouco chegado ao Rio, refere-nos Boesche. Da rudeza desta nação ninguem póde formar idéa. Mesmo os soldados alemães, tão avessos á temperança, pasmavam dos excessos destes ilhéos. Das fumaças da bebedeira raro se libertava a maior parte. Quando fallece um Irlandez juntam-se quatro a seis velhas á roda do cadaver, porfiam nos esgares mais medonhos, nos uivos mais terribes, de modo que se julga assistir ao unisono de um club de furias. A garrafa de aguardente passa de mão em mão sem intermittencia e leva até o frenesi as explosões exacraveis destas candidatas a bruxas. O delirio sóbe a ponto de provocar tremores convulsivos nas megeras ebrias. Muitas vezes estas declamações acabam mal, pois a velha que solta o ulúlo horripilante e

executa as caretas mais temíveis, com estes artificios desperta a inveja e o ciúme das outras actrizes que se lançam contra a vencedora e agarram-se-lhe ao cabello como se quizessem arrancar-lhe a corôa de louros. E' o signal de péga geral. Logo acodem outras mulheres em auxilio da artista opprimida, e como os homens entram tambem na dança não raro resultam victimas do conflicto, e juntam-se outros ao finado em cuja honra se celebra a festa. A isto chama-se celebrar dignamente um funeral irlandez."

"Em geral, as Irlandezas representam o primeiro papel em todas as rusgas. Não só, como as mulheres dos antigos Germanos influem valentia nos seus maridos, como tomam parte activa na propria luta; e como todas as pendencias liquidam-se a pedradas, carregam nos aventais as pedras para os homens. O perigo mais ameaçador não afugenta estas amazonas do campo da luta e vi Irlandezas com varios ferimentos, não só continuarem ao lado dos esposos como ainda mais instigal-os com o frio desdem com que encaravam o perigo."

Dos Irlandezes foram distribuidos quinhentos pelo terceiro batalhão de granadeiros alemães, que então aquartelavam no Campo da Acclamação, e quasi outros tantos no vigesimo oitavo batalhão de caçadores alemães, que tornara de Pernambuco e aquartelara na Praia Vermelha. Da parte do Governo revelara-se preferencia decidida pelos Irlandezes: tinham café e pão; recebiam uma libra de carne, ao passo que os Alemães recebiam apenas meia libra; pagaram-lhes o soldo desde o dia em que se contrataram na Irlanda; uma capitulação obrigava-os a serviço militar apenas por quatro annos. Assim, formavam um estado no estado, e

seu melhor tratamento e outras vantagens deviam naturalmente provocar a má vontade dos Alemães, cujas pretensões e reclamações tinham sido sempre recusadas. Proceder tão inconsequente só podia trazer consigo os piores efeitos. Os espiritos já muito agitados desde a chegada dos Irlandezes, azedaram-se e inflammaram-se ainda mais, e ao primeiro attrito devia dar-se a explosão.

A revolta das tropas estrangeiras tem sido contada muitas vezes; a narrativa de Boesche é em resumo a seguinte:

“A’s 9 horas da manhã de 9 de Junho de 1828, um soldado alemão do segundo batalhão de granadeiros, aquartelado em São Christovão, foi condemnado a cento e cinquenta chibatadas, porque na vespera não fizera continencia a um official, o major Pedro Francisco Guerreiro Drago, vestido de civil.”

“O soldado, que durante tres annos e meio de praça nunca soffrera castigo, e além disso estava tísico, pediu um conselho de guerra que decidisse si a sua falta merecia tão grave penalidade e declarou que a ella se não sujeitaria voluntariamente. Em resposta foram-lhe arrancadas violentamente a jaqueta e a camisa, amarraram-no a um páo, e cento e cinquenta golpes mostraram-lhe em que mãos tinha cahido. Depois destes o commandante mandou applicar-lhe mais cem por ter-se negado a tirar a roupa. O paciente uivava de dôr e de desespero, a ponto de com as mãos atadas fazer dois grandes buracos no muro de pedras em que estava a estaca; ainda depois de manifestar signaes de desfallecimento, o algoz continuou frio e inexoravel.”

“Já recebera duzentas e trinta pancadas quando soou o grito: *Urrah! ao tyranno, acaba com elle!* e os

soldados sahiram das companhias de bayoneta calada, avidos de vingança. Graças ao cavallo o cobarde logrou fugir e recolheu-se á residencia. Mesmo ahi foram os furiosos, assaltaram-lhe a casa e o sujeito só escapou saltando por uma janella dos fundos, vestido de operario. Ainda mais encandecida por lhe escapar o objecto de seu odio, a soldadesca atirou-se ás coisas inanimadas; quebráram portas, janellas, mesas, espelhos e cadeiras; demoliram as paredes; os luxuosos uniformes, roupas brancas, dragonas, relógios, esporas de prata foram aniquilados e lançados ao mar. Um montão de ruinas fumegantes indicava o local do antigo edificio, onde por felicidade não se achava a familia.”

“Em seguida foram ao paço e reclamaram do imperador a capitulação clara de que o serviço militar duraria apenas quatro annos, melhor tratamento do que até então tinham tido, pagamento de soldos atrazados e fardamentos, entrega ou punição do major, demissão de varios officiaes. D. Pedro prometteu mandar estudar o caso e fazer justiça dentro de oito dias.”

“Os soldados voltaram para o quartel, maltrataram e expulsaram alguns officiaes, escolheram outros, organizaram postos avançados, deram patrulhas. A guarda do Paço compareceu sempre a serviço, cumprindo os seus deveres com o maior zelo e pontualidade. O Governador das armas, Conde do Rio Pardo, esteve mais de uma vez no quartel, recommendando que evitassem excessos e se conservassem em attitude pacifica.”

Entretanto raiou o 11 de Junho, o dia verdadeiramente sangrento desta batalha das nações (como a de Leipzig) Verdadeira batalha das nações em miniatura, pois via-se um filho do Septentrião travado com um dos desertos adustos da Africa, o Brasileiro com o Por-

tuguez, Alemão, Bretão, Francez, Irlandez, caboclo, negro, mulato, cada um servindo um partido.

Cerca de onze horas da manhã, uns quarenta homens do segundo batalhão foram para a cidade, a ver se pegavam o major Drago, que se viu obrigado a recolher-se á principal guarda do Corpo Policial. Começou o ataque, e só a velocidade do seu cavallo e a ter sahido disfarçado em soldado levou o major a salvação. Os exaltados dirigiram-se então para sua casa particular e a familia viu-se obrigada a fugir. Para moderar os animos, o Imperador mandou prender o official e recolhe-lo a uma fortaleza.

A estes quarenta homens reuniram-se uns setenta ou oitenta Irlandezes, e todos juntos voltaram para S. Christovão, a arrombar as vendas; embebedarem-se bestialmente foi obra de poucos momentos. Boesche affirma ter visto um irlandez deitar-se debaixo da torneira aberta de uma pipa cheia de vinho e beber até expirar. Seus companheiros formados em semi-circulo animavam-no, applaudindo. Breve appareceram os effeitos da bebedeira. Arrombaram o deposito de munições e cada soldado muniu-se de cem cartuchos. Os officiais que não puderam fugir foram tratados de modo horroroso, mais de cincoenta casas demolidas e espatifado tudo quanto havia dentro. Alguns cidadãos reuniram negros, mas os mosquetaços dos granadeiros que prostraram alguns obrigaram-nos a dispersarem-se. Tambem, ai do soldado avulso, muitas vezes innocente, que cahia nas mãos dos paisanos e dos negros; sua sentença estava lavrada e podia considerar-se feliz, quando

a executavam depressa. Houve crueldades horripilantes.

“Levaria longe descrever todos os excessos occorridos. Tudo quanto cahia nas mãos dos soldados era morto sem misericordia: o saque e o roubo eram o grito de guerra. O delirio tocou ao auge, e embora corra o risco de não me acreditarem, devo referir que á distancia de cincoenta a setenta passos, alguns alemães, varias vezes, atiravam em camarada ou compatriota, de quem não tinham queixa, só para ver si a pontaria acertava.”

“Junto ao quartel do terceiro batalhão de granadeiros, que até então ficara quieto, no campo da Acclamação, estava o quartel de uma companhia policial. Os Irlandezes atacaram-no no mesmo dia, mataram seis Brasileiros, os outros fugiram; tudo quanto havia no edificio ficou aniquilado. Uma patrulha de cavallaria mandada contra elles foi repellida, e a maior parte morta. Entrementes acudiram mais Irlandezes e Alemães ao theatro destes excessos, atacando e saqueando as casas da vizinhança, arrombando as vendas, fazendo victimas, sem attender a sexo ou a idade. Comparado com o dos Irlandezes, tão preferidos e bem tratados desde o começo, o procedimento dos Alemães, sempre tão preteridos, foi até certo ponto moderado.”

“Cumpria tomar medidas rapidas e energicas. A artilharia a pé, dois batalhões de caçadores e duzentos soldados de policia postaram-se diante do quartel em que eu tambem me achava, e começou o cerco. Tiros de peça, de metralha e espingarda, estes de ambos os lados, prolongaram-se pela noite a dentro, e as perdas do lado opposto seriam muito maiores, si os sitiados possuissem bastante material de guerra e entre elles reinasse mais ordem e accôrdo. Setenta e tres homens, dos quaes dezenove alemães, perdeu o nosso batalhão,

além de muitos feridos que depois falleceram. Noventa e sete soldados de infantaria e vinte e dois de cavallaria foram as perdas dos Brasileiros, sem contar os feridos. O numero dos mortos na cidade por civis e negros foi ainda maior ”

“Depois das doze horas fui visitar a camara fune-raria. Solitaria, tranquilla, como a meia noite, pallejava a lampada, aspargindo sua luz mansa pelas victimas da morte violenta. Ali jaziam as victimas da batalha, muitos delles innocentes, reunidos em um só ponto e aquelles que em vida se tinham hostilizado reconciliavam-se agora no derradeiro somno: Irlandezes, Alemães e Brasileiros, entre estes dois soldados de cavallaria que levados pelos cavallos furiosos á porta do quartel foram ali mortos como cães damnados. De muitos as mãos estavam fechadas convulsamente; os olhos esbugalhados, as bocas abertas, deixando ver os dentes, o sangue a escorrer das feridas frescas, emprestavam á scena um character horrendo. Para augmentar-lhe ainda o horror, vinha a cada instante nova tropa de Irlandezes beijar os compatriotas e os Alemães, e maltratar os defuntos brasileiros.”

“Raiou a manhã de 12 de Junho. Toda a população e a guarnição do Rio tinha-se reunido diante do quartel do terceiro batalhão de granadeiros no meio do Campo da Acclamação. O general commandante intimou aos revoltosos que se rendessem, si não passaria todos á espada e arrazaria o quartel. A maioria mais sensata superou os botafogos. Nosso batalhão rendeu-se e, com excepção de alguns officiais e subalternos, entre os quaes me achei, foi mandado para a presiganga *Affonso*.”

Com o segundo batalhão de granadeiros, que contava uns quinhentos Alemães genuinos, a coisa correu

de outro modo. Requisitou-se um batalhão de Inglezes e outro de Francezes dos navios de marinha de guerra fundeados no porto e, no dia seguinte, depois de cercado o quartel pelo lado de terra e pelo lado do mar, o segundo batalhão entregou as armas, e foi também mandado para a presiganga. Este batalhão devia ter perdido uns oitenta homens; os Brasileiros quatro vezes mais.

O batalhão 28.º de caçadores alemães, aquartelado na praia Vermelha, o unico signal de desassocego que deu foi matar a tiro e a coronhada o major Tiola, Italiano que em tempo fôra cozinheiro em um hotel francez no Rio. Este homem tyrannizava implacavelmente e roubava. O banho de sangue teria sido muito maior si o segundo e o terceiro batalhão de granadeiros se houvessem reunido ao vigesimo oitavo de caçadores e, ajudados pelos dois mil e quinhentos Irlandeses, tivessem conseguido ordem e disciplina entre os rebeldes.

Depois desta narrativa geral, vejamos as aventuras pessoas de Boesche durante estes dias angustiosos:

“Quando rebentou a revolta eu estava com tres de nossos camaradas no Corcovado, occupados com o calculo de umas linhas trigonometricas. Deste morro podiamos perceber os movimentos dos Alemães e Irlandeses, mas como não os compreendiamos, tornámos para a cidade que achámos em verdadeiro alarma. Um negociante francez, meu conhecido, avizou-me que tivesse cuidado, que não fosse adiante e me refugiasse em sua chacara, porque estavam matando todos os soldados estrangeiros que passavam pelas ruas, mas o sentimento do dever chamava-nos ao nosso posto, e assim, conhe-

cendo a cobardia dos Brasileiros, tentámos seguir para o quartel.”

“Ao chegar á primeira rua defrontámos um espectáculo de cortar coração. Vimos um mulato gigantesco armado de uma barra de ferro assassinando barbaramente um soldado alemão desarmado: ao mesmo tempo que outros sujeitos de côr conservavam deitado o infeliz, o mulato mettia-lhe uma e mais vezes pelo corpo a ponta do ferro matando-o barbaramente, com deleites satanicos. Outro soldado alemão já subjugado ia ser tratado do mesmo modo, quando nos approximámos e puxámos da espada. Uma cutilada terrível, com que um dos meus camaradas, verdadeiro athleta, partiu a cabeça do mulato que se poz em defesa, poz em fuga o resto do bando, e salvou a vida do infeliz. Fomos tangendo a canalha, mas alguns tiros dados do interior das casas fechadas, mataram um de nossos camaradas e feriram o outro no hombro esquerdo. Não havia tempo a perder; recuar era tão arriscado como avançar: avançámos. Os que restavamos, armados apenas de espada, vimo-nos cercados por uns setenta colorados, felizmente já nas proximidades do quartel. Tinhamos as costas guardadas e estavam decididos a vender a nossa vida o mais caro possível, mas a luta era por demais desigual e ainda por cima estavam todos feridos e as forças iam-se exgotando. Nesse momento decisivo, os Alemães e Irlandezes revoltosos fizeram uma sortida furiosa e a fuga geral das tropas brasileiras levou de cambulhada a mó que nos cercava, livrando-nos do perigo imminente. Alcançámos felizmente o quartel, onde, por desgraça outro companheiro que recebera também um tiro do lado, no dia seguinte falleceu em meu quarto.”

“Um Irlandez reclamou-me cartuchos embalados, e respondendo-lhe eu que não os tinha, bastou isto para

que me desse um tiro na cabeça, acompanhado do predilecto *God dam go to well*. Minha salvação foi sua bebedeira. A bala acertou na parede.”

“A’s 7 horas do dia 11 de Junho, estava na minha cama a reflectir ainda uma vez sobre as occorrencias do dia. Alguns camaradas tinham me avizado que não fosse para meu quarto, porque ficava uma companhia composta só de Irlandezes, e daquella canalha, estando rotos os laços de subordinação, podia vir algum desagui-zado. Desprezei o aviso e ia me sahindo cara a imprudencia.”

“Teria estado meia hora sem me despir, quando fui despertado dos meus scismares por algumas corohnadas na porta e pela quebra de copos e louça de café. Um soldado alemão, o primeiro chuva do seu tempo, a quem prendera diversas vezes para vêr si o melhorava, appareceu a frente de quatro Irlandezes bebedos, para, como disse, sujeitar-me tambem agóra a processo.”

“Saltei da cama, aguardei tranquillamente o que se ia passar, mas postei-me de modo a ter á mão a minha espada. Vi com indifferença os bebedos virarem-se contra as minhas coisas, mas quando o soldado me atirou a espada contra o peito, aparei o golpe de modo que apenas tive um arranhão. Abandonou-me a calma! *ah!, vocês querem, seus covardes*, trovejei-lhes, dei com o pano da espada na cara do bebedo que quasi veiu ao chão, agarrei-o, e com a força redobrada pela colera e o perigo de momento, empurrei-o sobre os dois Irlandezes, que tinham ficado occupados com uma botija de genebra, de tal modo que todos tres dispararam por ahi a fóra.”

“Restavam ainda dois pagãos, e não havia tempo a perder. Estavam quasi a cruzar-se minha espada e a baioneta calada de meu adversario, irlandez agigantado, quando subito me appareceu um salvador inesperado

na pessoa deste gigante. Pouco tempo antes fizera-lhe um favor importante que me dava direito a sua gratidão. Neste momento reconheceu-me: *God dam, by the holy ghost*, bradou, estendendo-me a mão em signal de paz. *I beg you pardon, Sir*, e dizendo estas palavras, agarrou pelo cachaço ao outro irlandez que teimava em me aggreir e com tal força o impediu que o sujeito não teve mais vontade de tornar ”

“Os excommungados tentaram ainda apossar-se de meu quarto, mas o aspecto dictatorial de meu novo alliado burlou todos os esforços. Collocou-se á entrada de bayoneta calada, e não deixou mais entrar amigo nem inimigo. Não tenha receio, — disse-me o vencedor, — cujos feitos neste momento excediam a meus olhos os dos heróes de Marathona —, durma socegado; só passando por cima do meu cadaver poderão vir ataca-lo.”

“Havia muitas noites que não pregara olhos e segui seu conselho. Acordei depois de hora e meia, e o fiel estava alerta. Estendi-lhe a mão agradecido, disse-lhe que fosse dormir, porque o dever me chamava a outro posto.”

“Anoitecera já havia muito, passara já a decima hora e continuava sempre o tiroteio: só a meia noite poz termo ao morticinio. Fui então ao hospital de sangue onde jaziam todos os feridos. Meu primeiro olhar cahiu sobre o já mencionado irlandez. Meu fiel servidor estava nos ultimos arrancos, uma bala penetrara-lhe no peito leal; dentro de poucos minutos deixava de existir.”

“Paz ás suas cinzas.”



PAULISTICA

— A PRETEXTO DE UMA MOEDA DE OURO —

Publicado na *Revista do Brasil*, de Abril de 1917, sob título:
Paulistica (A Pretexto de uma moeda de ouro).

A PRETEXTO DE UMA MOEDA DE OURO

Braz Cubas, fundador de Santos, descobriu ouro e metaes no anno de 1560, — lê-se em epitaphio. Affonso Sardinha deixou por morte oitenta mil cruzados de ouro em pó, extrahidos de Jaraguá e Santa Fé, assegura Pedro Taques. El rei D. João VI, ao subir ao throno, fez á rainha consorte mercê de cinco mil cruzados annuaes nos quintos de São Paulo, apurou Dom Vasco Mascarenhas, conde de Obidos, segundo vice-rei do Brasil.

A 2 de Setembro de 1654, da almiranta que o conduzia para o reino depois de vencidos os Hollandezes, escrevia Francisco de Brito Freire: “mui consideravel é já a quantidade que se tira de ouro da lavagem. Deste me mandaram para a Rainha nossa Senhora, dos quintos que Vossa Magestade lhe concedeu, mais de nove arrateis. Poderam passar d’arrobas sem os descaminhos que ouvi murmurar. Ouro de beta não se busca por necessitar de mais industria e cabedal, mas asseguram haver delle e de prata muitas minas, principalmente nos serros descobertos de novo em Pernaguá, dos quaes me amostraram com differentes veias varias pedras que trago para V. Magestade mandar vêr”

Mesmo palpando estas provas, o Almirante manteve duvidas. “Porém eu, depois de todas aquellas diligencias feitas com D. Francisco de Sousa por el-rei de Castella e das noticias e particularidades que agora soube no Rio de Janeiro das pessoas mais bem vistas e desinteressadas nesta materia, não acabo de persuadir-me de que na realidade haja taes minas”

Com esta reserva contrasta o entusiasmo do jesuita Simão de Vasconcellos na vida do padre João de Almeida, impressa em 1658: “em todos os rios que descem desta serrania, desde Patos até S. Paulo, se acha ouro e toda a terra de suas varzeas e arredores é um puro ouro. Rara é a parte em todo este grande districto aonde se não ache, em uma em mais cantidade de que em outras; paragens ha em que se acharam pedaços inteiros e vergas grandes d’ouro já perfeito; mas ordinario é tirar em grãos, mais miudos, outros mais grossos, e todos quantos vão a buscal-o vêm providos d’elle e é o dinheiro e remedio ordinario daquella gente. E quando os pés destas montanhas assim são ricos de prata e ouro, quanto o serão as entranhas dos montes? E’ a mesma corda que a do Potoci e não duvido que se houvera a mesma diligencia nos dariam as mesmas riquezas e o tempo irá mostrando esta virtude, e no presente já em São Vicente se bate moeda de ouro e é ali o dinheiro ordinario”

Sobre a mineração compraz-se em minucias o verboso biographo: “á enxada faziam as excavações de quatro, cinco, seis palmos e mais, no logar escolhido, até bater no cascalho; si a terra é anil, dá-se o trabalho

por perdido; si é amarella, muito branda, á moda de sabão, encontram-se lages atravessadas de metal que despensa a fusão, ou vê-se o ouro, aqui já formado pela acção defecante do sol, além ainda em formação, como claramente se percebe, porque em parte se vê a materia molle e em parte rija e formada em ouro, cousa que até agora não ouvi de outra alguma parte do mundo”

A terra desmontada ia a canôas furadas na popa e na proa, expostas á corrente de algum rio, de modo que a agua penetrasse por um extremo e varasse pelo outro: agitada com certas pás, a terra desfazia-se em lodo e sahia pela popa, o ouro se assentava no fundo com seu peso. “Um morador de São Paulo me contou que, em espaço de tres mezes, com vinte pessoas de serviço tirara em uma cata setecentas e tantas oitavas no modo sobredito; e outros me referiram suas catas com semelhante rendimento pouco mais ou menos, conforme a qualidade do sitio aonde acertam de cavar Destes pagam os quintos a el-rei, o demais o levam a bater em moeda ou vendem em ser”

Sobre o rendimento dos quintos faltam informações, e o silencio é explicado numa portaria do Conde de Obidos de 15 de Dezembro de 1663: “achei que a administração dos quintos de ouro de S. Paulo não corre pela provedoria da fazenda de São Vicente nem dão delles conta a esta provedoria do estado e nem nos livros dos registos della ha noticia alguma das causas por que se administra; antes se tem por tradicção que se faz por ordens particulares concedidas a Salvador

Corrêa de Sá e Benavides e Pedro de Sousa Pereira, provedor que foi do Rio de Janeiro. e se acha nos ditos livros uma provisão de el rei meu Senhor D. João quarto, que Santa Gloria haja, por que faz mercê a Rainha minha Senhora de cinco mil cruzados cada anno no rendimento dos ditos quintos, com condição que si rendessem mais lhe não pertencia, suppondo não ser menos”

“No presente já em São Vicente se bate moeda de ouro e é ali o dinheiro ordinario” escreve Simão de Vasconcellos na vida de João de Almeida, e na de José de Anchieta accrescenta: “de ouro se batem moedas chamadas (com o mesmo nome da terra) de São Vicente”

As moedas de São Vicente introduzidas sob D. João III pesavam inteiras 151 grãos de ouro, representavam São Vicente em pé á direita, com a palma e um navio entre duas estrellas, e a legenda VSQVE AD MORTEM — ZELATOR FIDEI; meias representavam o busto de São Vicente á direita, com a palma e o navio, e a mesma legenda ou a variante ZELATOR FIDEI VSQ. AD. M., como se vê na *Descrição das moedas* de Teixeira de Aragão. *Zelator fidei* era o titulo com que o papa Paulo II agraciou o monarca que introduziu a Inquisição em Portugal. (Figs. I e II).

A moeda valia a principio mil réis inteira, meia moeda valia quinhentos réis. Em 12 de Julho de 1642 um alvará elevou o valor a mil e trezentos réis da inteira: a 26 de Julho outro alvará mandou correr a in-

PAULISTICA

— A PRETEXTO DE UMA MOEDA DE OURO —



FIG. I



FIG. II

ENSAIOS E ESTUDOS

teira a mil trezentos e oitenta; a 14 de Janeiro de 1645 se estabeleceu que o *São Vicente* inteiro corresse a mil novecentos, e o meio a seiscentos e noventa réis.

Naquelle tempo as moedas fabricavam-se a martello, — bater moeda exprime bem o facto; nada obsta a que Salvador Corrêa ou algum donatario obtivesse a remessa dos cunhos para a capitania e a moeda ahi fosse cunhada. Que já sabiam fundir o metal e reduzir-o a barretas desde 1600, mostra um mandato de D. Francisco de Sousa impresso no vol. 1.º do *Registo geral*, que acaba de sahir, em que proclibe ouro em pó e ordena que se reduza a barras com as armas reaes. Si a cunhagem dos *São Vicente* da era dos Philippes ou começou com os Braganças, os documentos conhecidos não permitem concluir

Os primeiros reis bragantinos legislaram constantemente sobre moeda. Para custear as despesas da infindavel guerra da independencia e evitar sua sahida para o exterior, augmentaram-lhe o valor extrinseco, já refundindo-a, já carimbando-a ás pressas. Para evitar a introducção e circulação de moeda inferior comminaram graves penas ou sujeitavam-na á pesagem que as desvalorizava. Não pouco que fazer lhes deu o irreprimivel cerceio: o engenho inaugurado pelo Conde de Ericeira em 1678, que supprimiu a cunhagem a martello, apenas acautelou o futuro. A moeda de S. Vicente entrou no movimento geral, de alça como fica visto.

O alvará de 26 de Fevereiro de 1643 “havendo respeito ao grande damno que se seguiria aos meus reinos e vassallos de se levarem delles as patacas e meias patacas (espanholas) pela utilidade que se recebia na qualidade e bondade da prata”, mandou contramarcas as primeiras para quatrocentos e oitenta, as segundas para duzentos e quarenta réis; “os mais crescimentos que vêm a ser vinte por cento fiquem para minha fazenda” Em outros termos: o possuidor recebia em menor numero de peças de quatrocentos e duzentos réis o valor que depositava: o lucro do fisco estava na diferença de oitenta e quarenta réis respectivamente. Para o Brasil a carimbagem devia fazer-se no Rio, na Bahia e tambem no Maranhão, que formava estado differente.

Operações mais consideraveis determinaram os Decs. de 20 de Novembro de 1662 e 22 de Março de 63, para cuja execução promulgou o Conde de Obidos um longo regimento em 7 de Julho deste anno.

O regimento, talvez inédito, providencia sobre a subida de $12 \frac{1}{2} \%$ nas moedas de ouro e de 25% nas de prata.

Far-se-iam tantos cunhos quantos fossem necesarios, e se procederia á contramarcção na casa de contos da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, em São Vicente, nas em que costumavam assistir os provedores da fazenda com seus officiaes. Nos cunhos para as moedas de ouro se abria um escudete com uma corôa em cima e dentro no escudo o novo valor; nos cunhos para as moedas de prata não havia escudo para

a declaração do valor e sobre as letras estaria uma corôa. O dinheiro, do Ceará até o rio de S. Francisco, receberia o novo cunho em Pernambuco; o de Sergipe até Porto Seguro, na Bahia; o de Espirito Santo, no Rio.

“E todo o das villas de São Vicente, Santos, São Paulo, Parnahyba e mais logares que ha naquella capitania e fora della para o Sul (se ha de resellar) na mesma casa donde costumam assistir os officiaes da fazenda real na villa de São Vicente. E porque ali se podem achar algumas moedas *que tem por armas São Vicente* se lhe accrescentará cunho com o excesso que lhe tocar a respeito do valor a que sobem as moedas de ouro, que é doze e meio por cento.”

Recunhado o dinheiro, o thesoureiro geral responderia na propria especie a seu dono com a mesma quantidade de dinheiro resellado com cinco por cento de avanço si fosse prata, com dois e meio si fosse ouro.

Será tambem exacto que abundava dinheiro de ouro em S. Paulo, como affirma Simão de Vasconcellos? As *Actas da Camara da Villa de São Paulo* permitem responder a este ponto com bastante precisão.

Em 1661 Portugal assignou os tratados de casamento da infanta D. Catharina com Carlos 2.º recentemente restaurado ao throno da Inglaterra, e de paz com a Hollanda, raivosa ainda da perda de Pernambuco. Pelo primeiro obrigou-se ao dote de um milhão de cruzados, pelo segundo á indemnisação de quatro milhões que deveriam ficar pagos dentro no praso de dezesseis annos.

Para cumprir estes compromissos não bastavam os recursos do velho reino, que teve de socorrer-se das colonias. Sobre o Brasil foi lançada uma contribuição annual de cento e vinte mil cruzados, para a paz da Hollanda, de vinte mil para o dote da Infanta, ou dois milhões duzentos e quarenta mil, mais trezentos e vinte mil cruzados respectivamente, durante os dezesseis annos em que deviam ser cobrados. A Francisco Barreto, o vencedor de Guararapes, governador geral, coube iniciar e organizar a arrecadação, ordenada por duas cartas régias de 4 de Fevereiro de 62.

Francisco Barreto reuniu no palacio do Salvador as pessoas mais notaveis e accordou com ellas as quotas das capitancias. A' Bahia, como a mais opulenta, pois Pernambuco apenas sahia de uma guerra devastadora e Rio de Janeiro estava quasi todo preso ainda dentro das serranias da Guanabara, tocou metade; Pernambuco, Itamaracá e Parahiba entrariam com trinta mil, Rio de Janeiro com vinte e seis mil, São Vicente com quatro mil cruzados. Ilhéos, Porto Seguro e Espirito Santo não ficaram isentos, mas suas contribuições serviriam para as quebras. O pedido, donativo ou finta real (tributo não era porque as Côrtes não intervinham) correria desde Agosto de 1662.

A 5 de Agosto de 1662 na Camara de S. Paulo, perante o povo e os homens bons da villa, foram lidas as cartas régias ao Governador geral do Estado e a provisão deste de 28 de Abril attinentes ao objecto, e eleitos procuradores para tratar do caso em Santos, onde, parece, deviam reunir-se os procuradores das

differentes Camaras, os capitães D. Simão de Toledo e Antonio Ribeiro de Moraes. O resultado da conferencia divulgou-se a 2 de Novembro: São Paulo com seu districto pagaria quinhentos e oitenta mil réis, accrescidos no anno seguinte, por ordem do Conde de Obidos, de mais setenta mil: seiscentos e cincoenta mil réis annuaes, portanto, durante dezesseis annos.

A Camara paulista, em que era juiz ordinario Estevão Ribeiro Bayão Parente, o futuro conquistador dos sertões bahianos, votou logo o estanco do vinho do reino, da aguardente do reino e da terra e do azeite. Em Janeiro de 63 mandou fazer listas dos contribuintes de cada bairro, que seriam entregues a dois moradores incumbidos da cobrança. A 21 de Setembro lançaram-se quarteis para que todos os moradores sujeitos ao pedido pagassem a annuidade até dia de Todos os Santos. A 3 de Novembro mandou-se proceder contra os que não queriam pagar. A 4 de Março de 64, reunidos a Camara e os homens bons com assistencia do Ouvidor, reconheceram que apenas se apuraram cem mil réis. E o primeiro exercicio terminara em Agosto !

Neste anno de 64 continuou o esforço. Para a finta real votou-se que cada carga de farinha de trigo pagaria 40 réis, cada peça de panno 240, cada arroba de carne de porco mandada para Santos 40 réis; carne de vaca ou porco consumida na villa 20 réis a arroba; arroba de fumo 40 réis, o couro de vaca 10 réis, a peruleira de melado 30, cada cabeça de gado descido

para Santos um tostão, botija de azeite de amendoim ou carrapato dois vintens, de vinte pães vendidos nas vendagens um vintem.

Estas taxas deviam ser comunicadas aos moradores de Parnahiba, Jundiáhi, Itú e Sorocaba. Os de Parnahiba não estiveram por ellas. Voltou-se ao systema de commissarios de bairros: a 1 de Novembro prestaram juramento de fingar verdadeiramente, sem attender a odio, parentesco ou amizade, os de Taramebé, os da villa de Caguacú, de São Miguel, de Marueri, dos tres Juquiris, de João Pires Monteiro, Manoel Rodrigues Moraes, D. Francisco de Lemos, de S. Amaro, de Caocaia, do Forte (Carapicuíba?) e de Cotia.

A historia é longa: para que debulha-la. Basta conhecer o resultado da apuração do desembargador João da Rocha Pita, o tio do ôco e ruidoso autor da *Historia da America portugueza*, apuração feita em 1679

O praso primitivo de dezesseis annos fora ampliado ao de vinte e quatro no Rio e São Vicente — na Bahia a trinta e dois: assim a annuidade paulista desceu de 650\$ a 433\$333. Nos exercicios de 1663 a 1678 foram expedidas para Santos com doze remessas de letras, pannos de algodão etc. 3:237\$. A partir de 1678 pagamentos e fornecimentos diversos a Jorge Soares de Macedo, a D. Rodrigo de Castelbranco, a D. Manoel Lobo, ao desembargador syndicante João da Rocha

Pita, em quatorze addições montaram a 2:856\$670; com outros accrescimos ficaram os moradores de S. Paulo restando ainda 238\$665 réis.

O desembargador não podendo deter-se na cobrança deste saldo, deu as contas por ajustadas e desobrigados os vereadores e moradores de tudo quanto até ali estavam a dever do donativo, sob a condição de que se cobriria o restante nos dois primeiros annos dos oito que faltavam para se ultimar a finta, pedido ou donativo. Evidentemente estes factos depõem contra a abundancia de ouro batido em moeda, apregoada pelo chronista da Companhia.

Por aquelle tempo occorria no Brasil em geral um phenomeno de alta gravidade. As frotas traziam annualmente ou quasi, porque ás vezes falhavam, maltas de commissarios que vendiam as fazendas e mais artigos necessarios á população, levando o assucar, o tabaco e mais generos da terra, que se convertia em feira buliçosa e variada por algumas semanas para logo recahir na estiagem habitual. Ultimamente notava-se que os commissarios continuavam sim a vir com os carregamentos, mas não queriam mercadorias em retorno, exigiam dinheiro de contado.

Varias medidas, todas improficuas, tomaram-se para impedir esta sangria implacavel. João Peixoto Viegas, dono de curraes de gado em Itapororocas, possuidor de vastas sesmarias para as bandas de Jacobina e rio do Salitre, homem provado em varios cargos importantes, muito pratico e experimentado, cuja figura se vae formando e avultando na medida do estudo dos

documentos contemporaneos, foi inquerido pelo Marquez das Minas, governador geral, sobre o que se deveria fazer

Viegas explicou a paralysação do commercio do assucar pela abundancia da producção; pela concorrência das Barbadas e da India, feita em condições mais favoraveis; pela inferioridade do producto brasileiro, entregue ao empirismo dos mestres de assucar, que acertavam agora uma safra para logo estragar a seguinte, aggravada pela demora das frotas que deixavam o genero nas alfandegas sujeito ás intemperies, levando-o para além-mar velho e já deteriorado; pela carestia dos fretes; pelos excessos de impostos, lançados quando o assucar alcançava tres mil e quinhentos a arroba, mantidos invariaveis quando o preço pouco excedia mil réis. O tabaco durante annos assumira grande incremento, concorrera para o cultivo dos sertões, mas agora os plantadores desilludidos e desanimados refluíam para as praias aonde pelo menos os mariscos e carangueijos lhes garantiam a subsistencia, porque o estanco do tabaco crestava todos os impulsos e propagava a miseria por toda parte: entretanto a simples liberdade da droga bastaria para restabelecer a vida: só o Oriente consumia mais do que o Brasil poderia produzir

“Vejam lá os sabios da politica qual póde ser o remedio, concluia descoroçado o velho republico: eu lhe não vejo si não dar-nos Deus um novo fruto de

estima e preço, e esperar milagres para o que a prudencia dos homens basta, não se costuma nem é racional.”

Este fruto de estima e preço, pelo qual suspirava, já muitos o julgavam descoberto e maduro: bastava estender a mão para apanha-lo; era o levantamento da moeda.

Em 1641, apenas começado o primeiro anno da dynastia bragantina, o marco de prata corria por dois mil e oitocentos. No anno seguinte a oitava de ouro, que valia quatrocentos e sessenta e oito réis, a 29 de Março subiu a seiscentos e sessenta, o marco a quarenta e dois mil duzentos e quarenta réis. Estava dado o primenito passo: quem quizer acompanhar os outros recorra ao segundo tomo de Teixeira de Aragão, que aliás não é completo. A lei de 4 de Agosto de 1688 fixou o grão de ouro em vintem, a oitava em mil e quinhentos réis, a onça em doze mil, o marco em noventa e seis réis; de prata o marco valeria seis mil réis, a onça setecentos e cincoenta; a oitava e o grão proporcionalmente. Involuntariamente ironico, nosso Varnhagen vê neste facto o baixo preço proporcional em que estavam os metaes amoedados.

A lei chegou á Bahia em meados do anno seguinte, quando, por morte do titular Mathias da Cunha, governava interinamente o arcebispo D. Manoel da Resurreição, que a transmittiu ao desembargador Manoel Carneiro de Sá, chanceller da Relação, para publica-la, como era de seu officio. Entre os dois potentados parece houvera attritos e não reinava grande

harmonia. O chanceller não deu signal de vida. O arcebispo mandou proceder á publicação, “ao som de caixas e tambores que alvoroçava o povo e não sabia si era lei ou bando” commenta Carneiro de Sá.

A attitude do chanceller procedia de motivos superiores a despeitos mesquinhos, como explica em documento official.

Tinha duvida si podia applicar-se ao Brasil uma lei relativa a moedas que aqui não corriam, e mandava que as patacas de menos de sete oitavas de prata fossem pesadas e valessem a tostão a oitava. A generalidade das patacas de Bahia não passava de quatro oitavas e meia e valiam seiscentos e quarenta; cada moeda perderia portanto, levada á balança, cento e noventa réis; o prejuizo total seria de trezentos mil cruzados; resolveu por isso participar á côrte estes inconvenientes e esperar pela decisão para agir

O arcebispo, recémchegado á terra e pouco conhecedor da situação, confessa ter sentido escrupulos; decidiu-o a noticia de se haverem antecipado em Pernambuco. Apenas a lei se divulgou, soaram vozes descontentes, encheu-se a Camara de povo, e foi redigido um papel contrario á execução da medida. O arcebispo convocou então uma junta geral a que assistiram pessoas de todos os estados, — alguns ministros, frades e sacerdotes, assegura Carneiro de Sá, que não quiz comparecer. Votaram-se varias resoluções: eliminou-se o emprego das balanças e fixou-se em dois cruzados o valor da pataca (duas patacas) que pesasse seis oitavas

e meia e dahi para cima, em setecentos réis a de seis oitavas perfeitas até seis e meia; as de quatro e meia até seis continuariam a valer seiscentos e quarenta réis.

Em sua carta de 11 de Junho de 89 para a Côrte o prelado revela-se satisfeito da sua obra. Antes da junta só se tratava de reunir as moedas de maior peso e conduzi-las para bordo; muitos navios não tinham ainda lastro, outros só meia carga; depois da junta, appareceu o dinheiro de peso, espertavam-se as compras do assucar que já estava naquella data quasi todo embarcado e a frota prestes a seguir

A elevação da prata que devia vigorar apenas na Bahia, durante a assistencia da frota, alastrou pelo Brasil inteiro com impeto irresistivel e firmou-se como conquista irrevogavel.

Em officio de 18 do mesmo mez, o chanceller explicou sua reluctancia nos termos já conhecidos; lembrava que para tolher o açambarcamento das moedas de peso bastaria uma vistoria nos navios; levantar o dinheiro é regalia de principe; não invejava as glorias do autor, si o acto fosse approvedo; contentava-se em não ter comparecido nem concorrido para elle.

As duas cartas, acompanhadas de outros documentos, foram lidas a 20 de Dezembro no Conselho Ultramarino, em Lisboa. O procurador da Corôa accentuou que levantamento de moeda só compete a el-rei; não julgava a lei applicavel ao Brasil, aonde o uso commum dos moradores, sem lei nem ordem, tinha dado á moeda valor a seu arbitrio: o chanceller andara bem retrahindo-se, o arcebispo não andara mal adiantando-

se; devia confirmar-se a lei do arcebispo, visto ser por commum acceitação e accordo do povo e não poder nos termos presentes haver outro remedio. Dois conselheiros deram votos analogos; e a maioria votou que inviolavelmente devia guardar-se a lei de 4 de Agosto de 1688, sem curar dos clamores do povo.

El rei deu razão ao Conselho. Em 21 de Março de 90, enviou-lhe uma carta com data de 19, dirigida ao novo governador geral, Camara Coutinho, almotacémor, ex-donatario do Espirito Santo, que vendera sua capitania ao riquissimo Francisco Gil de Araujo. Da carta regia de 19 de Março, que de modo a não permittir dilações fixava novamente em tostão o valor da oitava da prata e prescrevia o uso de balanças, existe copia official no Archivo Publico. Della ha transcripto exacto no quinto volume dos *Annaes do Rio de Janeiro* de Silva Lisboa.

Camara Coutinho recebeu a carta de 19 de Março em Pernambuco, que governava ainda, aonde se fizera o primeiro levantamento da moeda; suas idéas eram-lhe favoraveis; mas a ordem régia não permittia du-biedades. Esperou que a frota partisse para evitar o exodo subito do numerario, e por edital de 3 de Junho de 1691 mandou publica-la em todas as capitancias. O laborioso Guilherme Young descobriu o documento em Iguape e imprimiu-o no 8.º vol. da *Revista do Inst. Hist. de S. Paulo*, tão cheio de erros e contrasensos que ficou inintelligivel. A Bibliotheca Nacional pos-sue boa copia.

Da sensação causada na Bahia dá testemunho o quasi nonagenario Antonio Vieyra, que no theatro de

sua infancia e de seus primeiros triumphos viera penitenciar-se das vaidades do mundo e preparar a viagem suprema. “As frotas que vierem não acharão destes generos (tabaco e assucar) para tornar carregados, por terem levado entre elles o que não paga frete nem direito, que é toda a prata e dinheiro, em que os mercadores achavam mais conta que nas outras drogas” — escreve em 1 de Julho de 1692 ao antigo governador Roque da Costa Barreto.

Em 15 de Junho de 93 escrevia o Governador geral: “O Brasil até agora esteve muito mal e de presente fica com a candea na mão e com poucas ou nem-umas esperanças de remedio, porque emquanto teve sangue deu o que tinha, agora tem perdido as forças e as esperanças, porque lhe falta a moeda, que é o essencial, com que todos os pagamentos estão parados, o assucar nos trapiches, sem haver quem os compre, os senhores delles como devem mais do que têm não os podem manear e cada um chora e não sabe porque. Ou se ha de usar dos novellos de Maranhão ou das macutas de Angola”

O venerando Jesuita escrevia ao duque de Cadaval: “O remedio. e não póde haver outro, é o da moeda provincial com tal preço extrinseco que nem para os de fóra nem para os de dentro tenha conta a saca della” No mesmo sentido, apenas com restrições a respeito da moeda de ouro que entendia dever ser a mesma tanto na colonia como na metropole, varias vezes se manifestou o Governador geral em sua correspondencia publica, parte impressa no tomo 71 da *Rev. Trim.*, parte ainda inédita, existente na Bibliothe-

ca Nacional. O povo da Bahia, o governador do Rio, o provedor da Fazenda em Pernambuco reflectiam unanimes sentimentos e opiniões identicas. A côrte cedeu.

A lei de 8 de Março de 1694, que fundou a casa da moeda da Bahia, desde o principio reconhece a necessidade de uma moeda provincial “porque só sendo fabricada com maior valor e differente cunho, prohibindo-se sua extracção com graves penas, se poderia conservar a moeda no estado do Brasil, sem que se trouxesse para este reino como a experiencia tinha mostrado” Neste intuito foi levantado o marco de prata de oito onças a sete mil e quarenta, a onça a oitocentos e quarenta, a oitava a cento e dez réis; cada marco de ouro de oito onças — a cento e cinco mil e seiscentos réis, cada onça a treze mil e duzentos e cada oitava de ouro a mil seiscentos e cincoenta réis.

Navegava-se até o seculo passado por monções, navegação longa, incerta, intermittente. A noticia do levantamento da moeda feito na Bahia em 1689 chegou a S. Paulo em Agosto de 90. O povo alvoroçou-se, em 3 de Agosto invadiu a Camara, coagiu os vereadores e, mais atrevido que a junta, impoz que a pataca de quatro oitavas e meia valesse oitocentos réis, a pataca simples quatrocentos réis etc.: “por este valor corriam em Santos e villas circumvisinhas”, lê-se na acta.

A 1 de Março de 92 os vereadores decidiram conservar a moeda na mesma altura até da Côrte virem ordens em contrario; a realidade era, porém, outra; “em S. Paulo, escrevia Camara Coutinho, não só não

se deu execução á baixa da moeda, mas não a quizeram acceitar nem me responderam” Em outra occasião: “a villa de S. Paulo ha muitos annos que é republica de per si, sem observancia de lei nem-uma assi divina como Humana”

Em 23 de Janeiro de 1693, o povo foi adiante: á vista da confusão resultante da falta de moedas para trocos, levantou novamente o valor do dinheiro miudo acima do que decidira havia tres annos. A seguinte tabella resume a marcha desde 1689 até 1693:

1689	1690	1693
640	800	—
500	600	—
400	500	—
320	400	—
250	300	—
200	240	280
160	200	240
120	160	200
100	120	160
80	100	120
60	80	100
40	50	80

Ha ligeiras divergencias: na acta de 3 de Agosto o cruzado apparece convertido em 480 e 500 réis; na de 23 de Janeiro fala-se em tres vintens — moeda que não devia mais haver, pois os dois tinham sido elevados a meio tostão.

Em 23 de Janeiro de 1694, a Camara de S. Paulo pediu a Manoel Peixoto da Motta, Capitão-Mór, as ordens sobre a baixa da moeda; deu-lhes logo o cumprimento, passando quartéis e publicando-as. “Querendo á vista da carta de V. S. executar o que nella mandava, escrevem os vereadores em data de 30 a D. João de Lencastre, o novo governador geral, e baixar com publico edito a moeda, levantou-se no acto da publicação de tal sorte e com tal furor o povo que não deixou acabar de se intimar a ordem legitimamente na praça, ajuntando-se com clamores contrarios, com insultos contra o capitão-mór e com tumulto contra os poucos ministros que costumam intervir a estes actos impedindo desta sorte o cumprimento do que se intentava fazer”

A noticia da lei que creava a casa da moeda da Bahia, instituia a moeda provincial e elevava a oitava de prata a cento e dez réis, pouco modificou a situação: ainda tres annos depois a exaltação persistia rubra.

A 19 de Janeiro de 1697, notando concurso e rumor, acudiram os officiaes da Camara e defrontaram um ajuntamento de povo armado de armas de fogo e espadas, gentio com arco e flechas, exigindo o levantamento da moeda. Os camaristas allegaram as terminantes ordens régias, lançaram mão do recurso habitual de convocar os prelados das diversas religiões para deliberar “Responderam todos juntos que elles como povo levantaram o dinheiro e que se não quizessem dar o valor de seu requerimento que tocariam a degolar gritando com vozes altas que morressem todos,

com que de necessidade por remir sua vexação lhes foi proposto pelos vereadores que chamassem os prelados das religiões para com elles se ajustar o que mais conveniente fosse”, no que não quizeram consentir cousa alguma sinão que dessem cumprimento a seu requerimento, que não tinham necessidade de que viessem prelados para o que lhes convinha a elles, sinão que levantassem a moeda, sinão que morreriam todos”

O segundo volume do *Registo geral* prestes a sahir trará naturalmente mais documentos completando as indicações por vezes demasiado summarias das *Actas*. O capitulo final desta historia comprida e mal contada descobriu Basilio de Magalhães em suas penetrantes e fecundas pesquisas archivaes e vem na primeira parte da opulenta collecção, publicada no volume 18 da *Revista do Inst. Hist. de S. Paulo*: é uma carta a D. Pedro 2.º de 1.º de Junho de 1698 escripta pelo governador do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Menezes.

Encabeçava o movimento Pedro de Camargo que resistia a todas as ordens vindas da Bahia, vivia em S. Paulo feito regal, criminoso de quatro mortes, de latrocinios e violencia, e exercia o cargo de Juiz ordinario aquelle anno. Mandou intimar ao governador que não fizesse á capitania a annunciada viagem em que ia providenciar sobre as minas, não descobertas. O governador não se deixou intimidar, grangeou partidarios, transpoz a serra e chegou ao campo.

“Chegado que fui a S. Paulo achei morto ao sobre-dito Pedro Camargo. Violentemente o mataram

com um seu mesmo bacamarte ao meio dia, e foi cousa prodigiosa, porque o matador é um dos nossos melhores homens que ha naquella capitania, tanto pelo seu modo de vida, como por ser muito observante de todos os preceitos e ordens de Sua Magestade, estranhando sempre o não se lhe dar aquella devida execução que merecem com que parece que foi divina providencia que o melhor homem matasse ao mais tyrano e inobediente vassallo.

“E como lhe faltara o castigo, que por tantos titulos merecia, quiz Deus que pagasse a enormidade de seus delictos, porque depois de lhe atirarem foi dando mais de cem passos com o coração passado por duas balas, e foi cahir ao pé do pelourinho, aonde merecia ser justicado.”

UM LIVRO SOBRE A MARQUEZA
DE SANTOS

UM LIVRO SOBRE A MARQUEZA DE SANTOS

Quando se annunciou que Alberto Rangel preparava uma monographia sobre a Marqueza de Santos, a noticia foi acolhida com a sympathia e curiosidade devidas ao escriptor já tão vantajosamente conhecido. Apenas podia haver duvida si, votado até aqui a obras de fantasia, saberia subordina-la ao estudo de aridos papeis velhos. Agora o receio perdeu a razão de ser: o livro sahi com documentação forte e solida; difficilmente se encontraria trabalho nacional lançado em alicerces tão profundos e seguros como *D. Pedro I e a Marqueza de Santos*.

Quatorze paginas em oitavo ⁽¹⁾ enumeram a litteratura consultada e assimilada: grossos *in-folios*, colleções de jornaes, relatorios, autos de cartorios, memorias inéditas, avulsos, correspondencias particulares, correspondencias diplomaticas dos Estados Unidos, da França, da Espanha, da Prussia, da Austria, da Suecia, de Roma, etc. Não pouco do apurado provém de procedencia diplomatica, mas o diplomata não gosa de posição privilegiada sobranceira á critica. “Até que ponto acreditar nos depoimentos da chronica viva, lançada por vadios attentos ao que lhes chegasse aos ouvidos, por sobra de tempo, incansaveis escrivães do consta e do mexerico, na representação das potencias, é questão delicada e mui complexa. Os signatarios de taes peças eram individuos estranhos á sociedade onde se

(1) Pags. 432 a 446.

achavam, como cahidos de outro mundo e aperreados em meio ôco, semi-barbaro e quasi grotesco; excita-los-ia o vehemente desejo de sobrecarregar os Correios” (2).

No desejo de ser completo investiu pelas nobiliarchias e pela heraldica até dar nas raizes com a misera e mofina Ignez de Castro por um lado, e Piquerooby, o morubixaba de Piratininga, pelo outro. Um capitulo, o oitavo (3), estuda os antepassados, perfilados em dezesepte synopses dadas em appenso: os appensos de conteúdo variadissimo, sobem a cento e cincoenta e nove (4). Cincoenta e oito gravuras illustram o texto artisticamente impresso em Tours.

O primeiro capitulo — As imagens (5) — apresenta-nos o Imperador e a Marqueza taes quaes os revelam quadros, retratos, photographias, testemunhos de contemporaneos: elle, typo de belleza mascula, quer a pé quer a cavallo, revelando a majestade no seu todo; ella, “uma dessas formosuras de conjunto, onde mesmo as minucias irregulares antes se plasmam do que se desfazem nos planos da figura, concorrendo a fazer sobresahir o traço geral do cunho em effeitos totaes de sedução, empolgantes e distinctos, dos espalhados pela banalidade fastidiosa e insignificancia paradoxal de typos muito mais perfectos”

Compare-se por contraste a visão do Imperador e da Imperatriz, quaes os notou uma manhã de Abril de

(2) Pag. 292.

(3) Pags. 101 a 123.

(4) Pags. 335 a 432.

(5) Pags. 1 a 9.

1825, no Arsenal de Marinha, um aventureiro alemão que acabava de desembarcar

“D. Pedro é um bello homem, de estatura mediana, o rosto fortemente marcado de bexigas, de magnifica barba negra, escreve C. Schlichthorst; seu porte é negligentemente orgulhoso; fala depressa e resoluta, exprime-se soffrivelmente em francez. Os olhos negros e brilhantes não fixam muito tempo um logar; tudo nota do que se passa á roda; gosta de dar tom jovial ás perguntas mais sérias. Quando ri, o que não é raro, mostra uma fieira de dentes alvissimos. Seu traje era accomodado ao clima e á hora: um casaco pardo e leve, chapéo branco, calças brancas, um lenço de seda de cor passado descuidadamente ao pescoço.

“A Imperatriz é baixa, atarracada, de rosto genuinamente alemão. Certa semelhança com a ex-Imperatriz de França, Maria Luiza, salta aos olhos; mas suas feições não têm o afinamento e a graça que tão encantadora tornavam a esposa de Napoleão. O sol dos tropicos e o modo de vida pautado pelo hemispherio do Sul deram-lhe uma alta camada de vermelhidão e provocaram a corpulencia commum ás brasileiras que já deixaram atrás a primeira juventude. Accrescia o vestuario infenso a olhos europeus: longas botas inteiriçadas de dragão com pesadas chilenas de prata, largas bombachas brancas, por cima uma breve tunica de seda, uma amazona aberta de panno pardo, lenço ao pescoço, branco, amarrado á gola da camisa, chapéo de palha desabado, azul claro”

As sympathias pelo Imperador jorram desde que o autor o defronta “sujeito a bronchites, abusando do

Leroy e da Agua Viennense, com os rins inflamados, o figado congesto, areias e calculos raspando os canaliculos dessas visceras, sobretudo o horror larval da epilepsia, a presidir os conselhos, a galopar com furia, a poetar e musicar, a commandar e chalacear, a escrever proclamações e declarações de amor, temerario e obstinado, omnipotente e licencioso.

“Nos paços em que nasceu e morreu se inscreviam nas paredes scenas de Dom Quixote, determinada e bem propria allusão á vida que levou aos trancos, nas matas mineiras e nos areiaes do Sul, nas aguas do Oceano e nas veigas lusitanicas, gaúcho e nauta, soldado e D. João, sertanejo e cidadão, monarca e aventureiro na guarda e escolta de sua propria illusão. Differente de Bellerophonte, o seu destino não foi matar a Chimera, mas segui-la. Imperturbabilidade era o dom de que mais se gabava a grande Catharina II: impressionabilidade a prenda e ufanía de D. Pedro. Por toda a parte vibra este feixe de nervos; e de tal modo que a execução de seus actos explica os sentimentos que a todo o instante o aconselham e o corrigem, o compromettem e o sacrificam”

Collocando-se além do bem e do mal apresenta-nos nos cinco capitulos seguintes as mil facetas desta personagem quasi nietzscheana, brutal e meigo, deslinguado e chorão, com a tyrannia no sangue e a liberdade no pensamento, superior ao meio tacanho, ultrajando a grammatica e acariciando a logica, “mecanico, marceneiro, tropeiro, magnifico e descocado, cavalheiroso e frascario”

Com a mesma amplitude seria impossivel pintar a amante imperial : “D. Domitilla na qualidade e condição delicada e fugaz dos seres femininos ficar-nos-á sempre distante, nebulosa e esphingetica. Os defeitos aggravam-se ou os bons credits ganham de feitiço e preponderancia, talvez pela insusceptibilidade ás analyses definitivas, peculiar ás aparições inabordaveis das se-reias. Ajuda a complexidade dos refolhos e o indefinido dos lineamentos o vacuo historico que a subtiliza e denegra”

Domotilla — é a fórmula que o autor prefere, fundado no *Flos Sanctorum* e em José Bonifacio; o nome acha-se escripto de quatorze modos differentes, a propria portadora variou a este respeito. Foi a penultima de oito irmãos, quatro do sexo masculino, todos votados á carreira militar. Militar era tambem seu pai que veiu a estabelecer-se em S. Paulo, conhecido pela alcunha de *quebra vintens*, porque, de facto, quebrava uma moeda entre os dedos. A filha herdou-lhe a força muscular, como provou já quarentona no convento de Sorocaba, cavando buracos para esconder caixões de moedas e barras de ouro ameaçados de saque.

Nasceu na Paulicéa a 17 de Dezembro de 1797; da primeira phase de sua vida apenas sabe-se que casou a 13 de Janeiro de 1813 com o alferes Felicio Pinto Coelho de Mendonça, de importante familia mineira, ali destacado. Em Minas, para onde voltou, vieram á luz a primeira filha Francisca, em 1815, que esposou um tio, irmão da mãe, e morreu aos dezoito annos de tuberculose, Felicio em 1816; em S. Paulo o terceiro

filho, João, baptizado a 26 de Agosto de 1819, que pouco viveu.

Quando este nasceu já não coabitava o casal: elle diffamava-a publicamente e acabou dando-lhe duas facadas em Abril: ella fazia queixas amargas. D. Francisco de Assis Lorena chamava-se o seductor real ou supposto, bastardo de um antigo governador de S. Paulo e Minas Geraes.

Os annos immediatos á tragedia cobrem fartas murmurações. Ainda não ha muitos mezes, ouviu quem escreve estas linhas coisas incriveis no Archivo de S. Paulo. Alberto Rangel prova o infundado de taes affirmativas. Apenas um ponto permittiria duvidar: o legado de doze contos ao filho testamenteiro “afim de que elle cumpra uma disposição particular conforme lhe recommendou em carta fechada de cuja disposição não será obrigado a dar contas, devendo ser acreditado sómente por seu juramento”; mas a rigor que se póde concluir dahi? Como provar a relação com successos passados quarenta annos antes?

Que peccado venal seria o que bastavam doze contos para redimir

Em 1822 o Brasil atravessava um periodo revolucionario e os animos estavam agitados. Depois de serenar pela simples acção de sua presença a tempestade que bramava em Ouro Preto, o Principe Regente resolveu ir ás terras do Tietê onde as paixões tumultuavam, e ferviam os odios. Dia de S. Bartholomeu pernoitou na Penha; a 25 de Agosto penetrou na Capital; a 8 de Setembro despediu-se dos Paulistas, depois de acalmar os espiritos e acclamar a independencia nas margens

do Ypiranga; neste intervallo conheceram-se e ligaram-se o futuro Imperador e a futura Marqueza. Não faltam versões sobre o primeiro encontro; mas as palavras de D. Pedro fixam a verdade: “no dia em que fazia tres annos que eu comecei a ter amizade com mecê, assigno o tratado de nosso reconhecimento como imperio” (6) O reconhecimento do Imperio assignou-se a 29 de Agosto de 25; por conseguinte de 29 de Agosto de 25 a 8 de Setembro de 22 correu o triennio incendiario, cujas chammas ainda não estavam extintas em 29.

O caso lembra vagamente o de Napoleão e da Condessa Walewska em Varsovia: a um respeito a semelhança é completa e extremou esta de innumeradas aventuras do mesmo genero succedidas aos dois imperantes: tanto a Paulista como a Polaca ficaram gravidas. “Tive artes de fazer saber a seu pai que estava pejada de mim, escrevia-lhe a 27 de Novembro; mas não lhe fale nisso, e assim persuadi-lhe que a fosse buscar e á sua familia, que não ha de cá morrer de fome, especialmente o meu amor por quem estou prompto a fazer sacrificios (7). O primeiro fruto de amor não vingou; a elle devem referir-se as palavras de D. José Delavat (8)

Quando chegou ao Rio não é bem liquido; em Maio já o pai recebia o soldo de reformado na guarnição da Côrte; em Março o marido que aqui estava desde 21, fôra mandado para fóra como tenente aju-

(6) Pag. 82.

(7) Pags. 100, 125.

(8) Pag. 130.

dante do batalhão de Pilar e Serra. Parece morou para Mata Porcos nos primeiros tempos. Suas relações com o Imperador pouco a pouco se foram tornando conhecidas, e deram azo a desfeitas num theatro em Junho de 24, na Capella Imperial durante a Semana Santa de 25. Quando occorreu o ultimo incidente já devia ter sido apresentada na Côrte, pois no empenho de desaggrava-la a Imperatriz mandou que a Camareira-mór a nomeasse primeira dama de Honor. A nomeação deu-se em 4 de Abril; desde então começou a ser visitada e adulada.

De sua influencia sobre o imperial amante, neste primeiro periodo, narra-se um facto bem significativo: a ella attribue-se o decreto de 16 de Junho de 1823, mandando cassar a segunda devassa aberta em S. Paulo e estigmatizando-a como producção de rivalidades particulares. O golpe feriu José Bonifacio e Martim Francisco, que deixaram o Ministerio e nunca lho perdoaram. Drummond perpetuou estas queixas e implicou-a na dissolução da Constituinte.

Alberto Rangel afina por Varnhagen na *Historia da Independencia*, ultimamente impressa, em que, dir-se-ia, ha o proposito de transformar o patriarca em Barão de Lucena. “O summo saber e apuros do engenho tornam indiscutíveis os conceitos de bonzo e immodificaveis as determinações de aresteiro. Perigo á independencia alheia, disciplina importuna, odienta e insustentavel a impôr o alcorão ao livre agir e ao pensar dos outros. A vara do juiz ou do primeiro ministro nas mãos do poço de saber póde ser verga de lictor; é symbolo alto e solenne que virá a servir de açoite”

Como é indispensavel, como é urgente o livro de Martim Francisco sobre a familia dos Andradas, que só elle póde escrever e que já tem quasi escripto.

A 4 de Março de 1824 D. Domitilla de Castro do Canto e Mello requeria para ser depositada em casa de seu pai para tratar do divorcio com Felicio Pinto Coelho de Mendonça, “a quem sempre amou cordialmente, vivendo honestamente, obedecendo-lhe em tudo sem dar motivo de descontentar” ao passo que “este por seu máo genio e caracter tem maltratado a supplicante com violentas e repetidas pancadas, ameaçando-a até de a matar, a ponto de já ter pegado em uma faca para este fim, o que de certo teria acontecido si não accudissem á supplicante” O divorcio foi concedido a 21 de Maio e o ex-marido foi administrar uma fazenda imperial, pago e satisfeito. Satisfeito? Não, de todo. “Recalcitrava Felicio no odio á antiga esposa. Narra o austriaco que Boaventura Delfim Pereira havia recebido de Felicio uma carta que o apresentára a D. Domotilla. O resultado teria sido immediato com as furias da insultada. Em noite diluviana o Imperador, montando a cavallo, com um companheiro, saltára as doze leguas que o separavam de Periperi. Lá chegando, esbofeteara o administrador da feitoria, entre grosseiros doestos, obrigando-o a assignar um papel em que empenhava a palavra de não atassalhar ou mesmo se occupar de D. Domitilla, sob pena de uma coça. Mareschal escreve *Surra*, dando ao vocabulo da giria portugueza as honras de inserção no aranzel a Matternich. Quem seria o chocalheiro pagem da aventura de costa acima e que a foi relatar aos ouvidos do embai-

xador? O nome do individuo daria harras de fidelidade á burlesca peripecia” (9)

Dois dias depois do divorcio vinha ao mundo uma menina, primeiro fruto viavel dos amores imperiaes, baptizada com o nome de Isabel e como filha de pais incognitos. No anno seguinte nova gravidez, e no auge do contentamento o Imperador a 15 de Outubro, houve por bem nomear Viscondessa de Santos, com as honras de grandeza, a D. Domitilla de Castro do Canto e Mello, attendendo aos distinctos meritos da “primeira dama da Imperatriz, minha muito amada e prezada Mulher, pelos quaes se faz digna de Minha Imperial Consideração” Em Fevereiro de 26 numa excursão que fez á Bahia com a Imperatriz, levou-a em sua companhia no mesmo navio e com ella esteve todo o tempo roubado aos deveres officiaes e aos ciumes da consorte, já desconfiada e agora convencida.

Já de volta, o Imperador recebeu a noticia da morte de D. João VI e o chamado para subir ao throno de Portugal. Nos primeiros tempos da regencia, D. Pedro julgava possivel reunir as duas corôas, mas a experiencia o desilludira e optára resolutamente pela nova patria. Nas negociações para o reconhecimento da independencia, quizera que isto ficasse bem claro, e só a opposição irreductivel do pai impedira a renuncia definitiva e cabal. Firme nas mesmas idéas, abdicou da corôa em sua filha Maria da Gloria, que deveria casar com o tio D. Miguel.

(9) Pags. 132-133.

Depois de dar em 3 de Maio uma corôa á filha legitima, podia D. Pedro occupar-se dos bastardos santistas. Diz-se que pensára em fazer Duque de S. Paulo ao filho nascido em 7 de Dezembro de 1825, cinco dias apenas depois do que foi segundo Imperador. Si de facto concebeu tal plano, — o que não é certo, — mangrou-o a morte do menino na idade de quatro mezes: restava a menina Isabel. Apenas tres semanas depois da abdicação, declara o Imperador que houve “uma filha de mulher nobre e limpa de sangue”, a qual se chamaria Isabel Maria Alcantara Brasileira e teria o titulo de Duqueza de Goiaz: a 4 de Julho deu-lhe o tratamento de Alteza. A 17 de Outubro a Viscondessa foi elevada a Marqueza de Santos, como publico testemunho “do alto apreço aos serviços prestados, tratando da Minha muito amada e querida filha, a Duqueza de Goiaz, desde que me dignei entrega-la, e querendo fazer-lhe Honra e Mercê em attenção a tão distinctos serviços que sobremaneira têm penhorado meu coração”

Outra filha, Maria Isabel, nascida a 3 de Agosto de 1827, viria a ser a Duqueza do Ceará, si não morresse aos quatro mezes. Herdou-lhe o nome a terceira, por assim dizer posthuma, pois os amantes já estavam definitivamente separados, quando a 28 de Fevereiro de 1830 veiu á luz em S. Paulo a que deveria ser a infeliz Condessa de Iguassú. A Duqueza de Goiaz, mandada para além-mar aos seis annos de idade, por lá se ficou, estabeleceu-se e teve descendencia; seus bisnetos devem a esta hora estar combatendo nos Exercitos da Europa Central.

Conta um viajante que os Cariocas não compreendiam o longo apego do Imperador á Marquiza, e muito menos a liberalidade com que a mantinha, elle em geral tão parcimonioso: explicavam-no por feitiço. Menos se arredariam do real, si attendessem á fecundidade da mulher, pondo em vibração constante a fibra da paternidade, tão energica em D. Pedro. Filha, chamava á amante nas cartas mais derretidas; filho, queria ser chamado.

No meio de tudo isto que fazia a Imperatriz? Pelas paginas do livro, perpassa desgrenhada, mal vestida, galopeira, caçadora, comelona: seu amor ás sciencias provoca subtis remoques, capazes de evocarem certa personagem da *Casa de Pensão*, de Aluizio Azevedo. O gosto pelas sciencias naturaes poderia ser um reflexo dos companheiros na longa travessia de Leorne ao Rio, o grave Spix, o genial e luminoso Martius, o incansavel Natterer e outros que foram os verdadeiros descobridores do Brasil. Amava ás letras. Schlichthorst, vendo-se sem recursos, amanhou um soneto e levou-o a Imperatriz, que leu a poesia, achou bonita e mandou dar-lhe 200\$000. O autor a reproduz em seu livro *Rio de Janeiro wie es ist*, impresso em 1829 em Hannover, não por julga-la uma obra prima, porém, por ter sido muito bem paga. Depois de falar nas praias floridas, aonde o Rio estira seus braços de gigantes, entre penedos, da areia azul em que a lympha do regato lambe o ouro mais puro, do solo rico que occulta diamantes, onde viu a Imperatriz vestida de raios. termina: “esposa do filho herdeiro de D. João, com elle serás festejada e viverás feliz; permite que

até o throno dourado, até tua pessoa, erga-se audaz o olhar livre, por que a bondade do coração cercou de luz celeste o throno imperial”

O segundo Imperador sahiu antes Habsburg que Bragança.

Quando viu sua primeira dama elevada a Viscondessa de Santos, a Imperatriz percebeu que não se tratava de uma aventura como tantas outras, através de todas as camadas da sociedade, de alto a baixo da escala chromatica, em que nem se cansava, nem se saciava o neto de D. Maria Luiza, filho de Carlota Joaquina. A convivencia diuturna durante a viagem á Bahia, o reconhecimento da Goiaz com o tratamento de Alteza, a promoção da Viscondessa, naturalmente amarguraram a abandonada. Houve scenas violentas, mal conhecidas, no casal. A Imperatriz pediu ao Embaixador da Austria communicasse a seu pai que se sentia muito infeliz. A saude foi se alterando, definhou, consumiu-se e morreu. Uma visita da Marqueza á moribunda, tem sido explorada contra ella. Rangel prova que o escandalo foi provocado por Ministros, alguns seus bajuladores até então, que julgavam o sol no occaso.

O Imperador estava no Rio Grande do Sul e voltou ás pressas quando soube do fallecimento da Imperatriz. A Marqueza continuou a exercer o mesmo dominio. Falou-se em que D. Pedro pretendeu tomala por esposa, invencionice aerea numa época em que não seriam mais possiveis D. Fernando e Leonor Telles. De facto Felicio, consolado provavelmente pelas amanças ancillares como antes do divorcio, continuava

com vida. Correu que Feijó, o grande Feijó, iria até o assassinato para impedir o consorcio !

Entretanto, a situação mudara aos poucos. As cartas continuavam numerosas, mas os encontros espaçavam-se. As ausências do Rio amiudavam-se; mas influiu sobretudo a idéa de novo casamento com uma princeza europeá que alguém suggeriu e foi abraçada apaixonadamente. A historia das tentativas matrimoniaes do recém-viuvo já foi narrada ao comprido na mal escripta, mal disposta, mal revista, mas imprescindível *Vida do Marquez de Barbacena* por Antonio Augusto de Aguiar. Completou-a um artigo do Conde de Barral, neto do Visconde da Pedra Branca, que, parece, foi o negociador feliz; o artigo sahiu em uma revista pariziense.

A fama da Marqueza atravessou os mares; princeza alguma quiz repetir as experiencias de D. Leopoldina; o afastamento era condição prévia de qualquer negociação bem succedida; a idéa do sacrificio enraizou-se no animo imperial, e uma carta quasi brutal, de que o livro dá extractos, impoz e conseguiu a retirada.

De Outubro de 1828 a Abril de 1829 a Marqueza esteve em S. Paulo, onde soffreu horrores, a acreditar em suas palavras. As noivas continuavam esquivas e D. Pedro, attribulado pelos successos de Portugal, onde seu irmão D. Miguel podia emfim mostrar-se tal qual era, ou qual o queriam seus partidarios obsecados, escreveu ao ex-sogro que, por óra, não podia pensar em casamento. Lucrou com isso a Marqueza, que em Abril novamente appareceu na Côte.

A sua estada não devia ser longa. O casamento ajustou-se em Maio com a bella Amelia de Leuchtenberg, filha do principe Eugenio, neta de Josephina de Beauharnais ou Bonaparte, e o Imperador ratificou-o em 30 de Julho de 1829.

Na mesma occasião a Marqueza declarou-se grávida e o imperador esbravejou. Conta a Condessa de Iguassú: “desde o ventre de minha mãe eu principiei a soffrer. Estando ella grávida de mim, com dois mezes, quiz meu pai mata-la, dizendo que eu não era sua filha; então, meu tio José de Castro, pondo-se na porta do quarto de minha mãe na occasião em que meu pai queria entrar, lhe embargou o passo e lhe perguntou onde ia; meu pai respondeu: “matar aquella que diz que está grávida de mim não sendo meu filho”; então meu tio lhe disse: “Senhor, si o filho ou filha que minha irmã tiver não fôr seu, eu lhe dou a minha cabeça” (10)

A Marqueza partiu para S. Paulo a 27 de Agosto de 1829, quasi sete annos, dia por dia, depois da amizade tempestuosa travada em 22, a 29 do mesmo mez, e afóra ligeiras excursões, passou o resto da existencia na terra natal. Em Agosto de 1833 morreu-lhe a filha primogenita; em 3 de Novembro morreu-lhe o marido Felicio, no sitio da Piedade, em Marapicú. Podia casar outra vez, e de facto convolou a novas nupcias, sem abandonar o titulo.

(10) Pag. 373.

O capítulo XVI, — A Matrona ⁽¹¹⁾ —, contém a historia de trinta annos e é um dos mais interessantes, pela cópia de pequenos factos e anedoctas caracteristicas. Como amostra pôde servir esta miniatura: “Por volta de 1860, D. Domotilla, a veneranda sexagenaria e duas vezes viuva, era uma ruina esplendida. Fizera-lhe o tempo concessões excepcionaes. A velhice veio com delicadezas de um retocador de quadros. Cobriu-a de neve onde devia, conservou-lhe o que pôde da sobranzeria do meio corpo apparatuso, soprou-lhe sobre a tez um halito que mal lhe tirava a frescura e o alvor retrospectivos, tendo-lhe deixado a brancura de nacar nos dentes sãos, e nos olhos ainda uma scentelha, em memoria dos antigos fogareos que nelles se accendiam. E demorou-se no trabalho subtil o artista commummente desabusado e ultrajante. Ella ajudava-o na poupança, vestindo-se com apuro, afim de comparecer ás festas mundanas e religiosas, e usando das fabulosas joias de seus escrinios. Pela Semana Santa a visita ás igrejas dava occasião de ostenta-las abundantemente, bem como as sedas bordadas, os escarpins e leques maravilhosos”

Falleceu de intercolite a 3 de Novembro de 1867 “Prantearam-na da plebe ás grandes familias, gregos e troianos. Saldanha Marinho, Presidente da Provincia, compareceu ao sahimento funebre. Nem um preito devia ser mais honroso aos manes da Marquiza de Santos do que o prestado pelo homem em quem se en-

(11) Pags. 257 a 291.

carnavam a independência, a honestidade e o liberalismo de duas gerações”

O capítulo final ⁽¹²⁾ examina as acusações feitas á Marqueza e prova que não procurou influir na politica, salvo a intervenção benefica e pacificadora na devassa paulista, que não pesou aos cofres publicos, que seus parentes só obtiveram promoções legaes e honorarias platonicas, que a ninguem perseguiu e a muitos protegeu.

Um dos maiores accusadores da Marqueza foi Antonio de Vasconcellos Menezes de Drumond, e não vem fóra de proposito inquirir do credito que merece o memorialista. Os seguintes factos ajudam a formar opinião. Seu depoimento, felizmente impresso, no processo instaurado contra Januario, Alves Branco, José Clemente, Ledo, numa questão de pennacho, porque os Andradas, apesar do favor imperial, não podiam improvisar prestigio igual ao delles, moradores antigos, lutadores conhecidos nesta muito heroica e leal, é contradictorio e odiento. Compare-se o que diz sobre Vilela Barbosa nas Constituintes de Lisboa com o que Gomes de Carvalho documenta no seu consciencioso livro a respeito dos Deputados brasileiros áquellas Côrtes e, ver-se-á, como sua memoria era sujeita ás traições e desfallecimentos. Leia-se finalmente o seu famoso officio de Junho de 1852, em que denunciou ao Governo brasileiro, que havia annos representava em Portugal, o emprego de animaes putrefactos e talvez de carne humana, numa fabrica de paios de Aldeia Gallega.

(12) Pags. 292 a 383.

Depois deste estardalhaço ficou incompatibilizado com a côrte de Lisboa; a habilidade e a energia do Visconde de Uruguai permittiram-lhe uma sahida mais ou menos airosa, mas não pôde mais tornar á actividade. Aproveitou os ocios forçados para escrever; é pena não escrevesse mais; le-lo, traz sempre proveito; mas aqui é o caso de confiar desconfiando sempre.

Na Introducção, Alberto Rangel explica os motivos por que escreveu *D. Pedro e a Marquiza de Santos*. A melhor explicação é o proprio livro. A obra louva o artista, que sabe escrever com vigor, com brilho, com colorido. No seu vocabulario ha carapinhas que estão pedindo pente ou tesoura. Certas incorrecções seriam facilmente evitaveis. Infelizmente, não ficou de todo immune de certa grammatiquice industrial, genero importado que Said-Ali zurziu em tempo, e contra a qual já começou o grito de alarma em S. Paulo.

PREFACIO A' "HISTORIA DO BRASIL"
DE
FREI VICENTE DO SALVADOR

Prefacio á *Historia do Brasil* de frei Vicente do Salvador,
edição de 1918.

PREFACIO A' "HISTORIA DO BRASIL"

Em 1881 a Bibliotheca Nacional realizou uma exposição de historia e geographia do Brasil, aberta a 2 de Dezembro, anniversario de D. Pedro 2.º, encerrada a 2 de Janeiro do anno seguinte. Vieram á luz suas riquezas em impressos, manuscritos, mapas, estampas, medalhas e moedas; instituições diversas, colleccionadores particulares concorreram ao certame; pela primeira vez desenhou-se nitida a immensidade da empreza de descrever a terra brasileira e conhecer os feitos de seus filhos.

Pelos salões e corredores do velho casarão da rua do Passeio peregrinaram sete mil seiscentos e vinte e um visitantes. Não é muito. Podia ser menos sem inconvenientes. A exhibição figurava apparatus transitorio, mero pretexto da obra verdadeira, o *Catalogo*. Desde o primeiro dia distribuíram-se dois volumes, sommando mil seiscentos e doze paginas, arrolando dezanove mil duzentos e setenta e oito objectos. Com o supplemento, que pouco demorou, as paginas subiram a cerca de mil e oitocentas, os objectos excederam vinte mil. Válido e fecundo prosegue ainda quem concebeu e levou galhardamente a fim a obra monumental, — hoje votado ao *Diccionario historico, ethnographico e geographico brasileiro* empreendido pelo Instituto Historico, que será o coroamento de sua segunda mocidade.

Poucos dias antes da inauguração sobreveiu aos que trabalhavamos ao lado e sob as ordens do Dr. Ramiz Galvão a mais agradável das surpresas.

Tinhamos bem presentes as poucas linhas de Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana* e os trechos de Jaboação no *Novo orbe seraphico brasileiro*, relativos a frei Vicente do Salvador e sua obra; sabíamos do exemplar de sua historia, folheado por Varnhagen, quasi adolescente ainda, na bibliotheca das Necessidades em Lisboa e sumido ainda hoje; conhecíamos o capitulo avulso descoberto por João Francisco Lisboa na Torre do Tombo, identificado e impresso por Varnhagen em 1858 na *Revista trimensal* do Instituto. Depois da ultima data, nem a obra nem o nome do autor emergiam mais do mysterio.

Bem podia tê-lo desvendado o illustre Varnhagen, que deparou a obra na Torre do Tombo, desde 1872 pouco mais ou menos, quando revelou a existencia do exemplar da *Prosopopéa* de Bento Teixeira, até então considerada perdida. Já em 1874 no postfacio á segunda edição da *Historia das lutas* se refere a factos que recentemente apurara relativos ao petiguar Zorobabé e á expedição de Pero Coelho de Sousa ao Ceará. Na segunda edição da *Historia geral* repetiu estas novidades e forneceu outras, as mais das vezes sem indicarlhes a procedencia, uma escudando-se no dizer de um escritor antigo, — pag. 379, outra, pag. 393, — recorrendo á sigla pouco transparente de *F. V do S.* Isto no primeiro volume.

No segundo, guarda sigillo sobre o paradeiro do manuscrito, junta inexactidões como dizer que a dedicatória foi datada de Lisboa, que a *Chronica da Custodia* é a primeira parte da *Historia* e termina secamente, pag. 687: “tanto uma como outra parte não

foram até agora impressas” Com os annos, adquirira certas singularidades bem diversas da franqueza e alvoroço com que a principio revelava os achados e as descobertas: reservava-os talvez para *Archivo diplomatico brasiliense antigo*, annuciado desde a publicação do livrinho de Mauricio de Heriarte, bello sonho desvanecido pela morte a 29 de Junho de 1878, em Vienna.

Ora, o livro esquivo, quasi mythico, de frei Vicente do Salvador entrou de modo inesperado na Bibliotheca Nacional.

João Martins Ribeiro, intelligente livreiro do Rio, que valente e activo ainda poderá ler estas paginas, adquiriu papeis varios e alfarrabios e de mistura alguns manuscritos, entre os quaes uma historia do Brasil em que nunca ouvira falar Não os quiz expor á venda, e doou-os á Bibliotheca Nacional, como sua quota para a exposição que ia ser inaugurada. (V. *Gaz. de Noticias*, de 19 de Novembro de 1881)

O mais ligeiro exame do codice revelava seu passado: — a encadernação de couro á portugueza, o aspecto do papel, a letra do copista, denunciavam-no como um dos numerosos volumes copiados dos archivos e bibliothecas lusitanas na éra de 50 por commissão do governo imperial, confiada primeiro a Gonçalves Dias e por fim a João Francisco Lisboa. A collecção, depois de ficar alguns annos na Secretaría do Imperio, foi remettida para o Instituto Historico, donde uma parte correu para mãos de particulares. A Bibliotheca Nacional possue alguns volumes comprados a particulares.

O manuscrito offerecido procedia indirectamente do espolio do marquez de Olinda e póde-se imaginar até certo ponto como as coisas passaram.

Em 27 de Fevereiro de 1857 João Lisboa mandara a Varnhagen uns apontamentos sobre Gabriel Soares, extrahidos de um volume, encontrado acaso na Torre do Tombo, e promettia envidar esforços para descobrir o manuscrito principal de que os apontamentos não passavam de addição ou emendas. Seus esforços surtiram bom resultado, pois o marquez de Olinda, ministro do imperio, deixou a pasta em 12 de Dezembro de 1858 e a *Historia* de frei Vicente foi para sua casa e lá ficou. E' provavel que o velho marquez nunca a abrisse e até esquecesse sua existencia. Em 1866 Mello Moraes escreveu a biographia do ex-regente, figura primacial do segundo imperio. Si se lembrasse da preciosidade que possuia, o biographado tê-la-ia offerecido ou pelo menos mostrado ao Plutarcho alagoano.

Dia de anno bom de 82, vespera do encerramento, o conselheiro Saraiva, presidente do conselho, visitou a exposição de historia e geographia e, vendo a grande quantidade de inéditos ali accumulados, offereceu as columnas do *Diario Official* para imprimi-los e depois reduzir a volumes, como fazia com os debates do parlamento.

Aceito, como não podia deixar de ser, o offerecimento, parecia obvio encetar a série com a *Historia* de frei Vicente do Salvador, já pelo valor intrinseco da obra, já como uma cortezia ao illustre bahiano, seu patricio, que lhe facultava a apparição. Não se fez assim e a autorização cahiu em commisso.

Em 1886 o conselheiro Francisco Belisario, ministro da fazenda, concedeu autorização semelhante á que fora descurada a Valle Cabral, chefe da secção de manuscritos da Bibliotheca Nacional, e ao escritor destas linhas, a quem se aggregou Silveira Caldeira, director do *Diario Official*. Bem quizeramos estrear com a *Historia* de frei Vicente, aproveitando o codice tão generosamente doado. Não foi possível. Tivemos de recorrer á bondade de nosso amigo Lino de Assumpção, que nos obteve nova copia na Torre do Tombo. No *Diario Official* de 23 de Julho de 1886 sahiu o primeiro capitulo. Da composição fez-se em 1887 um volume de 115 paginas, contendo os dois primeiros livros, annotados compridamente. As annotações foram um erro, pois só trouxeram a demora e por fim a paralyisia da publicação; tiveram, porém, um effeito: a Bibliotheca decidiu dar a obra completa em 1889 no volume 13 de seus Annaes.

Com ligeiras modificações o texto da Bibliotheca Nacional serve de base ao presente.

A orthographia vai simplificada, excepto quando se trata de nomes proprios e termos brasilicos em que foi, ou deveria ser conservada. Si o vocabulo era pronunciado de modo diverso do actual, conservou-se ou tentou-se conservar a phonetica do tempo; si apparecia sob mais de uma forma — *assi* e *qssim*, *para* e *pera*, *cabaço* e *cabaça*, *cosso*, *cosario* e *corso* e *corsario*, *camera* e *camara* —, não se forçasse a unidade.

A pontuação foi modernizada, de modo a facilitar a compreensão. A syntaxe, mais de coordenação que de subordinação, dominante na obra, permittiu substi-

tuir por ponto final, muita vírgula, ponto e vírgula e dois pontos. O *que* pronominal, hoje absolutamente condemnado para começo de oração quando é interrogativo ou exclamativo, antigamente não soffria esta limitação. Fez-se uso aqui da antiga liberdade.

O texto da Bibliotheca Nacional, revisto diligentemente pelo bondoso Teixeira de Mello, chefe da secção de impressos e depois director do estabelecimento, continha alguns lapsos que foram quanto possível escoimados. Que outros se tenham introduzido em lugar delles é bem possível, mas de negligencia não procedem. A numeração dos ultimos capitulos no livro V foi ligeiramente alterada. Da introducção á edição da Bibliotheca Nacional escrita pelo autor desta foi aproveitado o que pareceu conveniente.

Os prolegomenos de cada livro visaram a distinguir as fontes utilizadas pelo historiador, a indicar os documentos conhecidos relativos a cada periodo, as monographias a consultar por quem quizer ir por diante e mais fundo no estudo. Escritos ás pressas, á medida que a composição typographicaurgia, não pretendem fóros de heurística, meros apontamentos biographicos ou bibliographicos. As omissões sobretudo serão numerosas. O simples aspecto discrimina os prolegomenos do texto e não ha risco de confundir o mel do patriarcha e o vinagre do epigono.

A planta da cidade do Salvador, a carta do Maranhão, foram reproduzidas da *Resão do estado do Brasil no governo do Norte sómente. até 1612*, msc. do Instituto Historico.

A estampa do indio reproduzida de Claude d'Abbeville, indica pelas cesuras, abertas com dente de animal e cobertas de carvão para ficarem indeleveis, que o tabajar Caripira já conquistara vinte e quatro nomes, matando outros tantos inimigos em terreiro.

Publicado agóra em forma accessivel, é de esperar que o livro do frade bahiano, a primeira historia do Brasil composta por brasileiro, adquira leitores e amigos. Nem outra mira alveja esta tentativa. No intervallo que separa esta da p̄cedente edição mallogram-se os esforços para descobrir os capitulos perdidos. Seja mais feliz quem dirigir a outra, que mais cedo ou mais tarde ha de vir á luz.

Na correcção das provas prestaram os melhores serviços M. Said Ali, professor de alemão do collegio D. Pedro 2.º e Rodolpho Garcia, encarregado da bibliotheca do Instituto Historico, a quem ficam aqui consagrados os agradecimentos.

O pouco sabido sobre a vida de frei Vicente do Salvador encontra-se em sua *Historia do Brasil*, no *Novo orbe seraphico brasilico* e no catalogo genealogico de Jaboaão, impresso pelo Instituto Historico, *Rev. Trim.*, 52, I.

João Rodrigues Palha, escudeiro fidalgo da geração dos Palhas do Alemtejo, emigrou por desgostos domesticos, á procura de melhor fortuna, por ter pouco grão para sustentar familia. Seu compatriota Luis de Mello da Silva armava uma expedição para as terras brasilicas, aonde lhe fora doada uma capitania. Nella alistou-se, partiu em Junho de 1554 e naufragou dia de S. Martinho, 11 de Novembro, nos esparceis e baixos do Maranhão. Das tres naus e duas caravelas da armada salvaram-se apenas uma caravela e um batel, em que dezoito pessoas aportaram a São Domingos. Foi uma dellas.

Como se sahiu da ilha ignoramos. Tão communs eram os navios de lá para a peninsula como seriam raros para a America portugueza. Devia ter tornado á patria, mas de verdade resolvera expatriar-se e, sem agou^rrar mal do começo, afrontou novamente os mares, deu comsigo na bahia de Todos os Santos, estabeleceu-se em seu reconcavo, casou, teve filhos. Chamou-se ao mais velho Vicente Rodrigues Palha, o nosso autor. Terminando sua obra em 1627, frei Vicente confessava sessenta e tres annos. Devia ter nascido em 1564, no governo de Men de Sá. Diz Jaboaão que foi batisado na sé da cidade do Salvador, em 29 de Janeiro de 1567, pelo cura Simão Gonçalves e era natural de Matoim.

Gabriel Soares fornece uma lista dos engenhos de Matoim e nella não apparece o nome do velho Palha, que ainda vivia em 1580. Trabalharia em terras fofeiras? figurava a sua entre as numerosas fazendas de que Gabriel Soares não especifica os donos?

Os engenhos ricos tinham um capellão, com quem os meninos do senhor e outros a quem o permittia começavam os rudimentos de leitura, ordinariamente em cartas de mão, que os livros não eram communs: na falta das obras de João de Barros, leia-se o que a tal respeito escreve Manuel Severim de Faria na vida do autor das *Décadas*. Talvez assim se iniciasse nas letras o futuro historiador

Continua-las só podia na cidade do Salvador, cidade exquisita, de casas sem moradores, pois os proprietarios passavam o mais tempo em suas roças ruraes, só acudindo no tempo das festas. A população urbana constava de mecanicos que exerciam seus officios, de mercadores, de officiaes de justiça, de fazenda, de guerra, obrigados a residencia. Seu tio materno Jorge de Pina, conego da sé, chantre e mestre escola, era dos que não podiam afastar-se. Naturalmente o sobrinho foi morar com elle.

A instrucção daquelle tempo concentrava-se nas mãos dos padres da Companhia. "As occupações dos nossos com os proximos, escreve Anchieta (*Informações*, 37/38), são: uma lição de theologia, que ouvem dois ou tres estudantes de fóra, outra de casos de consciencia que ouvem outros tantos e uma e outra alguns de casa, um curso de artes que ouvem dez de fóra e alguns de casa, escola de lêr, escrever e contar, que

tem até setenta rapazes, filhos de portuguezes, duas classes de humanidade, na primeira apprendem trinta, na segunda quinze escolares de fóra e alguns de casa.

“Os estudantes nesta terra, além de serem poucos tambem sabem pouco, por falta dos engenhos e não estudarem com cuidado, nem a terra o dá de si, por ser relaxada, remissa e melancolica, e tudo se leva em festas, cantar e folgar. Porém por ser nesta terra não se faz pouco fruto com elles e já ha alguns casuistas que são vigarios, e alguns artistas mestres nellas, e dois ou tres theologos pregadores que pregam na cathedral desta cidade e conegos da igreja mór e vigarios das parochias.”

Isto escrevia-se por 1586, pouco mais ou menos.

De seus estudos, diz o autor apenas que Pedro do Campo Tourinho foi condiscipulo em artes e de theologia. Não explica si na Bahia, si em Coimbra, donde trouxe o titulo de doutor *in utroque jure*, sendo-o com vantagem em theologia e canones, vai assegurando Jaboaão.

Quando completou a formatura e voltou á Bahia ?

Falando de Manuel Telles Barreto, (*infra*, 267), escreve: “era de sessenta annos de idade, e não só era velho nella, mas tambem de Portugal o velho; a todos fallava por *vós*, ainda que fosse ao bispo, mas cahia-lhe em graça, a qual não têm os velhos todos” Si assim nota uma impressão pessoal, estaria de volta antes de 1587. data do fallecimento do governador, e doutorado com vinte e poucos annos.

Tomou depois ordens sagradas, serviu de conego, de vigario geral, governador do bispado em tempo de

D. Antonio Barreiros, cujo nome cita a proposito de questões com o governador Luis de Brito, das guerras da Parahiba e da successão de Manuel Telles Barreto. O logar de vigario geral podia ser rendoso; não eram taes as conezias e dignidades da sé, de que os clérigos fugiam, assegura Gabriel Soares (*RT* 14, 120), "por não ter cada conego mais de trinta mil réis e as dignidades a trinta e cinco, tirado o deão que tem quarenta mil réis, o que lhes não basta para se vestirem. Pelo que querem antes ser capellães da Misericordia ou dos engenhos, onde têm de partido sessenta mil réis, casas em que vivam e de comer, e nestes logares rendem-lhe suas ordens e pé de altar outro tanto"

Quão pouco pesavam considerações pecuniarias sobre o padre doutor Vicente Rodrigues Palha, provou tomando o habito de S. Francisco a 27 de Janeiro de 1599 e professando a 30 do mesmo mez no anno seguinte.

Depois de professar foi mandado para Pernambuco, em data que póde ser determinada com esta aproximação. Ali assistia nas vespersas da partida para o reino de João Rodrigues Collaço e de D. Beatriz de Menezes (*infra*, 373) O governo de Collaço devia ter alcançado pelo menos a 3 de Julho de 1603, data de uma sesmaria doada a Domingos Sirgo, informa Vicente de Lemos (*Capitães-móres e governadores do Rio Grande do Norte*, 1, 6) Ainda assumia este titulo a 8 de Setembro do mesmo anno (*Rev. Trim.*, 73, I, 444) Pouco depois frei Vicente missionava os indios da Parahiba, como refere á pagina 393.

Para missionar era indispensavel conhecer a lingua geral, mas neste conhecimento havia gradações, como escreve o mestre José de Anchieta nos fragmentos historicos que acompanharam suas *Informações*, 69, 70, 73, 74. Diogo Jacome, vindo com Manuel da Nobrega, soube o bastante para ensinar os indios e aparelha-los para o batismo e ouvir confissões. Manuel de Paiva, da pequena leva de 1550, não chegou a mais que a saber ensinar a doutrina por escrito, ajudando os naturaes por interprete. Francisco Pires, seu companheiro de leva, não soube a lingua da terra, comtudo por interpretes ajudou muito os naturaes na doutrina e principalmente no ouvir confissões. Gregorio Serrão podia ensinar a doutrina, instruir para batisar, confessar e ainda prégar

Não parece que frei Vicente attingisse á mestria de Gregorio Serrão. De palavras brasilicas traduz apenas *coroe*, pag. 32, *apuabató*, aliás *apuabaté*, pag. 53, *iburaguaçumirim*, pag. 191, *iniguaçú*, pag. 223, *guarací*, pag. 352. O que diz sobre a linguagem compendiosa, (pag. 53), é vago e superficial. As informações sobre parentesco representam um vade-mecum dos missionarios, empenhados em saber dos casamentos licitos ou illicitos por consanguinidade. Parece, entretanto, ter apanhado bem a indole do gentio.

Os capuchos de Santo Antonio estabeleceram-se primeiro em Pernambuco, a instancias do donatario Jorge de Albuquerque Coelho, e por isso e por terem quatro conventos na capitania ali realizavam os capitulos e congregações custodiaes, (*infra*, 330)

O custodio frei Leonardo de Jesus, na junta feita em Olinda a 22 de Outubro de 1606, aceitou a fundação de um convento no Rio de Janeiro, aonde chegou a 20 de Fevereiro do anno seguinte. No governo de Salvador Correia de Sá, este, os officiaes da camara e os magnatas da cidade de S. Sebastião doaram aos franciscanos os terrenos da ermida de Santa Luzia. Como o local não pareceu o mais proprio a frei Leonardo, Martim de Sá e a camara concederam-lhes o morro então chamado do Carmo, defronte da varzea e do bairro de Nossa Senhora, sobre a lagoa de Santo Antonio. Os signatarios da doação, datada de 4 de Abril, obrigaram-se a desabafar o mato da varzea, a fazer uma rua até o mar, com a largura commum de trinta palmos, e levar á praia uma valla para sangrar a lagoa, de modo a não ser nociva aos religiosos que habitassem sua visinhança.

Frei Vicente, companheiro do custodio e nomeado presidente, ficou dirigindo as obras do Rio, e tal actividade desenvolveu que a 4 de Junho de 1608 frei Leonardo de Jesus pode lançar no fundo dos alicerces a primeira pedra dos corredores do actual convento de Santo Antonio. No Rio o frade bahiano talvez permanecesse até a vinda do governador D. Francisco de Sousa em Abril de 1609 e ouviria as queixas de Afonso de Albuquerque, capitão-mor, de que só ficava para seu governo o ar, porque D. Francisco chamara a si a terra e D. Antonio, seu filho, o mar (*infra*, 419).

Na companhia do custodio o ex-presidente partiu para Olinda, onde iam ser abertos estudos e elle devia leccionar. Pouco tempo exerceu as funcções, porque

veiu do reino outro custodio acompanhado de mestres de estudo e estudantes.

Recolheu-se á Bahia, até ser eleito guardião do convento em 1612 e logo custodio em 15 de Fevereiro de 1614 Deu-se então nova fórma á custodia do Brasil, autorizada a fazer capitulos regulares, em que fossem tambem eleitos os definidores. Affirma Jaboatão que, para o effeito cabal do assim determinado, o novo custodio partiu da Bahia para Olinda, onde reuniu o capitulo a 15 de Outubro. Si a data estiver certa, repetiu a viagem no anno seguinte, como elle proprio narra, em companhia do governador geral Gaspar de Sousa (*infra*, 488) “Completo seu governo com aquelle acerto, prudencia e bom exemplo que promettiam sua virtude e suas boas letras”, remata o chronista da ordem seraphica.

Terminado o triennio partiu para o reino, talvez desejoso de imprimir a *Chronica da Custodia do Brasil* que compuzera.

Desta obra só fala com conhecimento de causa George Cardoso, que em dois passos do *Agiologio lusitano* lhe chama breve. Breve deveria ser effectivamente, pois, incluindo seu tempo de custodio, abarcava apenas trinta annos. Duas de suas paginas parecem ter passado para esta *Historia*, ambas relativas a indios da Parahiba (*infra* 63, 394) Conteria materia valiosa quanto á catechese dos indios confiados aos capuchos e, nas digressões a que o autor não era avesso quando o assuntò principal escasseava, informações de character geral. Trataria da fundação dos diversos conventos, pessoas que contribuíram para sua erecção,

casos edificantes, milagres que nunca faltavam. Por onde andará? “Levando-a consigo seu autor para a provincia (de Portugal) no anno de 1618, assim a ella como a esta Custodia só nos ficou a noticia que desta obra nos dão os estranhos” escrevia Jaboatão no *Preambulo digressivo*. Nada mais sabemos. Considerar a *Chronica da Custodia* primeira parte desta *Historia*, como fez Varnhagen, é esquecer o tamanho das duas, as datas das respectivas composições, o intuito bem definido de cada uma.

Para inspirar sua *Historia do Brasil* o afastamento da patria não podia deixar de ser benefico. O viver quotidiano provocava confrontos, com os contrastes libertaram-se as affinidades electivas e assomava a idéa de um conjuncto amavel. E outras circumstancias felizes concorreram para a idéa e realização das obras.

Do Alemtejo procedia a familia paterna, em Evora havia um convento historico da ordem, nelle parece ter ficado algum tempo. Em Evora fez ou renovou conhecimento com Manuel Severim de Faria, que tinha um irmão franciscano, frei Christovão de Lisboa, mencionado no livro V Talvez fosse este o traço de união entre ambos.

Severim de Faria era um erudito, amante de livros, de manuscritos, de epigraphia, de genealogia, de heraldica, de numismatica e até de curiosidades ethnographicas, pois frei Christovão de Lisboa enviou-lhe algumas do Maranhão e Pará. Na sua livraria famosa, infelizmente incendiada com a do conde de Vimieiro no terremoto de Lisboa, eram muitos os livros historicos. Comprazia-se nestes estudos, mas agradava-lhe pouco a his-

toria pragmatica, preferia a biographia de que publicou as de João de Barros, Diogo do Couto e Luis de Camões, themas geraes como o crescimento da população, a ordem da milicia, a nobreza e outros, expostos nas *Noticias de Portugal*. Deu-se por ultimo a escrever factos contemporaneos na fórma de annaes. Studart descobriu e publicou muitos fragmentos seus na *Historia portugueza* (Fortaleza, 1903) Com o pseudonymo de Francisco de Abreu publicou o primeiro jornal em lingua portugueza (J. C. Rodrigues, *Bib. Brasil*, 3/4)

No trato com frei Vicente, Severim de Faria descobriu-lhe qualidades de historiador e incitou-o á historia. Sua bibliotheca selecta e opulenta fornecia materia para narrativa e modelos para imitação. Publicaria a obra á sua custa, offerecimento seductor, que em Portugal a impressão era cara e difficil. Na livraria do chantre foram escritos ou pelo menos rascunhados quasi todo o primeiro livro, a maior parte do segundo (os capitulos 13.º e 14.º deste são posteriores a 1624), e as partes dos outros dependentes de João de Barros, Mariz, Diogo do Couto e Herrera.

No capitulo celebrado em Lisboa a 16 de Novembro de 1619, frei Vicente foi admittido a votar como custodio que acabava, e eleito guardião da Bahia. Em Fevereiro do anno seguinte ainda estava em Lisboa. Como se vê em Andrade e Silva (*Collec. chronol.*, 3, 4), de 21 deste mez é o alvará sobre a residencia obrigatoria dos governadores geraes na Bahia, o que levou Henrique Correia da Silva a abrir mão do cargo que acceitara (*infra* 494) A providencia, obtida pelo donata-

rio Duarte de Albuquerque Coelho e Mathias de Albuquerque, nomeado para governar Pernambuco, que não queria superiores em sua governança, já fôra lembrada por Gaspar de Sousa.

Frei Vicente embarcou depois para o Brasil, mas não tomou conta do cargo, informa Jaboaão. Onde fez a renuncia, si em Pernambuco, aonde assistia ordinariamente o custodio, si na Bahia, aonde devia assumir o mando, faltam meios de apurar. Em 1621 inaugurou-se com grande solennidade no cõvento do Rio uma imagem de Sto. Antonio, vinda do reino, agenciado o corpo com as esmolas de um irmão leigo, porteiro de um convento, a cabeça por um pobre que mendigava para jantar (Silva Lisboa, *Annaes*, 7, 219). Não parece estranho nem inverosimil que frei Vicente fosse o portador da imagem e elle proprio a benzesse e inaugurasse.

Como quer que seja, assistiu no Rio depois de voltar do reino e no navio dos jesuitas navegava para a Bahia quando foi aprisionado pelos hollandezes que se tinham assenhoreado da cidade do Salvador. Prisioneiro continuou, a principio a bordo, depois em terra, até a reconquista.

Com a liberdade deu novo impulso á obra e em 27 de Dezembro de 1627 lançava-lhe o ponto final, consagrando-a a Manuel Severim de Faria. A' historia em prosa acompanhava outra, escrita em verso por um amigo a quem incitou, diz-nos. Que amigo seria este mencionado com tanto desapego e cursoriamente? Não seria o proprio frei Vicente, imitando o

caso que relembra de Santo Agostinho e o bispo Simpliciano ?

Em 1630 foi terceira vez eleito guardião da Bahia e desta tomou posse.

Deve ter morrido entre 1636 e 1639, como estabelece Jabotão com seus argumentos.

Sobreviveu, portanto, uns dez annos depois de concluida a *Historia* e parece não ter se desinteressado da obra, pois o codice existente na Torre do Tombo tem escrita á margem de certos capitulos a nota a lapis *Ad*. Correspondem a taes addições as ultimas oito linhas da pag. 92, ás pags. 216-319, 339-342, 350-353, 368-372, 582-590, 595-605. E mais natural é attribui-las a elle proprio que a um estranho. Os accrescimos iriam á medida que novos successos eram apurados e a divergencia quanto á numeração dos capitulos, notada nos prolegomenos, procede destas intercalações que suavizavam a impaciencia. O codice da Torre do Tombo, cumpre lembrar, nem é o original nem talvez fosse copiado do original.

As duas monções de Março e Setembro levavam navios a Bahia. Quantas vezes esperaria ver em letra de fôrma a obra de sua velhice? Desenganou-o logo Severim de Faria? Houve alguma força superior a sua vontade que a paralyssasse ?

Severim de Faria viveu até 1655.

Quando em 1618 frei Vicente do Salvador concluiu a *Chronica da Custodia do Brasil*, um anonymo, não bem identificado ainda, compunha em uma capitania do Norte, Pernambuco ou mais provavelmente Parahiba, os *Dialogos das grandezas do Brasil*, impressos finalmente na *Rev. do Inst. Arch. de Pernambuco* e no *Diario Official*. Frei Vicente parece ter conhecido então ou mais tarde o autor e pelo menos parte da obra: em alguns pontos, por exemplo as vantagens da relação da Bahia, como que lhe respondem.

Por sua vez trata na *Historia* de assuntos abordados pelo anonymo: a habitabilidade da zona torrida, as responsabilidades no atrazo da terra, a possibilidade do Brasil vir a ser centro e refugio do governo portuguez, a procedencia da população indigena. Sobre esta, enquanto os *Dialogos* se perdem em hypotheses, elle, depois de citar D. Diogo de Avalo, termina simplesmente (*infra*, 52): "Esta opinião não é certa e menos o são outras que não refiro por que não têm fundamento; o certo é que esta gente veiu de outra parte, porém donde não se sabe, porque nem entre elles ha escriptura, nem houve algum autor antigo que delles escrevesse"

Quando as opiniões de ambos coincidem, fundamenta as suas com argumentos proprios.

Era senhor da cultura da epoca, versado na litteratura latina sagrada e profana, na litteratura patria, leitor de historias, de viagens, de poesias; sabia espanhol e talvez italiano.

Doutor *in utroque jure*, trata dos pontos juridicos com a precisão concisa do entendido. Parece preferir

a theologia aos canones; de D. Marcos Teixeira tem o cuidado de notar que prégava sem ser theologo, posto que grande canonista, melhor que muitos theologos. Em mais de um passo invoca a philosophia e a theologia.

As fontes em que bebeu, até onde foi possível rastrea-las, podem distribuir-se em:

obras geraes, que no Brasil tocavam accidentalmente, como as de João de Barros, Diogo do Couto, Pedro de Mariz, Sachino, Herrera:

obras particulares sobre o Brasil, impressas umas como a historia da nau *Santo Antonio*, a *Historia* de Gandavo, a biographia de Anchieta; ineditas outras como o *Summario das Armadas*, relações, diarios, roteiros, cuja presença o exame attento revela, mesmo quando não restam outros vestigios de sua existencia;

communicações particulares, tradições colhidas nos diversos logares que percorreu;

documentos semi-officiaes, como justificações, attestados de serviços, inquirições de testemunhas.

Documentos officiaes, salvo um tratado de treguas e outro de paz, não conheceu; a publicidade desafinava dos actos do governo, e com isso não perdemos, porque lhes substitue com vantagem o tom popular, quasi *folk-lorico*.

A's fontes atinha-se com uma fidelidade que descambava para o servilismo: os indigenas variam de designação com os originaes consultados: gentios, indios, negros, brasis, selvagens poucas vezes, barbaros poucas vezes, rustico uma. Do *Summario das Armadas* copia insignificancias desta ordem:

(*infra* 288): "com todo este exercito que foi a mais formosa cousa que nunca Pernambuco viu nem sei si verá, foi o general Martim Leitão, que assim lhe chamaremos nesta jornada" (cf *RT* 36, I 33, 34);

(*infra* 297): "ainda que o espirito do Ouvidor general Martim Leitão que já não chamarei general" (cf *RT* 1. c., 45)

Muitos exemplos destes poderiam ser adduzidos. Dahi a impossibilidade de distinguir o proprio do alheio. Quando no cerco de Igaracú, conta um acto de heroismo das mulheres que deixaram o inimigo approximar-se para dar-lhe mais certo golpe e conclue (*infra* 110): "foi um feito mui heroico para mulheres terem tanto silencio e tanto animo", escreve isto por conta propria ou já achou escrito?

Para tentar a *Historia* habilitava-o o amor á terra natal, a certeza no seu futuro e taes sentimentos eram raros naquelle tempo, como se póde ver tambem nos *Dialogos das Grandezas*. Seu amor á terra natal extendia-se a tudo nella existente. Conta historia de indios sem revelar antipathia ou menospreço. Um negro do convento bahiano acha nelle seu Homero. No principio Bastião pendia para os Hollandezes quando foi tomada a Bahia; mas quizeram tirar-lhe um facão e elle tratou de esconde-lo no peito de um dos invasores e ganhou gosto pelo sangue flamengo. Nos encontros avançava o mais possivel, pretextando o pequeno alcance de sua frecha e bradava na sua meia lingua que o bom do chronista conservou: *sipanta, sipanta*, incitando os companheiros a recorrerem á espada pois a arma de fogo mentia.

A proposito de Anchieta no caso de Bolés, diz (*infra* 194) que o acto é mais para admirado que para imitado. Narrando (*infra* 612) que Martim Soares se mettia nú e coatiado entre os indios para illudir os francezes e melhor mata-los, chama a isto obra de superrogação, isto é, de *trop de zèle*. Apenas conta com aspereza a sorte de Balthazar Ferraz (*infra* 484/485), mas tratava-se de um caso edificante, de um como castigo pelo desrespeito á Igreja e não podia transigir

Em geral atem-se á caridade. D. Luis de Vasconcellos, o infeliz governador do Brasil, era sabidamente filho do arcebispo de Lisboa, mas elle apenas diz (*infra* 163), que “o arcebispo era muito amigo deste fidalgo” No *Summario* lê-se o nome de uma pessoa que Martim Leitão mandou surrar; elle conta o facto sem declarar o nome do açoitado. Nas lutas de D. Duarte da Costa com o bispo D. Pedro Fernandes allega ignorancia para não intervir (*infra* 158); nas differenças entre os dois poderes a proposito de Sebastião da Ponte (*infra* 222), não emitta parecer; quando o bispo D. Marcos arrebatou o poder a Antão de Mesquita quasi encobre o facto; sobre a rapacidade de D. Fadrique na Bahia guarda a maior discreção.

Na distribuição das materias mostra habilidade incontestavel.

O primeiro livro descreve a terra qual a defrontaram os descobridores; o segundo abarca por ordem geographica o periodo dos donatarios; o terceiro termina com a perda da independencia de Portugal; o quarto começa com os soccorros prestados pelos espanhóes logo depois de Philippe Segundo ter reunido as duas

corôas, e termina no governo de D. Diogo de Menezes, em que se preparou a grande avançada para o Norte; com este avanço realizado sob Gaspar de Souza começa o quinto, que por não estar completo ficou quasi todo limitado á guerra hollandeza, que sobreveiu.

O estilo pouco preoccupa o autor Póde escrever com elegancia e graça, mas em geral desenvolvem-se os periodos descuidosos, a maneira de contas de rosário debulhadas machinalmente. A's vezes occulta o substantivo para maior realce. Quando D. Francisco de Sousa morreu, nem uma vela havia para lhe metter na mão; "mas quereria Deus allumia-lo naquelle transe por outras muitas que havia levado diante, de muitas esmolas e obras de piedade que sempre fez"

Não desgostava de alliteraões e trocadilhos: Pan, pão, pau; demonio, dominio; rependido, reprimido; um indio por nome Guaraci, "que quer dizer sol, o qual tambem se lhe poz e morreu no caminho" (pag. 352); Martim Soares Moreno tem pouca tença, "por isso lhe dá Deus muito ambar por aquella praia (do Ceará) com que pode muito bem matar la hambre (*infra*, 612).

Revela-se nestes trocadilhos uma face de seu bom humor, ainda externado no gosto que sentia pelas manifestações collectivas, como a pesca de corimans em Magé e a de baleias na Bahia, no cuidado em juntar anedotas para dar maior destaque ás physionomias; quando contava alguma, naturalmente as mimava.

Um capucho não se prendia á prisão do claustro; a mendicancia da ordem dava-lhe entrada nas diversas classes sociaes, em todas acatado; a convivencia variada trazia-lhe a jovialidade, a indulgencia, o arejamento.

O latim, que apparece na dedicatoria e no primeiro livro, é alhures substituido por dizeres populares. Que ha de mais ligeiro neste mundo? O pensamento, dizia a sabedoria das nações, e frei Vicente escreve (*infra*, 122/123): a caravela era um pensamento.

As vezes sorri uma ironia delicada nas paginas da *Historia*. Contavam os indios da Bahia que Sumé, transformado pelos colonos em S. Thomé, deu uma passada de meia legua da praia para a ilha da Maré. Para onde foi depois, ignoravam. “Devia de ser indo pera a India, insinua frei Vicente (*infra* 103); que quem taes passadas dava bem podia correr todas estas terras e quem as havia de correr tambem convinha que desse taes passadas”

Seu livro afinal é uma collecção de documentos, antes reduzidos que redigidos, mais historias do Brasil do que historia do Brasil. Isto que talvez esmoreceu o entusiasmo de Manuel Severim de Faria, acostumado a obras vasadas em outros moldes, é o que constituirá sempre para nós o encanto e o pico do velho bahiano.

Imaginemos que a *Historia* de frei Vicente, em vez de ficar enterrada e perdida tantos annos, viesse logo á luz; as consequencias podiam ter sido consideraveis: serviria de modelo.

Os archivos estavam completos e teriam sido consultados com as limitações impostas pelo tempo. As entradas sertanejas teriam attrahido a attenção e o conhecimento dellas não ficaria em nomes escoteiros, sem indicações biographicas, sem achegas geographicas, meros “sujeitos sem predicados” Muitas anedotas teriam sido colhidas, quebrando a monotonia pedestre

ou solenne com que os Rocha Pittas, os Berredos, os Jaboatões affrontaram a publicidade.

Frei Vicente ultimou a *Historia do Brasil* em 1627; só um século mais tarde sahio Sebastião da Rocha Pitta com uma *Historia da America portugueza*.



FRANCISCO RAMOS PAZ

Publicado em folheto, edição do *Jornal do Commercio*, de Setembro de 1920.

FRANCISCO RAMOS PAZ

Em Affife, Vianna do Castello, nasceu a 26 de Janeiro de 1838, Francisco Ramos Paz, filho legitimo de João Ramos Paz e Teresa de Azevedo. A familia dispunha de alguns recursos; não foi a penuria que trouxe para o Brasil o immigrante impubere, com a abonação paterna, como consta do passaporte; provavelmente o pai assentiu por vir ao mesmo tempo algum compatriota de confiança, que promettesse rapida collocação ao menino.

Partiu do Porto no brigue *Mentor*, chegou ao Rio em 14 de Dezembro de 1850. Apresentando-se á policia em 10 de Maio do anno seguinte, declara-se caixeiro, morador á rua de S. Pedro 26, loja, uma drogaria; passou depois á casa de um cafesista da rua dos Beneditinos. Desde 1853 filiou-se numa das ordens terceiras: eram estas as unicas instituições de previdencia da época. O velho Victorio da Costa, director de um collegio afamado, aos alumnos mais distinctos premiava com o diploma de uma dellas.

A vida dos caixeiros corria dura naquelles tempos: tinham casa, comida, roupa lavada, medico, botica, tudo por conta dos patrões; mas na rua não podiam usar nem paletot, nem gravata, nem chapéo; salvo cosinha, que exijia competencia, faziam todos os serviços domesticos. Paz lavou pratos na casa do cafesista.

Nesta rude escola, além de economias, podia quem para tanto se dispunha, cultivar a intelligencia. A Bibliotheca Nacional, immersa na lethargia só mais tarde dissipada graças a Ramiz Galvão, abria-se apenas al-

gumas horas diurnas, esplendida inutilidade para quem tinha o dia tomado. Faziam-lhe as vezes o Gabinete Portuguez de Leitura, ainda e sempre vigoroso, e a Bibliotheca Fluminense hoje extincta. O conservador desta, Francisco Antonio Martins, bibliophilo indefesso e ligeiramente maniaco, falava com saudade da era de 50 e 60: o gosto de lêr e instruir-se alastrava e só desapareceu, para nunca mais volver, com as sociedades de corridas de cavallos, asseverava. A verdade destas affirmações é robustecida pela quantidade de auto-didactas formados então: Machado de Assis, os irmãos Mello, Cunha Vasco e muitos outros. Talvez auxiliasse os estudos de Paz o immigrado Bernardino Pinheiro, pouco mais velho, que tornou para o reino depois de quinze mezes de ausencia e lá conquistou nome distincto.

Em 1855 Francisco Paz subiu para Petropolis; durante annos empregou-se numa casa de commissões (a correspondencia ia dirigida a Soares e Companhia). Si de facto emigrou quasi analphabeto, aproveitara bem o tempo: poude collaborar no "Parahyba", jornal sustentado por Emilio Zaluar na cidade serrana de 1857 a 1860, e auxiliar, juntamente com Manoel Antonio de Almeida, Machado de Assis, etc. a traducção do "Brasil Pittoresco" de Charles Ribeyrolles.

Este escritor amavel, proscrito de Napoleão 3.º, amigo de Victor Hugo, conhecido dos homens cuja nomeada atravessara o Atlantico, deixou a mais sympathica memoria entre os neophytos que, vivo, o teriam transfigurado em sobre-homem si o seu bom senso e sua simplicidade não dissuadissem os exaltados inexpe-

rientes. Machado de Assis lembrava-se do modo carinhoso por que lhe chamava “mon cher Machadô” Seus restos mortaes jazem no cemiterio de Maruhí; a pedido dos admiradores, entre os quaes sobresahia Quintino Bocayuva, Victor Hugo escreveu um epitaphio ainda legivel:

Il accepta l'exil, il aime les souffrances;
 Intrépide, il voulut toutes les délivrances;
 Il servit tous les droits par toutes les vertus
 Car l'idée est un glaive et l'âme est une force;
 Et la plume de Wilberforce
 Sort du même fourreau que le fer de Brutus.

Quando desceu de Petropolis, Francisco Paz vinha resolvido a não ser mais caixeiro; trabalho não faltava para quem reunia seriedade e competencia: relatorios de directorias, estatutos de companhias, exames de escritas, etc.

Os momentos de lazer não se perdiam: grande parte delles occupava uma sociedade de moços, o Retiro Litterario Portuguez, a respeito do qual escreveu Reynaldo Carlos Montoro no “Diario do Rio”, em Março de 1872: “O Retiro Literario Portuguez teve seu semanario instructivo e realizou saraus literarios e artisticos com notavel successo. Mas o fim principal da instituição foi proporcionar aos associados o ensino preparatorio sobre estudos de linguas e philosophia que lhes facultasse mais tarde o ingresso nas carreiras liberaes. O Sr. F. R. Paz, imaginação brilhante, inspiração oratoria da maior distincção, memoria facil e

abundante dos mais variados conhecimentos, possuindo grandes dotes para o uso da palavra, foi vigoroso amparo desta associação e, com o proprio cabedal de conhecimentos que ia adquirindo e que derramava generosamente nas discussões com os seus consocios, despertou nelles as mais nobres idéas e o mais intimo amor ao estudo”

Outro de seus pontos predilectos era o “Diario do Rio”, dirigido por Saldanha Marinho, vindo das terras de Valença para aqui vencer as eleições geraes de 1860, coração generoso, dotado de uma juventude espiritual que se transmittia aos companheiros e o fazia o mais joven de todos. Os proventos de sua rendosa banca Saldanha sacrificou ao “Diario”, tendo ao lado Quintino Bocayuva, Machado de Assis, Cesar Muzzio, Salvador de Mendonça. Contou este no “Imparcial” que quasi todas as noites Paz comparecia como si fosse um dos redactores extra-numerarios.

Com Saldanha Marinho ainda mais se ligou depois do “Diario” Aos 21 annos filiará-se no Grande Oriente do Valle do Passeio e quando o Grande Oriente de Beneditinos abriu scisão, disposto a influir alma nova no instituto archaico, Paz acompanhou Saldanha Marinho e Joaquim José Ignacio, mais tarde Visconde de Inhaúma, na obra de regeneração. O almirante Ignacio cobrou-lhe affecto; mais de uma vez escreveu-lhe do Paraguai, onde commandava a esquadra nacional, sempre desvelado pela associação tão cara a ambos.

Sob o pseudonymo Eurico, Paz imprimiu um opusculo em 1872 intitulado *O ponto negro*. O ponto negro para elle eram certos bispos, destacando entre outros o

de Pernambuco, que ainda não tomara conta da diocese e antes de terminado o anno devia dar muito que falar

Na questão religiosa Saldanha Marinho entrou com os artigos de Ganganelli, reunidos em ponderosos volumes. A direcção da campanha foi sobretudo obra de Paz, secretario geral do Grande Oriente. Está encerrada esta pagina da historia e com a separação da igreja e do estado é pouco provavel nova crise. O terceiro volume da biographia de um estadista do imperio escrita por Joaquim Nabuco, trata brevemente dos successos com grande isenção e superioridade.

Cavou-se por este modo entre o throno e o altar um fosso não mais cegado. Um ecclesiastico teutonico de alta cultura, em interessante livro assignado *Sicrano*, conta que a 16 de Novembro de 1889 o bispo do Rio tomando a barca da Praia-Grande, aonde ia começar uma visita pastoral, ao ver cercado de soldados o paço da cidade e ao saber que dentro estava detido D. Pedro 2.º, disse de modo a ser bem ouvido: “isto mesmo fez elle aos bispos”

Por este tempo e logo em seguida entrou em varias emprezas de que não colheu o effeito esperado. Resolveu por isso liquidar o que tinha, ir abraçar a familia, a mãe que ainda vivia e viveu até completar os oitenta e cinco annos, visitar a exposição de Paris e mais partes do velho mundo para que bastassem suas posses. Voltaria para recomeçar a vida, como vinte e oito annos antes.

Diversas excursões fez a algumas provincias, á Argentina, ao Chile pelo estreito de Magalhães e pelos

Andes, ao Egypto. Não lhe foi dado ver o Japão, e os Estados Unidos, como tanto desejava.

Uma viagem a Portugal feita depois de proclamada a republica brasileira causou-lhe dolorosa impressão. Encontrou a monarchia em completo desmancho; o monarca esteiava-se apenas na guarda municipal; a republica já teria vindo si o cambio do Brasil não tivesse baixado tanto. Isto, porém, não era o peor; o peor era a falta de capacidade e preparo dos republicanos, entre os quaes fez muitos amigos, para defrontarem o futuro e salvarem a patria.

No tempo do Retiro Literario, sociedade de moços, especie de camara baixa da colonia portugueza, dera as maiores provas de lusitanismo e até de bairrismo, como no caso da bibliotheca de Gomes de Amorim, resgatada e restituída ao pupilo e futuro biographo de Garrett. Dissolvido ou amortecido o gremio, atirado elle a outros meios e attrahido por influencias diversas, suas affeições arrefeceram. “Nasci em Portugal, fiz-me no Brasil, sou profundamente brasileiro; nunca, porém, apresentarei requerimento para naturalizar-me”, — repetia. Tirou-o do embaraço a republica, decretando a naturalização tacita. Mais tarde concederam-lhe as honras de tenente-coronel do exercito, precedendo-as do posto de coronel da guarda nacional, o que nunca foi. Muito serio pagou patente e escondeu-a com um commentario ironico.

Depois da viagem á exposição de Paris, repetida em 1889 e 1900, apparece seu nome na directoria e no conselho fiscal de diversas sociedades; era sempre um elemento de intelligencia, de actividade e de harmonia.

Seus companheiros restantes fazem-lhe ainda as melhores referencias. No Banco do Brasil, segundo Getulio das Neves, que com elle serviu algum tempo, chamavam-lhe o João das Regras e não corria papel importante sem seu visto.

O cargo do Banco do Brasil foi o ultimo ou penultimo que exerceu. Certas sentenças exquisitas levaram-no ao scepticismo de um advogado eminente, seu amigo, que por fim reduziu a consultas sua actividade forense.

Além disso, dos seus annos de trabalhos apurara um cabedal modesto que lhe bastava. “Nunca tive geito para rico — dizia; na guerra do Paraguai quanto podia ter ganhado? No ensilhamento tive medo de perder e por isso não me arrisquei a ganhar”

Pela tarde apparecia no escriptorio do Visconde de Moraes, seu velho amigo, aonde tinha sua carteira; poucas horas bastavam a seus negocios. Os amigos, da mocidade, da boa e da má fortuna, tinham ido desaparecendo. Passava a maior parte do tempo em casa, na companhia dos objectos que encantaram o melhor de sua existencia.

Dranmor, notavel poeta alemão, pseudonymo de Fern. v. Schmid, suisso que passou a maior parte da vida no Brasil, traduziu em francez e mandou aos jornaes uma das mais famosas de suas producções — *Requiem*. Procurei-a na *Gazeta de Noticias*, aonde então escrevinhava o menos que podia. Ninguem me deu noticia, até que Patrocínio me disse: — foi o Paz que levou.

Nunca tinha ouvido tal nome; só então soube que fazia parte do conselho fiscal da empresa, muito intimo de Ferreira de Araujo e Henrique Chaves, procurador, velho e fraternal amigo de Elysio Mendes, co-proprietario da folha. Passava isto em começos de 1880; conheci-o pouco depois.

Costumava apparecer quasi todas as noites. Chegava antes das 8, conferenciava no balcão com o Julio Braga, caixa, muito bôa pessôa si estava de bom humor e não lhe pediam algum adiantamento, que depois de muito esbravejar em geral fazia. Paz era como a propria pessoa do Elysio, para elle nada havia reservado; Julio respeitava-o como a ninguem.

Depois subia para a redacção, sentava-se numa cadeira desoccupada, palestrava, si era caso, empenhava-se na colheita quotidiana; obras offerecidas, jornaes das provincias ou do exterior, tudo passava-lhe pelos olhos e carregava si queria. O mesmo devia ter feito no *Diario do Rio*, na *Republica*, no *Globo*, para onde o attrahira a velha amizade de Quintino Bocayuva.

Quando se retirava, fazia-lhe muitas vezes companhia, entravamos num café e conversavamos horas esquecidas. Gostava de conversar e conversava bem.

Espirito não lhe faltava: quando as sociedades carnavalescas ainda não tinham abolido as mascaras avulsas, fazia sempre successo, informou-me Ferreira de Araujo. Havia no seu espirito um pico especial, só ligeiramente travado quando visava á propria pessoa; tratava de preferencia dos amigos; pessoas com quem por qualquer motivo não sympathizava desviava da conversação o mais possivel; nunca absorveu a pimenta do brasileiro nato, que reputa o dia bem cheio e dorme farto si enriquece a galeria com mais uma figura de cretino ou tratante.

A' sua chegada o Rio era ainda a cidade colonial que só deixou de ser quando, abolido o trafico, vieram para a terra os capitaes empregados no mar

Havia nella typos curiosos: aprazia-se em memora-los; um dos ultimos a desaparecer foi Guerra Sapateiro, a respeito do qual se imprimiu um artigo na *Gazeta* em grande parte escrito ou inspirado por elle.

Lembrava sempre seus amigos mais antigos, grupados á roda do *Brasil Pittoresco* e do *Parahyba*. Destes singularizava Manoel Antonio de Almeida, o das *Memorias de um sargento de milicias*: não conhe-cera pessôa melhor; de seus interesses se encarregara quando Almeida esteve em Friburgo, pouco antes do fatal naufragio do *Hermes* em Macahé. Foi Almeida quem descobriu Machado de Assis, mediocre typographo da Imprensa Nacional, e lhe facilitou a carreira litteraria. Lembrava muito Remigio de Senna Pereira, um grande general de nascença, que mandava nos amigos e era naturalmente obedecido por todos, até pelo Quintino.

Contava historias de livros raros, incidentes de caçadas bibliographicas, pequenas rusgas literarias; uma das victimas dos contemporaneos era Pereira da Silva, o de *Manoel de Moraes* e *Jeronymo da Corte-Real*. Dizia-se que seu nome figurava em um volume do *Dict. de la Convers.* com o epitheto *O Capadocio*.

De sua experiencia de jornalismo, colhida no *Correio Mercantil*, no *Diario do Rio* e na *Republica*, concluiu que a victoria não dependia dos redactores, mas do balcão. O *Jornal do Commercio* nunca tivera mais prestigio do que quando suspendeu annos a fio os artigos de fundo. A prosperidade evidente da *Gazeta* não sabia até onde chegaria; si não fosse o character inexoravel de Elysio, teria mangrado no nascedouro.

Os dois maiores males do Rio tinham sido o *Jornal* e o *Alcazar*. A prevenção contra o grande orgão devia proceder dos jornalistas desilludidos e pouco venturosos com que convivera e era ainda generalizada. João de Almeida, o rei dos *reporters* do seu tempo, jurava que só morreria satisfeito no dia em que levasse para casa um tijolo do edificio destruido pela indignação popular. Para taes explosivos não davam o temperamento equilibrado de Francisco Paz e a lucidez de sua intelligencia. O *Jornal* soube depois quebrar as tradições dos dois Castros, de Adet, de Leonardo contra os quaes se insurgia.

Considerava o *Alcazar*, o templo de Offenbach e do cancan, um seminario de descredito, de decomposição, de desrespeito, precursor dos bonds, dos jornaes caricatos e da imprensa barata, que tudo arrasavam.

Gostava muito de narrar suas viagens.

Para que ir adiante? Os que o frequentavamos e conhecíamos o seu valor, muitas vezes lhe pedimos deixasse memorias: sorria, desculpava-se, desconversava; nada escreveu.

*
* *

Como colleccionador Francisco Paz revelou-se ao publico na Exposição de historia e geographia do Brasil realizada pela Bibliotheca Nacional em 1881. Os extremos, até onde o levou a diligencia, mostram o catalogo de seus livros e o dos objectos de arte já dispersos em leilão. Durante mais de meio seculo, dir-se-ia, não fez sinão colleccionar, si a conquista do pão, os deveres a que não sabia nem queria fugir, não lhe deixassem apenas os momentos de sobra para cevar a paixão.

Começou cedo, no seu quarto mesquinho de solteiro pobre, com recursos minimos, compensados pela falta de concorrentes. Ouvi ao velho Mello Moraes que, antes de seu desaguado com o gabinete Rio Branco, não se fazia caso de impressos ou manuscritos aqui no Rio: era até favor pedi-los e leva-los. Alfarrabistas havia certamente, sobretudo de compendios (aonde ha estudante ha *cebo*), de obras de medicina, direito e

mathematica, atrazados como troglodytas quanto ao mais. A noção de livro raro data de poucos annos, propagou-se vagarosamente, ainda agora não deixa de ser esoterica.

As diversas viagens dentro e fóra do Brasil offereceram occasiões favoraveis, cuidadosamente aproveitadas. Suas relações maçonicas deviam trazer certas facilidades. Sua perseverança crescia com as difficuldades. Os amigos não o esqueciam.

Em seus livros ha muita variedade e alguns até causam estranhesa: na parte brasileira e na parte portugueza estão os mais numerosos e de maior valia. Não os tinha para ornatos: lia-os, annotava-os, documentava-os com retalhos de jornaes, intercalava folhas arrancadas de outros livros, material talvez de planos nunca postos em execução.

Arrancar folhas de um livro para junta-las a outro ha de provocar reparos, mas explica-se. Paz nunca teve bibliothecario nem residiu em casas espaçosas, conhecia as difficuldades da guerrilha contra a hoste erudita das traças e do cupim, não queria sobre-carregar-se de publicações volumosas mais proprias de estabelecimentos publicos, fugia dos pesos mortos. Sem catalogo sabia perfeitamente guiar-se nesse labyrintho. Quando lhe era pedido qualquer livro, trazia-o logo ou sem grande demora, mesmo tratando-se de folhetos minimos, que gostava de encapar, escrevendo o titulo a lapis no papel da capa.

Emprestava livros generosamente, dava-os até: uma vez encontrou seis exemplares do ultimo volume das *Memorias da Bahia* de Ignacio Accioly, que é bas-

tante raro; adquiriu-os todos e distribuiu por amigos que não o possuíam. Um manuscrito interessante para a historia da Universidade de Coimbra offereceu á Academia das Sciencias de Lisboa, que o editou. A publicação das obras posthumas de Eça de Queiroz só foi possível porque franca e desinteressadamente entregou todos os numeros da *Gazeta* reunidos durante annos. Outras offertas poderiam citar-se.

*

Paz gosou sempre de saude inalteravel, parecia fadado ao centenario quando succumbiu á espanhola em 31 de Janeiro do anno passado, aos oitenta e um annos e cinco dias.

Em seu testamento dispoz que não se mandasse noticia de sua morte á imprensa, que não houvesse convites para o enterro, que este fosse de ultima classe, que não lhe revolvessem os ossos depositados em sepultura rasa nem publicassem os legados.

Para primeiro testamenteiro escolheu Sylvio Vieira Souto, a quem conhecia desde a infancia.

Quem viu a intelligencia, a lealdade, o devotamento inflexivel de Vieira Souto durante quasi dois annos, não sabe si admire mais a felicidade e a perspicacia de quem escolheu, si a nobreza do escolhido.

Grande prazer sentiu o digno testamenteiro, e não será o unico a senti-lo, mantendo integra a bibliotheca de seu amigo: era o seu desejo; foi o seu galhar-

dão. Adquiriu-a Arnaldo Guinle, que assume grave responsabilidade, e com muito menos annos, superiores recursos, mentalidade mais cultivada, poderá conservar e continuar a obra em que consumiu dois terços de sua existencia laboriosa e honesta o saudoso Francisco Ramos Paz.

Depois de publicadas estas linhas no *Supplemento* do catalogo da bibliotheca de Francisco Paz, houve um facto auspicioso a tempo de ser aqui notado.

Arnaldo Guinle doou o espolio opimo á Bibliotheca Nacional e destinou uma verba para continuar e completar as collecções. Assim não pereceu a tendencia idealista que illuminou as agruras do immigrante pobre e o guiou sempre em todas as vicissitudes da existencia. Si houvesse mais homens como Paz, não faltariam outros como Sylvio Vieira Souto e Arnaldo Guinle.

“DO RIO DE JANEIRO A CUYABÁ”
(PREFACIO)

Prefacio ao livro *Do Rio de Janeiro a Cuyabá* de Herbert H. Smith, publicado em 1921.

“DO RIO DE JANEIRO A CUYABÁ”
(PREFACIO)

A 27 de Dezembro de 1884 o *Jornal do Commercio* imprimiu uma communição sobre a geographia physica do rio Paraguai remettida por Herbert H. Smith.

Conhecia-o de nome desde sua ida ao Ceará, incumbido por um periodico estadounidense de estudar a seca de 1877 e seguintes. Com grande prazer lera a maior parte de seu volume sobre a Amazonia e o litoral brasilico. Sabia que andava em exploração scientifica pelos sertões. Não o julgava tão proximo.

A noticia de sua chegada interessou-me sobremaneira.

No mesmo dia encaminhei-me ao Museu Nacional para informar-me com o seu compatriota Orville Derby. Lá estava Smith. Derby apresentou-nos. Talvez por ve-lo no meio de aves empalhadas deu-me a impressão de um pernalto.

Descreve-o bem um fino observador que o conversou bastante naquella epoca. “Quando o conheci, escreve-me Castro Fonceca, poderia ter pouco mais ou menos uns trinta e cinco annos de idade. Era de estatura mediana, seco de corpo, mas de magreza rija. Sempre severamente trajado de sobrecasaca preta, um tanto longa talvez e um tanto usada, si bem que sem demonstrar a minima discrepancia do aceio. Para a impressão geral, contribuia juntamente com a firmeza dos traços a accentuada pallidez do semblante, orlado por uma pequena barba negra, pouco densa e ligeiramente hispida, pallidez em que não seria errado divisar

um leve tom de ascetismo, ou extremado devotamento pela sciencia. Todavia, o que á primeira vista nelle ainda mais impressionava era a fixidez do olhar de raro brilho e de uma serenidade penetrante, por onde deixava perceber o continuo esforço não só de procurar ouvir falar pelos olhos, a maneira dos surdos de viva intelligencia e este era seu caso, sinão tambem como um sincero desejo de perscrutar a sinceridade do acolhimento dos que com elle tratavam”

A apresentação de Derby resultou em *sympathia instantanea*, seguida logo de amizade solida, a que se associou Valle Cabral, o saudoso, o inesquecível chefe da secção dos manuscritos da Bib. Nacional. Cabral convidou-o para sua companhia. No estudioso cubiculo da rua das Mangueiras, hoje demolido, na rua de D. Luisa aonde eu residia, no Passeio Publico, sempre que nos era permittido refocillavamos os tres em palestras interminaveis.

Smith estudava na universidade de Cornell quando teve por professor Ch. Frederic Hartt, verdadeiro genio, intelligencia genuinamente universal, com um cabedal enorme de saber nos dominios mais remotos, ainda maior capacidade de adquirir e aprender, dizia Smith, em pleno accordo com Derby, para quem Hartt foi a grande adoração de toda a vida.

O mestre, que a febre amarella havia de ceifar no pino da virilidade, persuadiu ao neophito de que diplomas academicos figuravam meras convenções estereis; o importante era arcar com a realidade e arrancar-lhe os arcanos. Assim trouxe-o para o Brasil e atirou-o na carreira das explorações scientificas. Os primeiros

amores de Smith foram a geologia, a geomorphia; agora preferia investigar a distribuição de vida no planeta, o que mais tarde se chamou biogeographia, a mais bella das sciencias, insistia convicto. Sobre a distribuição dos animaes nas matas e nos campos do Brasil e a correspondencia das respectivas faunas com uma e outra formação vegetaes, chegou a resultados novos e golpeantes. Que pena os não haja reduzido a escrita! Prometteu-os para a segunda edição brasileira de Wappäus, que nunca sahiu.

Que viera fazer á capital do Imperio ?

Sahira dos Estados Unidos com alguns subsidios e promessas particulares; aqui fizera um contracto vago com o Museu Nacional; no ardor das pesquisas esvaiu-se a noção das coisas; os recursos foram definhando ao compasso do tempo; vinha ao Rio vêr si no Museu obteria meios de trazer a Senhora e as collecções que deixara na Chapada, a poucos kilometros de Cuiabá.

A seu favor empregámos nossa pouca valia. Uma circumstancia fortuita veiu favorecer-nos quando menos esperavamos. Em Fevereiro de 1885 assistimos os tres amigos, á inauguração da estrada de ferro paranaense. A bordo Smith foi apresentado ao conselheiro Carneiro da Rocha, ministro da agricultura, de que dependia o Museu; expoz com lisura seu caso, captou-lhe a benevolencia, logrou o que pretendia, podendo assim trazer para o povoado o que tinha de mais precioso.

Antes de voltar ao sertão cuiabano, Herbert Smith pediu-me arranjasse a publicação na *Gazeta de Noti-*

cias de suas impressões de viagens: teria um achego quando tornasse á patria.

Era conhecido na folha, creio, sem ter certeza, que já fornecera algumas notas. Ferreira de Araujo, o elephante virgem, na expressão symbolica de José do Patrocínio, era o mais bondoso dos homens. Accedeu ao pedido. — Mas a lingua? objectou. — Smith escreve a nossa com facilidade e correcção, mas não seja esta a duvida: elle me dará o original em inglez, a versão fica por minha conta, — respondi. Assim se fez. O primeiro artigo sahiu na *Gazeta* de 21 de Julho de 1886; o ultimo na de 20 de Outubro de 1887. A versão da *Gazeta* é a que vai no presente volume com ligeiras modificações. De outras maiores sinto a necessidade depois do decurso de tantos annos; faltou-me o original inglez e nada pude fazer

* * *

A 6 de Setembro de 1886 publicou a *Gazeta*:

“Parte hoje para os Estados Unidos o nosso distincto collaborador Herbert H. Smith. E’ esta a quinta excursão scientifica que faz ao Brasil. A pri-

“meira foi em 1870, como ajudante do prof. Hartt e
 “passou quatro mezes no Pará. A segunda foi de 1873
 “a 1877, tempo de que passou a maior parte no Pará,
 “na commissão geologica, e algum no Rio.

“Em 1878 fez duas pequenas excursões commissio-
 “nadas pelo Scribners Monthly, uma ao Pará, outra ao
 “Rio de Janeiro. Na volta passou por Pernambuco e
 “pelo Ceará, onde estudou a seca e a epidemia que en-
 “tão assolavam a provincia.

“A última excursão começou em Maio de 1881
 “Depois de alguns mezes passados no Pará, esteve dez
 “dias em Pernambuco, seis mezes no Rio de Janeiro,
 “seis no Rio Grande do Sul e quatro annos em Mato
 “Grosso. Dedicando-se de primeiro aos estudos geo-
 “logicos, passou depois á zoologia, principalmente á
 “distribuição geographica dos animaes. Sua collecção
 “zoologica é a mais rica que se tem feito no Brasil,
 “pois contem 10.000 especies de insectos, 10.000 spe-
 “cimens de aves, 450 de mammiferos, muitos reptis e
 “batrachios. Tem além disto muitos objectos ethno-
 “graphicos e uma grande livraria brasileira. Na sua
 “última excursão foi acompanhado por sua joven se-
 “nhora e um cunhado. A ausencia de nosso distincto
 “collaborador em nada influirá quanto á regularidade
 “da publicação de seus artigos. Antes de partir dei-
 “xou prontos os 27 de que se compõe “Do Rio de Ja-
 “neiro a Cuyabá”, que depois serão reunidos em vo-
 “lume.

“Logo que chegar aos Estados Unidos, mandar-
 “nos-á elle a outra serie de artigos relativos á provincia
 “de Mato Grosso de que é hoje um dos mais profundos
 “conhecedores sob os mais variados aspectos.

“Desejamos bôa viagem ao nosso illustre collabo-
 “rador e que não demorem muito a sua sexta excursão
 “e a sua segunda serie.”

*

A continuação do trabalho de Herbert Smith, que devia estudar a remota provincia, nunca veiu. Para Cuiabá não figurar só na folha do rosto, juntam-se algumas paginas do livro de Carlos von den Steinen, também traduzidas por mim e impressas na *Gazeta*.

Ferreira de Araujo, que concordára no aproveitamento da composição para dar em separata o delicioso volume do scintillante cientista alemão, mudou de idéa e a versão parou a meio caminho.

Em appendice vão tres artigos de Smith, impressos durante sua estada nesta cidade.

O seguinte é traduzido de *Who's Who in America*, vol. XI correspondente a 1920/1921.

“Herbert Huntington Smith, nascido em Manlius, N. Y., a 21 de Janeiro de 1851, é filho de Charles e Julia Maria (Huntington) Smith; estudou na universidade de Cornell de 1868 a 1872; casou com Amelia Woolworth Smith, de Brooklin, a 5 de Outubro de 1880.

“Melhor conhecido como colleccionador de specimens de Historia Natural; viajou no Brasil em 1871,

em 1873-1877, em 1881-1886. No Mexico colleccionou para a Biologia Central-Americana, nas Indias Occidentaes para a W. Indian Com. of the Royal Society e British Association.

“Suas collecções (pelo menos 500.000 specimens) existem em quasi todos os grandes museus do globo.

“Collaborou no *Century Dictionary*, *Century Cyclopedia of names* e *Johnson Cyclopedia*. Curador do Carnegie Museum em Pittsburg, 1896/1898, e ligado com aquella instituição em 1902; curador do Museu de Historia Natural de Alabama desde 1917

“Autor: *Brazil, the Amazonas and the Coast*, 1880.

“*Do Rio de Janeiro a Cuyabá*, 1886, em portuguez.

“Publicou: *His Majesty's Sloop Diamond Rock*, com o pseudonymo de H. S. Huntington, 1904.”

* * *

No dia 22 de Março de 1919 (escreve J. C. Bran-
ner, sempre amigo e sempre generoso), ás 7 ½ da ma-
nhã, Smith indo de sua casa na villa de Tuscaloosa,
Alabama, para o museu da Universidade, tendo de atra-
vessar o leito de uma estrada de ferro, foi morto instan-
taneamente por um trem de carga. Desde moço era
um pouco surdo e parece provavel que não sentiu a
aproximação do trem.

APPENSO AO PREFACIO

Da canção referida á pg. 80 do livro "*Do Rio de Janeiro a Cuyabá*" sai com o texto a versão feita por Mario de Alencar, a pedido do seu velho amigo C. de A.

AMERICA

AMERICA

(Traducção)

I

My country, 'tis of thee,
Sweet land of liberty,
Of thee I sing;
Land where my fathers died!
Land of the Pilgrims' pride!
From every mountain side
Let freedom ring!

Canto-te a ti, patria minha,
Doce terra em que se aninha
A alma livre; eu canto a ti.
Terra em que meus paes morreram,
Terra orgulho dos que vieram
Peregrinos para aqui:
Resoe de cada vertente
A liberdade estridente
No paiz em que nasci.

II

My native country, thee,
Land of the noble free
Thy name I love;
I love thy rocks and rills,
Thy woods and templed hills:
My heart with rapture thrills
Like that above.

Em teu solo, Patria, cobres
Filhos mortos, livres, nobres.
Teu nome, eu tenho-lhe amor;
Amo-te as pedras, ribeiros,
Mattas; amo os teus outeiros,
Com seus templos ao Senhor.
Freme o meu peito e me exalto
Com esses que lá no Alto,
Gozam do eterno esplendor.

III

Let music swell the breeze,
And ring from all the trees
Sweet freedom's song;
Let mortal tongues awake;
Let all that breathe partake;
Let rocks their silence break,
The sound prolong.

Cante musicas a aragem,
Vibre de toda a ramagem
Da liberdade o almo som.
Que as linguas mortaes acordem;
E os que respiram se accordem;
No expandido doce tom.
Que as rochas mesmas quebrando
O silencio, vão resoando
De echo em echo o canto bom.

IV

Our father's God, to Thee,
Author of liberty,
 To Thee we sing;
Long may our land be bright
With freedom's holy light;
Protect us by Thy might,
 Great God, our King!

Deus de nossos paes, Senhor,
Que és da liberdade autor,
A ti canto, o Deus dos Céus.
Que a nossa terra aclarada
Perdure na luz sagrada
Da liberdade, e com teus
Olhos, que podem, ampara
Nossa terra doce e cara,
Tu, Rei Nosso, Grande Deus.



PREFACIO A HISTORIA DA MISSÃO DOS
PADRES CAPUCHINHOS

Prefacio á *Historia da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão*, pelo padre Claude d'Abbeville, reprodução fac-simile de cem exemplares, edição da *Série Eduardo Prado*, 1922.

PREFACIO A' HISTORIA DA MISSÃO DOS PADRES CAPUCHINHOS

Depois de longo peregrinar, a curiosidade insaciavel de Eduardo Prado fixou-se no Brasil. De livros brasileiros ou relativos a coisas brasileiras, os mais raros e os mais preciosos, colligiu grande numero. Em investigações da historia patria contava consumir o resto da existencia. O pouco que deixou feito mostra o muito que poderia fazer. A morte não lhe consentiu ir além.

Amigo carinhoso e discipulo amado, Paulo Prado quiz reatar a tradição do saudoso tio. De contribuições historicas seria capaz, e é possivel as apresente, si sua vida laboriosa lhe conceder as ensanchas imprescindiveis. Por óra, limita-se a fornecer instrumentos aos desejosos de trabalhar. A serie *Eduardo Prado* destina-se aos que aspiram conhecer melhor o Brasil.

A Histoire de la mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan, que a inicia, escripta por frei Claude d'Abbeville, passou por duas edições em 1614 e nunca mais se reimprimiu. Sua raridade levou-a a preços inaccessiveis á maioria dos estudiosos. Entre nós, possui um exemplar o erudito Ribeiro do Amaral, no Maranhão; dois, o Instituto Historico, doados por A. Henrique Leal, o zeloso Plutarco maranhense, e Manoel Barata, o dedicado cultor da historia do Pará; mais de um a Bibliotheca Nacional, merecendo especial menção o da collecção Benedicto Ottoni, formada por José Carlos Rodrigues; um, a Secretaria do Exterior,

procedente do espolio de Rio Branco; um, Paulo Prado, comprado na bibliotheca de Eduardo e aproveitado para a presente reproducção. Não deve estar perdido o exemplar do benemerito Candido Mendes.

Em 1874, Cesar Augusto Marques traduziu a obra, servindo-se do exemplar emprestado por H. Leal. A maior parte dos que a conhecem leram-na através da traducção que feita na provincia, longe de todos os recursos, proporciona leitura amena, mas não dispensa o original para o estudo. Estuda-lo quasi exclusivamente se podia nesta cidade; agora descentraliza-se, liberta-se e torna-se possivel em qualquer parte do territorio o exame deste precioso chronista.

A *Histoire de la mission* póde dividir-se em tres partes: os dez primeiros e os oito ultimos capitulos narram a vinda ao Maranhão e a volta á França; os capitulos 35 a 43 interessam a chorographia e a historia natural; nos outros predomina a ethnographia.

Demorando apenas quatro mezes, Claude d'Abbeville achou tempo de observar muita coisa, e revela-se bom observador; naturalmente não conseguiu aprender a lingua da terra e teve de socorrer-se dos excellentes interpretes que encontrou, como Des Vaux, mais tarde empregado por Alexandre de Moura na empreza do Pará, e David Migan, morto na batalha de Guaxinduba.

Des Vaux, natural de Sainte Maure em Touraine, companheiro de Jacques Riffault em uma de suas expedições, deixou-se ficar largos annos no Brasil, acom-

panhou os indios em combates, mais de uma vez os conduziu á victoria; o appellido de Itajiba, braço de ferro, mostra o prestigio conquistado junto aos companheiros de armas, que o incumbiram de ir á França implorar a prôtecção do rei e pedir-lhe incorporasse o paiz ás possessões da corôa.

David Migan criou-se nas aldeias desde a infancia; como os linguas normandos citados por Léry, pouco teria guardado da primitiva cultura; Migan não é nome francez, méra variante de mingau.

Com estes e outros o missionario obteve o melhor de suas informações.

A memoria dos indios, assegura, era extraordinaria; conservavam occorrencias de oito centos e mil annos atraz; estas deixou de parte.

A noticia mais remota que nos offerece refere-se á apparição e ao estabelecimento dos perós ou portugezes em Pernambuco, narrado pelo mais que centenario Mamboré Uaçu, testemunha presencial.

Embora incompletos, são preciosos os dados sobre as ultimas migrações dos Tupinambás.

A migração era, por assim dizer, o estado permanente destes indios. Passados cinco ou seis annos em um lugar, escolhiam outro pouco distante, derrubavam mato, faziam plantações e, depois de queimar o tijupá, transportavam-se com as poucas alfaias necessarias, panellas, cabaças, armas, rêdes, etc., da tapéra para a nova taba que passava a ter o mesmo nome.

Os Tupinambás habitavam primitivamente junto

ao tropico do Capricorneo, nas florestas do interior; os europeus já os encontravam a beira-mar

Na maior parte da costa brasileira dominava a chamada lingua geral, falada por tribus de denominações varias, que se filiavam nos dois troncos de Tupinambás e Tupiniquins, de usos e costumes fundamentalmente os mesmos, porém separados por odios seculares, nutridos e exasperados por guerras continuas. Causas desconhecidas affeiçãoaram os Tabajaras ou Tupiniquins aos Portuguezes: nos Pitiguares do Norte, nos Tamoios do Sul encontraram os Francezes os mais constantes e fieis aliados.

Os Tabajaras, pouco numerosos, situados entre o cabo de Santo Agostinho e o rio de Capibaribe-mirim, facilitaram a fundação e a prosperidade de Olinda, ponto de partida do movimento que devia desagregar os Tupinambás, e impellir os Francezes para o Cabo-Frio e Rio de Janeiro, além dos Tupiniquins de Ilhéos e Porto Seguro, dos Temiminós do Espirito Santo, dos Guaitacazes da Parahiba do Sul, de falar inteiramente differente, inimigos por igual de Portuguezes a Francezes e Indios de outra parentela.

Nem Duarte Coelho nem seus successores immediatos dispunham de forças para grandes entradas, mas afastaram os Indios do litoral pernambucano-alagoano, obrigando-os á procura de novas terras.

Forçados ás mudanças, alguns dos grupos fugiram para longe; a maior parte parece ter-se acolhido á Parahiba e regiões confinantes. O mapa de Jacques de Vaudeclaye, desenhado em 1579 e reproduzido no

Atlas de Rio Branco, figura um semi-circulo entre o rio de S. Domingos ou Parahiba e o da Cruz ou Camocim, e nelle inscreve dez mil indios, dispostos a combater os Portuguezes. Os successos provaram que o numero era bem maior

Itamaracá, extremo da colonização durante algum tempo, poucas leguas dista da Parahiba; transpo-las, avançar ao Rio Grande, aventurar-se na costa Lésté-Oéste, firmar-se no Maranhão, exigiu grandes esforços e occupou não poucos annos os vassallos de Portugal. “Até esse tempo (cerca de 1585) tinha-se por impossivel os navios que de cá do Sul fossem a Parahiba, tornassem a Pernambuco sem arribar ás Indias”, escreve o padre da Companhia, que por ordem do visittador Christovam de Gouvêa narrou as guerras da Parahiba.

Naquelle trecho do litoral o systema de ventos e a configuração faziam as communições marittimas difficeis e precarias. Jeronymo de Barros, filho e herdeiro do grande historiador, informa que de sua capitania os navios demandavam as Antilhas. Lê-se em Vaudeclaye que os Portuguezes iam por ali pescar ambar embarcados, mas voltavam a pé. Antes de Alexandre de Moura nem um dos emissarios mandados ao Maranhão conseguiu volver por mar ao ponto de partida. O governo portuguez constituiu Ceará, Maranhão e Pará em estado separado do Brasil, subordinado directamente á metropole, para facilitar as communições e as providencias. Ainda no periodo da

independencia allegava-se contra a adhesão, que os maranhenses de commum com o Brasil nada tinham. Só a navegação de vapor normalizou a situação.

Os Francezes entraram em communicações mais estreitas com os Pitiguares de Parahiba e Rio Grande, depois de destruidos seus estabelecimentos do Rio de Janeiro. Affeiçoou-os ainda mais áquellas plagas a qualidade superior do pau brasil, que dava duas côres, segundo André Thevet em sua "Cosmographie" cinco, affirma o chronista. jesuita contemporaneo. Entre os Pitiguares, informa Anthony Knivet, muitos falavam francez, havia muitos bastardos de francezes. Assim se explica a presença de gente loura nos estados adjacentes, mais facilmente que pela acção dos flamengos. Estes demoraram pouco mais de vinte annos nas terras que conquistaram e as guerrilhas incessantes de Mathias de Albuquerque, as devastações dos campanhistas de Bagnoli, a liberdade divina de Vieira e Vidal aguilhoaram-nos á costa durante a maior parte deste tempo.

Os visinhos de Olinda e Itamaracá não mostraram velleidade de invadir a capitania de João de Barros. O velho donatario arrendou os busios do cabo do mesmo nome, naturalmente levados para a Africa, onde o zimbo corria como moeda. Fructuoso Barbosa, colono poderoso de Pernambuco, conseguiu carga de pau brasil para um navio. Os resgastes repetiram-se, houve certa distensão, si não brotaram sympathia e confiança reciprocas entre os incolas do litoral. Na serra os aventureiros isolados eram recebidos sem

prevenções. Exactamente entre os Pitiguares da serra luziu a primeira scintella do incendio que lavrou um quarto de seculo.

As cunhãs antes do casamento gozavam da liberdade concedida aos rapazes em paizes mais civilizados. Um pernambucano engraçou-se de uma na serra da Capaóba, com ella fez vida marital sob as vistas benevolas do pai que apenas impoz como condição que o genro temporario ficaria morando ali ou não levaria comsigo a filha. Não cumpriu a promessa o mamaluco e assim provocou a tragedia: a mulher passou de mão em mão e parece nunca foi restituída.

Succedia isto no governo de Luis de Brito e Almeida, quando os Francezes, desenganados do Rio de Janeiro, começaram a affluir para os Pitiguares, seus velhos amigos. Nos ultimos annos da autonomia de Portugal, repetiram-se assaltos, os colonos tiveram os engenhos destruidos, semapparelhos de resistencia efficaz. Com a reunião das duas coroas e Philippe II monarcha unico na peninsula, começou a reacção victoriosa.

Diogo Flores de Valdez, voltando de uma expedição mallograda no estreito de Magalhães, teve a idéa de prestar no Brasil algum serviço que disfarçasse o desastre. Na Bahia obteve do governo a incumbencia de ir a Parahiba com uma armada poderosa para o tempo. Foi, viu e venceu. Surpreendeu navios francezes, incendiou-os, amedrontou a indiada, desembarcou, lançou os fundamentos de uma cidade e proseguiu triumphante para o Velho Mundo.

Pobre triumpho! Pitiguares e Francezes, passado o primeiro espanto, encheram-se de maior furia, e todo o trabalho ficaria perdido si não accudissem da Bahia, e, sobretudo, de Olinda e Itamaracá.

Guerras com os indios tinha havido muitas, mas em geral inspiravam-se no desejo de fazer escravos e para avultar o numero delles procurava-se matar o menos possivel. Martim Leitão, ouvidor geral mandado da Bahia, arvorado em general, indifferente á aquisição de peças, trucidou os prisioneiros que poude, arrancou as roças, devastou as aldeias, impossibilitou a resistencia e até residencia nas cercanias, de interprete das leis converteu-se em anjo do exterminio. Os Tabajaras, a principio arredios por justas queixas contra a gente de Pernambuco no rio de S. Francisco, alliam-se a Leitão e puderam saciar os odios hereditarios.

A obra assim começada foi com mais ou menos violencia levada ao Rio Grande do Norte, até Jeronymo de Albuquerque pacificar os Pitiguares restantes de quem era consanguineo pelo lado materno.

Depois da campanha de Leitão ainda appareceram navios francezes nas costas dos Pitiguares; de Jacques Riffault sabe-se vagamente que fez grandes estragos: Cabedello foi quasi de todo incendiada; a nova cidade cercada por terra e mar, teria succumbido, apesar do heroismo de Feliciano Coelho de Carvalho, sem os socorros de Pernambuco.

Depois da pacificação de Albuquerque os Francezes andaram vagando a oéste da ponta do Calcanhar

até parar na ilha do Maranhão. Lá iria desfechar-lhes o golpe mortal o filho de Arco Verde.

Por traz do litoral havia ao mesmo tempo um fervilhar constante, alastrava um movimento migratorio como difficilmente se póde imaginar Claude d'Abbeville não entra em pormenores, mas permite até certo ponto avalia-lo. Na ilha do Maranhão existiam vinte e sete aldeias, de duzentos, trezentos, quinhentos, seiscentos habitantes, perfazendo dez a doze mil; em Tapuitapera nove, mais populosas que as da ilha; em Cumá onze, e mais de vinte até Caité. Todo este gentio abalára por influencia das armas portuguezas.

Como se deu a migração? Os indios, sem recursos e tambem sem impedimentos, demoravam num lugar apenas o sufficiente para fazer as plantações e munir-se dos mantimentos necessarios á continuação da jornada afflictiva. Os grupos tinham de viajar em separado sob pena de exgotarem-se todas as provisões e meios de subsistencia. Onde quer que os catin-gaes permittissem passagem era o caminho; só nos boqueirões se encontravam pontos forçados. Tinham de atravessar regiões occupadas por Tapuias e arredallos de qualquer modo.

Migração até certo ponto semelhante repetiram os povoadores da Borborema, dos Cariris, da Ibiapaba, mas em pequenos troços, sem deixar inimigos atraz, esmagando os que defrontavam, enchendo de gados os sertões, em communição trabalhosa, mas quasi sempre segura com o povoado. Foi a obra dos seculos XVII e XVIII. A estes colonos obscuros devem-se

os caminhos interiores do Maranhão a Bahia, do Ceará a Pernambuco, primeira victoria contra as incertezas da navegação maritima que attenuou sua acção separatista.

Os indios do Maranhão eram identicos aos Pitiguares, aos Tupinambás da Bahia, aos Tamoios do Rio sobre que escreveram Thevet, Léry, Hans Staden, Gabriel Soares, autor dos *Dialogos das grandezas do Brasil*, etç. Não se poderia portanto esperar grandes novidades do capuchinho picardo; apesar disto nelle se encontram noticias do maior interesse, e só pela raridade do livro não têm sido devidamente aproveitadas. O capitulo 51, por exemplo, contem o pouco que se sabe da astronomia dos indios de lingua geral. Só mais de dois seculos depois Carlos von den Steinen reuniu dados semelhantes dos Bacaeris do Paranatinga.

A obra de Claude d'Abbeville seguiu-se a de seu confrade Yves d'Evreux, impressa, não publicada, em 1615. Antes de exposta á venda, a edição foi destruida, salvando-se apenas um ou outro exemplar mutilado. Pelo da Bibliotheca Nacional de Paris fez Ferdinand Denis a impressão, que a salvou do esquecimento. A mais de um respeito Yves d'Evreux completa o antecessor; seu cabedal linguistico é muito mais abundante e instructivo, pois sua assistencia na ilha durou mais tempo, mas a observação sabia-lhe menos que a introspecção, e muitas vezes os factos afogam-se em considerações teleologicas e mysticas, que nos revelam sua psychologia sem alargar os horizontes.

UM VISITADOR DO SANTO OFFICIO
(CONFISSÕES DA BAHIA)

*Um visitador do Santo Officio á Cidade do Salvador e ao Recon-
cavo da bahia de Todos os Santos — (1591-1592) —, separata do pre-
facio da Primeira Visitação do Sto. Officio ás Partes do Brasil, —
Confissões da Bahia — edição da Serie Eduardo Prado, 1922.*

UM VISITADOR DO SANTO OFFICIO
(CONFISSÕES DA BAHIA)

I

Inutilmente procurou D. Manuel, rei de Portugal, introduzir a Inquisição em seus dominios, a exemplo de Isabel de Castella e Fernando de Aragão. Coube a ventura a seu filho e successor immediato, que de Clemente VII obteve em 17 de Dezembro de 1531 a bulla *Cum ad nihil magis* nomeando um inquisidor geral para o reino, e annos mais tarde viu o Santo Officio constituido de modo a desafiar a acção dos seculos pela bulla *Meditatio cordis nostri* de Paulo III.

Entre as duas datas extremas occorreram varios movimentos de recuo e de avanço. “Revogada por Clemente VII em breve de 17 de Outubro de 1532 a concessão por elle feita no anno anterior, posta novamente em vigor no mez de Abril de 1534, para ser outra vez retirada em Novembro desse anno por Paulo III; restabelecida em Maio de 1536 e suspensa em Setembro de 1544, só foi afinal confirmada a 16 de Junho de 1547 por bulla do mesmo papa” (1) — summaria Lucio d’Azevedo.

Ao desvairado e quasi deserto territorio brasilico chegavam estas noticias vagas e incompletas.

Em Lisboa, a 13 de Setembro de 1543, João Barbosa Paes denunciou Pero do Campo Tourinho, dona-

(1) *Rev. de historia*, 2.º, 144.

tario de Porto Seguro, por se dizer papa e rei e fazer trabalhar aos domingos ⁽²⁾

Em 24 de Novembro de 1546, quando o tribunal estava suspenso por Paulo III, clérigos e seculares capturaram Tourinho, arvoraram-se em juizes, e preso, a ferros, remetteram o potentado para além-mar, onde em 1550 ainda respondia a interrogatorio.*

Nem Gandavo, nem Gabriel Soares, nem frei Vicente do Salvador alludem ao successo. Narra-o nos seguintes termos o sexagenario Gaspar Dias Barbosa, denunciante na presente visitação: “na capitania de Porto Seguro André do Campo e Gaspar Fernandes, escrivão, e uns frades da ordem de S. Francisco e outras pessoas que lhe não lembram, ordenaram autos e tiraram testemunhas e prenderam a Pero do Campo, capitão e governador da dita capitania, pai do dito André do Campo, e o enviaram preso ao reino por parte da Santa Inquisição, dizendo que era hereje e depois ouviu dizer que fora aquillo inventado para o dito André do Campo ficar em logar do pai como ficou” Com estes não concordam em tudo os dizeres do processo ainda existente: delle divulgaram excerptos em 1917 o abaixo assignado na revista *Sciencias e Lettras* de A. e C. Bevilaqua desta cidade e Borges de Barros nos *Annaes do Archivo Publico da Bahia* em 1919. Muito conviria a publicação integral: iniciaes seguidas de reticencias bastariam para atenuar os palavrões e resguardar as pudicicias dos mais ariscos.

(2) *Arch. hist. port.*, 6.º, 171.

Pouco se preocupavam com o Santo Officio os mamalucos de Santo André da borda do campo, a julgar por uma carta de José de Anchieta, escrita da capitania de S. Vicente em 1554. Um delles, tendo usado de certas praticas gentilicas, sendo advertido duas vezes se acautelasse com a Santa Inquisição, respondeu: “acabaremos as inquisições a frexas” (3)

Ao nome de Anchieta tem andado injustamente ligado o de João Cointa, senhor de Bolés, fidalgo francez vindo ao Rio de Janeiro em 1557 com os huguenotes trazidos por Bois-le-Comte. Nas lutas theologicas que agitaram a colonia decidiu-se por Villegaignon e pelo catholicismo; desertou mais tarde para S. Vicente e nessa villa, em Santos, na Bahia, em Pernambuco andou soltando palavras impias e semeando doutrinas heterodoxas. Entrou na expedição contra os francezes partida da Bahia em 1560, gaba-se de ter facilitado a tomada do inexpugnavel forte Coligny. Por este serviço contra seus compatriotas julgava-se com direito a recompensas do governo portuguez. A reclama-las embarcou com Estacio de Sá em S. Vicente para além-mar. Casual ou propositalmente Estacio de Sá aportou á bahia de Todos os Santos; de bordo foi arrancado o transfuga, incurso em peçonhentas heresias, segundo depunham contestes varias testemunhas. Remettido para o reino, submettido a processo, foi afinal degredado para a India, de onde não se sabe como terminou a carreira accidentada. Não podia, portanto, ser suppliciado quando se fundou a cidade

(3) *Ann. da Bibl. Nac.*, 1.º, 72.

de S. Sebastião, nem Anchieta representar o papel de victimario com que procuram transfigura-lo panegyristas indiscretos (4).

José de Anchieta e Fernão Cardim mencionam, sem lhe declarar o nome, um varão magico ou nigromatico, de acção preponderante nas guerras de Duarte Coelho II contra os indigenas da Nova Lusitania. Chama-lhe padre do Ouro a historia do Brasil de frei Vicente do Salvador, que narra seus feitos como os memorava a tradição pernambucana meio seculo depois. O processo, publicado pelo erudito Pedro de Azevedo no *Arquivo Historico Portuguez*, desvenda o mysterio: as denominações vagas identificam o aventureiro com Antonio de Gouvêa, ilhéu da Terceira, clerigo de missa, pertencente algum tempo á Companhia, viajado por diversos paizes europeus, alchimico e outras coisas mais que o levaram pela primeira vez ao pretorio inquisitorial. Degredado para o Brasil, obteve do bispo a reintegração nas ordens sacras, firmou-se na sympathia de Duarte de Albuquerque Coelho e operou livremente em Pernambuco.

Suas façanhas chegaram ao velho mundo: accusavam-no de dizer missa com paramentos hereticos em sitios vedados pelo concilio tridentino, de matar ou ferrar na cara indios tomados em combate, de arrancar as cunhãs a seus donos ou amantes, de desafiar para

(4) O processo de Bolés foi impresso nos *Ann. da Bib. Nac.*, 25.º Sua ida forçada ou voluntaria para a India, primeiro indicada pelo proprio José de Anchieta, é confirmada nas denunciações da presente visitação pelo padre Luis da Grã.

duellos, de diffamar os jesuitas attribuindo-lhes pensamentos suspeitos, doutrinas hereticas, etc.

Preso na rua Nova de Olinda, nas pousadas de Anrique Affonso, juiz ordinario, a 25 de Abril de 1571, foi internado a 10 de Setembro no carcere de Lisboa, aonde em 30 de Dezembro de 1575 pedia em audiencia aos membros do tribunal que o quizessem despachar ou lhe dar culpas que contra elle tivessem para se defender e livrar dellas ⁽⁵⁾

Em 1573 foi queimado um francez heretico na Bahia ⁽⁶⁾ As circumstancias não vieram a nosso conhecimento. Estava nas attribuições episcopaes velar pela pureza da fé, dar combate ás heresias, castigar os herejes. Quando as heresias medievaes appareceram sob as formas mais diversas, reclamando especialistas theologos para as desmascararem, e surgiram nos pontos mais afastados, exigindo unidade de acção para debella-las, a autoridade episcopal foi diminuindo, embora não desaparecesse de todo, diante da autoridade dos inquisidores.

A pena de fogo reservada primeiro a nigromantes e a manicheus, tornou-se de praxe depois das constituições do imperador Frederico II, a que a igreja se conformou ⁽⁷⁾

(5) P. de Azevedo, Antonio de Gouveia, alchimista do seculo XVI, *Arch. hist. port.*, 3.º, Cf. Porto Seguro, *Hist. ger.*, 3.ª ed., nota K, pags. 457/458. Alfredo de Carvalho, *Rev. do Inst. Arch. Pern.*, 11.º, que reimprimiu o segundo processo do padre do Ouro, concorda com a identificação proposta pelo autor desta nota.

(6) *Ann. da Bib. Nac.*, 19.º, 98.

(7) Cf. A. S. Turberville, *Mediaeval heresy & the Inquisition*, London, 1920, que, no dizer de um critico competente, cortou muito *t*, pingou muito *i* e forceja por ser imparcial.

A quem cahia na sua alçada, a Inquisição podia infligir todos os castigos até a prisão perpetua. Si esta parecia insufficiente, o criminoso ia entregue ao braço secular, que se encarregava do resto: o resto era a fogueira. Na Bahia representavam-no Luis de Brito e o ouvidor geral, quando foi queimado o francez.

Existiria qualquer relação entre a queima do francez heretico e a commissão ao bispo do Brasil e aos padres da Companhia passada em 12 de Fevereiro de 1579 por D. Henrique ⁽⁸⁾, ao mesmo tempo rei e inquisidor geral ?

Em 1585 assim se exprimia Anchieta nas *Informações*, 9:

“Officio de Inquisição não houve até agora, posto que os bispos usam delle quando é necessario por commissão que têm, mas dando appellação para o Santo Officio de Portugal e *com isso* se queimou já na Bahia um francez hereje. Agora tem o bispo D. Antonio Barreiros este officio para com os Indios sómente e é nomeado seu coadjutor o padre Luis da Grã, da Companhia, que é agora reitor do collegio de Pernambuco” “Com isso” é ambiguo: pode significar *por isso* ou *apesar disso*.

Esta situação foi modificada pelo cardeal Alberto, de quem um forte na bahia de Todos os Santos recebeu o nome.

Filho do sobrinho e genro de Carlos V Maximiliano II, imperador da Alemanha, o archiduque Alberto d’Austria, nascido em 1561, educou-se na Espa-

(8) *Arch. hist. port.*, 5.º, 423-424.

nha, seguiu a carreira ecclesiastica, logrou o cardinalato em 1573, o arcebispado de Toledo em 1584. Conquistado Portugal, Philippe II, seu tio, nomeou-o vice-rei, e no posto o manteve durante dez annos até remove-lo para os Paizes Baixos a guerrear contra francezes e hollandezes. Quando o real tio assignou o tratado de Vervins com Henrique IV elevou a principado autonomo os Paizes Baixos, o Franco-Condado, o Charolais, doou-o á infanta Clara Isabel Eugenia sua filha e ao futuro esposo, o cardeal archiduque. Este renunciou ás dignidades ecclesiasticas. O papa Clemente VIII concedeu licença para o esteril matrimonio celebrado em 1598.

Já vice-rei de Portugal e legado *de latere*, o papa Sixto V constituiu-o por bulla de 25 de Janeiro de 1586 inquisidor geral dos reinos e senhorios portuguezes. Neste character ordenou a primeira visitação do Santo Officio ás partes do Brasil.

O facto ficou desconhecido até revela-lo a historia do capucho Vicente do Salvador, impressa em 1888. Mais tarde Antonio Baião, o illustre director da Torre do Tombo, descobriu alguns dos livros da visitação e sobre elles começou na *Revista de historia* de 1912 uma noticia que não foi concluida. Agora sai com esta a primeira parte dos documentos relativos á visitação de Heitor Furtado de Mendça.

Os livros da visitação eram nove: tres de confissões, quatro de denunciações, dois de ratificações. Estes estão completos: das confissões falta o volume de Pernambuco, que era o segundo; de denunciações restam o primeiro da Bahia e o terceiro, muito desor-

ganizado, sem ordem geographica, sem ordem chronologica, incluindo Bahia e Pernambuco, a julgar pelos summarios de Antonio Baião. E' possivel que ainda appareçam os tres que faltam. Na Torre do Tombo os processos do Santo Officio andam por dezenas de milhares.

Heitor Furtado de Mendocça, a 26 de Março de 1591 nomeado pelo inquisidor geral para visitador dos bispados de Cabo-Verde, São Thomé, Brasil e administração de S. Vicente ou Rio de Janeiro, chegou á capital bahiana com o governador D. Francisco de Sousa em 9 de Junho, domingo da Santissima Trindade. Publicou suas patentes a 28 de Julho, concedendo trinta dias de graça para a cidade, uma legua em roda; a 12 de Janeiro do anno seguinte concedeu outros tantos dias de graça, encerrados a 11 de Fevereiro, para os moradores do reconcavo.

A 29 de Julho recebeu a primeira confissão, *infra* 23-27; no mesmo dia fez-se primeiro denunciante João Serrão, que a 22 de Agosto veio pedir perdão do perjuro por se dizer christão velho sendo christão novo, *infra* 55-56. As ratificações começaram a 4 de Setembro, tudo de 1591. Em 2 de Setembro de 1593 o visitador geral partiu da Bahia para a capitania de Pernambuco, a bordo da nau *São Miguel*, de que era mestre Bartolomeu Fernandes.

Da sua estada na Bahia, contém ligeiras noticias uma carta de Anchieta, escrita da cidade do Salvador em 1 de Dezembro de 1592, impressa em 1897 no vol. 19

dos *Annaes da Bib. Nac.*, segundo copia muito imperfeita.

Informa Anchieta que Fernão Cabral de Tayde, *infra* 35-36, sahira agora com sua sentença, misericordiosa, segundo todos affirmavam e o proprio Cabral reconhecia, dando graças ao inquisidor e a todos os adjuntos pela mercê que lhe fizeram, merecendo muito mais suas culpas, e isto de joelhos com muita humildade (9)

Anchieta accrescenta outro caso difficil de esclarecer. Trata-se de certo Rocha, morador, segundo parece, da capitania do Espirito Santo, que aggravado do visitador lhe atirou duas noites com um arcabuz a sua janella. "Foi preso e, si os padres que são adjuntos do inquisidor não trabalharam muito nisso, elle não escapava de morte de fogo conforme a bulla do Papa, mas elles a interpretaram de maneira que parecero (sic) bem ao inquisidor dar-lhe a vida, mas comtudo sahiu com degredo para as galés por dois annos e primeiro cinco domingos na Sé com grilhão e baraço e no cabo delles pregão por toda a cidade com baraço e cumprir um anno de cadeia e depois o degredo." — *l. c.* 68-69.

A chronologia da visitação a Pernambuco e capitánias visinhas não pode precisar-se na falta de livros essenciaes. Sabe-se apenas que terminaram a 8 de

(9) *Ann. da Bib. Nac.*, 19.º, 67. F. C. de Tayde foi sentenciado a dois annos de desterro para fora do Brasil, informa Lucio d'Azevedo, *Hist. dos Chr. nov. port.*, 227, que nas pags. 225-229 dá uma idéa exacta das duas visitações do Santo Officio ás partes do Brasil. A 21 de Agosto de 1599, H. F. de Mendouça funcionava em Lisboa, *ib.*, 458.

Fevereiro de 1594 os trinta dias de graça para virem confessar-se em Olinda os habitantes da freguezia dos santos Cosme e Damião de Igaracú; de S. Lourenço com a capella annexa de S. Miguel em Camaragipe; de S. Amaro (cujo vigario Antonio André estava cego) com as capellas de N. S. das Candêas e N. S. da Graça; de Sto. Antonio no cabo de Sto. Agostinho com as capellas de S. João e N.ª S.ª da Annuniação; de S. Miguel de Pojuca, com a capella de Santa Luzia. A 21 de Dezembro terminaram os doze dias da graça concedidos a N.ª S.ª da Conceição de Tamaracá; a 24 de Janeiro de 1595 os de N.ª S.ª das Neves da Parahiba. Em fins de Junho o visitador continuava em Olinda, aonde chegara de volta da Parahiba em 1 de Fevereiro.

Nas pesquisas feitas por Lucio d'Azevedo para mandar proceder á copia do presente volume, surgiu uma novidade inteiramente desconhecida: houve outra visitaçãõ na Bahia realizada em 1618, ordenada pelo inquisidor geral Fernão Martins Mascarenhas! Os poderes do incumbido da visitaçãõ, protonotario apostolico, deputado do Santo Officio, inquisidor e visitador, limitavam-se á cidade do Salvador e seus reconcavos e á Angola. Haveria outros agentes para Pernambuco e para as capitãneas de baixo ?

O visitador chamava-se Marcos Teixeira. Seria o mesmo bispo da Bahia que, depois de tomada a cidade pelos Hollandezes, encabeçou o movimento de reconquista? Varnhagen identificou o bispo do Brasil com um inquisidor homonymo, que devia orçar por oitenta annos, pois fora nomeado no seculo anterior

Segundo frei Vicente, ao morrer o bispo não tinha ainda cinquenta. E' bem possível, certo quasi, que o guerrilheiro de 1624 fosse o visitador de 1618; o solio episcopal seria como reconhecimento de seu zelo na commissão do Santo Officio.

Da visitação de Marços Teixeira conhece-se um codice de 322 folhas; nas primeiras vem a lista das pessoas denunciadas, cento trinta e quatro ao todo; até a f. 81, de que já foi extrahida copia, falaram cinquenta denunciantes. No livro figuram algumas pessoas autoadas na visitação de Heitor Furtado de Mendoga; lê-se nelle que fora queimada a octogenaria Anna Roiz, cuja confissão occupa *infra* as pags. 177-181.

Um manuscrito jesuitico da Bibliotheca Nacional de Napoles informa que o governador Antonio Telles da Silva, a alma ardente e apaixonada, o grande ateador do incendio que mandou os Hollandezes para fóra do Brasil, empenhava-se por introduzir o Santo Officio em terras de sua governança, disposto a sacrificar todos os seus bens a este proposito. Que teria feito sem o tragico naufragio de Buarcos em 1649 ?

Problema ainda intacto é o motivo por que o governo portuguez, que desde 1560 introduziu o Santo Officio em Gôa, deixou de fazer o mesmo no Brasil.

A distancia deve ter concorrido para este resultado: comparado com o periplo do cabo da Bôa Esperança através do Indico até as terras de Cambaia, as viagens de longo de Portugal ao Brasil podiam considerar-se de recreio. O Atlantico entre Lisboa e o Rio bem merecia chamar-se oceano Pacifico, disse uma vez o benemerito H. Gorceix, na ultima viagem a este

paiz, a que sacrificou sua mocidade e seu futuro scientifico.

A distancia ainda podia influir por outro modo. O amplo litoral, navegavel segundo as monções, que ora sopravam num, ora em outro sentido, estabelecendo assim um bloqueio movel, não apresentava centro natural; muito menos o interior: assim não bastaria um só, e varios tribunaes, quer de primeira quer de ultima instancia, offereciam desvantagens patentes. Estas considerações foram frequentemente invocadas nas Côrtes Constituintes de 1821 e 1822, quando se tratou das relações entre o reino unido do Brasil e Portugal.

Accresce que Inquisição só com frades podia prosperar, e a metropole desde os começos do seculo XVII começou a oppôr difficuldades á criação de novos conventos na colonia. Tambem poderia alçar embaraços a novas creações a propria Santa Sé, depois de ter visto perdidos, no reinado de D. Pedro II, todos os esforços feitos para abreviar as liberalidades prodigalizadas por Paulo III e alguns de seus successores. Nestas tentativas para melhorar a sorte dos Christãos novos poz todas as forças de sua intelligencia, todo o ardor de seu temperamento e foi quasi esmagado o padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesus, portuguez de nascença, brasileiro de formação ⁽¹⁰⁾

Os escritores que negam a participação da igreja na estructura inquisitorial e tudo attribuem ao estado avido de prea, poderiam ainda affirmar que ao fisco

(10) João Lucio d'Azevedo, *Historia de Antonio Vieira, Historia dos Christãos novos portuguezes.*

não convinha repartir os bens dos condemnados entre a metropole e a colonia: a metropole queria a fazenda inteira para seu proveito exclusivo.

Com a falta de tribunaes no Brasil não folgou nem lucrou o gado humano marcado para a Inquisição. Suppria-os pelo seu fervor e por sua ubiquidade o familiar do Santo Officio, titulo muito cobiçado por que explicitamente affirmava a limpeza de sangue e implicava numerosos privilegios. Basta citar a C. R. de D. Sebastião, datada de 14 de Dezembro de 1562. Por ella o familiar ficava isento de pagar fintas, talhas, etc., de ser constrangido a ir com presos e dinheiros, de ser tutor ou curador, excepto si as tutorias fossem lidimas, de exercer contra a vontade officios de conselho, de lhe serem tomadas para a aposentadoria a casa de morada, cavallariças, etc., de lhe tomarem pão, vinho, roupa, palha, cevadas, lenhas, gallinhas, ovos, bestas de sella ou albarda; podia trazer armas offensivas; a mulher, o filho e a filha do familiar emquanto sob o patrio poder, podiam usar seda em seus vestidos ⁽¹¹⁾ Com o tempo os privilegios foram accrescidos.

No começo do seculo XVIII a Inquisição lavrou sobre tudo nas terras fluminenses e suas visinhas, já porque a proximidade das minas de ouro para ellas attrahisse gentes das mais diversas procedencias, já porque, como suggere Varnhagen, frei Francisco S. Jeronymo, bispo diocesano de 11 de Janeiro de 1702 a 7 de Maio de 1721, cedeu á nostalgia do torresmo a que

(11) Informação geral de Pernambuco, 48, sep. dos *Ann. da Bib. Nacional*, 28.º

se avesara como qualificador do Santo Officio em Evora.

“A perseguição foi progredindo por tal arte, escreve o autor da *Historia geral*, que de 1707 a 1711 houve anno em que se prenderam mais de cento e sessenta pessoas, ás vezes, familias inteiras, sem excepção das crianças. Nos autos de fé de 1709 em Lisboa appareceram já algumas desgraçadas filhas do Brasil. No anno de 1713 se contou o numero maior de condemnações em gente ida do Brasil; foram sessenta e seis os sentenciados, incluindo trinta e nove mulheres. As outras capitancias do Brasil foram tambem mais ou menos perseguidas por este flagello, porém não tanto como a do Rio” *Op. cit.*, 835, 837

A Inquisição, observa Turberville, para prosperar precisava do apoio da opinião publica e da força armada. Quando em Portugal a protecção desta diminuiu, a pressão daquella afrouxou, principalmente com o cerceio das immunidades ecclesiasticas que punham o clero acima das leis civis até o reinado de D. José I.

O marquez de Pombal, depois de cevar no jesuita Gabriel de Malagrida todas as ruins paixões de seu coração inexoravel, mandou o cardeal João Cosme da Cunha elaborar ou, mais provavelmente, apenas assinar um novo regimento do Santo Officio. Seria o quarto: o primeiro feito em 1552 por D. Henrique, cardeal inquisidor geral, e só recentemente impresso por Antonio Baião no 5. volume do *Archivo historico portuguez*; o segundo de D. Pedro de Castilho em 1613; o terceiro de D. Francisco de Castro em 1640.

Bem dignas de leitura as paginas de que o lastimavel cardeal precedeu o regimento de 1774.

A Inquisição, tal qual a impetrou D. João III e a concedeu o papa Paulo III, era um tribunal régio, como o patenteia o facto do primeiro inquisidor geral ter sido de nomeação del rei, independente da Sé Apostolica. A pravidade dos jesuitas arrancou a prerogativa da Coroa, que só a rehouve em 1771, quando nomeou a elle cardeal para o cargo.

No tribunal introduziram-se cinco erros capitaes: negarem-se aos réos os nomes das testemunhas que os accusavam; proceder-se á relaxação, que é a morte natural, confiscação de bens e infamia até a segunda geração por testemunhos singulares; empregarem tormentos, que aliás “podiam e deviam ser applicados aos scismaticos e heresiarchas até declararem todas as pessoas que perverteram para se extinguirem estas venenosas plantas da vinha do Senhor até as ultimas raizes” — allusão clara a Malagrida, chamado MONSTRO em um artigo; ficar infamado em sua pessoa e na de seus descendentes qualquer um, ainda depois de cumpridas as penas impostas, posto que leves; preterirem-se e abandonarem-se as leis do reino pela simples autoridade do inquisidor

O regimento pombalino deve ter eliminado todos estes erros; mesmo assim seria muito superior aos que o precederam? Duvida-o Hippolyto e autoridade alguma podia comparar-se á sua.

Hippolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça nasceu na famosa colonia do Sacramento, no rio da Prata, pouco antes dos portuguezes perde-

rem-na definitivamente. No reino formou-se em direito e sciencias naturaes ou philosophia; além das duas linguas classicas estudou alemão, francez e inglez. Sabia naturalmente espanhol e italiano. Viajou pelos Estados Unidos e diversos paizes europeus. Era um dos membros da colmeia intellectual aggregada por Conceição Velloso em torno do Arco do Cégo. Em Julho de 1802 contava 28 annos, quando foi preso e depois levado aos carceres da Inquisição pelo crime de ser pedreiro livre.

Sua *Narrativa de uma perseguição* conta a luta tremenda de um homem contra uma instituição, sempre animoso, impellido pela audacia, sustentado pela presença de espirito, dominando pela sagacidade e pelo sangue frio. Nunca negou que fosse maçõn; sobre seus confrades, sobre os recursos pecuniarios de que dispunham, não houve meio de extorquir-lhe revelações; nunca se considerou vencido ou deixou intimidar. Veja-se o seguinte trecho da *Narrativa*:

“Mandou-me o Inquisidor que ajoelhasse diante delle para dizer a doutrina (do catecismo); mas eu retorqui-lhe que um dos pontos que me haviam ensinado na mesma doutrina christã era que dos tres cultos de latria, hiperdulia e dulia se devia dar só a Deus o culto da latria, no que se comprehende ajoelhar com ambos os joelhos e que era um dos maiores peccados tributar este culto á creatura; e por mais que elle instou não me resolvi a faze-lo, dando-lhe por escusa que temia ser aquillo artificio delle Inquisidor, para experimentar a minha fé vendo si eu era capaz de idolatrar adorando-o a elle; não obstante asseverar-me

que este era o costume do Tribunal, não só quando os réos eram examinados da doutrina, na audiência, mas também quando eram levados á mesa do tribunal no tempo que os ministros estavam ao ponto de deliberar para dar a sentença, offerecendo esta occasião ao réo de impetrar com a humilhação a misericórdia de seus juizes, e ao depois quando se lhe proferia a sentença, que também de joelhos se costuma ouvir ”

Este pequeno incidente mostrará a soberba e orgulho das pessoas que contém este tribunal, commenta o prisioneiro. Com mais razão diz Nietzsche que só pode falar em orgulho quem soffre o tormento e não revela seu segredo. Os tres annos de prisão cellular para temperamento tão vibratil como o de Hippolyto deveriam doer mais que o potro e a polé.

Hippolyto não soffreu a pena nem o perdão do Santo Officio. Logrou fugir para a Inglaterra, aonde serviu de secretario a Augusto Frederico, filho de Jorge III, duque de Sussex, grão-mestre da maçonaria. Dado o regifugio, previu a importancia do facto e iniciou o *Correio Brasiliense*, o primeiro vulgarizador de idéas politicas na colonia luso-americana; ainda assistiu aos albores da independencia; provavelmente tornaria á patria livre, honrado e engrandecido, si não fallecesse a 11 de Setembro de 1823, com menos de 50 annos. Seu livro acompanhado de dois regimentos da Inquisição teve também uma edição ingleza.

Tudo inclina a suppor que, directa ou indirectamente, se deve á suggestão de Hippolyto o artigo do tratado entre Portugal e a Inglaterra que prohibiu

para o futuro o estabelecimento da Inquisição em terras brasileiras.

No dia 31 de Março de 1821 foi expedido um decreto das Côrtes Constituintes de Portugal abolindo em todo o reino e seus dominios o tribunal do Santo Officio da Inquisição. O ultimo inquisidor geral foi um brasileiro natural do Rio: Azeredo Coutinho, primeiramente bispo de Pernambuco, aonde exerceu, pela fundação de um seminario inspirado em idéas modernas, extraordinaria influencia sobre a mentalidade patria. Sem Azeredo Coutinho não surgiria a geração idealista e pura de 1817

Ainda persiste em Roma, uma congregação do Santo Officio, da qual os não iniciados mal conhecem a existencia. Alph. Viktor Müller, que depois de vinte annos de assistencia na capital do catholicismo acaba de imprimir em Gotha uma obra sobre o Papa e a Curia, affirma que não só o objecto de suas pesquisas é desconhecido como tambem o seu modo de proceder “O silencio sobre os processos do Santo Officio é tão severamente guardado que nem mesmo se conhece a formula do juramento prestado ao assumir o cargo. Sabemos mais que o infractor deste segredo incorre numa excommunhão de que nem o cardeal penitenciario pode absolver, e que só ao Papa é reservada: sabe-se que o infractor está sujeito ainda a outras penas, — ignora-se quaes”

II

Para pautar suas acções o visitador dispunha do monitorio de 1536, formulado por D. Diogo da Silva, inquisidor mor, e do regimento de 1552, promulgado pelo cardeal infante D. Henrique, inquisidor geral.

O monitorio de D. Diogo servia ao duplo fim de facilitar o exame de consciencia dos confitentes e de indicar o caminho aos espiões e delatores. Está impresso no *Collectorio* de 1634, prova de que ainda então vigorava. Entre elle e os depoimentos da presente visitação nem sempre se nota correspondencia exacta: pode ser houvesse monitorios parciaes que não conhecemos. Vai adiante transcrito o monitorio de D. Diogo.

Os cento e quarenta e um capitulos do seu regimento reforçou D. Henrique com vinte e tres addições e declarações em 1564; o cardeal Alberto modificou alguns, não consta quaes. Muito poucos bastam para o fim mirado nesta nota preliminar

A visitação exigia apenas tres pessoas: visitador, notario, meirinho. Do visitador se occupam os capitulos 3-8, do notario os 80-84, do meirinho os 95-98. Sahindo para tão longe, o visitador recebeu do cardeal Alberto autoridade de prender os culpados e sentenciarlos em final, conforme ao regimento e á instrucção que trazia. Sobre as attribuições do notario e do meirinho devia ter influido de qualquer modo o novo meio a que vinham transferidos.

Do regimento de D. Henrique são característicos o segredo e a tortura.

O Santo Officio surgiu em terras de herejes notáveis pelo numero e pelo poderio; os denunciantes arriscavam a vida no caso de serem identificados; mais de um inquisidor succumbiu á vindicta popular;urgia o maior segredo. Agora a situação mudara; os réos eram os escorraçados e os indefesos. Apesar disto o regimento mantinha o segredo originario, não só calando os nomes dos denunciantes, como encobrendo as circumstancias por onde se poderia atinar com elles; os réos se equiparavam para o fim do sigillo absoluto e inviolavel a pessoas prepotentes e regulos perigosos.

O uso das torturas acompanha a sociedade humana desde os incunabulos e com mais ou menos hypocrisia ha de escolta-la até o dia do juizo. Mesmo aqui, nesta pretensa ou real metropole de cultura, contra as mais insophismaveis prescrições legaes vêm á luz uma vez por outra factos horrorosos; pelo que transpira pode imaginar-se quanto fica abafado. No Santo Officio o tormento era tradicional e legitimo, pois abo-nava-se com a autoridade suprema desde 1252, desde a bulla *Ad extirpanda* de Innocencio IV

Não se conhecem com precisão os instrumentos de tortura no tempo do cardeal Alberto: o regimento de 1640 estabelece o potro e a polé: “o potro, especie de cama de ripas onde, ligado o paciente com diferentes voltas de corda nas pernas e braços, se apertavam aquellas com um arrocho, cortando-lhe as carnes; e a polé, moitão seguro no tecto, onde era suspensa a victima, com pesos aos pés, deixando-a cahir em brus-

co arranco sem tocar no chão”, explica Lucio d’Azevedo ⁽¹²⁾

Celebram varios escritos a clemencia e a brandura dos inquisidores. Clemencia e brandura são possiveis, mas pouco provaveis: a omnipotencia irresponsavel não se limita espontaneamente; o contacto diario e diuturno com o soffrimento embotava a sensibilidade; tinha-se como caso somenos deixar o réu apodrecer nas masmorras durante annos e annos sem interroga-lo siquer; os autos de fé pompeavam como marchas triumphaes. A relaxação ao braço secular, a cremação na fogueira dahi decorrente, esta, sim, foi rara e mais rareou ainda quando o tribunal compreendeu que importava uma declaração de fallencia, um gesto de desespero impotente de sua parte ⁽¹³⁾

Tudo isto, si disfarça, não attenua a missão precípua do Santo Officio: obter confissão voluntaria e sincera, provocar arrependimentos e abjurações. Obedecendo á praxe secular, o regimento de D. Henrique estabelecia dias de graça em que os confitentes, si espontaneamente vinham confessar-se, si convenciam ao inquisidor de sua sinceridade, de seu arrependimento, e si o peccado não fora testemunhado, eram reconciliados summariamente e conservavam a fazenda. O caso complicava-se si havia testemunhas; ainda mais si coincidia a confissão com a denuncia, porque esta podia annullar aquella, como succedeu a Fernão Cabral de Thaide já citado.

(12) *Historia dos christãos novos portuguezes*, 140.

(13) Turbeville, *op. cit.*

A confissão méra e simples nem a todos aterrava. No capítulo 15.º de seu regimento D. Henrique providencia sobre o reconciliado no tempo da graça e depois que se jactar ou gabar em publico “dizendo que elle não commettia nem commetteu os hereticos erros por elle confessados ou que não errou tanto como confessou”

Das cento e vinte e uma confissões, adiante impressas, fique de parte o referente ao peccado sexual contra a natureza. O assunto melindroso exige habilidade singular em quem o aborda. Basta indicar as paginas inquinadas: 23, 24, 25, 26, 50, 51, 59, 60, 61, 62, 67, 70, 71, 78, 79, 80, 89, 90, 93, 94, 95, 122, 132, 133, 142, 144, 150, 151, 152, 162, 163, 168, 169, 170, 175, 176, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 210.

Depois deste aviso pode cada um evita-las ou procura-las a seu talante.

Com a sexualidade andaram sempre em estreito amplexo as feiticeiras, capazes de produzirem impotencia ou esterilidade. Nem uma compareceu perante o visitador: tres citam-se com maior insistencia: Isabel Rodrigues, de alcunha Bocca torta, Antonia Fernandes, de alcunha Nobrega, Maria Gonçalves, de alcunha Arde-lhe o rabo.

Bocca torta, a mais modesta, apenas fornecia certos pós mirificos e ensinava orações fortes. A Nobrega, proxeneta de gostos torpes e sacrilegos, impava de pacto com o diabo; possuia num vidro certa coisa que falava e respondia quanto lhe perguntavam, coisa amiga de cebolas e vinagre, que gostava lhe dessem uma vez por semana. Arde-lhe o rabo dez annos an-

tes, degredada por feiticeira, desembarcara de Peinambuco, aonde estivera de carocha á porta de igreja. A alguém que se queixava de pouca efficacia de suas feitiçarias, respondeu segundo uma denunciante: “por muito que ella me dê, muito mais lhe mereço, por que eu ponho-me a meia noite no meu quintal com a cabeça ao ar e com a porta aberta para o mar e enterro e desenterro umas botijas e estou nua da cinta para cima e com os cabellos e falo com os diabos e os chamo e estou com elles em muito perigo”

A estas não se emparelha a velhinha Leonor Soares, chegada á terra bahiana em 1550, na companhia do seu marido Simão da Gama de Andrade, capitão-mor da primeira armada de socorro a Thomé de Sousa. Grande republico da cidade, senhor de engenho no Pirajá, Simão de Andrade deixou um epitaphio em verso, conservado por frei Vicente do Salvador. Seu cunhado Sebastião da Ponte possuiu um engenho em Cotegipe, curraes de gado em Tinharé, prestou serviço a Men de Sá na guerra contra os indios de Paraguaçú. O futuro parecia auspicioso quando foi mandado ir preso para o reino, por uma ordem regia expressa, que quasi revolucionou a população, pondo em alvoroço seminaristas, famulos do bispo e representantes do poder civil.

A viuvez, a perda do irmão, que no Limoeiro expirou expiando suas culpas, a idade, deviam dar a Leonor Soares um ar estranho e a aura popular, sem que ella o imaginasse, envolvendo-a no bruxedo. Depõe uma denunciante: quando nesta cidade houve um dia grandes brigas e revoltas entre o bispo e o governador

Luis de Brito, esta na mesma noite foi a Portugal dar aquella nova.

Além dos Pyreneus a Inquisição guerreou e extinguiu varias heresias medievas indigenas ou adventicias; na peninsula iberica e respectivas colonias os inimigos capitaes foram os judeus batisados á força, marranos, christãos novos, *gente da nação*, que, cedendo á violencia quanto ás exterioridades, guardavam no foro intimo as crenças da velha lei e praticavam os ritos hereditarios.

Dos christãos novos da Bahia reclamam o primeiro lugar os de Matoim, onde existia uma synagoga (ou esnoga, como então se dizia), — assoalhava a voz publica, sempre malevola para a gente da nação.

Heitor Antunes, fundador da parentela, pode ter sido o mesmo partido de Belém a 30 de Abril e chegado a Bahia em 28 de Dezembro de 1557, com o governador Men de Sá, em cujo instrumento de serviços jurou como testemunha ⁽¹⁴⁾ Uma sua filha de quarenta e tres annos jurou que tinha seis ou sete quando a familia immigrou. O pai já não existia no tempo da visitação.

Heitor Antunes, christão novo, casara no reino com Anna Roiz, christã nova, e houveram Isabel, mãe de Anna Alcoforado, casada, com 27 annos; Violante, já defunta, mãe de Lucas Escobar de 21 e Isabel de 18; Beatriz, mulher de Bastião de Faria, mãe de Custodia, de 23 annos, casada com Bernardo Pimentel de Alniei-

(14) *Ann. da Bibl. Nac.*, 27.º, 144-148. Outro Heitor Antunes menciona a *Rev. Trim.*, 57.º, I, 228; não pode ser o mesmo desta visitação, que era mercador.

da, (senhor do engenho de que era lavrador o sexagenario João Rodrigues Palha, pai de frei Vicente do Salvador, *infra* 158); Leonor de 32 annos, mulher de Henrique Muniz; Jorge Antunes já fallecido, cuja viuva, Joanna de Sá, convolou para o thalamo de Sebastião Cavallo; Alvaro Lopes Antunes, casado; Nuno Fernandes, solteiro, de trinta annos. Todas estas idades referem-se a 1591 ou 1592.

Com os Antunes, parentes dos Maccabeus e portanto da mais fina prosapia judaica, não podia competir a prole de Fernão Lopes, alfaiate do duque de Bragança, e de sua mulher Branca Roiz, ambos já fallecidos quando começou a visitação.

Uma das filhas, Maria Lopes, casou com o bacharel mestre Affonso Mendes, vindo como cirurgião mór do Brasil em companhia de Men de Sá, de cujos serviços jurou testemunho ⁽¹⁵⁾ Teve o casal: Manoel Affonso, meio conego da Sé, já fallecido; Anna de Oliveira duas vezes viuva; Branca de Leão, já fallecida, casada com Antonio Lopes Ulhoa; Alvaro Pacheco.

Leonor da Rosa, irmã de Maria, casada com João Vaes Serrão, christão novo, cirurgião que emigrou para as colonias espanholas, teve pelo menos uma filha, que casou com o primo Alvaro Pacheco.

Catharina Mendes, casada com Antonio Serrão, parece não ter deixado descendencia.

Anna Rodrigues, casada com Gaspar Dias da Vidigueira, teve, além de Antonia de Oliveira, casada com Pedro Fernandes, Mathias Roiz e Diogo Affonso.

(15) *Annaes da Bib. Nac.*, 27.º, 165-169. Cf. Varnhagen, *Historia geral*, 370, nota da incompleta e exgotada 3.ª ed.

Os outros christãos novos não constituíam parentela consideravel.

No indice da visitação de Marcos Teixeira lê-se que Anna Roiz fora queimada pela Inquisição. Confessa a matriarcha, *infra* 178, que numa doença chegou a tresvariar e dissera, ao que depois ouviu, desatinos, do que não se lembrava. Lembravam-se os denunciantes e tudo levaram aos ouvidos de Heitor Furtado de Mendoça. Esperemos fosse garroteada antes da cremação.

O monitorio de D. Diogo facilitava as confissões e denunciações dos judaisantes, mas era deficiente, Clara Fernandes previne ao inquisidor que a Bocca Torta a infamava de ter um crucifixo que açoitava. Esta abominação, a mais frequente nas denuncias contra os christãos novos, não figurava no monitorio de D. Diogo.

Dos autochtones catechisados confessou-se um, denunciado por outro: serviu de interprete um padre da Companhia. E' de estranhar não se tivesse ainda concertado numa mesma denominação geral para os aborígenes; apparece com frequencia a de negros, tão prepostera para os conhecedores de Angola e Guiné como a de indios, afinal vencedora, para os que viram os berços onde nasce o dia. Uma vez por outra vem brasil.

Não menos de estranhar no manuscrito agora impresso é a multiplicidade de graphias para certos nomes geographicos, o de Cotegipe, o de Pirajá, o do Paraguaçú, por exemplo. Em phonetica o notario Manuel Francisco podia bem proclamar-se phenomenal e

deixa perplexo quanto a varias identificações, tão bem as soube embuçar no seu proteismo cacographico ou cacophonico.

Em mais de uma confissão apparecem as tatuagens dos brasis.

Já sabiamos que nesta heraldica da epiderme podia escrever-se a historia de um famanaz: Claude d'Abbeville estampa um tabajara cujas cicatrizes narravam vinte e quatro mortes em combate singular. Novo agora é o informe de que as tatuagens podiam servir de salvo conduto; em um apuro dellas soccorreu-se com exito o famoso Tomacaúna.

A santidade era festa extraordinaria dos Indios: *caraiiba*, coisa santa, *caraimonhaga*, santidade dos Indios, *acaraimonhang*, fazer santidade, aponta um vocabulario tupi do seculo XVI, incompleto, ainda inedito, de que a Bibliotheca Nacional guarda a maior parte. Descreve-a Nobrega na informação do Brasil impressa nas *Cópias de unas cartas* de 1551, e quasi nos mesmos termos João de Aspilcueta em sua notavel carta da collecção castelhana de 1555. Esplana-a largamente Jean de Léry em um dos mais interessantes capitulos de sua narrativa de viagem á França antartica.

A santidade consistia na chegada de um feiticeiro ou propheta, o *caraiiba*, vindo de longes terras, a prégar a boa nova. Esperavam-no com anciedade; para recebe-lo limpavam os caminhos, edificavam um tijupá em que se recolhia com seus maracás e outros apetrechos prestigiosos. O jubileu podia durar mezes; enquanto fervia, apenas comia-se, bebia-se, dansava-se e, fatalmente, brigava-se. O *caraiiba* garantia o fu-

turo mais phantastico. Para que caçar? As frexas disparariam por si, as caças viriam ter á casa. Para que trabalhar? as enxadas iriam a cavar nas roças, os mantimentos amadureciam com fartura.

Nos effeitos materiaes immediatos a santidade não devia differir muito de uma praga de gafanhotos.

Os effeitos moraes podiam ser outros. Os caraiabas, que iam de um a outro extremo da area da lingua geral, concorreriam para manter a unidade de crenças e ritos. Pode-se compara-los mal, mesmo muito mal, com missionarios como Malagrida, que percorreu a pé os sertões do Maranhão a Bahia.

Os indios actuaes inserem em suas tradições mais antigas as ultimas novidades percebidas entre os brancos. Os caxinauás falam numa casa-canoa que sin-grava apitando entre as aguas do diluvio. Os bacaeris contam como se atravessa o oceano em um grande veado á busca de machado de ferro: a gente póde assentar-se nas ancas, nos chifres, em outras partes do corpo; assim carregado o animal podia chegar perto de terra: não podia ir adiante porque é exclusivamente aquatico. O vapor é celebrado como um jacaré, que pode mergulhar e alimentar-se de pedras.

Os indios quinhentistas assimilavam tambem as novidades ultramarinas e sem repugnancia fundiam-nas com os haveres tradicionaes: de sua pendencia para a synchrese a santidade não devia escapar

Na capitania de Porto Seguro em 1574 Antonio Dias Adorno e seus companheiros encontraram seis idolos de madeira, de forma humana e tamanho natural; serviam de barreira para tiros: os atiradores

que acertavam eram tidos como fortes, os que erravam não levantavam mais a cabeça. Viam-se dois paus de 50 a 60 palmos de altura, á maneira de mastros com suas gaveas. Mandara planta-los o caraíba, que se dizia filho de Deus padre e da virgem Maria, vindo de Portugal fugido dos que o queriam crucificar; por um subia ao céo, por outro descia; a gavea servia-lhe de pulpito si queria pregar ⁽¹⁶⁾

Toda esta encenação realizara um indio do Espirito Santo, antigo discipulo dos padres da Companhia. Da aldeia jesuitica do Tinharé fugira tambem o encenador da santidade descrita nas presentes confissões e ainda melhor nas denunciações ineditas.

Aos indios não repugnavam os accessorios christãos accumulados sobre a solidez do fundo nativo, como adiante se verá a mais de um passo. Estranho seria que os accessorios christãos obscurecessem e tornassem acceitavel aos catholicos o gentilismo do fundo. Pois deste syncretismo appareceram casos.

Confessa Luisa Barbosa que, sendo de doze annos pouco mais ou menos, acreditou na santidade, *infra*, 84. Gonçalo Fernandes, *infra* 113, confessa que não deixou de crer em Deus todo poderoso e em Jesus Christo seu filho, e no Espirito Santo, tres pessoas um só deus verdadeiro, e sempre teve em seu coração a fé catholica; entretanto cuidara que este mesmo Deus verdadeiro, senhor nosso, era aquelloutro que na dita abusão e idolatria se dizia que vinha. Margarida da Costa, mulher de Fernão Cabral de Tayde, um dos mais ricos

(16) *Ann. da Bibl. Nac.*, 19.º, 108.

proprietarios da capitania, confessa, *infra* 101, que durante os dois mezes de assistencia da santidade em sua fazenda de Jaguaripe “tinha para si e dizia que não podia ser aquillo demonio sinão alguma cousa santa de Deus, pois traziam cruces de que o demonio foge e pois faziam grandes reverencias ás cruces e traziam contas e nomeavam Santa Maria”

Com a denominação vaga de blasphemias, herecias, infracções dos mandamentos da igreja, etc., apparecem confessadas ou denunciadas varias feições da sociabilidade bahiana.

Citam-se livros prohibidos, como a biblia em linguagem vernacula, referida, nunca vista, pois provavelmente não existia; a *Euphrosina*, a *Diana*, as *Metamorphoses* de Ovidio. O nome de Lessuarte lembra Lisuarte, protagonista do *Amadis de Gallia*.

Aos leigos podem afigurar-se de pequena monta certas blasphemias e heresias adduzidas: os conhecedores julgariam de outro modo. João Fernandes, clérigo de missa e vigario de Taçuapina, denunciou que João Bautista, christão novo, pesando um pouco de especiaria, ao freguez, que lhe reprochava não estar justo o peso, respondeu: justo só Deus! E diante do enleio de visitador explicou o reverendo denunciante se scandalizara por que a Virgem Maria é justa, São João Batista é justo e a igreja tem o velho Simeão como *vir justus et timoratus*.

Destoam como excepção as palavras de Lazaro Aranha, lavrador em Capanemo, junto ao Paraguaçu, mamaluco, de quarenta e cinco annos: immortal, dizia,

só carvão mettido na terra; Mafoma era um dos deuses do mundo, ouviu-lhe um denunciante.

Comparando as confissões agora impressas com as denunciações que o serão depois, tem-se ás vezes idéa de corrida de aposta: o peccador confessa-se a toda pressa para aproveitar os dias de graça; o zelota vai com o mesmo impeto denunciar para não ser cúmplice, para apparentar devoção e fervor

Um caso illustrará isto.

A 19 de Agosto de 91 Ambrosio Peixoto de Carvalho, doutor em leis, desembargador, provedor de defuntos e ausentes, disse em discussão com Antonio Soares Reimão que as contas deste estavam erradas e disto não o dissuadiaria nem S. João Evangelista, *infra* 53. Passada a excitação tratou no dia seguinte de confessar-se. Fez bem em não remanchar. A 21 Antonio Soares ia denuncia-lo como blasphemoso.

A excommunhão incorrida por quem vendesse armas aos infieis, aos peccados commettidos por quem comia carne em dias de preceito devemos informes relacionados mais ou menos com o devassamento dos sertões. Delles constam entradas compostas de centenas de pessoas ás vezes. Alguns dos sertanistas comprazião-se na vida solta das tabas, e no meio do mulherame farto e facil ficaram annos e annos.

Certas entradas e certos nomes já conheciamos desde a divulgação da historia de frei Vicente.

De bom grado trocaríamos os pormenores mera-

mente biographicos dos sertanistas adiante apontados por um pouco mais de precisão quanto á geographia.

As entradas para o sertão partiram de Pernambuco ou da Bahia, motivadas sempre pela gana de caçar indios e reduzi-los ao cativo; as primeiras procuravam a margem esquerda, as ultimas a margem direita do S. Francisco, limite commum.

Ao Norte da bahia de Todos os Santos, desde o rio Real, abundante de pau brasil, até o São Francisco, confederaram-se tupinambás e francezes logo depois de descoberto o Brasil e oppozeram aos portuguezes resistencia formidavel.

Segundo um documento publicado por Felisbello Freire, *Hist. de Sergipe*, 418, ainda depois de fundada a cidade do Salvador francezes e tupinambás reunidos pensaram em destrui-la.

Em 1587 escrevia Gabriel Soares, *Roteiro*, 342, a respeito dos francezes que “muitos se amancebaram na terra, onde morreram, sem se quererem tornar para França, e viveram como gentios com muitas mulheres, dos quaes e dos que vinham todos os annos a Bahia e ao rio de Sergipe em naus da França se inçou a terra de mamelucos que nasceram, viveram e morreram como gentios; dos quais ha hoje muitos seus descendentes, que são louros, alvos e sardos, e havidos por indios tupinambás e são mais barbaros que elles”

As terras conhecidas depois pelo nome de Sergipe, que ainda conservam, constituindo um estado da federação, só foram incorporadas ao dominio portuguez no governo interino que regeu a colonia antes da chegada de D. Francisco de Sousa com o Visitador apostolico.

Portanto, Frios grandes, Palmeiras compridas, Sertão dos ninhos das garças e outras localidades vagamente nomeadas nas confissões seguintes, devem procurar-se aquem do Real, entre este e o Paraguaçu.

Nesta zona assim reduzida os sertanistas familiarizaram-se com as catingas e entabularam relações pacificas com os tapuias, que a Cardoso de Barros serviram na guerra de Sergipe. Nos tapuias depositava grandes esperanças quanto ás minas de salitre o regimento passado ao governador Francisco Giraldes em 1588 ⁽¹⁷⁾

Orobó ou Arabó com suas cercanias, qual officina gentium, forneceu quantidade extraordinaria de escravos da lingua geral. “Ha seis annos que um homem honrado desta cidade e de boa consciencia e official da Camara que então era, disse que eram descidas do sertão do Arabó naquelles dois annos atraz, vinte mil almas por conta”, lê-se na *R. Trim.*, 57.º, I, 242, documento de 1585.

Quebrada a barreira do rio Real, a população de procedencia bahiana atirou-se pela costa a fóra até as divisas da antiga capitania de Francisco Pereira Coutinho. Viagens entre Bahia e Pernambuco beirando o mar tornaram-se frequentes. Na falta de pontes ou canoas aproveitavam-se os vaus. A's vezes bastava esperar pela maré.

Do baixo S. Francisco foi sendo logo occupado o lado direito, quasi todo favoravel á criação de gado vaccum, semovente e por isso o unico producto apro-

(17) *Rev. Trim.*, 67.º, I, 225.

priado á distancia. A' medida que o gado medrava e progredia a penetração e crescia o afastamento do mar, impunha-se a necessidade de caminhos de vasão, caminhos mais directos, ao que nas redes ferroviarias um notavel engenheiro nosso compatriota, C. Morsing, chamava a procura das hypthenusas. Basta recordar o que antes de concluido o seculo XVII atravessava as freguezias de Tapicurú, Lagarto, Itabaiana, Gere-moabo, e communicava os aldeamentos de Socorro, Cannabrava, Sacco dos Morcegos, etc. (18)

E a margem pernambucana ?

O rio de São Francisco fascinou a Duarte Coelho, primeiro donatario de Pernambuco, que para devasa-lo e arrancar-lhe as riquezas apregoadas apenas esperava a hora de Deus, segundo sua grave expressão. Os successores por ali andaram e guerrearam. De varias entradas por suas ribeiras temos noticia. De algumas sabemos que, deixando parte da gente com as embarcações abaixo das caxoeiras, seguiram por terra a seu destino. Isto mesmo fez Christovão da Rocha, doador dos terrenos onde se fundou Penedo, que alcançou a serra de Rari ou Laripe, phonetica, porém não geographicamente, identica á serra do Araripe no Ceará (19)

Tão bellos principios não foram por diante. Depois os pernambucanos amarraram-se ao baixo São Francisco. Aonde fenecia a navegação estacaram, pouco avançando para as terras do Norte ou Oeste.

(18) Inv. dos documentos, etc. 25, sep. dos *Ann. da Bib. Nac.*, 31.º

(19) Em A-rari-pe *pe* é uma posposição, *a* é prothetico, empregado pelos portuguezes para conservarem o som brando da consoante, unico

Além a inútil ou pelo menos infecunda casa da Torre, Domingos Affonso Certão e outros muitos, vindos da Bahia ou para lá se norteando, puderam exercitar sua bulimia territorial na margem esquerda do rio e nos seus sertões, com o apoio do governo de Olinda e a indiferença de seus jurisdicionados.

A transgressão da gente bahiana explica-se pela dificuldade de expandir-se para Este do rio, rompendo a serra do Espinhaço, vencendo as matas começadas a beira mar, ardua tarefa legada ao século XIX.

Para os ribeirinhos bahianos as caxoeiras e o sumidouro de Paulo Affonso, o *nec plus ultra* para Pernambuco, perdiam a importancia. Não tratavam de navegar o rio, mas de atravessa-lo, méro exercicio de natação, encanto do sertanejo. Os gados tambem aprenderam em sua escola. Na passagem de alguns rios, escrevia Antonil-Andreoni, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça e nadando, mostra ás rezes o vão por onde hão de passar

Desde o rio Grande, o rio Grande do Sul, como se chamava antes da capitania de São Pedro avocar-lhe o nome; desde o rio Grande do Sul até as caxoeiras, a divisora das aguas com o Parnahiba aproxima-se do São Francisco, permittindo-lhe apenas rios insignificantes, válidos só enquanto duram as chuvas. Da

existente na lingua geral. O mesmo som brando remedava-se com *l* inicial que não existia em tupi, “sem *r* (forte) isto é sem rei, sem *l*, isto é sem lei, sem *f*, isto é sem fé”, resava o rifão, talvez inspirado por Gandavo. No sertão bahiano, perto de Orobó, havia tambem uma serra do Rari, donde o jesuita Diogo Nunes foi descer gentes antes de 1585, *Rev. Trim.*, 57.º, I, 242.

villa de Penedo até a barra do rio Grande, em cujo intervallo os viajantes contam acima de cem leguas, não sai para o São Francisco um só regato no tempo da seca, — conclue Ayres do Casal.

Por um dos rios, o Pontal ⁽²⁰⁾ ou outro visinho, deu-se a penetração na bacia contravertente do alto Parnahiba. Os gados centuplicaram maravilhosamente na pastaria parnahibana.

Para o Sul, quando a divisora se afasta do São Francisco, inundaram as ribeiras dos rios Grande e Carinhanha, chegando quasi ás fronteiras de Goiaz, aonde logo appareceram com os descobertos do Anhanguera. Para o Norte misturaram-se com os gados do Piauí e Maranhão e os que do litoral do Ceará, Rio Grande e Parahiba demandavam o alto sertão. “De algumas partes gastam-se dois annos para conduzirem boiadas ás praças da Bahia e Pernambuco, por ser necessario refaze-las no caminho um anno”, escrevia-se no começo do seculo XVIII.

Em summa ao findar o seculo XVII bem diversas appareciam, acima e abaixo das caxoeiras, as margens bahiana e pernambucana do São Francisco, já demarcadas e repartidas desde beira-mar ao arraial de Mathias Cardoso.

Pela direita, acima das caxoeiras, á medida que se encaminhava para o Sul surgia a serra do Espinhaço, restringia-se a area desbravada, escasseavam os moradores, a importancia da região provinha sobre-

(20) *Rev. Trim.*, 62.º, I, 81.

tudo do transito e das invernadas dos gados tangidos para a marinha. Com o impulso da mineração, ligou-se a bacia do São Francisco á do alto rio de Contas e esta pela serra do Cincorá e rio Una ao Paraguaçu, caminho de Caxoeira. Abriu-se apenas um corredor, como o prova o relatorio de Miguel Pereira da Costa; alarga-lo demandou muito tempo e muito esforço do seculo seguinte ⁽²¹⁾.

A' esquerda o territorio, pernambucano por força de lei, dilatava-se até o divorcio das aguas do Tocantins; nelle multiplicavam-se curraes e mais curraes; tentava-se mesmo com proveito a industria de extrahir sal, que permaneceu enquanto o permittiu a concorrência do vapor; a maior desvantagem, o segregamento do povoado, ia diminuir com o jorro de aventureiros golfados pela fascinação dos descobertos auríferos.

O nome de Mathias Cardoso lembra a intervenção dos paulistas na historia da Bahia e outras capitánias remotas. Em 1658, a pedido da autoridade bahiana, partiu de Piratininga, ás ordens de Domingos Barbosa Calheiros, uma pequena leva destinada a dar guerra aos tapuias irreprimiveis. Com o mesmo fim em 1671 o governador geral e a camara do Salvador remetteram mil cruzados por intermedio da de São Paulo a Estevão Ribeiro Bayão Parente e Braz Rodrigues Arzão, que nos annos seguintes desempenharam galhardamente a empreitada. Tanto aquella como esta expedição serviram-se da via maritima, a mais breve e conveniente, assegurava Estevão Ribeiro.

(21) *Rev. Trim.*, 5.º, 37 e seg.

Entretanto, iam sendo melhor conhecidos os sertões do rio das Velhas e do alto S. Francisco; verificava-se a existencia de centenas e milhares de kilometros francamente navegaveis no rio formado pela confluencia de ambos; apurou-se a existencia em suas cercanias de madeiras proprias ás construcções navaes; umas cem familias paulistas, algumas de grossos cabe-daes, ali se estabeleceram. A segunda geração de conquistadores, João Amaro, Mathias Cardoso, Domingos Jorge, não quiz mais saber do mar; atiraram-se todos á navegação sertaneja. Comparem-se seus feitos com os dos que os precederam e ver-se-á como acertada foi sua preferencia: os primeiros pacificaram apenas partes do Paraguaçú e dos Ilhéos, os outros alcançaram ao Piauí e ao Ceará, caminho do Maranhão.

Paulistas mais pacificos repetiram e amiudaram estas viagens. Quem desce o São Francisco deixa atraz de si as matas mais possantes. Nas das minas faziam-se todas as grandes e boas canoas empregadas entre o rio das Velhas e as caxoeiras; antes de se tirar ouro naquelles distritos construíram-nas os paulistas e por negociação as vinham vender pelo rio abaixo, attesta um contemporaneo (22)

(22) A via fluvial ainda foi seguida algum tempo depois dos descobertos. "Todos aquelles que não têm domicilio ou razão particular para descenderem das minas para S. Paulo ou Rio de Janeiro se retiram dellas pelo rio de S. Francisco embarcados na forma sobredita, por que além da brevidade e suavidade da viagem a fazem com muito pouco custo, porque evitam comprar cavallos pelo excessivo preço que valem nas ditas minas e acabada sua viagem vendem as canoas no porto a que chegam por dobrado valor do que lhe tem custado nas minas" Estas e outras informações procedem de um manuscrito anonymo e sem titulo, anterior á guerra dos Emboabas, cod. 51, VI, 24, fl. 460-467, da bibliotheca da

Os caminhos terrestres não perderam com isto sua freguezia. Desde a barra até onde terminam as fazendas, informa o mesmo contemporaneo, o S. Francisco não tem parte despovoada ou deserta em que os viandantes tenham de dormir ou albergar no campo, querendo recolher-se nas casas dos vaqueiros, como ordinariamente fazem pelo bom acolhimento que nellas acham.

A baixo das caxoeiras não era menor o contraste das duas margens.

Na Bahia, apenas transposta a barra, desenrola-se largo terreno afeiçoado principalmente ao pastoreio. Por toda a parte viam-se boiadas, appareciam veredas, facilitavam-se as communicações, fundindo as trilhas vicinaes em caminhos maiores.

Em Pernambuco quasi toda a marinha prestava-se a canaviaes e a engenhos. Ora o engenho, dando costas ao sertão, polarisava-se para os mercados onde seus productos valiam, polarisava-se para a outra banda do Oceano.

No São Francisco pernambucano numerosas serras, matas formando uma cinta quasi continua, como em Ilhéos e Porto Seguro, embora em dimensões muito menores, difficultavam as entradas e tolhiam a expansão pernambucana que pouco se afastou do rio. Os que delle se afastavam, si não utilizavam canoas

Ajuda. Em 1748 o primeiro bispo de Marianna foi embarcado desde o Preto, affluente do Grande, até o rio das Velhas. Com a falha de quinze dias para chrismar, venceu em quarenta e cinco dias mais de duzentas leguas de distancia, navegando contra a corrente do rio. *Rev. do Arch. Min.*, 6.º, 293-296.

que os levassem ao Recife, preferiam a praça da Bahia para suas transacções.

Coincidencia resultante das mesmas causas: tanto na margem pernambucana do baixo São Francisco como na marinha de Ilhéos e Porto Seguro, quasi todos os povoados eram aldeamentos de indios catechisados.

Nada prova melhor a fraca penetração dos pernambucanos, quer de beira-mar, quer de beira-rio, do que a resistencia secular da negrada de Palmares, de historia mais famosa do que conhecida.

O ataque decisivo contra os Palmares veio do interior para a costa. Domingos Jorge Velho, sahindo embarcado de São Paulo e descendo o São Francisco, passou ao Piancó, donde chegou a terras piauienses. Destas voltou, contratou a destruição dos quilombos e destruiu-os. Nem assim Pernambuco se approximou do S. Francisco, desaffrontada embora no territorio do actual estado de Alagoas uma grande área. Tão pouco desde o rio dos Camarões ou Poti ⁽²³⁾. aonde parece ter sido o maior centro de suas proesas, Domingos Jorge conseguiu desviar para o litoral pernambucano a exigua corrente maranhense que do Itapicurú tendia a passar ao Parnahiba no logar de menor distancia entre as duas bacias. Com suas entradas só lucrou a Bahia.

Os pernambucanos preferiam outros recessos. Terminada a guerra flamenga, foram procurando as terras ao Norte de Olinda até o Ceará, desannexado afinal do Maranhão, de onde todas as condições geo-

(23) Pereira da Costa, *Chr. hist. do est. do Piauhy*, 6, 20.

graphicas o repelliam. Nos rios, alguns de grande volume durante a invernia, secos ou cortados em poços no verão, no amplo territorio flagellado de secas com regularidade mais ou menos periodica, balisado pela Borborema, pelos Cariris e rematando na Ibiapaba, se multiplicaram e constituiram um centro de povoamento comparavel a S. Paulo ou Bahia. Mesmo dahi romperam para o São Francisco: o rio do Pontal, via de penetração para o Piauí, e o riacho de Brigida, via da vasão para o Ceará, ficavam a pouca distancia um do outro. Afinal abriu-se a primeira via de vasão genuinamente pernambucana, do Jaguaribe ao Capiaribe.

Não terminou o periodo colonial sem que o problema do São Francisco chamasse a attenção dos pernambucanos. Azeredo Coutinho, bispo e governador interino de Pernambuco, mandou construir uma estrada entre Olinda e os sertões do grande rio. A obra fez-se, nella trabalharam sobretudo Custodio Moreira dos Santos e José de Barros Falcão de Andrade Cavalcanti ⁽²⁴⁾ Contemporaneos deste caminho são os que romperam as matas de Ilhéos e Porto Seguro, já citados na Chorographia de Ayres do Casal.

A estrada de Azeredo Coutinho veiu tarde.

Do que algum tempo foi a capitania general de Pernambuco desagregaram-se Ceará, Rio Grande do Norte, Parahiba, Alagoas. Como castigo pela confederação do Equador foram desannexadas as fronteiras de Minas e Goiaz, e incorporado á Bahia seu territorio, já bahiano aliás pelas gentes que o povoavam.

(24) *Rev. Trim.*, 46.º, I, 105 e seg.

* * *

Contra o que se assentara e se esperava sai este volume da *Serie Eduardo Prado* antes da edição fac-simile de Claude d'Abbeville, que se está fazendo em França, e por onde devia começar

Foi melhor assim. Eduardo tinha certa predilecção pelas coisas inquisitoriaes. Os dois livros que planejou, sobre Antonio Vieira e Manuel de Moraes, tratavam de processados do Santo Officio. Com que prazer leria este! Com que alacridade mandaria copia-lo si já fosse conhecido!

No prologo á nova edição de Claude d'Abbeville estão as seguintes linhas que explicam a presente publicação:

“Depois de longo peregrinar, a curiosidade insaciavel de Eduardo Prado fixou-se no Brasil. De livros brasileiros ou relativos ás coisas brasileiras, os mais raros e os mais preciosos, colligiu grande numero. Em investigações da historia patria contava consumir o resto da sua existencia. O pouco que deixou feito mostra o muito que poderia fazer. A morte não lhe consentiu ir além.

“Amigo carinhoso e discipulo amado, Paulo Prado quer reatar a tradição do seu saudoso tio. De contribuições historicas seria capaz e é possivel as apresente, si sua vida laboriosa lhe conceder as ensanchas imprescindiveis. Por ora limita-se a fornecer instrumentos aos desejosos de trabalhar. A *Serie Eduardo*

Prado destina-se aos que aspiram conhecer melhor o Brasil.”

A esta nota impressa ha dois ou tres annos folgo de accrescentar a proxima publicação de seu livro sobre o caminho do mar na antiga capitania de Martim Affonso, que é o symbolo de dois seculos da historia paulista.

*

As copias publicadas neste volume foram bondosamente lidas pelo digno director da Torre do Tombo, Dr. Antonio Baião. Sem a dedicação incansavel de Lucio d’Azevedo não seria possivel obte-las.

A’s confissões faltam as phrases tabellioas com que começavam e acabavam: a de Frutuoso Alves vai completa para se ver que o que foi cortado não fez falta.

A graphia reproduz a do copista, excepto num ponto: não havia *e*, *i*, *u* com til e não se pensou em fundi-los a tempo.

Muitas notas seriam necessarias ao esclarecimento do texto: ficam reservadas para o volume das Denunciações. Nelle será amplamente aproveitada a *Historia dos Christãos novos portuguezes* de Lucio d’Azevedo, de que a amizade do autor me permittiu a leitura antes de qualquer outro.

O indice alphabetico virá no outro volume, para não demorar mais essa demoradissima impressão.

Monitorio do Inquisidor Geral, per que manda a todas as pessoas que souberem d'outras, que forem culpadas no crime de heresia, e apostasia, o venhão denunciar em termo de trinta dias.

Dom Diogo da Sylua, per mercê de Deos e da sancta Igreja de Roma, Bispo de Septa confessor de el Rey nosso Sñor, e do seu Conselho, Inquisidor mór, per auctoridade apostolica, em estes Reynos, e senhorios de Portugal, sobre os crimes de heresia, etc.

A todas as pessoas, assi homẽs, como molheres, ecclesiasticos, clerigos seculares, religiosos e religiosas, de qualquer estado, dignidade praeminencia e condição que sejão, isentos, e isentas, não isentos, e não isentas; vezinhos e moradores, estãtes nesta Cidade de Euora, e seus termos, a todos em geral, e a cada hum em especial, saude em nosso Senhor Jesu Christo, que de todos he verdadeira salvação:

fazemos saber aos que esta nossa carta monitora, e mandados Apostolicos virem, ou ouvirem, e lerem, em qualquer modo que seja, ou della certa noticia ouuerem.

Que nós somos informados, per informação de pessoas fidedignas e per fama publica, que nos ditos Reynos, e Senhorios de Portugal, ha algumas pessoas assi homẽs como molheres, que não temendo o Senhor Deos, nem o grande perigo de suas almas, apartados de nossa Sancta Fé Catholica, tem ditto, feito, commetido, e perpetrado delictos, e crimes de heresia, e apostasia contra a ditta nossa Sancta Fé Catholica, tendo, crendo, guardando, e seguindo a ley de Moyses e seus ritos, preceitos, e ceremonias, e tendo outras opiniões, e erros hereticos;

querendo nós, como por nosso officio de Inquisidor Mór, somos obrigados, pera gloria, honra, e lou-

vor de N. Senhor, e Salvador Jesu Christo, e exalçamento da sancta Fé Catholica, reprimir as dittas herecias, e arrancalas do povo Christão, pela ditta auctoridade Apostolica, a nós nesta parte commettida.

Mãdamos a vós sobreditas pessoas e a cada hua, em virtude de obediencia, e sob pena de excommunhão, e vos requeremos, e amoestamos que dentro de trinta dias primeiros seguintes, os quaes vos damos por todas as tres canonicas amoestações, repartidamente, s. dez dias pola primeira, e dez pola segunda, e outros dez pola terceira e ultima amoestação, e todos os dittos trinta dias por termo peremptorio, que vos damos, e assinamos, pera que dentro do ditto termo venhaes, e cada hum de vós venha per ante nós pessoalmente, a nos dizer, e notificar qualquer pessoa, ou pessoas de qualquer estado, condição, grao, e praeminencia, que seja, ou sejam, presentes ou absentes que nos dittos Reynos, e Senhorios de Portugal, vistes, ou ouvistes, que forão, ou são herejes, ou hereje, diffamados, ou diffamadas, sospeitos ou sospeitas de heresia, ou que mal sentirão, ou sentem dos Artigos da Sancta Fé, ou do Sancto Sacramento, ou que se apartarão, ou apartão da vida, e costumes dos fieis christãos;

E se virão, ou ouvirão, ou sabem algumas pessoas, que approvarão, ou approvão, seguirão ou seguem erros lutheranos, que agora em algumas partes ha, e se sabeis, vistes, ou ouvistes, que algumas pessoas, ou pessoa dos dittos Reynos, e Senhorios de Portugal, ou estantes em elles, sendo Christão (segundo ou approvão os ritos, e cerimonias Judaicas) guardarão, ou guardão os sabados em modo, e forma Judaica, não fazendo, nem trabalhando em elles cousa alguma, vestindo-se, e ataviando-se de vestidos, roupas e joyas de festa, e adereçando-se, e alimpando-se ás sextas feiras ante suas casas, e fazendo de comer ás ditas sextas-feiras para o sabbado accendendo e mandando acender nas

ditas sexta feiras á tarde candieiros limpos com mechas novas mais cedo que os outros dias, dexandoos assi acesos toda a noite, até que elles per si mesmo se apaguem, todo por honra, observancia, e guarda do sabbado.

Item, se degollão a carne, e aues, que hão de comer, á forma e modo Judaico, atravessando-lhe a garganta, provando, e tentão primeiro o cutelo na unha do dedo da mão, e cubrindo o sangue com terra por cerimonia Judaica.

Item, que não comem toucinho, nem lebre, nem coelho, ne aves afogadas, nem inguia, polvo nem congro, nem arraya, nem pescado, que não tenha escama, nem outras cousas prohibidas aos judeos na ley velha.

Item, se sabem, virão, ou ouvirão, que jejuarão, ou jejuão, o jejum mayor dos Judeos, que cae no mes de Setembro, não comendo em todo o dia até noyte, que sayão as estrellas, e estando aquelle dia do jejum mayor, descalços, e comendo aquella noite carne, e tigelladas, pedindo perdão hus aos outros.

Outro si, se virão, ou ouvirão, ou sabem alguma pessoa, ou pessoas jejuarão, ou jejuam o jejum da Raynha Esther por cerimonia Judaica, e outros jejus que os Judeos soyam e costumavão de fazer, assi como os jejus das segundas e quintas-feiras de cada semana, não comendo todo o dia, até a noite.

Item, se solemnizarão, ou solenizão as Paschoas dos Judeos, assi como a Paschoa do pão asmo, e das Cabanas, e a Paschoa do corno, comendo o pão asmo na ditta Paschoa do pão asmo, em bacios, e escudellas novas, por cerimonia da ditta Paschoa, e assi se rezarão, ou rezão, orações Judaicas, assi como são os Psalmos penitenciaes, sem Gloria Patri, et Filio, et Spiritu Sancto, e outras orações de Judeos, fazendo oração contra a parede, sabbadeando, abaxando a cabeça, e alevantando-a, a forma, e modo Judaico, tendo, quando

assi resão, os ataphalijs, que são huas correas atadas nos braços, ou postas sobre a cabeça.

Item, se por morte dalguns, ou dalgumas, comerão ou comem em mesas baxas, comendo pescado, ovos, e azeitonas, por amargura, e que estão detras da porta, por dó, quando algum, ou alguma morte, e que banhão os defuntos, e lhes lanção calções de lenço, amortalhados com camisa comprida, pondo-lhe em cima hua mortalha dobrada, á maneira de cappa, enterrandoos em terra virgem, e em covas muyto fundas, chorandoos, com suas literias cantando, como fazem os Judeos, e pondo-lhes na boca hu grão de aljofar ou dinheiro douro, ou prata, dizendo que he para pagar a primeira pousada, cortando-lhes as unhas, e guardandoas, derramando e mandando derramar agoa dos cantaros, e potes, quando algum, ou alguma morre, dizendo, que as almas dos defuntos se vem ahy banhar, ou que o Anjo percutiente, lavou a espada na agoa.

Item, que lançarão, e lanção ás noites de Sam João Bautista, e do Natal, na agoa dos cantaros e potes, ferros, ou pão, ou vinho, dizendo, que aquellas noites, se torna a agoa em sangue.

Item, se os pays deitão a benção aos filhos, pôdo-lhe as mãos sobre a cabeça, abaxandolhe a mão pollo rosto abaxo, sem fazer o sinal da Crus, á forma, e modo Judaico.

Item, que quando nacerão, ou nadem seus filhos se os circuncidão, e lhe poserão, ou poem secretamente nomes de judeos.

Item, se depois que bautizarão, ou bautizão seus filhos, lhe raparão ou rapão o oleo, e a chrisma, que lhes poserão, quando os bautizarão.

Item, se algumas pessoas, ou pessoa nos dittos Reynos, e Senhorios de Portugal, sendo bautizados, e tornados christãos, teuerão ou tem e razão ou crê, seguirão ou seguem a secta de Mafamede, fezerão ou fazem ritos

preceitos e ceremonias Mahométicas, jejuando o jejum de Rabadam, ou Ramedam, não comendo em todo dia, até noite saída a estrella, banhando todo o corpo, e lavando o rosto, e os ouvidos, e os pés e as mãos, e os lugares vergonhosos, e fazendo oração, estando descalços, rezando orações de Mouros, guardando as sextas feiras, das quintas feiras á tarde por diante, vestindose, e ataviandose nas dittas sextas feiras, de roupas limpas, e joyas de festa, não comendo toucinho, nem bebendo vinho, por rito, e ceremonia Mahometica, por guarda, e observancia da ditto festa: fezerão, ou fazem outros ritos, e ceremoneas, assi da ley dos Judeos, como da ditto secta de Mafamede.

Item, outrosi, se sabeis, vistes ou ouvistes que algumas pessoas, ou pessoa, tenham ou ajão tido alguma opinião heretica, dizendo, e affirmando, que não ha hy paraíso nem gloria, para os bõs, nem inferno, nem penas para os maos, ou que não ha hy mais, que nacer, e morrer

Item, que não creram, ou não crem no Sanctissimo Sacramento do Altar, e que aquelle pão material, dittas as palavras da consagração pello Sacerdote, se torna em o verdadeiro corpo de Nosso Senhor, e Salvador, Jesu Christo, e o vinho em seu verdadeiro, e precioso sangue.

Item, que não crem os Artigos da Sancta Fé Catholica, e, que negarão, ou negão, algus, ou algu delles.

Item, que os sacrificios, e Missas, que fazem na Sancta Igreja não aproveitão para as almas.

Item, se affirmarão, ou affirmão, que o Sancto Padre, e Prelados, não tem poder para ligar, nem absolver, ou que a confissão, se não ha de fazer, nem dizer a Sacerdote, mas que cada hu se ha de confessar em seu coração.

Item, que disserão, ou dizem, que a alma sayda de seu corpo, entra em outro, e que assi ha de andar, até

o dia de Juizo. E assi se disserão, ou dizem, que o Judeo, e Mouro, cada hum em sua ley se pode salvar tambem, como o Christão na sua.

Item, que negarão, ou negão a virgindade, e pureza de Nossa Senhora dizendo, que não foy Virgem antes do parto, no parto e depois do parto. Ou que nosso Senhor Jesu Christo, não he verdadeiro Deos e homem, e o Messias na ley prometido

Item, se sabeis, vistes, ou ouvistes, que algumas pessoas se casassem duas vezes, sendo o primeiro marido, ou a primeira molher, vivos, sentindo mal do Sacramento do matrimonio.

Item, se sabeis, vistes ou ouvistes, que algumas pessoas, ou pessoa, fezerão ou fazem certas invocações dos diabos, andando como bruxas de noite em companhia dos demonios, como os maleficos, feiticeiros, maleficas, feiticeiras, costumão fazer, e fazem encomendandose a Belzebut, e a Sathanas, e a Barrabás, e renegando a nossa sancta Fé Catholica, offerecendo ao diabo a alma, ou algum membro, ou membros de seu corpo, e crendo em elle, e adorandoo, e chamandoo, para que lhes diga cousas que estão por vir, cujo saber, a só Deos todo poderoso pertence.

Item, se algumas pessoas, ou pessoa, tem livros, e escrituras, para fazer os dittos cercos, e invenções dos diabos, como ditto he, ou outros algus livros, ou livro, reprovados pela Sancta Madre Igreja.

Item, se sabeis, vistes, ou ouvistes dizer, que algumas pessoas, ou pessoa, reconciliadas, ou reconciliada pellos dittos crimes de heresia, e apostasia, e cadahu delles, tornarão a reincidir, e errar nos dittos delittos, e crimes de heresia, e cadahum delles, como ditto he.

Item, se vistes, ou ouvistes que algum Judeu de sinal, ou Mouro, nesos Reynos, e senhorios de Portugal procurassem, ou procurem, de induzir, e provocar al-

gum christão novo, ou velho, para o tornar ao judaismo ou secta Mahometica.

Item, que se alguma pessoa ou pessoas souberem que algumas pessoas ou pessoa nos dittos Reynos, e Senhorios de Portugal, tem alguma Biblia em linguagem, que no lo venhão outro si dizer, e notificar, e os que as tiverem, que no las venhão, ou mandem mostrar, para serem vistas, e examinadas per nós, pera se ver, se são fiel, e verdadeiramente trasladadas, e como devem.

As quaes cousa, e cada hua dellas, que assi souberdes de vista, ou de ouvida, como ditto he, nos assi vireis pessoalmente, e cada hum, e cada hua, virão dizer e notificar, dentro dos trinta dias, e termo preemptorio.

E porem, porque os christãos novos, que de Judeos se tornarão christãos e os que delle descêde per linha de pay, ou mãy, são perdoados, desde doze dias do mes de Outubro, do anno passado, de mil e quinhentos e trinta e cinco annos, para cá, de todos os crimes de heresia, e apostasia da Fé, de qualquer calidade, e graveza, que seião, que até o ditto dia, de doze de Outubro do ditto anno passado, commeterão: declaramos per esa nossa carta, e dizemos, que dos dittos crimes, e delittos de heresia, e apostasia, que até o ditto dia commetterão, nos não venhaes dizer, nem notificar, posto caso que o saibais, visseis, ou ouvisseis, e sómente dos dittos novos christãos, que de Judeos se tornarão Christãos, e de seus descendentes per linha paterna, ou materna. E nos vireis dizer e notificar pessoalmente, os ditos crimes, ritos e ceremonias judaicas acima dittas, expressas e declaradas, que lhes vistes ou ouvistes fazer, desdo ditto dia de doze de Outubro do ditto anno passado, a esta parte.

E pasado o ditto tempo e não o fazendo vos e cada hum assi e não vindo pessoalmente nos dizer, descobrir e notificar as sobreditas cousas e cada uma dellas como sois obrigados, e cada hum e cada huma obrigado e

obrigada, pomos em estes presentes escritos em vos e cada hum de vos sentença de excommunhão mayor, cuja absolvição pera nos reservamos, cujos nomes, e cognomes, estados, dignidades, graos, praeminencias, aqui avemos *ex nunc prout extunc, et extunc prout ex nunc*, por referidos e cadahu, e cadahua, por requerido, e requerida, para os mais procedimentos, que contra vós, e cada hum entendemos fazer, se necessario for per nós, e nossos deputados conselheiros, usando de nosso officio de Inquisidor Mór segundo forma de Bulla da Sancta Inquisição, guardando a cada hum, e a cada hua sua justiça, como nos parecer que he direito. E porque as sobreditas cousas venhão á noticia de todos, e de cada hum, a que toquem ou tocar possam, e dello não possam pretender, nem allegar ignorancia, mandamos pasar a presente carta, para ser lida, e publicada neste lugar, e em todas as Igrejas desta Cidade, e seus termos, em modo, que a todos, e a todas seja notorio, e manifesto, o que ditto he.

Dada na cidade de Euora, sob nosso sinal, e sello aos dezoito dias do mes de Novembro. Diogo Travaços Notario, e escrivão da Sancta Inquisição, a fez. Anno do Nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos e trinta, e seis annos.

A qual carta acima, e atras escrita foy publicada per mim Diogo Trauaços Notario, logo o Domingo seguinte, que forão dezanove dias do ditto mes, do ditto Anno, estando presente, o Reverendissimo Senhor, o Senhor Cardeal Infante de Portugal, e o Reverendo Senhor Inquisidor Mór, e seus deputados conselheiros da Sancta Inquisição, e outros muitos senhores do pouo.

(Collectorio das bullas, e Breves Apostolicos, Cartas, Aluarás & Prouisões Reaes que contem a instituição e progresso do Santo officio em Portugal, Uarios Indultos e Priuilegios, que os Sumos Pontifices e Reys destes Reynos lhe concederão. *Impresso per mandado*

do Illustrissimo e Revm. Senhor Bispo Dom Francisco de Castro Inquisidor geral do Conselho de Estado de Sua Magestade. Em Lisboa no Estado por Lourenço Craesbeeck Impressor del Rey. Anno MDCXXXIV)

As seguintes determinações encontradas no 1.º volume das Denunciações tem cabida depois do monitorio:

— “*Segue-se alguãs Determinaçãis q. se asentaram nesta mesa algus casos q nella se trataram.*”

“Tratando se nesta Mesa se jncurrião na Excomunhão da Bulla da Cea os que dão Armas a Estes gentios Brazis deste Brazil que tem gerra com os brancos e com os jndios Xpãos. Asentou se que não se comprehendem na dita Bulla estes gentios, por quanto não são jnimigos do nome de Xpo como são os turcos & mouros etc. E não faze gerra aos Xpão por respeito de serem Xpãos em odio do nome Xpão senão por outros Respeitos, differetes na Baya, 29 de julho de 1593. — O Bispo — Heitor furtado de mendoça. — fernão Cardim. — lionardo Arminio. Marcos da Costa. — fr. Marcio da † — fr. Damião Cordeiro.

— Tratando se nesta Mesa se se deuia proçeder como contra sospeitos na fee, contra os que se deixão andar excomungados mais de hum anno sem pedir o beneficio da Absolvição não sendo declarados nominatim por Excomungados. Asentou se q neste caso quando não são declarados nominatim, não se deue proçeder cõtra elles como sospeitos, por que o Sagrado Concilio Tridentino sessione, 25, de reformatione c. 3 in fine, que diz que se possa proçeder contra os persistetes na Excomunhão hum ano, como sospeitos de heresia, entende-se sendo os Excommungados, declarados por tais nominatim. Como tambem o determinou o Serenissimo iffate Cardeal Don Henrique na Extravagãte 18.

Juncta as suas Constituições. Na Baya, 31 de julho 1593. — O Bispo — Heitor furtado de mendoça. — fernão Cardim. — lionardo Arminio — Marcos da Costa. — fr. Mancio da cruz. — fr. Damião Cordeiro.

Depois de nesta Mesa serem sentenciados Alguns homens de culpas commettidas no Sertão. Aos quais (por se lhes tirar a occasião de tornar a cometer tais culpas) foy mandado em suas Sentenças que não tornem mais ao Sertão. Se assentou nella que somepte quando os gouernadores gerais deste Estado mandasem ao Sertão destruir alguã Abusão da chamada Santidade, ou dar algum socorro de gerra, ou descobrir minas de metais, salitre, e enxofre, Poderãao yr os tais Condemnados com licença desta Mesa, ou (em sua ausencia do Sor. Bispo deste Estado. Na Baya, a 2 de Agosto de 1593 — O Bispo, Heitor furtado de mendoça. — fernão Cardim. — lionardo Arminio. — Marcos da Costa. — fr. Mancio da Cruz. — fr. Damião Cordeiro.”



INTRODUCCÃO
AO
TRATADO DA TERRA DO BRASIL
E Á
HISTORIA DA PROVINCIA SANTA CRUZ

Introdução ao *Tratado da Terra do Brasil e á Historia da Provincia Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, por Pero de Magalhães Gandavo, edição do Anuario do Brasil, 1924.

INTRODUCCÃO

Pero de Magalhães Gandavo, natural de Braga, descendia de flamengos, como seu nome indica: Gandavo corresponde a Gantois, morador ou filho de Gand. Residiu algum tempo no Brasil. Foi insigne humanista e excellente latino, de cuja lingua abriu escola publica entre Douro e Minho, onde foi casado, assegura Barbosa Machado. E si accrescentarmos que Luis de Camões o teve por amigo, teremos exgotado sua breve biographia.

No Reino continuou a lembrar-se da colonia, escrevendo um “Tratado da terra do Brasil”, no qual se contém informação das coisas que ha nestas partes, e uma “Historia da Provincia S.^{ta} Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil” Esta, impressa em 1576, foi traduzida a francez pelo benemerito Ternaux-Compans em 1837, reimpressa duas vezes ha quasi cincoenta annos, avulsa em Lisboa, e na Revista do Instituto Historico. O Tratado só appareceu em 1826 no quarto volume da “Collecção de noticias para a historia e geographia nas nações ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes ou lhe são vizinhas”, publicada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa: nunca mais se reeditou.

O Tratado foi escrito em primeiro logar, antes de 1573, pois não se refere á divisão do Brasil em dois

governos, de que já fala na Historia. Assim, sua estada em nossa terra deve ter coincido com o governo de Men de Sá (1558-1572).

Em que ponto residiu, nem dizem claramente seus livros, nem consta de documento extrinseco. Atendendo ás minuciosidades da descripção da Bahia e dos Ilhéos, póde-se affirmar seu conhecimento directo das duas capitánias: é possível mesmo que estivesse em S. Vicente, de cujas barras dá idéa tão precisa, e em outras capitánias intermédias. Em Pernambuco, certamente, não pisou.

Comquanto chame historia ao trabalho publicado em vida, o nome assenta-lhe mal. Diz rapidamente o descobrimento da terra, dá o nome dos primeiros donatarios ou dos donatarios vivos, fala em Thomé de Sousa a proposito da fundação da cidade do Salvador, de Fernão de Sá a proposito da guerra do Espirito-Santo em que morreu; de Men de Sá quando conquistou o Rio, não podia dizer menos. As primeiras explorações da costa, as feitorias, sédes do primitivo escambo, a tomada de posse ás pollegadas do territorio concedido ás leguas, na expressão frisante de Rocha Pitta, deixaram-no frio. Sua historia é antes natural que civil; o mesmo se póde affirmar do Tratado.

Explica-se isto tanto pela insignificancia do que era então o Brasil, como pelo fim visado pelo autor. Mais de uma vez repete que seu projecto se reduz a mostrar as riquezas da terra, os recursos naturaes e sociaes nella existentes, para excitar as pessoas pobres a virem povoa-la; seus livros são uma propaganda de immigração.

Na Historia dá uma descripção geral do paiz, e depois em ambos os livros percorre as povoações litoraneas: comquanto ligeiras, as noticias em geral são excellentes, e revelam instincto geographico. Nomeia as arvores, destacando as frutas; enumera os peixes mais dignos de nota; trata de diversos animaes, salientando as caças; encarece as bellezas do céo, as excellencias do clima, as minas que hão de vir á luz, o ambar que o mar vomita; não esquece os indios, a cujo respeito dá mais de uma informação de grande valor

Sua inspiração é principalmente utilitaria, mas a cada instante o autor se distrae e mostra as faces de seu espirito: é um espirito indagador, curioso, convicto de que sob a apparencia das coisas se escondem mystérios, uma vez indicando-os apenas, outras vezes revelando-os.

Diz das bananas: "estas pequenas têm dentro em si uma cousa estranha, a qual é que quando as cortam pelo meio com uma faca ou por qualquer parte que seja, acha-se nellas um signal á maneira de Crucifixo, e assim totalmente o parecem" (Tratado, pg. 47)

Diz da sensitiva: "esta planta deve ter alguma virtude mui grande a nós encoberta, cujo effeito não será pela ventura de menos admiração, porque sabemos de todas as ervas que Deus criou ter cada uma particular virtude com que fizessem diversas operações naquellas cousas para cuja utilidade foram criadas; e quanto mais esta a que a natureza nisto tanto quiz assignalar, dando-lhe um tão estranho ser e differente de todas as outras" (Historia, pg. 101)

Do descobrimento do Brasil diz: “o que não parece carecer de mysterio, porque assim como nestes reinos de Portugal trazem a cruz no peito por insignia da ordem e cavallaria de Christus, assim prouve a elle que essa terra se descobrisse a tempo que o tal nome (de Santa Cruz) lhe pudesse ser dado neste santo dia (3 de Maio), pois havia de ser possuida de Portuguezes e ficar por herança de patrimonio ao mestrado da mesma ordem de Christus” (Historia, pg. 79)

Outras vezes Gandavo encontra e vai logo expondo a explicação do facto.

Diz do pau brasil: “o qual pau se mostra claro ser produzido da quentura do sol, e criado com a influencia de seus raios, porque não se acha senão debaixo da torrida zona, e assim quanto mais perto está da linha equinocial, tanto é mais fino e de melhor tinta. E esta é a causa porque o não ha na capitania de S. Vicente nem dahi para o Sul” (Historia, pg. 99)

Diz da capivara: “as quaes, como corram pouco por causa de terem os pés compridos e as mãos curtas, proveu a natureza de maneira que pudessem conservar a vida debaixo da mesma agua, aonde logo se lançam de mergulho, tanto que vem gente ou qualquer outra cousa de que se temam” (Historia, pg. 103)

Assim constituido, Gandavo não podia deixar de ser convicto teleologista. Dois exemplos o provarão.

Depois de combater os que consideravam o ambar, quer como secreção, quer como excreção da baleia, porque si assim fosse haveria sempre ambar onde re-
puxasse o mammifero colossal, e tal não succede, ac-

crescenta: "Finalmente, que como Deus tenha de muito longe esta terra dedicada á Christandade, e o interesse seja o que mais leva os homens traz si que outra nenhuma cousa que haja na vida, parece manifesto querer interte-los na terra com esta riqueza do mar, até chegarem a descobrir aquellas grandes minas que a mesma terra promette, para que assim desta maneira tragam ainda toda aquella céga e barbara gente que habita nestas partes, ao lume e conhecimento da nossa santa fé catholica, que será descobrir-lhe outras maiores no céo, o qual Nosso Senhor permitta que assim seja para gloria sua e salvação de tantas almas" (Hist., pg. 119-120)

Finalmente, falando dos indios diz: "e assim como são muitos, permittiu Deus que fossem contrarios uns dos outros, e que houvesse entre elles grandes odios e discordias porque se assim não fosse os Portuguezes não poderiam viver na terra, nem seria possível conquistar tamanho poder de gente" (Tratado, pg. 48)

Sua profissão de fé resume Gandavo a proposito de um monstro marinho encontrado em S. Vicente, de que apresenta o retrato: "tudo se póde crer, por difficil que pareça, porque os segredos da natureza não foram revelados todos ao homem para que com razão possa negar e ter por impossível as cousas que não viu; nem de que nunca teve noticia" (Historia, pg. 123)

Este homem teleologico amante do mysterio, não é ainda todo o Gandavo: ha nelle um bom observador das coisas sociaes, e quem estiver a par dos estudos

feitos sobre as primitivas phases economicas, a economia caseira de Buecher, o meneio singular de Sembart, em uma palavra a economia natural, encontrará elementos muito indistinctivos.

Uma importante contribuição encontramos para a psychologia do povo brasileiro. Os primeiros viajantes que viram nossas plagas ficaram enlevados de suas bellezas: — si houver paraiso na terra, não deve ficar longe — affirmou Vespucio. Tal sentimento não podiam aninhar os primeiros habitantes, no meio de todas as provações e contrariedades em que se agitavam. Como se deu a conciliação entre o homem e a terra, e se transformou em enthusiasmo? Quem primeiro se sentiu bem no novo meio?

Responde Gandavo no seu Tratado:

“Este vento da terra é mui perigoso e doentio; e se acerta de permanecer alguns dias, morre muita gente assim portuguezes como indios da terra, mas quer Nosso Senhor que aconteça isto poucas vezes; e tirado este mal, é esta terra mui salutifera e de bons ares, onde as pessoas se acham bem dispostas e vivem muitos annos, principalmente os velhos têm melhor disposição e parece que tornam a renovar, e por isso alguns se não querem tornar ás suas patrias, temendo que nellas se lhes offereça a morte mais cedo.” (Pg. 42).

Assim os temores da velhice precederam aos ardores da mocidade.

PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFFICIO
A'S PARTES DO BRASIL
(DENUNCIÇÕES DA BAHIA)

Prefacio á *Primeira Visitação do Santo Officio ás Partes do Brasil*, — *Denunciações da Bahia (1591-593)* — edição da *Série Eduardo Prado*, 1925.

DENUNCIÇÕES DA BAHIA

O zelo do Santo Officio pela pureza de sangue de seus subditos extendia-se com maior rigor aos que por qualquer titulo pertenciam ao tribunal. Sobre Heitor Furtado de Mendoça quatro testemunhas inquiriram-se antes de escolhido para visitar o Brasil; uma durante a visitação; varias em Lisboa, Montemór-o-velho, quando, já terminada, voltou ao reino em 1596: ao todo dezaseis. Ficamos assim sobejamente esclarecidos quanto á sua ascendencia, graças aos autos de habilitação recémdescobertos.

Amador Collaço, seu pai, originario de Montemór-o-velho, era filho natural de Antonio Collaço, de familia alcunhada Bagageu, e de Brites Gonçalvez, de alcunha Beleguina, por contar um official de justiça na parentela. O pai deixou gravida a amante, emigrou para São Thomé, lá adquiriu um engenho que legou a Amador Brites dotou o filho de meios irmãos uterinos.

Amador sahiu de Montemór-o-velho, sua terra, para Coimbra, esteve algum tempo a serviço do bispo D. João Soares, transferiu-se depois a Lisboa, talvez chamado pelo pai, vindo do ultramar, casou-se em 1543, segundo jurou uma testemunha. Pela data do casamento póde ter nascido no fim do reinado de D. Manuel ou no começo do de D. João 3.º

Em Lisboa, Amador esposou Leonarda Lampreia de Mendoça, dos Arraes do Algarve, gente nobre, filha

de Heitor Lampreia, que lhe deu em dote os officios de escrivão de agravos da relação, meirinho dos degredados, solicitador de justiça. Do consorcio nasceram duas filhas, uma das quaes se conservou solteira, e o futuro visitador Enviuvando na grande peste que em 1568-1569 assolou o reinado de D. Sebastião, Leonarda casou novamente com Braz da Costa, que exerceu os officios de propriedade da mulher, precedeu-a no tumulto e não deixou próle.

O filho de Leonarda tomou o sobrenome materno e do avô o nome de batismo. Nasceu entre 1543, anno do casamento dos pais, e 1568-69 data da viuvez. A ultima data é improvavel: em tão verde idade ninguem se lembraria d'elle para desembargador e deputado do Santo Officio. Por outro lado a visitação do Brasil, — com a viagem demorada e perigosa, os descommodos, a pobreza e a falta de recursos da colonia incipiente, pedia vigor mais que o de um quinquagenario. Si lhe dermos entre trinta e quarenta annos antes da sua vinda, não estaremos muito arredados da verdade. Depois do lustro laborioso passado neste lado do Atlantico, o visitador ainda apparece trabalhando em 1599 na Inquisição de Lisboa.

De sua biographia antes da visitação apenas sabemos que chegou a licenciado, talvez *in utroque jure*, era desembargador real, capellão fidalgo del-rei, deputado do Santo Officio; na patente de visitador o cardeal Alberto affirma as suas letras e sã consciencia.

Parte de sua actividade na Bahia, Pernambuco, Tamaracá e Parahiba, consta de nove volumes perdi-

dos na Torre do Tombo, donde aos poucos os tem trazido á luz seu digno director Antonio Baião. Elle proprio fez na *Revista de Historia* de 1912 o summario dos dois livros das *Ratificações*. Já foi impresso nesta serie, em 1922, o primeiro das *Confissões*; são-no agóra o primeiro e parte do terceiro das *Denunciações*, relativos todos tres principalmente á Bahia. O quarto das *Denunciações* relativo a Pernambuco, a parte do terceiro relativa a Tamaracá e Parahiba foram ou estão sendo copiados. Ainda não é conhecido o paradeiro do segundo das *Denunciações* relativo ao reconcavo da Bahia, do segundo e terceiro das *Confissões*, naturalmente occupados por Pernambuco e capitánias contiguas.

Mesmo si tudo estiver intacto e vier á luz, não bastará para formarmos idéa cabal da operosidade do visitador e colhermos as particularidades de sua visita. Além das confissões, denunciações e ratificações, houve processos; destes nada surgiu até agora, além de duas ou tres noticias vagas, como as de Fernão Cabral; houve autos publicos, accenderam-se fogueiras, pelo menos a de Anna Roiz de Matoim, como consta da visitação de Marcos Teixeira em 1618.

Graças ao achado recente das *Denunciações* de Pernambuco póde se estabelecer uma chronologia da visitação mais exacta que a do volume precedente.

26 de Março de 1591 — Nomeação do licenciado Heitor Furtado de Mendoça (no volume anterior sahiu por engano 2 de Março)

9 de Junho — Chegada á Bahia em companhia de D. Francisco de Sousa, governador geral.

28 de Julho — Publicação solenne da patente de visitador; concessão de trinta dias de graça ao povo da cidade e de uma legua em redor

11 de Janeiro de 1592 — Concessão de trinta dias de graça á gente do reconcavo.

2 de Setembro de 1593 — Partida da Bahia para Pernambuco.

21 de Setembro — Chegada ao Recife.

24 de Setembro — O visitador e seus officiaes partem do Recife num bergantim, aportam no Varadouro e desembarcam em Olinda.

24 de Outubro — Installação solenne da Inquisição em Olinda; concessão de trinta dias de graça ás freguezias do Salvador, de S. Pedro Martyr, Corpo Santo, N. S. do Rosario da varzea do Capibaribe.

8 de Fevereiro de 1594 — Fim dos trinta dias de graça concedidos ás freguezias dos S. S. Cosme e Damião do Guaraçú, de São Lourenço, Santo Antonio do Cabo e S. Miguel de Pujuca.

21 de Dezembro — Terminam os doze dias de graça concedidos a Tamaracá.

24 de Janeiro de 1595 — Fim dos dias de graça concedidos á freguezia de N. S. das Neves da Parahiba.

1 de Fevereiro — Chegada do visitador a Olinda de volta da Parahiba. Em começos de 1596, Heitor de Mendoça dera por terminada a visitação e estava no reino.

O volume primeiro das *Denunciações* e a parte do terceiro adiante impressos referem-se quasi exclusivamente á cidade do Salvador: ainda não ha noticia do segundo reservado ao reconcavo. Esperemos appareça: o reconcavo com tres quartos da população, com larga area occupada a beira-mar e para o interior, com culturas varias, representava a parte vivaz, a gemma da capitania.

A cidade do Salvador era orgão official, meio artificial, imposto a Thomé de Sousa pela força das circumstancias para centro administrativo.

Nella residia o governador geral que mandava as forças militares de sua guarda, as companhias de mosqueteiros e arcabuzeiros da guarnição, os fortes e reductos, mesquinhos porém numerosos, disseminados pela ampla bahia, porque a largura da barra se oppunha á construcção de uma fortaleza sufficiente para defender-lhe a entrada. Tocava-lhe tambem a administração civil; nominalmente eram-lhe sujeitas as capitancias del-rei e as dos senhorios, mas a navegação feita ao sabor dos ventos annullava de facto toda a subordinação.

A' frente dos officiaes da fazenda estava o provedor-mór, com escrivão, thesoureiro, contadores, almoxarifes, etc. Delle dependiam os provedores das capitancias.

Officiaes da ribeira eram o guarda-mór, o patrão-mór, alcaides, meirinhos, etc.

Pouco antes da vinda do visitador, Philippe 2.º fundara uma relação para o Brasil. Os desembargadores embarcaram em naves diversas, que nem todas alcan-

çaram seu destino; só mais tarde, no reinado seguinte, se installou o tribunal; até lá o ouvidor geral continuou o juiz supremo.

Dos funcionarios uns percebiam ordenados certos, — eram os filhos da folha; outros, a grande maioria, subsistiam de custas e emolumentos exiguos. A vida devia ser baratissima.

Ao lado do governo secular existia o poder ecclesiastico, representado pelo bispo, unico de Itanhaen a Parahiba, cabido com dignidades, conegos, meios conegos, capellães, cura. Religiões havia a dos Jesuitas, a mais antiga e prestigiosa, a de São Bento, a de São Francisco.

Vegetava tambem a camara municipal, composta de dois juizes ordinarios, quatro vereadores, procurador: almotacés, designados pelos camaristas, faziam de agentes executivos. As eleições eram annuas, indirectas e complicadas. As camaras serviam ás necessidades da administração superior, que, em vez da massa amorpha, defrontava representantes submissos. Em troca, os camaristas recebiam honras e privilegios. Pertencer aos da governança da terra era titulo honorifico, invocado mais de uma vez no decurso das paginas seguintes. As camaras gosavam do direito de petição, podiam decretar posturas e multas, taxar preços de certos generos, figurar em certos actos publicos.

Não menos caracteristica que a da administração secular ou ecclesiastica, era a presença de mecanicos, alfaiates, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, tanoeiros. Possuiam as ferramentas do officio, eram pagos do

feitio das obras, trabalhavam encommendas para freguezes que forneciam a materia prima, é a chamada economia urbana de Buecher. Em geral, o mecanico exercia mais de um officio: Lino Fernandez, por exemplo, era condestavel pago pelo governo e sapateiro; da instabilidade de profissões resultavam a inferioridade dos productos e a impontualidade das entregas. Ao lado dos mecanicos existiam escravos, porém o seu logar proprio era nos eitos do reconcavo.

O commercio revestia formas diversas: mercatores de lojas, mercatores de porta, bufarinheiros. Na falta de dinheiro cunhado prevaleciam o credito e as permutas. Sobejavam intermediarios. Alguns passageiros traziam mercadorias de além-mar, adquiriam as da terra, voltavam no mesmo navio, prejudicando os commerciantes indigenas.

Entre as mulheres contavam-se bordadeiras, costureiras, adelas, padeiras, etc. Havia mulheres do mundo; havia as feiticeiras, feiticeiras operativas, segundo a classificação de Margaret Murray, bem diversas das bruxas rituaes da Europa, com seus *esbats* e *sabbats*. Autodidactas gabavam-se de fazer bem ou mal, provocar odio ou amor, de influir sobre a marcha de navios, de possuir a seu serviço diabos obedientes, os familiares, — famaleaes chamava-lhes, vai para meio seculo, um cearense centenario, que ainda conheceu a dona de um famaleal, gerado de um ovo de gallinha incubado no sovaco. — De todos estes portentos attribuidos ás bruxas europeas tinha chegado o cicio a certas mulheres audazes, que todos alardeavam. A

atmosfera da cidade pedia bruxas de verdade; um ecclesiastico reconheceu em tres patas que passavam tres senhoras da melhor sociedade, que, estas, a tanto certamente não pretendiam.

Da vida da familia na cidade pouco se apura. Muitas mulheres casavam desde a entrada da puberdade. Citam-se exemplos extremos quanto á vida conjugal, como o de Paula de Siqueira, recorrendo a feiticieras para ser querida pelo marido, e o de uma sogra que a instancias da filha pediu veneno para dar cabo do genro, si este voltasse incolume da guerra de Sergipe. Não devia valer muito a mulher em terra de tanta mestiçagem e de tanta mancebia. Pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados. Pouco carinho unia os filhos aos pais, attentos estes á obra de misericordia que manda castigar aos que erram, consequencia da perversidade innata do homem.

As casas fechadas a maior parte do anno, só se enchiam com as festas publicas. Nellas não havia luxo, nem mesmo commodidade. Aposento para os pais, camarinha reservada para as moças, quarto para os filhos, eram as peças essenciaes. Havia mesa de jantar, porque comer em mesa baixa era proprio de christão novo; servia tambem para escrever; as gavetas eram um arsenal de ferramenta miuda. Havia bancos para assento; as cadeiras citadas deviam ser tripeças todas de madeira, como existem no sertão. Havia camas, provavelmente de couro, em que dormiam varias pessoas, havia catres; leem-se referencia a redes que só mais tarde se vulgarizariam.

Intelligencia simplista como a generalidade de portuguezes e brasileiros, Thomé de Sousa attendeu apenas a considerações estrategicas na escolha da séde do novo governo. Da montanha preferida avistavam-se no mar largo os navios que demandavam o porto. Uma muralha vedava as investidas do gentio brabo e tão fragil sahiu que cedeu ás intemperies e Gabriel Soares não a encontrou mais.

O sitio accidentado prestava-se mal á edificação regular; nas ruas curtas, estreitas, tortuosas, desniveladas, havia, apesar de sobejar espaço e se inserirem largas extensões devolutas, casas de meias paredes por onde filtravam todas as intimidades; faziam-se communicações pelos quintaes. Nem iluminação, nem agua encanada, nem exgotos; em uma palavra: conspirava-se tudo na perseguição acirrada, na tortura dos cinco sentidos.

A beira-mar surgiam ostreiras, sambaquis ou ser-nambis, minas inexgotaveis de cal da melhor; barro excellente esperava as olarias que começavam; trabalhavam pedreiros entre os mecanicos; mas a obra destes circumscrevia-se quasi aos engenhos, que eram o verdadeiro solar; pouca telha se consumia na cidade; um proverbio bahiano lembra ainda a *sé de palha*.

A cidade sahia da vida sorna muito poucas vezes por anno.

Gabriel Soares fala numa honesta praça em que se corriam touros quando convinha. Repetiam-se as festas ecclesiasticas com suas procissões e figurações e cantorias ao ar livre; dentro da igreja representavam-

se comédias e com pouco alinho, si, como jura uma testemunha, podia alguém sentar-se no altar. Esvasiavam-se então os engenhos; podia exhibir-se o luxo, que não se limitava como hoje a um sexo unico; as mulheres autenticavam sua opulencia com collares, arrecadas, trajes de seda, vasquinhas e gibões de setim e damasco, os homens repimpavam-se em ginetes ajaezados de metaes preciosos.

Banquetes acompanhavam as festas; peixes e mariscos tirados da bahia, aves domesticas, pequenos quadrupedes do além-mar acclimados em uma terra aonde o engenho indigena não lograra domesticar um só animal: caças em que se empregavam escravos especializados, quitutes, doces, acepipes, productos culinarios da Europa, Africa e America. Nestas paginas, fala-se em casos de bebedice; a tentação devia ser forte; convidavam os vinhos das Canarias e da Madeira, que chegavam mais brandos, de melhor cheiro e côr e suave sabor que nas mesmas ilhas, — assevera Gabriel Soares.

Não esquecer o jogo, derivativo benefico numa sociedade em que assuntos religiosos eram monopolio do clero, actos das autoridades escapavam á censura, qualquer palavrinha por mais innocente podia ser deturpada e desfechar em consequencias fataes; quanto menos se pensava e discorria, melhor para todos.

Entre as palestras que não compromettiam avultavam as praticas pornographicas, vindas da metropole.

Destas sobrevive o vestigio em versos colhidos por curiosos que nunca affrontaram os prélos. Ha delles em castelhano, e dizem-nos traduzidos do portuguez. Mais provavel é que ambos os povos, igualmente acalentados pelo Santo Officio, se embevecessem em cantilenas da mesma toada.

Dia de bom movimento era quando aportava navio do reino. A hospitalidade não conhecia limites, uma onda de esperança e contentamento envolvia a cidade. Mas antes desta exultação corriam momentos de sosso-bro e receio. Seria o navio mesmo do reino? Enquanto Portugal viveu independente não contou inimigos e, salvo alguma investida de piratas, viveu desafrontado; apenas ficou dependente da Espanha a situação mudou-se.

Pouco antes de Heitor Furtado de Mendocça estivera na Bahia e fizera não poucas devastações o pirata inglez Whithrington. Não estava longe a guerra hollandeza.

Solennidades ecclesiasticas, festas profanas, jogos, conversações livres emprestavam um verniz de sociabilidade rudimentar a um aggregado em que dominavam os elementos centrifugos. Havia os indigenas de tres continentes, em contacto forçado mas irreductiveis; havia a mistura e as combinações multiplas dos tres factores, aferidos nas minimas cambiantes por uma docimasia inflexivel. Mesmo no elemento puramente portuguez prevaleciam os inconciliaveis: o reinol não queria confundir-se com o mazombo, o christão velho com o christão novo, o nobre e suas prerogativas com o

peão a quem a lei desherdava; havia ciganos, mouriscos, etc.

A frequencia de alcunhas encarnava a falta de benevolencia. Tudo os separava; nada os unia. O caldeamento pediria annos e não dispensou pressões externas.

Nestas e noutras paginas, ao lado de nomes muito conhecidos, leem-se outros pela primeira vez, em geral acompanhados de particularidades mais ou menos valiosas. Si apparecerem os volumes extraviados e a visitação for toda impressa, haverá necessidade de rever um bom trecho da historia bahiana.

Por que ninguem cita o Caramurú e a Paraguaçu, em que se monopoliza a primeira época daquella historia? A Catharina Alvares já fallecida (p. 278), deve ser a matriarcha. De Jenebra Alvares apenas se diz ser mamaluca, filha de india e portuguez. De Philipa declaram-se o marido e o genro finados, a nora, a néta, os sobrinhos filhos de sua irmã Madalena a que não ha referencia. As omissões explicam-se: não foi inquirido filho do gallego, como lhe chamava Pero do Campo Tourinho na carta a el-Rei sobre Francisco Pereira Coutinho, nem da princeza senhora das terras que doou a Portugal, como resa seu epitaphio pretencioso.

Da éra das capitancias hereditarias vêm á tona entre outros Francisco Romeiro (pag. 274), loco-tenente de Jorge de Figueiredo nos Ilhéos, e o donatario de Porto Seguro. Confirmam-se a prisão e a remessa deste para o reino á ordem do Santo Officio; fica, porém, mais obscura sua descendencia. Conheciamos

o casamento com Inez Fernandes Pinto, seu filho Fernando, sua filha Leonor, que vendeu a donataria ao duque de Aveiro. Só agora se apura que Pero do Campo Tourinho, deão da Sé, collega de frei Vicente do Salvador, nada tinha com Ignez Pinto. Manteria Tourinho ao lado da familia legitima que se extinguiu outra bastarda que se perpetuou ?

Debalde se procurará qualquer allusão ao Diabo de Porto Seguro, ente de bondade inexaurivel durante dezaseis annos, para Manoel da Cunha, carregado de uma grande familia de mulher e filhos que christãmente governava, segundo attesta frei Jaboatão (*Preambulo digressivo*, 1.º, 84 da edição fluminense) Em diabru-ras nada lhe fica devendo a missa presenciada por Miguel Ribeiro (pag. 534) : viu em Porto Seguro na igreja matriz donde era vigario Simão de Proença, que “tem uma mão menos, em uma manhã de Paschoa da resurreiçãõ estar uma figura de um corpo de palha revestida como clerigo que dizia missa no altar com as mãos levantadas e nellas uma hostia de papel como que levantava a Deus e que uma pessoa tangia a campainha e quem chegava cuidando ser de verdade se ajoelhava e batia nos peitos e idolatrava e que esta figura fizera e ordenara o dito vigario Simão de Proença”

Do governo de Thomé de Sousa sobreviviam alguns funcionarios menores, viúvas, etc. A todos sobressahia Garcia d’Avila, vereador da cidade quando se installou o Santo Officio, grande proprietario de terra, senhor de gadaria sem conta. Casado por justiça com Mecia Rodrigues, christã nova, della não houve filhos;

bastardos foram Isabel (pag. 552), casada com Diogo Dias, néto de Caramurú, avoengos da casa da Torre, e João d'Avila, talvez identico ao João Homem (pags. 355, 369), alistado por frei Vicente entre as companhias da expedição de Gabriel de Sousa, contemplado no testamento de Garcia d'Avila que Borges de Barros imprimiu nos *Bandeirantes e Sertanistas*.

Companheiros de D. Duarte da Costa viviam Luis da Grã, segundo provincial do Brasil, com quasi quarenta annos de missionario, e Antonio Blasques. Depois de entregar o provincialato a Marçal Beliarte, Anchieta permaneceu na Bahia até com Fernão Cordeiro transitar para o Rio de Janeiro e mais tarde para Espirito Santo, onde morreu; não figura, porém, como confessante nem como denunciante.

No governo de D. Duarte chegaria João Rodrigues Palha, pai de frei Vicente do Salvador, o autor da primeira historia do Brasil escrita por brasileiro. João Serrão, que abriu o rol dos denunciantes declarando-se (pag. 237) christão velho, confessou-se depois christão novo (pag. 56) e desculpou-se do perjurio com a mulher ser de gente nobre, limpa, abastada, christã velha. Esta mulher, Constança de Pina, era irmã de frei Vicente.

Da França antartica vagava ainda por terras brasileiras Pero de Villa Nova vindo de Europa com Bois le Comte e o delicioso Jean de Lery (outro não pode ser Monseor de Berit, pag. 117) Ou o tempo decorrido desde então baralhasse suas idéas, ou quizesse captar as sympathias da Inquisição, conta uma historia intei-

ramente nova. “Como quer que os lutheranos eram mais e mais poderosos que os catholicos, começaram a espalhar seus livros lutheranos e sementar sua doutrina lutherana, fazendo escolas publicas de sua seita lutherana, constringendo e forçando em açoites a todos os moços e mancebos de pouca idade que fossem ás ditas escolas e doutrinas”

No *Tratado da terra do Brasil*, que depois de quasi um seculo de esquecimento, Afranio Peixoto e Rodolpho Garcia acabam de reimprimir, Pero de Magalhães de Gandavo conta a entrada de Martim Carvalho por mais de duzentas leguas de sertão e o encontro nas areias de regatos de granulos amarellos, pesados, amolgaveis ao dente, sinaes incontestaveis de ouro, commentou Orville Derby, com sua competencia e sagacidade admiraveis. O *Tratado* foi escrito antes da morte de Men de Sá, antes da ephemera divisão do Brasil em dois governos. Agora confirma-se (pag. 447), que a expedição occorreu em 1567; talvez em recompensa de serviço Carvalho foi nomeado thesoureiro das rendas em 1572. Em data não apurada esposou a filha de Clemencia Doria, uma das orfãs nobres mandadas da metropole para tomarem estado neste hemispherio; possuia um engenho de bois de duas moendas no esteiro de Caipe, muito concertado com todas as officinas e uma ermida da Santissima Trindade, conforme attesta Gabriel Soares; representando a fazenda acompanhou Martim Leitão, ouvidor geral, na ardua conquista da Parahiba; em Olinda foi preso, mandado ao reino por motivos que adeante constam.

Mais, muito mais nomes poderiam indicar-se; para concluir vai o de Nuno da Silva, que aliás não interessa á Bahia. Natural de Lisboa, filho de Alvaro Joannes e Joanna da Silva, embarcou aos oito annos para o Brasil com o piloto Adão Fernandes, seu tio. Quando este morreu contava vinte annos. Como marinheiro, piloto e por fim dono de navio, continuou na labuta maritima. Em 1579 sahiu do Porto para a ilha de Palma, carregou de vinho, dirigia-se ao archipelago do Cabo-Verde a tomar agua na ilha de Santiago quando foi aprisionado por Francis Drake, que aprezo o navio, se apossou da carga, lançou numa lancha passageiros e tripulação e levou comsigo Nuno da Silva que, a par dos conhecimentos nauticos, tinha a vantagem de falar inglez. Com elle Nuno perlongou a costa do Brasil, fez aguada no rio da Prata, atravessou o estreito de Magalhães, no Pacifico chegou a Guatulco, diocese de Oaxaca, no Mexico. Ahi, Drake, que não precisava mais de suas luzes para a derrota das Molucas, po-lo em terra sem pagar seus serviços, sem restituir o que era seu.

O caso pareceu suspeito ás autoridades mexicanas, o Santo Officio chamou-o a sua alçada, submetteu-o a um processo que se póde estudar no livro da Zelia Nutall, *New light on Drake*, editado pela Hakluyt Society. Como se vê, dali Nuno da Silva poude livrar-se das garras da Inquisição mexicana; Manuel de Freitas (pag. 435), um dos descarregados na lancha por Drake, encontrou-o depois na peninsula.

FERNÃO CARDIM

Publicado n'0 *Jornal* de 27 de janeiro de 1925.

FERNÃO CARDIM

Em 27 de Janeiro de 1625 falleceu na aldeia do Espirito Santo, hoje Abrantes, o padre Fernão Cardim, reitor do collegio bahiano da Companhia de Jesus. Morreu entre o fragor das armas. A 8 de Maio antecedente entrara na bahia de Todos os Santos uma poderosa armada da Companhia Neerlandeza das Indias Occidentaes, a 9 tomava alguns fortes e iniciava o desembarque, a 10 o panico entregava-lhe deserta a metropole do Brasil. Fugiram quantos poderam. Cardim e seus subditos foram arrastados na torrente.

Uma cidade representava factor somenos na organização coeva. Habitavam-na governador e bispo com seus famulos, militares, officiaes de fazenda, justiça, mecanicos, mercadores. Casas fechadas a maior parte do anno possuiam os abastados, para maior commodidade nas festas ecclesiasticas e outras occasiões.

A vida verdadeira e vigorosa estava fóra de muros, nos luxuosos engenhos de assucar, nos sitios modestos, nos curraes de gado vaccum. Por todos elles escaxoou a população espavorida. A confusão era inevitavel e foi enorme, mas havia espaço, alimento, caridade, o equilibrio restabeleceu-se. Recursos faltavam para grandes movimentos bellicos; os pequenos não tardaram. A guerra transformou-se em guerrilhas, as guerrilhas em combates singulares. Dois commandantes inimigos succumbiram em tocaias. Emquanto não vinham soccorros de outras capitancias ou de além-mar, o programma limitava-se a tolher ao inimigo qualquer avanço para o interior. Foi cumprido.

Os dias do Espirito Santo correram amargurados para o velho reitor “Nesta desgraçada Bahia, — escreve Antonio Vieira, seu pupillo, que já na adolescencia promettia os grandes destinos que lhe reservava o futuro — era reitor e por isso quebravam nelle todas as ondas da adversidade, mas como rocha viva sempre se conservou em paz e esteve muito firme e conforme com a vontade de Deus”

Deviam ter-lhe suavizado os ultimos momentos os triumphos exiguos, mas constantes, dos compatriotas, os auxilios vindos das capitancias, o nucleo forte desde logo preparado por Mathias de Albuquerque, as grandes armadas reunidas além-mar, a que não poderia resistir nem resistiu o poder batavo.

Quando morreu, Fernão Cardim passara quasi meio seculo em terras brasileiras, interrompido apenas por uma viagem, como procurador de provincia, a Roma, e alguns mezes ou annos de prisão na Inglaterra. Filho de Gaspar Clemente e de sua mulher Ignez Cardim, nasceu em Vianna de Alvito (não do Minho, como escapou na terceira edição de “Varnhagen”) em anno pouco certo. Sabe-se que entrou no noviciado da Companhia a 9 de Fevereiro de 1566, e sua familia deu mais de um religioso.

Antes de 1582, consta, foi ministro em Evora, e nomeado mais tarde para acompanhar Christovão de Gouvêa na visitação á provincia do Brasil. Ambos os cargos impunham serias responsabilidades. Ao ministro incumbia a ordem, a economia interna. As afamadas riquezas dos Jesuitas, tão proclamadas, tão cubi-

çadas, tão procuradas e afinal tantalizantes, explicam-se pela obra dos ministros, administradores incomparáveis. Por outro lado, com a plenitude de poderes delegados ao Visitador, representante directo do Geral, seu companheiro devia possuir muitos requisitos de lucidez e methodo para resumir e condensar os resultados da visitação.

Partiram do Tejo o Visitador e seu companheiro em 5 de Março de 1583. O Visitador trazia calorosas recommendações para todas as autoridades da colonia, emanadas do novo rei, Philippe II de Espanha, successor do cardeal D. Henrique. Na mesma nau, *Chagas de S. Francisco*, embarcou Manuel Telles Barreto, primeiro governador geral do Brasil nomeado sob dominio espanhol.

Chegado em 9 de Maio á capital do paiz, o Visitador começou sem demora a sua missão complexa, e para orientar-se fez uma rapida excursão ás aldeias geridas pelos padres da Companhia.

Em Agosto resolveu sahir para Pernambuco. Resolução pouco acertada. Na Bahia as aguas do mar e correntes aéreas cursam do S. para o N. desde Abril a Julho; de Agosto a Março aguas e ventos de N. E. e E. N. E., puxam para o S. Os navios ordinarios sujeitavam-se a este regime, e da conformidade sahiam os proventos do frete e viagens. O barco do Visitador, pertencente á Companhia de Jesus, não se levava por intuitos opportunistas.

Que a razão estava com os primeiros, Christovão de Gouvêa houve de reconhecer. Partindo em Agosto, aportaram em Camamú, em Ilhéos, em Porto Seguro.

Não se perdeu tempo com as arribadas; em todos estes logares havia Jesuitas, havia aldeamentos a visitar; com elles o Visitador se occupou até Outubro, quando desistiu de continuar e preferiu attender a casos mais importantes na capital. Escarmentado com as monções, o Visitador ficou na Bahia até que chegassem. Foi novamente e com mais vagar ás aldeias, esteve em todos ou quasi todos os trinta e seis engenhos do reconcavo. O golfo admiravel divide-se em esteiros sem conta, quasi todos navegaveis. Numa embarcação do Collegio fizeram-se as excursões que tomaram dois mezes.

Em fins de Junho de 84 o Visitador partiu para Pernambuco. Cardim bem poderia referir alguns successos então passados sob seus olhos: a morte de d. Beatriz de Albuquerque, mulher de Duarte Coelho, a quem foi reunir-se, depois de meio seculo de viuvez; a arribada de Sarmiento de Gamboa; os expedientes de Diogo Flores Valdez, para disfarçar o fiasco do estreito de Magalhães, a passagem de Gabriel Soares ao reino, aonde levou a certeza de minas estupendas, por cuja revelação a exemplo de Cortez e Pizarro, pretendeu e lhe foi promettido o titulo de marquez das Minas, e deixou seu Roteiro tão valioso como ellas, os esforços para a conquista da Parahiba, os attritos entre Martim Leitão e Martim Carvalho, a prisão deste e sua remessa para Lisboa sob accusações da alçada do Santo Officio. De tudo isto só sabemos alguma coisa graças a um fragmento de Anchieta e a um summario narrativo escrito por ordem de Christovão de Gouvêa, cuja

autoria Varnhagen reclama para o padre Jeronymo Machado, chronica de leitura aspera, mas indispensavel a quem quizer formar idéa do que seriam as guerras do sertão contra os Indios. O Instituto Historico imprimiu esse summario das armadas da Parahiba em 1873.

A visitação de Pernambuco apenas consumiu tres mezes. Poude fazer-se tão depressa porque o collegio de Olinda datava de poucos annos, de 1576. Seu reitor, Luis da Grã, viera para o Brasil em 1553, trazendo comsigo o joven Joseph de Anchieta, foi collateral de Nobrega e seu successor no provincialato.

Em Outubro de 84 o Visitador e seu companheiro sahiram de Pernambuco e depois de breve demora na Bahia, em parte por motivos de saude, seguiram para o sul. Em sua companhia foi o provincial Joseph de Anchieta. Este facto desmente os que lhe attribuem a fundação da Misericordia do Rio para soccorrer as tripulações de Diogo Flores Valdez. Da Misericordia fluminense fala Cardim como coisa simples e subentendida. Havia casas de misericordia em todas as capitancias. Não é crível esperasse tanto tempo a cidade de S. Sebastião, capitania del-rei, não de senhorio, para possuir a sua.

A visitação estendeu-se para o sul até Tanhaem, ponto extremo da colonização neste rumo, como Tamaracá no rumo opposto.

Assistiram em Piratininga, a 25 de Janeiro de 1585, ao trigésimo anniversario da fundação da humilde casa, germe da villa de S. Paulo. Esteve presente Anchieta, talvez o ultimo sobrevivente do acto que de-

terminou a historia paulista e tanto influiu sobre a do Brasil. Em 26 de Março de 85, a pedido da população santista, a casa de S. Vicente, fundada por Leonardo Nunes, foi mudada para Santos: Azevedo Marques traz impressa a escritura da transferencia. Em Abril estavam no Rio, onde encontraram ainda dois veteranos das guerras que precederam a fundação da cidade de São Sebastião: Salvador Corrêa, primo de Estacio de Sá e mais feliz que este, Martim Affonso Arariboia, commendador de Christo, *abaeté e moçacara, scilicet*, grande cavalleiro e valente, transferido do Rio-Comprido para o morro de S. Lourenço, na outra banda. Ordens de além-mar abreviaram a estada no Rio e ida para a Bahia. A 16 de Outubro de 1585 estava finda a visitação e Cardim ultimava a primeira e maior parte de sua narrativa.

A volta do Visitador ao reino dilatou-se por varias incumbencias que lhe vieram de Roma, e pela captura por corsarios do navio a que se confiou. Por Setembro de 1589 desembarcou em Santander e viajando por Burgos e Valladolid alcançou terra portugueza.

Cardim ficou no Brasil. Durante algum tempo exerceu a reitoria do Rio. Anchieta, acostumado a viver debaixo da obediencia, antes de ir para a capitania do Espirito Santo, onde falleceu, preferiu fazer-lhe companhia. Talvez a instancias do reitor, escreveu os apontamentos sobre a primitiva historia da Companhia, de cuja perda ou extravio não podem consolar os ex-certos contidos nos livros de Simão de Vasconcellos e Antonio Franco. Delles houve no collegio de Coimbra

uma cópia feita pelo punho de Cardim; seu paradeiro é desconhecido.

O momento era unico para o feitio dos *Apontamentos*. Dos companheiros de Nobrega vindos em 1549 restava ainda Vicente Rodrigues; das levas seguintes havia mais de um sobrevivente. A todos conheceu Anchieta, ou á chegada; ou nas visitas obrigatorias do provincialato — nem para outro fim a Companhia possuia embarcação propria. Pelos fragmentos conservados revela-se Anchieta, psychologo penetrante, feliz no modo de narrar os factos e desatar os factores.

Da reitoria de Cardim no Rio pouco se sabe. Seu nome apparece a proposito da fazenda de Santa Cruz, que os epigonos dos jesuitas só deixaram subsistir e conservam no miseravel estado actual porque nada se perde na natureza.

Em 1598 Fernão Cardim, eleito procurador da provincia do Brasil, partiu para o velho mundo. A seu antigo chefe Christovão de Gouvêa foi encontrar provincial de Portugal. Em Roma imperava irreductivel Claudio Aquaviva, o mesmo que o despachara para estas bandas no começo de seu generalato tormentoso.

Em 1601 partiu novamente para o Brasil como companheiro do novo Visitador, o terceiro desde o estabelecimento da Companhia, João de Madureira. O navio em que vinham foi tomado á vista de Portugal. Madureira morreu logo, Cardim seguiu prisioneiro para a Inglaterra. Conseguiu depois fugir em condições mui vagamente conhecidas. Como premio de

seus trabalhos Aquaviva nomeou-o provincial do Brasil.

De seu provincialato (1604 a 1609) faltam quaesquer annuas; talvez estejam sepultadas em algum dos archivos que, para maior segurança, a Companhia guarda em varios pontos do continente europeu e resurjam agora com o tricentenário. As grandes linhas do que fez deletream-se na *Relação annual* de Fernão Guerreiro, reimpressa parcialmente no segundo volume das Memórias do Maranhão, de Candido Mendes de Almeida.

Dois factos o singularizam: a missão de Francisco Pinto e Luis Figueira em busca do Maranhão, e de João Lobato e Jeronymo Rodrigues aos Carijós e Patos, nas pegadas de Pero Corrêa e João de Sousa, proto-martyres da Companhia. Nesta notabiliza-se depois João de Almeida.

A primeira resultava da difficuldade de navegação regular entre Pernambuco e a costa Leste-Oeste. A conquista da Parahiba e do Rio-Grande do Norte tornou-se possível depois que o inimigo, francez ou indigena, foi atacado por terra. Neste sentido fez uma tentativa Pero Coelho de Sousa que suas imprudencias, depois de chegar sem tropeços a Ibiapaba, mallograram. Não foram mais felizes o "Amaniara", o senhor da chuva, Francisco Pinto e seu joven companheiro, autor da segunda grammatica da lingua geral e de importantissima narrativa da missão, impressa pelo Barão de Studart.

Alexandre de Moura, o conquistador do Maranhão, o incorporador da Amazonia, para onde já acudiam Flamengos, Francezes e Inglezes, predecessor de lord Cochrane na campanha da Independencia, foi o primeiro que, partindo de Pernambuco por mar, na mesma embarcação voltou a Pernambuco. A metropole compreendeu que não havia fiar na constancia de lances de fortuna taes, e o Maranhão com as terras confinantes foi constituido governo independente, que só com a peninsula communicava.

Sobre a ultima phase da vida de Fernão Cardim, decorrida entre o termo do provincialato e a morte, reina grande obscuridade. Antonio Vieira diz que morreu de 75 annos, 60 vividos na Companhia e, omittindo os servidos como ministro, etc., passaram de vinte os que foi reitor e provincial.

*

Fernão Cardim nada destinou ao prélo, e ficaria bem surpreendido si soubesse que no proprio anno de 1625, quando já se despedia ou despedira deste val de lagrimas, uns informes apontados pouco depois de sua chegada a esta terra corriam ou iam correr mundo, trajados á ingleza. De facto Francis Cook, de Dartmouth, um dos corsarios de 1601, tomara-lhe um manuscripto, vendera-o por 20 xellins a um mestre Hacket, que o fez traduzir. A traducção, em geral fiel, saiu no 4.º volume da "*Pilgrimages*" de Purchas, correspondente ao 16.º da reimpressão moderna sob o titulo:

“*A Treatise of Brazil written by a Portugall which had long lived there*” O tratado é citado por Hollandezes, entre os quaes Laet; parece até que foi traduzido integralmente em outros idiomas.

A importancia do *Treatise* de Purchas saltou aos olhos quando foram com elle comparados dois manuscritos existentes na bibliotheca de Evora, ambos referidos no precioso Catalogo de Cunha Rivara.

Intitula-se um: *Do Clima e Terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se acham assi na terra como no mar*

Intitula-se o outro: *Do Principio e Origem dos Indios do Brasil e de seus costumes, adoração e ceremonias.*

Do cotejo de Purchas apurou-se logo que se tratava não de duas obras diversas, mas de capitulos da mesma obra que estava sendo escrita em 1584. Não é nada banal existir em Evora no idioma original cópia do manuscrito extorquido pelo corsario de Darmouth.

Quem seria o autor ?

Em 1847 Varnhagen deu á luz uma *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuitica.* pelo padre Fernão Cardim.

Pela primeira vez o nome de Cardim, conhecido só aos leitores de Fernão Guerreiro, Antonio Franco ou André de Barros, appareceu como o de autor Varnhagen pretendia dar edição annotada da narrativa, mas exigencias da carreira diplomatica chamaram-no imprevistamente de Lisbôa: nem ao menos poude offe-

recer texto correcto, culpa delle, ou da cópia de que se serviu, ou dos revisores em quem descansou.

Comparado o *Treatise* de Purchas e a *Narrativa* de Varnhagen, impoz-se a conclusão de que é o mesmo o autor de ambos. A identidade de forma e fundo apparece a cada instante; o *Treatise* foi escrito em 1584 e Cardim estava no Brasil desde Maio de 1583; o manuscrito do *Treatise* foi tomado por um pirata inglez em 1601 a um jesuita que aprisionaram; neste mesmo anno de 1601, Fernão Cardim foi aprisionado e levado para a Inglaterra.

A' vista disto não se hesitou em publicar os dois tratados com o nome de Fernão Cardim. O primeiro sahiu em 1881 a expensas de Ferreira de Araujo, o fundador da *Gazeta de Noticias*, com preciosas notas de Baptista Caetano, o grande mestre da lingua geral; o segundo imprimiu-o em 1885 a *Revista da Secção da Sociedade de Geographia de Lisboa no Rio de Janeiro*.

Comparando os escritos nota-se que os primeiros datados de 84 só em parte podiam fundar-se em observações proprias; o autor recorreu a informações escritas ou verbaes dos confrades. A *Narrativa*, datada, quanto á primeira parte, de 16 de Outubro de 1586 apresenta-se mais solida, mais directa e mais classificada.

Fernão Cardim nada tem de extraordinario, mas recommenda-se á sympathia e ao estudo por mais de um aspecto.

Era temperamento vibratil, em que as sensações batiam fortes, seguidas, dando ás vezes um estilo por

assim dizer offegante. “O padre visitador, informa, foi sangrado tres vezes, enxaropado e purgado, provido de todas as gallinhas, alcaparras, perrexil, chicoreas e alfaces verdes e cousas doces e outros mimos necessarios, que parecia estarmos em o collegio de Coimbra” De Joseph de Anchieta, o provincial prestigioso e com fama de thaumaturgo, escreve: “o padre vinha de trás, a pé, com as abas na cinta, descalço, bem cançado; é este padre um santo de grande exemplo e oração, cheio de toda a perfeição, desprezador de si e do mundo, uma columna grande desta provincia e tem feito grande christandade e conservado um grande exemplo; de ordinario anda a pé, nem ha retira-lo de andar sendo muito enfermo. Emfim, sua vida é “verè apostolica”

Para elle a natureza existia, uma natureza vivida e palpitante. Seduziam-no as aguas dos rios, a variedade das flores, a frescura dos bosques, o canto das aves. “Era para vêr neste caminho a multidão, variedade das flores, das arvores, umas amarellas, outras vermelhas, outras roxas, com outras muitas varias côres misturadas, que era cousa para louvar o Creador Vi neste caminho uma arvore carregada de ninhos de passarinhos, pendentes de seus fios do comprimento de uma vara de medir ou mais, que ficavam todos no ar com as boccas para baixo: tudo isto fazem os passaros para não ficar frustrado seu trabalho; usam daquella industria que lhes ensinou o que os criou, por se não fiarem das cobras que lhes comem os ovos e os filhos”

Não lhe é estranho o encanto da paizagem.

“Tem uns dias formosissimos (o Rio) tão apraziveis e salutiferos que parece estão os corpos bebendo vida. Tudo são serranias e rochedos espantosos. Desta serra descem muitos rios caudaes que de quatro a sete leguas se vê alvejar por entre matos que se vão ás nuvens.

“A cidade está situada em um monte de boa vista para o mar, e dentro da barra tem uma bahia que Bem parece que a pintou o supremo pintor e architecto do mundo Deus Nosso Senhor, e assim é cousa formosissima e a mais aprazivel que ha em todo o Brasil; é tão capaz que terá vinte leguas em roda, cheia pelo meio de muitas ilhas frescas, de grandes arvoredos, que não impedem as vistas umas ás outras, que é o que lhe dá graça.”

O amor á natureza devia inclina-lo aos Indios. Não conheceu os que, em estado de liberdade, quaes os defrontaram os primeiros descobridores, em pura idade de fogo e pedra, permaneciam agora em brenhas alongadas. Os indios avistados já contavam trinta annos de catechese systematica, iniciada no governo de D. Duarte da Costa pelo inesquecivel e tão ingratamente esquecido Manuel da Nobrega. Os jesuitas observadores, intelligentes e praticos tinham concentrado seus esforços em fazer de varias tabas um só aldeamento, regido por uma especie de meirinho nomeado pelo governador, com a vara de officio, que os enfunava de vaidade, com meios de se fazer obedecer, podendo pôr gente no tronco; em extinguir a antropophagia, a polygynia e a bebedice de vinhos de frutas

em que os indios eram insignes. O mais só caberia ao tempo.

As ocas, com a confusão e multiplicidade de casas contiguas ou antes continuas, existiam ainda intactas. Conservavam-se as dansas características; como os vestuarios não chegavam para todos, andavam mulheres nuas (cousa para nós mui nova, diz sem biocos o viajante) No Rio agradou-lhe particularmente uma dansa de çunumis: “o mais velho seria de oito annos, todos nusinhos, pintados de certas cores apraziveis, com seus cascaveis nos pés e braços, pernas, cinta e cabeças, com varias invenções de diademas de pennas, collares e braceletes: parece que se os viram nesse reino, que andaram os dias atrás delles”

Sua benevolencia estende-se aos estudantes e ás comicas recepções estramboticas, com discursos em linguas diversas, epigrammas, etc.

A gente da terra tudo servia de pretexto para festanças: pairava uma atmospherá de kermesse, de *pageant*, de irreal.

Numa aldeia da capitania do Espirito Santo meninos e mulheres, com suas palmas nas mãos e outros ramalhetes de flores, representavam ao vivo o recebimento do dia de Ramos — e isto em Novembro. Pelo mesmo tempo, uma confraria dos Reis, por não ser ainda o tempo consagrado, quiz exhibir ao padre Visitador suas magnificencias. “Vieram um domingo com seus alardes á portugueza e a seu modo, com muitas dansas, folias, bem vestidos, e o rei e a rainha ricamente ataviados com outros principaes e confrades da dita confraria. Fizeram no terreiro da nova egreja

seus caracoés, abrindo e fechando com graça, e os vestidos não carregavam a muitos porque os não tinham”

No Rio, depois da festa das canoas, lembrança das guerras de Estacio de Sá, enquanto se representava um dialogo do martyrio de São Sebastião, com côros, varias figuras mui ricamente vestidas, foi asse-teado um moço atado a um páo: “causou este espectáculo muitas lagrimas de devoção e alegria a toda a cidade por representar muito ao vivo o martyrio do Santo”

Estas amostras de aspectos diversos de Cardim poderiam interpretar-se como symptomas de superficialidade. Não são. A cada instante apparecem reflexões pertinentes. Mas o padre sentia como um estheta; não finalizava, não moralizava: embebia-se no espectáculo, além do bêm e do mal. E’ talvez unico o passo edificante relativo aos engenhos da Bahia. “Os encargos de consciencia são muitos; os peccados que se commettem nelles não têm conta; quasi todos andam amancebados por causa das muitas occasiões; bem cheio de peccados vai esse doce por que tanto fazem; grande é a paciencia de Deus que tanto soffre”

Talvez no seu tempo de ministro, obrigado a curar dos estomagos alheios, pegasse um pouco de gastronomo. A palavra iguaria volta com insistencia. “No Collegio da Bahia nunca falta um copinho de vinho de Portugal, sem o qual se não sustenta bem a natureza por a terra ser relaxada e os mantimentos fracos”

Na visita aos engenhos do reconcavo feita em Janeiro e Fevereiro de 84, golpeia-o a fartura dos

banquetes, a facilidade com que eram servidos hospedes imprevistos.

Na Bahia a questão de açougue, tratada em tantas actas da Camara de S. Paulo, não existia. As aguas prodigiosas eram inexauriveis; os senhores de engenhos tinham sempre todo o genero de pescados e mariscos de toda a sorte “por terem deputados certos escravos pescadores pera isso e de tudo tinham a casa tão cheia que na fartura pareciam uns condes” Nos engenhos mais afastados do mar existia toda a variedade de carnes, gallinhas, perús, patos, leitões, cabritos. Por Gabriel Soares sabemos que a gente de tratamento só comia farinha de mandioca fresca, feita no dia. O mesmo autor dá uma lista, forçosamente incompleta, das conservas e doces, transplantados uns de além-mar, aprendidos outros na terra. Dir-se-ia um paiz de Cocagne.

Tudo isto são manifestações de um factõ unico — a phase economica chamada “oikos” pelos especialistas, em que productor e consumidor se identificam. Naturalmente os casos não apparecem na sociedade bahiana com a singeleza a que os reduz a sciencia experimental, mas o exame attento revela sua estrutura genuina.

Para melhor conhece-lo é indispensavel o estudo do velho jesuita, finado ha trezentos annos, no fragor das armas e angustias da invasão.

Forma airoso entre os mais dignos jesuitas que vão de 1550 a 1700: Manoel da Nobrega, Luis da Grã, Joseph de Anchieta, Antonio Vieira, Alexandre de Gusmão, Andreoni, etc.

A OBRA DE ANCHIETA NO BRASIL

Publicado n' *O Jornal* de 9 de julho de 1927 e transcripto no de 31 de julho deste anno, com revisão do autor.

A OBRA DE ANCHIETA NO BRASIL

A CHEGADA DE ANCHIETA AO BRASIL

José de Anchieta (escrevia-se também, Anxeta, e Anxieta, o que fixa a pronúncia), aportou á bahia de Todos os Santos, em Julho de 1553, na companhia de D. Duarte da Costa, segundo governador do Brasil, do padre Luis da Grã, futuro provincial dos Jesuitas, de varios padres e irmãos da ordem.

Natural de Teneriffe, filho de pai biscainho e mãe guanche, incidentes desconhecidos levaram-no cedo a Coimbra, aonde começou os estudos. Seduziu-o a fragrança da recémfundada Companhia de Jesus, e aos 17 annos alistou-se na milicia de Loyola. Vinte contava ao ser expedido para o Brasil, mais propicio, no entender das autoridades de além-mar, ao seu estado valetudinario.

Na cidade da Bahia estavam apenas o padre Salvador Rodrigues, moribundo que só esperava a permissão do superior para passar a vida melhor e Vicente Rodrigues, irmão da primeira leva de 49, que servia de enfermeiro e ensinava a rezar. Um semestre bastara ao padre Manoel da Nobrega para prever os tristes successos que não tardariam a provocar o novo bispo e sua clerezia. Assim aproveitara-se do navio em que Thomé de Sousa ia visitar as capitancias de baixo, e deixou-se ficar na de S. Vicente.

Pouco depois chegou á capital, o padre Leonardo Nunes, que por mandado de Nobrega conduziu a Anchieta e quasi todos os outros para o sul.

Na sua ausencia Nobrega tinha transposto a serra de Paranapiacaba e escolhido logar para seus subditos se recolherem e trabalharem na conversão dos Indios sem os inconvenientes da marinha. Deixando a borda da mata, com a villa de Santo André, erigida pelo governador geral, procurou os campos de Piratininga, já conhecidos de Martim Affonso. Attrahia-o a proximidade do rio Tietê, caminho do Paraguai, sobre o qual fundara e algum tempo nutriu esperanças, levado de informações favoraveis, quanto á docilidade do gentio e facilidade de catechiza-lo.

No dia da conversão do apostolo do gentio, a 25 de janeiro de 1554, lançaram-se os fundamentos da actual cidade de S. Paulo, em Piratininga. Anchieta esteve presente.

Em breve começaram a apparecer os quilates do noviço. As solidas humanidades que adquirira indicaram-no para a redacção das cartas quadrimestraes. Fez-se professor de primeiras letras, de latim, não só de irmãos como de sacerdotes, do padre Manoel de Paiva, por exemplo, superior da missão. Para supprir a falta de livros de ensino perdia parte da noite a traslada-los. Fazia peças manuaes proprias ao escambo com os vizinhos que ajudaram a minguar a fome. Sua actividade physica e sua actividade intellectual não conheciam fadiga.

Si em sua casa de Teneriffe o basco era a lingua de familia, fica explicada a facilidade com que aprendeu o tupi, lingua de estructura congenere, e reduziu-a á grammatica.

O mesmo succedera ao padre João de Aspilcueta Navarro. “O padre, reza uma carta de Nobrega, de 10 de Agosto de 1549, menos de um semestre depois da chegada com Thomé de Sousa, “o padre já sabe a lingua delles, que, ao que parece, se conforma com a biscainha, de modo geral que com elles se entende”

A arte da lingua ainda manuscrita, foi tornada revista obrigatoria desde 1560, pelo padre Luis da Grã. Revista diuturnamente por entendidos, foi impressa a primeira vez em 1595; no ultimo quartel do seculo passado reimprimiu-a e traduziu-a Julius Platzmann, benemerito alemão a quem os estudos americanistas tanto devem.

O POEMA Á VIRGEM

O prestigio de Anchieta junto a Nobrega, já provincial da Companhia de Jesus, manifestou-se no chamado armisticio de Iperoig. As hostilidades entre os moradores de S. Vicente e os Tamoios comarcãos do Norte subiram a tal ponto que Nobrega, devidamente autorizado pelos da governança da terra, foi se estabelecer entre elles, como refem, a ver si os pacificava. Tropego, gago, ignorante do falar indigena, precisava de auxiliar que lhe realçasse a figura veneranda e levou comsigo Anchieta. As negociações depois de cinco

mezes deram resultado satisfatorio. A este episodio prende-se o poema latino que Anchieta, refem unico, isolado nos ultimos mezes — pois Nobrega, julgou oportuno dirigir as negociações de São Vicente —, fez voto de consagrar á Virgem si conseguisse atravessar incolume as tentações da carne.

O poema foi impresso e reimpresso nos livros de Simão de Vasconcellos. Este pinta o poeta escrevendo na arêa com uma varinha: “compunha os versos e logo, virando-os á praia, fazia della branco papel em que os escrevia para melhor mette-los na memoria” Dispensa-nos de calcular o tamanho das letras e da caneta a narrativa singela de Pedro Rodrigues, segundo o qual Anchieta fazia os versos passeando a beira-mar, decorava-os e assim ao voltar para o povoado não lhes custava passa-los em papel. O feitio mnemonico dos metros facilitava a passagem.

O anno seguinte, de 64, consumiu Nobrega e portanto seu imprescindivel auxiliar, em organizar a empreza de Estacio de Sá, mandado sem recursos sufficientes, a fortificar o Rio de Janeiro, abandonado depois da derrota dos Francezes em 1560. A’ armada, quasi inteiramente devida a seus esforços, o Provincial juntou dois jesuitas: Gonçalo de Oliveira, sacerdote e José de Anchieta, irmão. A este quiz fazer superior, mas cedeu ás suas observações e, á despedida, perante a comunidade, declarou: “o padre por ser sacerdote, será superior, mas lembrar-se-á, pois o irmão foi seu mestre, do respeito e reverencia que lhe deve ter e de tomar seus conselhos”

A efficacia do armisticio de Iperoig, patenteou-se logo aos mais scepticos: de Bertioga á barra da Guanabara não appareceram inimigos; os Tamoios das cercanias, realmente pacificados, preferiram retirar-se para o sertão a fazer causa commum com os parentes do Rio de Janeiro e Cabo-Frio.

Depois de assistir aos primeiros dias da installação da futura cidade, do que uma carta sua, infelizmente muito mutilada pelo tempo, é o unico documento conhecido, Anchieta seguiu para a Bahia a tomar ordens sacras. De caminho visitou a casa e as aldeias do Espirito Santo, segundo ordem do superior

Da Bahia, já clérigo de missa, voltou com Men de Sá, terceiro governador, com o bispo, d. Pedro Leitão, seu antigo collega de Coimbra, com Ignacio de Azevedo, primeiro visitador da Companhia. Com esta armada Men de Sá esmagou os Tamoios, ainda resistentes, e os Francezes espalhados pelas aldeias e mais perigosos agora que na derrocada fortaleza de Ville-gaignon. Da entrada da barra transferiu a cidade para a mata secular do morro do Castello, de pittoresca memoria.

Nesta estadia autores jesuitas inserem a historia de Bolés, o Jean Cointa da narrativa de Lery, Francez, fidalgo e hereje condemnado á pena ultima. O carrasco mostrava-se bizonho no officio: o hereje reconciliado de fresco, podia explodir em blasphemias e reincidir nas mesmas erroneas. Anchieta, para evitar a perda de uma alma que conquistara, substituiu o carrasco. Desta historia pouco edificante, têm-se aproveitado in-

creos e protestantes. Será verdadeira? Manca pelo menos num ponto capital: Bolés não morreu no Rio, mas na India, para onde foi mandado depois de annos de vida ruidosa no Brasil e de um processo rigoroso no Santo Officio de Lisboa. Si victima houve não foi certamente elle.

O PROVINCIALATO

No Rio, ficou Manoel da Nobrega como reitor do novo collegio e poucos annos mais viveu. Anchieta seguiu para o Sul. Nos annos seguintes apparece como superior de S. Vicente ou de Piratininga ou simples sacerdote, descendo rios encaxoeirados como o Tietê, de que um salto ainda perpetua sua lembrança, perambulando na infindavel praia de Itanhaem, que ainda hoje guarda o aspecto sob que Anchieta a conheceu, ideando e representando autos, especie de antecipação do cinema, literatura para quem não sabia ler, poetando em quatro linguas: tupi, latim, portuguez e castelhana.

A Companhia possuia embarcação propria para os Provinciaes inspeccionarem a Provincia e os superiores locais irem ás congregações da Bahia. Naturalmente assistia a uma dessas congregações na cidade do Salvador, quando recebeu a nomeação de provincial em 1557

A nomeação só surpreendeu a elle.

Em toda a provincia ninguem o igualava em credito. A Roma chegaram como pregoeiros suas proprias cartas, tão instructivas sempre que podia forrar-

se dos padrões obrigatórios, e as impressões levadas por Ignacio de Azevedo deixaram-no assignalado.

No decurso de seu provincialato chegou ao Brasil o segundo visitador dos Jesuitas, Christovão de Gouvêa. Com este veio Fernão Cardim que assim descreveu o Provincial em uma carta para o reino: “o padre vinha de traz, a pé, com as abas da cinta, descalço, bem cançado; é este padre um Santo de grande exemplo e oração, cheio de toda a perfeição, desprezador de si e do mundo, uma columna grande desta provincia e tem feito grande christandade e conservado um grande exemplo: de ordinario anda a pé, nem ha tira-lo de andar sendo muito enfermo. Emfim, sua vida é “veré apostolica”

Concluido o provincialato, em que o substituiu Marçal Beliarte, foi-lhe permittido escolher a residencia que quizesse, mas educado na escola da obediencia preferiu ficar ás ordens de Fernão Cardim, feito reitor do Rio de Janeiro. Convenceram-se então que não era o invalido que suppunham, e do Rio passaram-no á capitania do Espirito Santo, como superior e depois como simples missionario.

Este periodo aproveitou em escrever apontamentos sobre as missões da Companhia e de alguns dos missionarios já fallecidos. Conhecem-se apenas excertos, conservados em Pero Rodrigues, Simão de Vasconcellos e Antonio Franco, verdadeiramente admiraveis. Si o livro não estiver definitivamente perdido e vier algum dia á luz, será um regalo, ver-se-á que psychologo penetrante era o apostolo do novo mundo. — Que pena

soubessem melhor ao paladar da época as gemmadas de um Simão de Vasconcellos !

José de Anchieta morreu a 9 de junho de 1597 em Reritiba (Leritiba, ostreira), chrismada Benevente na reacção pombalina, hoje Anchieta, Estado do Espirito Santo.

A fama do thaumaturgo que já tinha em vida, acompanhou-o ao tumulo; desde logo começaram a ser notados e autenticados seus milagres. Numerosas biographias foram escritas, das quaes a mais antiga, a de Pero Rodrigues, foi publicada pela Bibliotheca Nacional.

A historia posthuma de José de Anchieta merece vir á luz. Reunir suas cartas, seus escritos varios, em prosa e verso, é uma divida que não admitte mais moratoria.

PREFACIO AO DIARIO DE PERO LOPES
DE SOUSA

Prefacio ao *Diario de Pero Lopes de Sousa* (1530-1532), edição de 500 exemplares, *Serie Eduardo Prado*, 1927.

PREFACIO AO DIARIO DE PERO LOPES DE SOUSA

Entre os manuscritos da Biblioteca da Ajuda, Francisco Adolfo de Varnhagen descobriu um codice relativo á viagem de Martim Affonso de Sousa ao Brasil, attribuido a Pero Lopes de Sousa, seu irmão, donatario das capitancias de Santo Amaro e Tamaracá. Nem Barbosa Machado nem qualquer outro bibliographo referira a obra, conservada em tres copias, e pode-se imaginar seu sobresalto. Cotejando-as preparou um texto, enriqueceu-o de notas preciosas e com os magros recursos de estudante editou alvoroçado o *“Diario da navegação da armada que foi á terra do Brasil em 1530 Lisbôa, 1839”*

Filho de mãe portugueza e de um alemão, desde 1803 emigrado para Portugal e chamado em 1810 a gerir o estabelecimento de Ipanema em S. Paulo, Francisco Adolfo nasceu em 1816 em terras da fabrica de ferro, aonde um monumento significativo aviva sua memoria e “sua alma immortal reune todas as suas recordações”

Pouco antes da independencia da colonia o velho Varnhagen, já tenente-coronel do exercito, voltou para a metropole. A familia seguiu-o apenas as circunstancias o permittiram. Apesar de insistencias de amigos, alguns occupando posições eminentes sob o novo regime, não quiz mais saber do paiz a que votara tantos annos de actividade. Falleceu em 1842, no posto de coronel.

O filho cursou estudos militares, interrompidos durante os mezes de 1833 que serviu como 2.º Tenente de artilharia nas forças de D. Pedro, ex-imperador, duque de Bragança, contra D. Miguel, concluidos mais tarde no posto de tenente de engenheiros.

Desde os bancos academicos sua mentalidade revelou-se em varios ensaios. Aos 22 annos apresentou á Academia das Sciencias de Lisbôa, reflexões criticas sobre a "*Noticia do Brasil*" impressa sem nome do autor pelo mesmo instituto. A Academia approvou as "*Reflexões*" imprimiu-as a sua custa e debaixo do seu privilegio, elegeu-o socio correspondente.

Nas "*Reflexões*" revelava-se grande conhecedor das chronicas e em geral da bibliographia brasilica, bastante familiarizado com os archivos, versado em sciencias naturaes. Para estas, em cujo trato passara a adolescencia, revelava decidido pendor. Preoccupava-o sobretudo a geographia. Refazer o livro de Ayres do Casal seria talvez uma das ambições do collaborador da Chorographia caboverdiana: o de Guts-Muths apontava o caminho desde 1827

O "*Diario*" de Pero Lopes desviou o joven erudito da geographia para a historia do Brasil. Ao mesmo tempo fundou-se nesta capital o Instituto Historico e Geographico. Varnhagen previu seu futuro, collaborou utilmente desde os primeiros numeros da revista, enviando documentos e copias, manuscritos e communicções originaes. Uma viagem feita em 1841 po-lo em communicção com os socios do Instituto e provou-lhe que aqui se interessavam sobretudo pela

historiographia: mais um motivo para preferi-la á geographia.

Objeto principal da sua viagem constituiu reivindicar seus direitos de brasileiro nato. Não era facil ao official de um exercito estrangeiro, mas tantos titulos o recommendavam que tudo conseguiu. Logo depois entrou para a diplomacia, amparado nos primeiros passos por Menezes de Drumond, nosso prestigioso ministro junto á Côrte de Lisbôa, férvido e desinteressado amator de estudos historicos.

Entrado na carreira diplomatica, Varnhagen só de passagem veio depois ao Brasil e só á historia se pode applicar. Os amores geographicos reviveram nos ultimos annos da sua vida. Deixando as commodidades de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto á Côrte de Vienna, internava-se pelo sertão de Cayaz á procura de lugar mais proprio para a capital do paiz, questão que o preoccupou desde a mocidade. Como lembrança de sua passagem deixou na Formosa da Imperatriz um barometro que ainda existia annos depois.

Da mocidade de Pero Lopes, o autor do "*Diario*", pouco se sabia em 1839, e não se sabe muito agora. Numa carta do conde de Castanheira a Martim Affonso lê-se: "Pero Lopes, vosso irmão, está feito um homem muito honrado, e outra vez vos affirmo muito honrado e digo-volo assim porque pode ser por sua pouca idade vos pareça que terá bons principios, mas que não está ainda de todo bem assentado nisso, como volo eu aqui digo, que é ainda menos do que o que delle cuido"

Varnhagen, que divulgou este trecho, fixou-lhe a data em 1538, data evidentemente inadmissivel. Pode-se melhora-la, attendendo a uma observação de Jordão de Freitas, digno director da Biblioteca da Ajuda, e o melhor conhecedor da materia. A carta, lembra o erudito historiador num solido capitulo da "*Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*" (3.º, 120), devia ser escrita quando Martim Affonso andava fóra da côrte aonde residia o Conde. Aventuras amorosas e acções militares retiveram Martim por terras de Espanha até 1525. Esta data condiz bem com a "pouca idade" de Pero Lopes. Não andaremos muito arredados da verdade suppondo que nasceria pelas proximidades de 1510 e seria de vinte annos pouco mais ou menos quando acompanhou o irmão ao novo Mundo, idade approximada da de Varnhagen ao editar o "*Diario*"

Mesmo conservado em tres copias, o "*Diario*" apparece profundamente deteriorado: erros de datas, saltos de dias, paginas desaparecidas. Tendo á vista

todas as peças do processo conclue Jordão de Freitas, ib, 132: “O manuscrito dado á publicidade por Varnhagen é antes uma truncada relação do itinerario e viagem de Pero Lopes, capitão de um dos navios da armada de seu irmão Martim Affonso de Sousa — relação, narrativa ou chronica, baseada muito embora num diario de bordo que não chegou até nós” A manipulação vem de longe: com sua autoridade indiscutivel Pedro de Azevedo sitúa a copia mais antiga na segunda metade do seculo 16.º

Das paginas mutiladas do “*Diario*” resalta a personalidade do autor, embarçado a 3 de Dezembro de 1530 commandando a nau em que vinha o irmão, transferido para a nau franceza tomada em Fevereiro seguinte no litoral pernambucano e chrimada Nossa Senhora das Candêas, investido no commando geral á volta do novo Mundo. Em todas ellas perpassa em pleno movimento, tomando a altura do sol, levando a sonda por vezes a duzentas braças, amainando velas, emendando os mastros, calafetando cascos, fazendo aústes para supprir ancoras, rebocando bergantins, trepando na gavea para descobrir o inimigo, subindo arvores alterosas para reconhecer o campo, caçando, pescando, pelejando, pelejando.

Os lances mais perigosos acrisolavam-lhe a energia. “ia já tão perto da ponta que a uns parecia que a podiamos cobrar, e outros bradavam que arribassemos; era tam grande revolta na nao que nos nam entendiamos; mandei meter toda a gente debaxo da coberta; e mandei ao piloto tomar o leme, e eu me fui á

proa, e determinei de fazer experiencia da fortuna, e me pôr a ver se podia dobrar a ponta; porque se a nam dobrava nam havia onde varar, senam em rocha viva, onde nam havia salvaçam: e assim fomos e prouve a nossa senhora e ao seu bento filho, que a dobramos: e fui tam perto della que o mar que arrebetava na costa nos tornava com a ressaca a dar na nao, e nos lançou fóra”

Nos trinta annos decorridos de Cabral naturalmente fizeram-se roteiros para guia dos navegantes: um specimen do que poderiam ser vai em appenso. Vestigios de taes roteiros nomativos, contendo as experiencias, não de um mas de varios navegantes, revelam-se ao exame attento do “*Diario*” “As aguas nesta paragem correm a loeste com muita força. Nesta paragem correm as aguas loesnoroste: em certos tempos correm mais; s. c. desde Março até Outubro correm com mais furia” Para saber “se estais de barlavento ou de julavento da ilha de Fernão de Loronha, quando estaes de barlavento vereis muitas aves, as mais rabiforcados e alcatrazes pretos” “Este dia não correu pescado nem-um comnosco, que é sinal nesta costa de estar perto da terra; e outro nem-um não tem sinão este” Os ventos suestes e lessuestes ventavam já muito tendentes, que nesta costa ventam desde Fevereiro até Agosto. A monção dos ventos suestes começava desde o meado de Fevereiro até Agosto.

Para a historia o “*Diario*” fornece menos do que fora de esperar Dos diversos encontros navaes ape-

nas indica a duração e o desenlace. Os combates que reconquistaram a fortaleza gallo-pernambucana, provavelmente constantes das paginas perdidas, seriam de todo ignorados sem as allegações suspeitas de Saint-Blancard e as noticias extrahidas por frei Vicente do Salvador de alguma chronica perdida.

O licenciado Antonio Caldeyra, (Doc. Vol. II), advogado de Pero Lopes então afastado na India de onde não tornaria, proclama numerosas feitorias no Brasil e pinta-as como quem só as conhecia de oitiva. A feitoria assemelhava-se ás tabas indigenas: um cercado de pau a pique assente na proximidade de agua potavel, com palhoças para abrigar os moradores, seteiras para atirarem contra o inimigo, commodidade para as mercadorias trazidas de além mar ou preparadas pelos feitores para evitar grande demora nas cargas de retorno.

João de Mello da Camara diz que tal gente se contentava com “possuir quatro indias por mancebas e comerem os mantimentos da terra” Deste ponto encontramos no “*Diario*” a confirmação mais cabal. Na Bahia morava havia vinte e dois annos um portuguez com a descendencia natural entre gente sem vida interior “Aqui deixou o Capitão I (irmão) dois homens para fazerem experiencia do que a terra dava e lhe deixou muitas sementes”

Os Francezes pretenderam chegar á America antes de Colombo e de Cabral. Uma informação por-

tugueza affirma, não se sabe com que fundamento, sua presença na Bahia em 1504. Em 1514 seria mais provavel, mas pouco importa. Vinham ao pau brasil, encontrado em abundancia e da melhor qualidade desde Parahiba e Pernambuco até Sergipe. Neste trecho travaram-se os encontros mencionados no "*Diario*": nelle estabeleceu-se, pouco depois da volta de Pero Lopes para o Tejo, seu maior adversario, Duarte Coelho, que tangeu parte dos invasores para o Sul, para o cabo Frio e Rio de Janeiro, parte repelliu para a costa Leste-Oeste. Só em 1615 Alexandre de Moura destruiu as ultimas resistencias. O numero de pessoas de cabello louro ainda existentes na zona do Nordeste revela a possança da mestiçagem brasilo-gallicana. Por coincidencia singular Constantino Menelau expulsava em 1615 de Cabo-Frio os ultimos francezes e tamoios confederados.

Como começaram as hostilidades entre portuguezes e francezes? Sabemos apenas que os francezes (mairs), tamoios, tupinambás, pitiguares formavam um partido, e os portuguezes (perós), tupiniquins, tabajaras formavam outro.

As "*Navigazioni d'un gran capitano del mare francese*", contemporaneas do "*Diario*" contem as seguintes linhas dignas de ponderação. Imprimiu-as primeiramente Ramusio em sua famosa collecção; reimprimiu-as e traduziu L. Estancelin nas "*Recherches sur les voyages et découvertes des navigateurs normands*" Paris, 1832: attribuem-se a Parmentier ou a algum de seus collaboradores: "E perche mi potria

esser dimandato le cause per le quali li Portoghesi impediscono che li Francesi non vadino alle terre del Brasile ed a gli altri luoghi dove essi hanno navigato, come alla Guinea ed alla Taprobana, io non vi saprei dire altra ragione, salvo che la loro insatiabile avaritia gl'induce à far questo. E quantunque essi siano il più piccolo popolo del mondo, non li par però che quello sia davanzo grande per sodisfare alla loro cupidità. Io penso che essi debbano aver bevuto della polvere del cuore del re Alessandro, che li causa una tal alterazione di tanta sfrenata cupidità, e par à loro tener nel pugno serrato quello che essi con ambedue le mani non potriano abbracciare, e credo che si persuadono che Iddio non fece il mare ne la terra se non per loro, e che le altre nationi non sieno degne di navigare.

“li popoli di dette terre li discacciariano come suoi nemici mortali: e questa è una delle ragioni principali, per la quale non vogliono che li Francesi vi conversino, imperocchè dopo che li Francesi praticano in qualche luogo, non si domandan più Portoghesi, na quelli del paese gli hanno in abiettione e dispregio”

Estas linhas veementes patenteiam a angustia da situação antes da expedição de Martim Affonso de Sousa. E note-se que os francezès tinham agido por impulso proprio ao passo que a acção do governo portuguez com mais ou menos intensidade se manifestara desde o descobrimento de Pedralvares.

Antes de abandonar as “Navigazioni d'un gran capitano del mare francese” —, seja licito transcrever um trecho que commenta o item do “*Diario*” relativo

ao dia 3 de Fevereiro de 1531, em que os indios vieram a nado offerecer pau brasil para o resgate.

“Barattano il verzin in manarette, cunei, coltelli, e in qualche luogo è necessario che lo vadino à cercar in compagnia fin à trenta leghe dentro del paese, e ciascuna compagnia ha il suore, e saranno da quatrocento e cinquecento per compagnia, e portano ciascuno il suo pezzo di legno alli Francesi fin alla marina, e li barattano colle dete manare, cunei, e coltelli ed altri ferramenti, à tal che stimano molto più caro un chiodo che uno scudo”

Durante sua ephemera presidencia da Academia de Letras, Afranio Peixoto cogitou de imprimir ou reimprimir obras representativas da historia e da cultura brasileiras. O "*Diario*" de Pero Lopes não podia ser omittido e para apresenta-lo ao publico impunha-se o nome de Eugenio de Castro, capitão de corveta, autor de dois livros de valor real, que tinha feito uma viagem á roda do mundo e conhecia de visu o litoral brasileiro.

A qualidade de official de marinha só trazia um inconveniente. Os caprichos da burocracia podiam manda-lo para alguma flotilha da fronteira ou qualquer capitania de porto, destituido de todos os recursos necessarios á empreza. A intervenção de Mario de Alencar, o nunca esquecido Mario, afastou estas nuvens. Miguel Calmon requisitou-o para o Ministerio da Agricultura; os horizontes appareceram serenos e poude trabalhar desafogado.

Novas difficuldades sobrevieram, porém. O vento soprou de um quadrante contrario á direcção da Academia e varreu-a. Só a historia e o tratado de Gandavo, que Rodolpho Garcia preparou e imprimiu a tempo, escaparam ao pampeiro. O "*Diario*" de Pero Lopes parecia destinado ao limbo, sinão fôra a "*Serie Eduardo Prado*" que o acolheu. Nesta ficou melhor. Martim Affonso e Pero Lopes são nomes principalmente paulistas como os de Eduardo Prado e Paulo Prado. Considerações de espaço e tempo foram desattendidas e a obra veiu á luz em plena madureza.

O texto da presente é o da 3.^a e da 4.^a edições de Varnhagen: commentario perpetuo o acompanha da primeira á ultima pagina.

Direcção dos ventos, marcha dos navios, indicações das imperfeitas agulhas, sondagens, accidentes do fundo do mar revelados por ellas, configuração e colorido das costas e costões, tudo interroga o consciencioso editor, tudo confirma, para alcançar a realidade e conseguir maior clareza.

A's vezes confia demais nos conhecimentos dos marinheiros de agua doce. Palavras usadas na marinha de vela e mantidas ainda na era do vapor, familiares a quem durante tantos annos viu o "seamy-side", taes palavras mesmo com o auxilio dos glossarios usuaes, reduzem-se para nós a meros "flatus vocis" Uma explanação supplementar não seria demais.

A identificação de nomes antigos espalhados pelo "*Diario*", e coevos, nem sempre é facil. Alguns sumiram-se sem deixar vestigio, como cabo "*Percauri*", bahia de "*São-Lucas*" abra de "*Diogo Leite*"; outros sobrevivem, porém mudada a applicação: "*Porto-Seguro*" de Cabral, por exemplo, é a hodierna "*Santa-Cruz*"

Nestes apuros podem prestar bons serviços as antigas cartas nauticas, em geral mais poupadas pela acção do tempo que os roteiros, quasi todos consumidos. Dellas, depois que se começou a reconhecer sua utilidade, existem varias reproduções entre as quaes occupam lugar primacial — os atlas de Rio-Branco. Taes estudos começou entre nós Orville Derby com

uma sagacidade pouco commum. Continuaram-nos Theodoro Sampaio e Gentil Moura, seus discipulos e companheiros de trabalho; ninguem os levou mais longe que o novo editor do "*Diario*"; serviu-lhe de guia a monumental Sentença do governo suiso na arbitragem do Oyapock. Assim poude ser esmiuçado o litoral do Brasil a partir da abra de Diogo Leite, e parte do estuario platino.

As paginas do "*Diario*" relativas ao Prata são as mais desenvolvidas e succulentas. As proximidades das duas margens duplicava e intensificava a visão, a feição temperada do clima e da vegetação, a abundancia de caças parecidas com as da península, a fartura inverosimil do pescado, expandiam o espirito deprimido pela monotonia do Atlantico.

Sobre os aborigenes ha noticias apreciaveis. Com surpresa encontra-se "*guarani*" como designativo de um idioma. Em tudo isto resumbra o influxo dos que voluntarios ou forçados foram ficando por ali desde a armada de D. Nuno Manuel ou da Gazeta Alemã.

Como observador ethnographico Pero Lopes revela capacidade somenos. "A 'gente desta terra é toda alva, os homens muito bem dispostos, e as mulheres mui formosas, que não hão nem uma inveja ás da rua Nova de Lisbôa" "A gente deste Rio é como a da Bahia de Todos os Santos, senão quanto é mais gentil gente" A estas linhas reduz-se tudo

quanto o "*Diario*" contem sobre a indiada da Bahia e Rio de Janeiro.

O editor localiza as tribus da costa do Brasil com uma segurança de que nem todos partilharão. Dos Guianazes de Piratininga, assoalhados por frei Gaspar da Madre de Deus, despede-se com visível pesar. Entretanto o debate está encerrado. Guianazes, Miramomins, Guarulhos, Gualaxos, são um só grupo, falando lingua differente da geral. "Miramomins, informa Pero Rodrigues na biographia de Anchieta, escrita poucos annos depois da morte do taumaturgo, a maior força delles vive pelas mattas e serras da capitania de S. Vicente, obra de duzentas leguas pelo sertão dentro e obra de outras tantas até a campina de Espirito Santo" isto é, Minas Geraes. Gualaxos havia na Bahia e no Prata.

Os factos historicos apontados no "*Diario*" foram esclarecidos, ora mais, ora menos; alguns, extrahidos de documentos castelhanos, são agora adduzidos pela primeira vez em livro brasileiro.

Do commentario fazem parte e parte precipua, numerosos mapas gravados na imprensa militar, sob o patrocínio de Taçso Fragoso, autorizado pelo Ministro da Guerra. Sua importancia dispensa encarecimentos. Com elles lucrou primeiramente Eugenio de Castro, obrigado a dar maior rigor ás suas conclusões, de modo a caberem em fórmias graphicas. O leitor que os estudar attento ficará sabendo muita cousa.

Dos documentos, reunidos no segundo volume, alguns são inéditos.

Abrem o livro dois capitulos sobre os “*Antecedentes historicos*” que determinaram a partida da expedição de 1530 ao Brasil e a “*Arte de navegar*” com os typos dos navios da estudada expedição; fecham-no tres outros sobre “*Sam Vicente*”; “*Regresso de Martim Affonso*” — “*Portugal de 1530 a 1535*”; e conclusões sobre “*A expedição de 1530*” Basta dizer que estão á altura do conjunto.

Terminando estas mal traçadas linhas por intimação de Paulo Prado e do erudito editor, só me resta exprimir o desejo que haja leitores dignos de tanto trabalho e tanta intelligencia.

O Museu Britannico possui um fragmento de roteiro primeiro notado no "Catalogo de Figanière" Vae em seguida, segundo a copia do proprio original feita por J. Lucio d'Azevedo.

JSUS SEIA COMYGO

Regimento e coneseinsa da costa do Brazil das qu eu amday que sã mays conycidas em dadas que a feyto per mynha mão que escrevy d 1540 annos

A ylha de fernão buquo que se chama ylha lingoa dos negros tamarauca e chamase fernão buquo o velho porque esteue ahy permejro huã fortaleza Delrey.

Per coneser este porto de fernão buquo ou ylha de tamarauca estando este e oeste com elle faz huna tera alta a longo do mar e tambem faz huna bocha que he do rio com huna pareira fermecha e pera lla tera dentro faze etera rasa (?)

achamdonos emtre esta ilha e mari vereis tres teras altas mais que as outras e a outra tera raza escaluada a verdadeyra sã tres teras que esta pera tamarauca tem hua aruore mais alta que as outras e pera a ilha de tamarauca e tudo tera raza esta tera que tem esta arvore a que esta mais chegada a tamarauca e mari esta e na tera.

Das tres mays altas a do sol (sul?)

e o porto de marin he huna resife este huma legoa desta tera mais altas que omde se chama marin esta ylha e povosão.

na bocha do aresife ay no fundo quatro brasas e quatro e mea e quando emtrares chegarvoses bem a resife que tambem tem huna baxa e no meio e bem vos

aveis de chegar ao resife e pera la outra bamda do norte como fordes dentro sorgireis em tres brasas pouquo mais o menos e no fundo achareis areia.

como emtrão mari digo no porto de marim e não pera sima e no arisife e huna degolada que fas nom a mais de des palmos dagoa de baxa mar

Do cabo pera mari esta huna alta tera que se chama pero cabrim (?) tres legoas do cabo e tem arvoredo na tera e praia dareia.

estando cõ marim e co o cabo norte e sul e me parese pouquo mais o menos ao pe do marin da bamda do mar esta e tem huna arvore bem ao pe da terra alta que omde esta marim e da bamda da tera estam dous arvores que boa conesensa.

Do cabo a marim ay em dorete (?) sete llegeas.

o cabo de samto agostinho tem e fas esta conesemsa fas na pomta do cabo hum mouro cõ huna degolada e a pe do cabo e todo vermelho e nesta degolada da pomta do cabo o mouro tem huas arvores estrapadas e todo o mais escalvado pera a tera demtro e fora a degolada tambem tem arvores e pera o norte e todo escalvado de palha carega e pera o sul do cabo esta huna tera gorsa (?) mea legoa que ao lomge paraselo te (?) esta bem a lo myo do mar e ao norte huna legoa do cabo e todo escalvado que não tem senão palha carega e no cabo desta legoa tem bareiras branquas que muito boa conesemsa e toda a tera pera marin e raza e baxa tera do pero cabrim como digo atras.

o cabo cõ marim se core huna com outro norte e sul.

e do cabo da ilha de Samto aleixo e em derota simço legoas.

e chandonos conesta ylha leste ste sner nordeste sueste (?) vereis pera la tera demtro hunas teras altas e compridas com mouros.

Desta ylha pera tera esta hum riacho que se chama o rio fermoso estão enelle cavalois e a resife e tem mata gorso na boca da bamba do norte do rio.

Deste rio ao porto do calvo ai sem derota quatro o simquo legoas e porto do calvo tem dous bocas e tambem arisife e do arisife e porto e a boca do sol (sul), a mais alta.

pera coneser este porto do calvo tem da bã do sol desta boca hunas brancas e no mar e tudo arisife em tera e he praia darea para lla terra mays a demtro e mato gorso (?) e na tera mais adentro e todo escavado e tene huna so arvore pequena a elha (?) am de governar para o fundo do seis e simquo e quatro brasas emdo emtrãodo pella boca a do sul e demtro ai 3 brasas e duas e mea omde surgem

teneis avizo que quãodo emtrares eneste porto do calvo saeis polo meio sem vos achegardes a huna bamba nem outra polo fumdo que digo de seis e sinquo e quatro brasas em tera sorgereis em tres brasas e dous e mea desta boca que tudo e he limpo.

(incompleto).

SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU

Fundada em 11 de Setembro de 1927
Rua Capistrano de Abreu, 45
RIO DE JANEIRO

ESTATUTOS DA SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU

Art. 1.º — Sob a denominação de SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU, fica constituída, nesta Cidade, uma sociedade formada pelos abaixo assignados, amigos e discipulos de João Capistrano de Abreu, no proposito de prestarem homenagem á sua memoria.

Art. 2.º — A Sociedade receberá, devidamente relacionados, dos herdeiros de João Capistrano de Abreu, a Bibliotheca e Archivo deste, que ella se obriga a guardar e conservar, sem nenhuma remuneração por esse serviço, bem como a entregal-os e restituil-os aos mesmos herdeiros, ou a quem os represente legalmente, no caso de dissolução da sociedade.

Art. 3.º — A Sociedade promoverá:

- a) a edição de trabalhos ineditos e cartas-missivas, e a reedição de obras já publicadas de João Capistrano de Abreu;
- b) a traducção e publicação das obras dos viajantes e sabios estrangeiros, que percorreram o Brasil.

Art. 4.º — A Sociedade publicará quaesquer trabalhos e documentos de valor, relativos a assumptos brasileiros, annotados e commentados.

Art. 5.º — A Sociedade criará premios para as investigações, contribuições e obras consideradas de merito, referentes á Historia, Ethnographia, Ethnologia e Linguistica Brasileira, com o fim de incentivar os respectivos estudos.

Art. 6.º — Cada um dos socios effectivos e fundadores contribuirá para as despesas sociaes com a mensalidade de 10\$000, paga adiantadamente por trimestre, semestre ou anno, á vontade do contribuinte, constituindo-se o fundo da sociedade com o saldo das contribuições, rendas e donativos eventuaes.

Parapho unico. — O atraso de um anno no pagamento das contribuições, importará em renuncia ao logar de socio, abrindo-se vaga.

Art. 7.º — O numero de socios será limitado — não podendo exceder de 110 effectivos e 10 honorarios ou correspondentes — e as vagas serão preenchidas por eleição da assembléa da Sociedade e proposta da Commissão Executiva, havendo preferencia para os premiados pela propria Sociedade.

Art. 8.º — Os membros da Sociedade não respondem subsidiariamente pelas obrigações contrahidas, expressa ou tacitamente, em nome della.

Art. 9.º — A Sociedade será administrada por uma Commissão Executiva, composta de 12 socios, que será designada em assembléa geral e exercerá suas funcções durante tres annos.

Art. 10.º — Os membros da Commissão Executiva serão escolhidos entre os socios versados em estudos historicos, geographicos, ethnographicos ou linguisticos, além de um representante masculino da familia de Capistrano de Abreu, que deverá ser um dos membros da Sociedade.

Art. 11.º — A Commissão Executiva distribuirá entre seus membros, de accordo com os conhecimentos especiaes de cada um, os respectivos trabalhos, como tambem os encargos de administração, e escolherá um de seus membros para a direcção geral dos serviços.

Art. 12.º — O membro da Commissão Executiva encarregado geral dos serviços representará a Sociedade em juizo ou fóra d'elle, em suas relações com terceiros e poderá escolher entre os socios, um, para exercer as funcções de thesoureiro, e outro, para os serviços de Secretario.

Art. 13.º — Uma Assembléa Geral terá lugar no dia 23 de Outubro de cada anno, anniversario do nascimento de Capistrano de Abreu, e as demais assembléas sociaes se realizarão por livre convocação da Commissão Executiva.

Art. 14.º — No caso de dissolução da Sociedade, o patrimonio desta, com excepção da bibliotheca e archivo a que se refere o artigo 2.º destes Estatutos, passará a instituição congenere, que se destine aos mesmos fins.

Art. 15.º — Para o caso previsto no artigo anterior, bem como para reforma destes Estatutos, será preciso o voto expresso da maioria absoluta dos membros da Sociedade.

COMISSÃO EXECUTIVA DA SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU
(1930 - 1933)

(SOCIOS FUNDADORES)

PAULO PRADO
 31, avenida Hygienopolis (S. Paulo)

JOÃO PANDIÁ CALOGERAS
 Edifício Paysandú — rua Paysandú — (Rio de Janeiro)

JAYME COELHO
 42, rua Custodio Serrão (Rio de Janeiro)

MIGUEL ARROJADO LISBÔA
 Petropolis (Estado do Rio)

ADRIANO DE ABREU
 50, rua do Corcovado (Rio de Janeiro)

M. SAID ALI
 215, Estrada da Saudade (Petropolis — Estado do Rio)

RODOLPHO GARCIA
 123, rua Sorocaba (Rio de Janeiro)

AFRANIO PEIXOTO
 97, rua Paysandú (Rio de Janeiro)

THEODORO SAMPAIO
 Ilha de Paquetá (Estado do Rio)

AFFONSO DE E. TAUNAY
 Museu Paulista (S. Paulo)

E. ROQUETTE PINTO
 Museu Nacional (Rio de Janeiro)

EUGENIO DE CASTRO
 98, rua Pereira da Silva (Rio de Janeiro)

LUIZ SOMBRA
THESOUREIRO
 16, rua das Magnolias
BIO DE JANEIRO



RELAÇÃO NOMINAL
 DOS
 MEMBROS
 DA
 SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU

ADRIANO DE ABREU — (socio fundador)
 50, rua do Corcovado — Rio de Janeiro

AFFONSO DE E. TAUNAY — (socio fundador)
 Museu Paulista — S. Paulo

AFRANIO PEIXOTO — (socio fundador)
 97, rua Paysandú — Rio de Janeiro

ALARICO SILVEIRA
 810, rua Barata Ribeiro — Rio de Janeiro

ALBA CAÑIZARES NASCIMENTO
 219, rua Barão de Jaguaribe — Rio de Janeiro

ALBERTO RANGEL
 16 bis, rua M. Foch, Sceaux — França

ALCEU AMOROSO LIMA
 149, rua D. Marianna — Rio de Janeiro

ALCIDES BEZERRA
 Archivo Nacional — Rio de Janeiro

ALEXANDRE JOSÉ BARBOSA LIMA SOBRINHO
 Redacção do "Jornal do Brasil" — Rio de Janeiro

ALFREDO ELLIS JUNIOR
 São Paulo

ALTINO ARANTES
 268, rua Frei Caneca — S. Paulo

AMERICO JACOBINA LACOMBE
 30, rua Smith de Vasconcellos — Rio de Janeiro

AMERICO LUDOLF
 47, rua de S. Salvador — Rio de Janeiro

376 MEMBROS DA SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU

ANTONIO BAPTISTA PEREIRA
Hotel Itajubá — Rio de Janeiro

ANTÓNIO DE ALCÂNTARA MACHADO
13, rua Benjamin Constant — S. Paulo

ANTONIO DE ALCANTARA MACHADO
Faculdade de Direito — São Paulo

ANTONIO FELIX DE BULHÕES
139, rua 24 de Maio — Rio de Janeiro

APRIGIO NOGUEIRA
Machado (E. de F. Sul Mineira) — Minas Geraes

ARISTIDES DE ALMEIDA BELTRÃO
Club Naval — Rio de Janeiro

ASSIS BRASIL
Pedras Altas — Pelotas — Rio Grande do Sul

AUGUSTO DE LIMA
452, rua Marquez de S. Vicente — Rio de Janeiro

BARÃO DE RAMIZ GALVÃO
20, rua Araujo Gondim — Rio de Janeiro

BARÃO DE STUDART — (socio honorario)
80, rua B. do Rio Branco — Fortaleza — Ceará

BRAZ DO AMARAL
Campo da Polvora — S. Salvador — Bahia

BRUNO BARBOSA
2, rua José Getulio — São Paulo

CANDIDO MARIANNO DA SILVA RONDON
187, rua Domingos Ferreira — ap. 48 — Rio de Janeiro

CARLOS MALHEIRO DIAS — (socio correspondente)
Rio de Janeiro

CARLOS LEONI WERNECK
165, rua S. Christina — Rio de Janeiro

CARLOS STUDART FILHO
Collegio Militar — Fortaleza — Ceará

CASSIUS BERLINK
Bibliotheca Nacional — Rio de Janeiro

CESAR LOPES
Estação de Corrêas — Estado do Rio

MEMBROS DA SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU 377

CEZAR RABELLO
185, rua Cosme Velho — Rio de Janeiro

CLAUDIO GANNS
466, av. Atlantica — Rio de Janeiro

CLEMENTE BRANDENBURGER
Vassouras — Estado do Rio

CLOVIS BEVILAQUA
572, rua Barão de Mesquita — Rio de Janeiro

COLOMBO DE A. PORTELLA
103, rua Sá Ferreira — Rio de Janeiro

CONDE DE AFFONSO CELSO
35, rua Machado de Assis — Rio de Janeiro

CONSTANCIO ALVES
124 (casa 2), rua Cosme Velho — Rio de Janeiro

DIONISIO CERQUEIRA
228, rua Paysandú — Rio de Janeiro

DJALMA FORJAZ
2, rua Rodrigo Claudio (Acclimação) — S. Paulo

DJALMA GUIMARÃES
S. Geologico e Mineralógico do M. da Agricultura — Rio de Janeiro

E. ROQUETTE PINTO — (socio fundador)
Museu Nacional — Rio de Janeiro

EDGARDO DE CASTRO REBELLO
22, rua Alvares Borgerth — Rio de Janeiro

ELOY DE SOUZA
Natal — Rio Grande do Norte

EMILIO DE SOUZA DOCCA
115, rua Moraes e Silva — Rio de Janeiro

ESTEVÃO DE MENDONÇA
Cuyabá — Matto-Grosso

EUGENIO DE CASTRO — (socio fundador)
98, rua Pereira da Silva — Rio de Janeiro

EVARISTO BIANCHINI
127, rua Joaquim Murtinho — Rio de Janeiro

FELIX PACHECO
972, rua Copacabana — Rio de Janeiro

FERDINAND BRIGUIET
3, Villa George Sand, Paris, XVI arr. — França

FERNANDO AUGUSTO PIRES
Hotel Avenida — Rio de Janeiro

FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO FRANCO
33-A, rua Ministro Godoy — S. Paulo

FRANCISCO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS
173, rua 12 de Maio — Rio de Janeiro

FRANCISCO MENDES DA ROCHA
Ilha de Paquetá — Rio de Janeiro

FRANCISCO DA ROCHA LAGÔA FILHO
13, rua Visconde de Carandahy — Rio de Janeiro

FRANCISCO SÁ
67, rua Almirante Tamandaré — Rio de Janeiro

FRANCISCO SÁ FILHO
32, rua Esteves Junior — Rio de Janeiro

GALENO REVOREDO
106, rua Libero Badaró — S. Paulo

GASTÃO CRULS
34, rua Pereira da Silva — Rio de Janeiro

GUSTAVO BARROSO
83, rua Sá Ferreira — Rio de Janeiro

GUSTAVO LESSA
935, rua N. S. de Copacabana — Rio de Janeiro

HAHNEMANN GUIMARÃES
41, rua Buenos Ayres — Rio de Janeiro

HELIO LOBO
Ministerio' das Relações Exteriores — Rio de Janeiro

HELIO VIANNA
Redacção d' "A Nação" — Rio de Janeiro

HELOISA DE ALBERTO TORRES
Museu Nacional — Rio de Janeiro

HENRIQUE BOITEUX
17, rua B. de Uruguayana — Rio de Janeiro

HENRIQUE CASTRICIANO DE SOUZA
Natal — Rio Grande do Norte

MEMBROS DA SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU 379

ILDEFONSO ALBANO

6, rua Visconde de Caravellas — Rio de Janeiro

ISEU DE ALMEIDA E SILVA

350, rua de S. Clemente — Rio de Janeiro

JAYME COELHO — (socio fundador)

42, rua Custodio Serrão — Rio de Janeiro

JERONYMO FIGUEIRA DE MELLO

Embaixada do Brasil em Lisboa — Portugal

JOÃO DE ALMEIDA PRADO

154, avenida Brigadeiro Luiz Antonio — S. Paulo

J. DE BORGES FORTES

32, rua Henrique Dias — Rio de Janeiro

JOÃO LUCIO D'AZEVEDO — (socio honorario)

21, avenida de Berne — Lisboa — Portugal

JOÃO PANDIÁ CALOGERAS — (socio fundador)

Edificio Paysandú — rua Paysandú — Rio de Janeiro

JOAQUIM DE CASTRO FONCECA

31, rua Visconde de Pirajá — Rio de Janeiro

JONATHAS DO REGO MONTEIRO

339, rua Professor Gabizo — Rio de Janeiro

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

1, rua Major Quedinho — S. Paulo

JOSÉ DE MENDONÇA

80, rua do Curvello — Rio de Janeiro

J. X. DO GUIMARÃES NATAL

20, rua Almirante Tamandaré — Rio de Janeiro

JULIANO MOREIRA

Hotel dos Estrangeiros — Rio de Janeiro

JULIO CONCEIÇÃO

844, rua Conselheiro Nebias — Santos — S. Paulo

JULIO MESQUITA FILHO

Redacção do "Estado de S. Paulo" — S. Paulo

LEHMANN NITSCHÉ — (socio correspondente)

Universidade Nacional de La Plata — Rep. Argentina

LUIZ SOMBRA — (socio fundador)

16, rua das Magnolias — Rio de Janeiro

380 MEMBROS DA SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU

MANOEL BERNARDEZ — (socio correspondente)
Rio de Janeiro

MANOEL CICERO PEREGRINO DA SILVA
54, rua das Palmeiras — Rio de Janeiro

M. PAULO FILHO — (socio correspondente)
Redacção de "Correio da Manhã" — Rio de Janeiro

MARIA LUIZA DA MOTTA CUNHA FREIRE
44, rua D. Marianna — Rio de Janeiro

MARIO BEHRING — (socio honorario)
Bibliotheca Nacional — Rio de Janeiro

MARIO DE VASCONCELLOS
Ministerio das R. Exteriores — Rio de Janeiro

MARIO GUEDES NAYLOR
11, rua Umary — Rio de Janeiro

MARIO MOURA BRASIL DO AMARAL
Edificio Guinle, av. Rio Branco — Rio de Janeiro

MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
284, rua de S. Clemente — Rio de Janeiro

MIGUEL CALOGERAS
16, avenue La Bourdonnais — Paris, VII arr. — França

MIGUEL COUTO
280, Praia de Botafogo — Rio de Janeiro

PAUL RIVET — (socio correspondente)
61, rue Buffon — Paris — França

PAULO PRADO — (socio fundador)
31, avenida Hygienopolis — S. Paulo

PEBILLO GOMES
Ministerio das Relações Exteriores — Rio de Janeiro

PHILIP VON LUTZELBURG
Ministerio da Viação — Rio de Janeiro

PRIMITIVO MOACYR
110, rua Bella Vista — Petropolis — Estado do Rio

PRUDENTE DE MORAES NETTO
8, rua Alexandre Ferreira — Rio de Janeiro

PTOLOMEU DE ASSIS BRASIL
Estado do Rio Grande do Sul

MEMBROS DA SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU 381

RAMIRO BERBERT DE CASTRO
19, rua da Alfandega — Rio de Janeiro

RENÉ DE CASTRO THIOLLIER
40, rua 15 de Novembro — S. Paulo

ROBERTO MOREIRA
88, rua Piahy — S. Paulo

ROBERTO MOTTA DA CUNHA FREIRE
44, rua D. Marianna — Rio de Janeiro

RODOLPHO GARCIA — (socio fundador)
123, rua Sorocaba — Rio de Janeiro

RODRIGO OCTAVIO
38, rua das Palmeiras — Rio de Janeiro

RODRIGO OCTAVIO FILHO
421, rua S. Clemente — Rio de Janeiro

RONALD DE CARVÁLHO
Ministerio das R. Exteriores — Rio de Janeiro

SAID ALI — (socio fundador)
215, Estrada da Saudade — Petropolis — Estado do Rio

SYLVIO FRÓES DE ABREU
129, rua Dr. Sattamini — Rio de Janeiro

TASSO FRAGOSO
67, rua David Campista — Rio de Janeiro

THEODORO SAMPAIO — (socio fundador)
Ilha de Paquetá — Rio de Janeiro

TOBIAS MONTEIRO
204, rua Bella Vista — Petropolis — Estado do Rio

URBINO VIANNA — (socio correspondente)
36, rua Luiz Carlos — Estação de Guayaúna — S. Paulo

VIRGILIO BARBOSA
Associação Bancaria — Rio de Janeiro

VIRGILIO CORREIA FILHO
17, Praça André Rebouças — Rio de Janeiro

WASHINGTON LUIS PEREIRA DE SOUSA
rua Ypiranga — S. Paulo

WELLS (H. G.) — (socio correspondente)
Inglaterra

PREMIO "CAPISTRANO DE ABREU" DE 1928

"Anchieta na Capitania de S. Vicente", de António de Alcântara Machado

e

"Os companheiros de d. Francisco de Sousa", de Francisco de Assis Carvalho Franco.

ARROJADO LISBOA

SOCIO FUNDADOR
MIGUEL ARROJADO LISBÔA

No dia 9 de dezembro de 1932, na séde da Sociedade Capistrano de Abreu, presentes a senhora e o senhor dr. Iseu de Almeida e Silva, o senhor Joaquim Arrojado Lisbôa, representantes da familia Arrojado Lisbôa; senhora Adriano de Abreu e senhorinha Honorina de Abreu, representantes da familia Capistrano de Abreu; senhora General Luiz Sombra, senhora Julietta Pinto, bibliothecaria da Sociedade, e os socios fundadores Rodolpho Garcia, Jayme Coelho, Luiz Sombra e Eugenio de Castro foi inaugurado pela senhora Iseu de Almeida e Silva, o nome em prata de — Arrojado Lisbôa — gravado na estante n.º 1 da Bibliotheca capistraneana.

Por essa occasião, em nome da Commissão Executiva pronunciou o senhor Eugenio de Castro as seguintes palavras:

“De Arrojado Lisbôa, de seu nome, de sua memoria, é
“guarda fiel a casa de Capistrano de Abreu. Aqui veiu elle
“constante conversar o mestre nas horas varias da vida e, por
“fim acompanhar, entre esperançado e desilludido, minuto a
“minuto, a doença, a agonia, a mórte do amigo incompara-
“vel. E si muito pôde a mórte, da memoria dos homens, não
“menos pôde a amisade pura a vencer o tempo, a ausencia,
“o esquecimento.

“Prova eloquente dessa força maravilhosa no-la deu o
“brasileiro illustre na Sociedade capistraneana que ajudou a
“fundar neste porão humilde, onde os livros, das suas estan-
“tes e na sua mudez, criam o silencio das cousas altas e
“eternas.

“Em tão fecundo silencio, pois, ha bem o ambiente pro-
“piciatorio a um symbolo: o nome do nobre servidor, — o
“nome de Arrojado Lisbôa —, que a Assembléa Geral deste
“anno mandou se gravasse em prata numa das nossas estantes,
“para recordação perenne da memoria querida.

“Para os que chegam, será o marco da primeira cami-
“nhada; para os que partem, a certeza de que esta, não é a
“casa do esquecimento, a casa da ingratição.”



HOMENAGEM
DA
SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU
AOS
SOCIOS FALLECIDOS
EM 1932

JOSÉ PIRES BRANDÃO

MALAN D'ANGROGNE

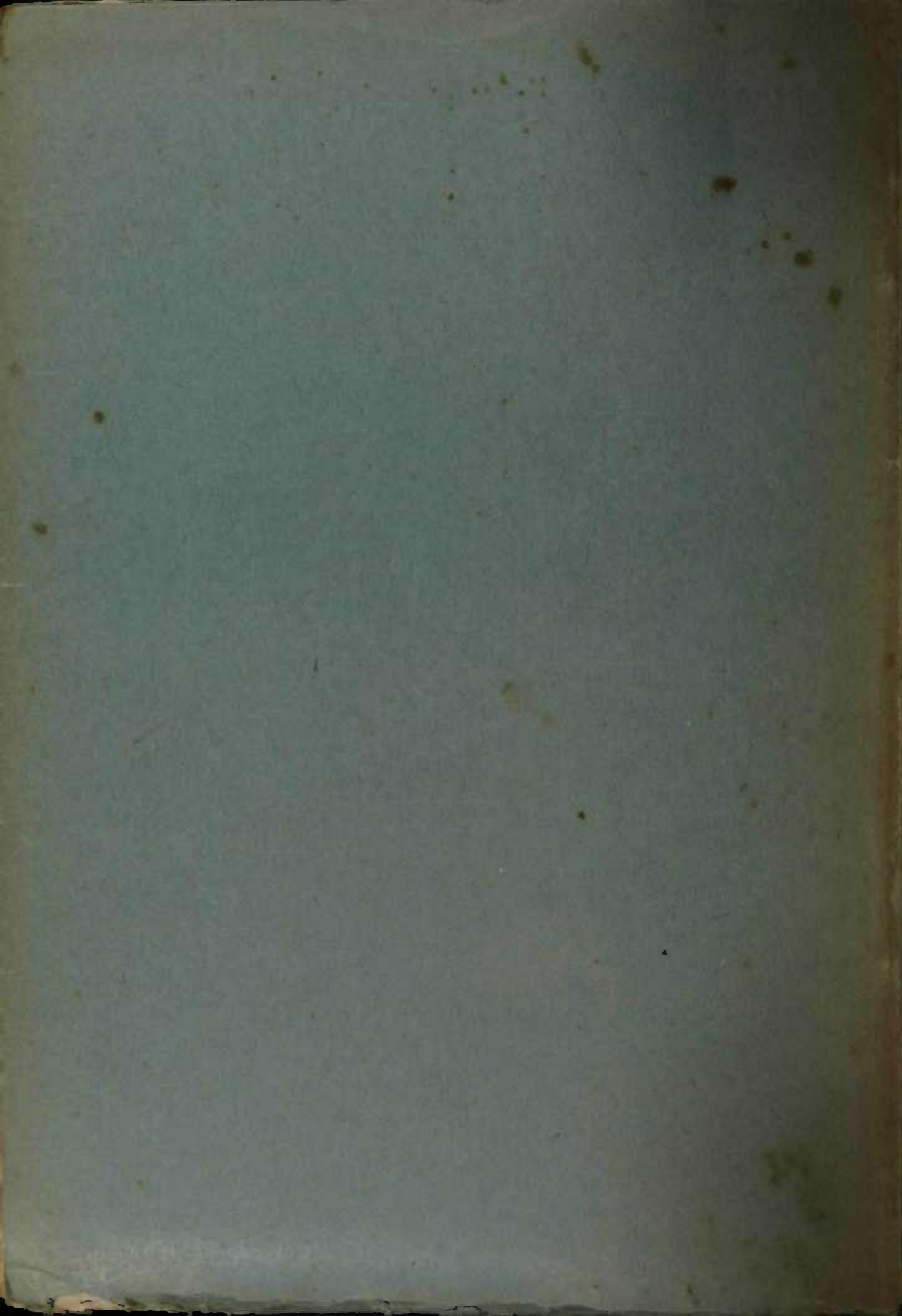
MANOEL BOMFIM

MIGUEL ARROJADO LISBÓA



EDIÇÃO DA
SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU
MANDADA IMPRIMIR POR
F. BRIGUIET & Cia.
NA TYP. A. P. BARTHEL
EM DEZEMBRO DE 1932

ENSAIOS E ESTUDOS
(2.ª serie)



BRASILIANA DIGITAL

ORIENTAÇÕES PARA O USO

Esta é uma cópia digital de um documento (ou parte dele) que pertence a um dos acervos que participam do projeto BRASILIANA USP. Trata-se de uma referência, a mais fiel possível, a um documento original. Neste sentido, procuramos manter a integridade e a autenticidade da fonte, não realizando alterações no ambiente digital - com exceção de ajustes de cor, contraste e definição.

1. Você apenas deve utilizar esta obra para fins não comerciais. Os livros, textos e imagens que publicamos na Brasiliiana Digital são todos de domínio público, no entanto, é proibido o uso comercial das nossas imagens.

2. Atribuição. Quando utilizar este documento em outro contexto, você deve dar crédito ao autor (ou autores), à Brasiliiana Digital e ao acervo original, da forma como aparece na ficha catalográfica (metadados) do repositório digital. Pedimos que você não republique este conteúdo na rede mundial de computadores (internet) sem a nossa expressa autorização.

3. Direitos do autor. No Brasil, os direitos do autor são regulados pela Lei n.º 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998. Os direitos do autor estão também respaldados na Convenção de Berna, de 1971. Sabemos das dificuldades existentes para a verificação se um obra realmente encontra-se em domínio público. Neste sentido, se você acreditar que algum documento publicado na Brasiliiana Digital esteja violando direitos autorais de tradução, versão, exibição, reprodução ou quaisquer outros, solicitamos que nos informe imediatamente (brasiliiana@usp.br).